



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**PRESCRIÇÕES PARA O FUTURO:
Belo Horizonte entre processos de modernização**

Carlos Alberto Oliveira

CAMPINAS

2018

Carlos Alberto Oliveira



PRESCRIÇÕES PARA O FUTURO: Belo Horizonte entre processos de modernização

Tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (doutorado) como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutor em História, na Área Política, Memória e Cidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins Bresciani

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DISSERTAÇÃO/TESE DEFENDIDA PELO ALUNO CARLOS ALBERTO OLIVEIRA, E ORIENTADA PELA PROF.^a DR.^a MARIA STELLA MARTINS BRESCIANI

CAMPINAS

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2012/24049-6

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5094-335>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

OL4p Oliveira, Carlos Alberto, 1983-
Prescrições para o futuro : Belo Horizonte entre processos de modernização / Carlos Alberto Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Urbanização - Belo Horizonte (MG). 2. Arquitetura - Belo Horizonte (MG).
3. Renovação urbana - Belo Horizonte (MG). 4. Belo Horizonte (MG) - História.
5. Minas Gerais - História. I. Bresciani, Maria Stella Martins, 1939-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Prescriptions for the future : Belo Horizonte between modernization processes

Palavras-chave em inglês:

Urbanization - Belo Horizonte (MG)
Architectural - Belo Horizonte (MG)
Urban renewal - Belo Horizonte (MG)
Belo Horizonte (MG) - History
Minas Gerais - History

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora:

Maria Stella Martins Bresciani [Orientador]

Josianne França Cerasoli

Renata Baesso Pereira

Fernando Atique

Ângelo Bertoni

Data de defesa: 26-06-2018

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 26 de junho de 2018, considerou o candidato Carlos Alberto Oliveira aprovado.

Prof^a. Dr^a. Maria Stella Martins Bresciani

Prof^a. Dr^a. Josianne França Cerasoli

Prof^a. Dr^a. Renata Baesso Pereira

Prof. Dr. Fernando Atique

Prof. Dr. Ângelo Bertoni

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

“Belo Horizonte”:

*Uma cidade se levanta
do solo às nuvens.
De atalhos parte para avenidas.
Do caos se amolda à geometria:
triângulos quadriláteros círculos.
Uma cidade sobe dos prados
para o lombo das serras.
Destrói choupanas e constrói
arranha-céus.
Forma-se de colunas firmes
e fulgidos vidros de sol.
Protege-se dos ventos e deixa
que a umidade a abandone.
Uma cidade é imperativo
A um tempo humano e desumano.
Palácios presídios
asfalto cavernas
elevados e subterrâneos
teia de virtudes e crimes.
Uma cidade é sintonia
com ásperas dissonâncias.
É um ser total de osso e carne,
tem nervos, músculos e sangue:
o sangue de seus habitantes
os nervos de seus habitantes,
a própria força e fraqueza.
Uma cidade segue o ritmo
ágil ou tosco dos homens.
Fala pela voz de criaturas
imperfeitas e insatisfeitas.
[...]*

Henriqueta Lisboa

Agradecimentos

O doutoramento não é, como muitos dizem, um processo totalmente solitário. Depende da orientação e da interlocução, na universidade, com professores e colegas. Nesse sentido, primeiramente, eu gostaria de agradecer à minha orientadora, prof.^a Maria Stella Bresciani, que desde o mestrado, iniciado em 2010, contribuiu sem pausas para meu amadurecimento enquanto pesquisador, sempre com competência e sabedoria, mas também com confiança e sensibilidade que ultrapassam as formalidades acadêmicas. Agradeço também ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp com a bolsa de doutorado (Processo n. 2012-24049-6).

Um agradecimento especial a Josianne Cerasoli e Izabel Marson, que muito me apoiaram e ensinaram nessa longa caminhada, desde a revisão do meu projeto de doutorado à iniciação à prática docente, aos encontros nas linhas de pesquisa em que fui sempre muito bem recebido e acolhido, a Marisa Carpintero que me apoiou desde o início da caminhada no mestrado. Ao prof. Luiz Marques e nossas conversas sobre o desenvolvimento e consolidação da ciência moderna, em 2013, que me fizeram mais uma vez refletir sobre a importância do historiador na sociedade frente aos desafios do nosso tempo. Agradeço também aos demais professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação.

Ao prof. Christian Topalov, que gentilmente me recebeu na França entre 2014 e 2015 através da École des Hautes Études em Sciences Sociales e do Centre Maurice Halbwachs, experiência fundamental no meu percurso acadêmico.

Aos professores que aceitaram convite para compor minha banca de qualificação e defesa de tese, Prof^a Renata Baesso, Prof^a Josianne Cerasoli, Prof^o Fernando Atique e Angelo Bertoni.

Aos amigos e também pesquisadores Deivison Gonçalves, Rafael Pereira da Silva, João Ivo e Marcio Buchholz, meus agradecimentos pelas leituras, conversas e por enriquecerem ainda mais esse processo com suas interlocuções. Aos meus amigos na França, Marina Duarte e Felipe Batista, meus agradecimentos por compartilhar sua experiência e conhecimento sobre Paris, e Renata e Devin Ocampo,

nos Estados Unidos, meus agradecimentos por me receberem durante a minha pesquisa em Washington.

A Clecia Gomes, Eduardo Costa, Thainã Cardinalli e Bruno Zorek, amigos que dividiram ambientes muito estimulantes de debates, trocas e lazer; aos colegas do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, jovens pesquisadores com energia e alegria contagiantes, também fundamentais neste percurso. Aos amigos espalhados pelo Brasil, aos que estão próximos e àqueles que residem em outras cidades e países, que de alguma maneira contribuíram com estímulos e interesse na pesquisa em desenvolvimento

Aos profissionais dedicados nos arquivos por onde passei, no Brasil e fora, em especial à equipe do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, que segue resistindo, com recursos escassos, na promoção do acesso à informação. Aos coletivos, ativistas, artistas, aqueles que lutam fora das instituições pela ressignificação do espaço urbano em Belo Horizonte, por uma cidade menos excludente e segregada.

Esse processo longo que ocupa a vida do pesquisador afeta direta ou indiretamente a vida de familiares e amigos. Em razão disso, não posso deixar de agradecer aos meus familiares, meus pais, irmãos, tias, primos, sogro e sogra, que depositaram sua fé em meu trabalho, conviveram com minhas motivações e preocupações e me deram forças e apoio ao longo da minha trajetória até aqui.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha companheira, Sara Moreno, que, com muita dedicação, compreensão e carinho, esteve ao meu lado em todos os momentos desta jornada.

RESUMO

Este trabalho consiste em uma investigação acerca da pluralidade de concepções de cidade em diferentes momentos da história de Belo Horizonte, bem como das operações memorialísticas sobre esses processos. A pesquisa tem como ponto de partida um estudo sobre a modernização do Estado de Minas Gerais e o impacto desse processo na formação de uma sensibilidade em relação à transformação urbana, cultural e social da vida na nova localidade. A investigação problematizou a afirmação de que a cidade foi concebida a partir da importação de modelos para construir uma leitura alternativa da posição de técnicos, intelectuais e políticos na construção de discursos sobre a modernização do Estado de Minas Gerais, processo que ganhou força com a construção de Belo Horizonte. Objetivou-se a construção de uma análise que parte da perspectiva transnacional da história. Para tanto, considerou-se a articulação em torno da memória nas comemorações do centenário da Capital, a circulação de ideias e construção de narrativas sobre o espaço e as leituras possíveis sobre o processo entre a construção de Belo Horizonte e de Brasília. Para realização da pesquisa foram analisadas fontes diversificadas como a documentação administrativa da Capital e do Estado, a produção de intelectuais e políticos sobre a modernização de Minas Gerais, a produção literária e o material técnico e administrativo referente ao período entre 1897 e 1961.

Palavras-chave: modernização, história do urbanismo, Belo Horizonte, Minas Gerais.

ABSTRACT

This work aims to investigate the plurality of conceptions of the city at different moments of Belo Horizonte's history, as well as the memorialistic operations over these processes. The research's starting point is a study on the modernization of the state of Minas Gerais and its impact on the formation of a sensibility in relation to the urban, cultural and social transformation of life in a new location. The investigation attended to the need of problematizing the statement according to which the city was conceived through the importation of models, in order to create an alternative reading of the position of technicians, intellectuals and politicians within the construction of discourses on the modernization of the state of Minas Gerais, a process fueled by the construction of Belo Horizonte. The goal was to come up with an analysis that starts from a transnational perspective of history. In order to do so, this research has considered the articulation around memory during celebrations such as the state capital's centenary, the circulation of ideas and the construction of narratives about space, as well as possible readings on this process between the constructions of Belo Horizonte and Brasília. This work has prioritized the analysis of diverse sources, such as administrative documentation of the city and the state, the work of intellectuals and politics on the modernization of Minas Gerais, literary works and the technical and administrative material relative to the period between 1897 and 1961.

Keywords: modernization, history of urbanism, Belo Horizonte, Minas Gerais.

RESUMÉ

Ce travail vise à étudier la pluralité de conceptions de la ville à différents moments de l'histoire de Belo Horizonte, ainsi que les opérations mémorielles sur ces processus. La recherche commence par proposer une étude sur la modernisation de l'état du Minas Gerais et son impact sur la formation d'une sensibilité à l'égard de la transformation urbaine, culturelle et sociale de la vie dans un nouvel endroit. La recherche a tenté de problématiser l'affirmation selon laquelle la ville a été conçue à partir de l'importation de modèles, à fin de construire une lecture alternative de la position des techniciens, intellectuels et politiciens dans le cadre de la construction de discours sur la modernisation de l'état du Minas Gerais, qui a monté en puissance avec la construction de Belo Horizonte. L'objectif a été celui de construire une analyse qui part d'une perspective transnationale de l'histoire. Pour ce faire, ce travail a pris en considération l'articulation autour de la mémoire pendant les célébrations telles que le centenaire de la capitale, la circulation des idées et la construction de récits sur l'espace, ainsi que les lectures possibles sur ce processus entre la construction de Belo Horizonte et celle de Brasília. La priorité était d'analyser de différentes sources telles que la documentation administrative de la capitale et de l'état, la production d'intellectuels et de politiciens sur la modernisation du Minas Gerais, la production littéraire et le matériel technique et administratif relatif à la période entre 1897 et 1961.

Mots-clés: modernisation, histoire de l'urbanisme, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Lista de imagens

- Figura 1 - A má notícia, tela assinada pelo artista plástico Belmiro Braga, expressa a emoção de uma jovem mulher após receber uma carta com tarja preta, em referência a um luto. A tela data de 1897, ano de inauguração da Nova Capital em substituição à antiga Ouro Preto. 16
- Figura 2 – Reprodução da planta integrante do Projeto Urbanístico de Belo Horizonte (1895). Fonte: Revista Geral dos Trabalhos, Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais Planta/Projeto, 1895. Belo Horizonte, Minas Gerais..... 32
- Figura 3 – “BH 100 anos – Um manifesto pela vida”. Diário da Tarde, 20 de setembro de 1997, p. 28..... 34
- Figura 4 – “Condenada a ser contemporânea de tudo” Diário da Tarde. 20 de setembro de 1997, p. 28..... 35
- Figura 5 - Placa sobre o local onde foi enterrado o baú do bicentenário. Foto: Carlos Oliveira, acervo pessoal. Data: 19/12/2016..... 37
- Figura 6 – Monumento aos fundadores de Belo Horizonte, inaugurado em 1963.Foto: Carlos Oliveira, acervo pessoal. Data: 19/12/2016 38
- Figura 7 – Placa indicando o prefeito responsável pela instalação do monumento aos fundadores. Foto: Carlos Oliveira, acervo pessoal. Data: 19/12/201 39
- Figura 8 - Retirada do obelisco da Praça Sete de Setembro. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=npISY_QCSKE. Acesso em: 19/10/2017..... 39
- Figura 9 - Obelisco instalado na Praça Diogo de Vasconcelos, na região da Savassi. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=xWaFglz_-PY. Acesso em: 19/10/2017 . 40
- Figura 10 – José de Magalhães, arquiteto da Comissão. Fundo: Comissão Construtora da Nova Capital. Data: entre 1890 e 1897. 47
- Figura 11 – Plano de Daniel Burnham e Edward Bennett, 1909. Fonte: <http://burnhamplan100.lib.uchicago.edu>..... 48
- Figura 12 - O plano original de Pierre L'Enfant para Washington, D.C., 1794. Fonte: Biblioteca do Congresso, Washington, D.C. 49
- Figura 13 – Plano de La Plata elaborado por Pedro Benoit. Sem data, Fonte: Revista Cítrica | La Plata y la geometría sagrada, 2018. 49
- Figura 14 – Carta do engenheiro -chefe com pedido de informação sobre as cidades argentinas planejadas enviada em 22 de outubro de 1984 ao diplomata Fernando Osório. Página 2 de 5. Fonte: APCBH. 51
- Figura 15 - Cassino projetado por Oscar Niemeyer, hoje atual Museu da Pampulha. Fonte: Álbum da Pampulha, 1944, p. 11. 55
- Figura 16 - Capa do catálogo da Exposição de Arte Moderna de Belo Horizonte, publicada com atraso, após a realização da atividade. Fonte: MATTAR, Denise FUNDAÇÃO CLOVIS SALGADO. O olhar modernista de Jk. Belo Horizonte: Instituto

de Arquitetos do Brasil. Departamento de Minas Gerais: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2009, p.17.....	57
Figura 17 - Projeto do Palácio da Municipalidade, 1935. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.....	76
Figura 18 - Cine Metrópole, localizado na esquina das ruas da Bahia e Goiás, sem data. Fonte: Guia dos bairros de Belo Horizonte https://goo.gl/oKcbys	76
Figura 19 - Demolição do Cine Metrópole em 1983. Fonte: Pedro Graeff / Jornal Estado de Minas, 1983.....	77
Figura 20 – Paris à época dos “grandes trabalhos” em 1864. Gravura colorida pelo Barão Georges Eugène Haussmann. Fonte: Historic Maps and Views of Paris, 2009.	90
Figura 21 – O Arco do Triunfo parisiense é o centro de um eixo histórico que conecta uma sequência de monumentos públicos com grandes boulevares que se estendem por toda a cidade. Fonte: Historic Maps and Views of Paris, 2009.	95
Figura 22 - Traçado sanitário proposto por Saturnino de Brito em 1916. Fonte: Rodrigues de Brito, F. Saturnino – Notes sur le tracé sanitaire des villes (technique sanitaire urbaine), par F. Saturnino Rodrigues de Brito,... preface du Dr. Edm. Imbeaux. – 1916.....	111
Figura 23 - Exposição Pan-americana do Chile, 1901. FONTE: Biblioteca da Organização dos Estados Americanos, Washington DC, EUA.....	115
Figura 24 - Exposição Pan-americana de arquitetura no Rio de Janeiro, 1949. FONTE: Biblioteca da Organização dos Estados Americanos, Washington DC, EUA.	116
Figura 25 - Programa e relatórios do International Housing and Town Planning Congress, publicado em três línguas. 1928. FONTE: Biblioteca Nacional da França. Paris, França.	119
Figura 26 - capa do relatório dos estudos para escolha das localidades da Nova Capital. Referência: MINAS GERAES. Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital. Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Dr. Affonso Penna, Presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Acervo MHAB. 1893.	130
Figure 27 - Município de Belo Horizonte, mapa elaborado pelo cartógrafo alemão naturalizado brasileiro, Afonso de Gueira Heberle, para Exposição do Centenário da Independência do Brasil realizada no Rio de Janeiro em 1922. Fonte: PANORAMA de Belo Horizonte: atlas histórico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. P.44	140
Figura 28 - Projeto de Boulevard referente aos planos da Empresa de Melhoramentos de ouro Preto, 1891. Disponível no Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, acessado a partir do trabalho de Natal (2007).	152
Figura 29 – Pagamento a Roberto Bourle Marx. Serviços prestados no ajardinamento da Pampulha, Cassino, Casa do Baile, Ilha da Pampulha e Estação de tratamento de água, 1942. APCBH / Fundação municipal de Cultura. Fonte: Horizonte Moderno. Catálogo de exposição, 2015	159

Figura 30 - Início das obras para implementação da lagoa da Pampulha. Fonte: Álbum Pampulha, 1944.	160
Figura 31 - Capas de Brazil Builds. Esquerda, sobrecapa da primeira edição, em Inglês.	164
Figura 32 - Capas de Brazil Builds. Capa original e à direita	164
Figura 33 - Capas de Brazil Builds. Parte inferior da sobrecapa em português.....	165
Figura 34 - Capa do Álbum da Pampulha, 1944.	166
Figura 35 - Subindo a rampa do Iate Club, o Presidente Getúlio Vargas, o Governador Benedito Valadares à sua esquerda e logo atrás o prefeito Juscelino Kubitschek. Fonte: página de rosto do Álbum da Pampulha, 1944.....	166
Figura 37 – Álbum da Pampulha, planta baixa do Cassino, atual Museu da Pampulha, 1944, p. 14.	168
Figure 38 - Pagamento a Marcel Andre Gautherot. Despesas com a organização do Álbum de fotografias das obras da Pampulha, 1943. APCBH / Fundação municipal de Cultura. Fonte: Horizonte Moderno. Catálogo de exposição, 2015.....	169
Figura 39 – À direita, Edifício Acaiaca ainda em construção. Anos 1940. Fonte: APCBH.	175
Figure 40 - Vista da parte de trás. Fonte: difpcio Acaiaca nos anos 1940. Fonte: APCBH.	175
Figura 41 - Na imagem vemos um Edifício Acaiaca, anos 1950. Fonte: Portal BH Nostalgia.....	176
Figura 42 – Ante projeto do Conjunto IAPI. Fonte: PBH	179
Figura 43 – Conjunto Habitacional IAPI Lagoinha: vista panorâmica da cidade] : Belo Horizonte (MG)	179
Figura 44 – Vista aérea do Conjunto IAPI, Bairro Lagoinha. Fonte: APCBH / Acervo José Góes, 1955.	180
Figura 45 - Belo Horizonte em 1946, Belo Horizonte ainda em processo de verticalização. Fonte: APCBH/Coleção José Goes.....	181
Figuras 46 e 47 - À esquerda, vista para região oeste a partir da Praça Raul Soares em 1951; à direita vista aérea do entorno da Praça Raul soares com as torres do edifício JK ainda em construção em 1960.Fonte: APCBH/Coleção José Goes.....	181
Figuras 48 e 49 - À esquerda, representações atualizadas da região central dentro dos limites da Avenida do Contorno com poucas modificações no plano elaborado por Aarão Reis; à direita, recorte da urbanização Pampulha. Elaboração: Carlos Alberto Oliveira. Fonte: Prodabel.	187

Lista de tabelas

Tabela 1 - Mortalidade infantil em Belo Horizonte em 1901 e 1902.....	100
Tabela 2 - Dados e índices da mortalidade infantil em Londres.	101
Tabela 3 - Índice comparativo da taxa de mortalidade entre países europeus com os números de Belo Horizonte considerando o número de mortes para cada 1.000 habitantes.	102
Tabela 4 - Mortalidade nas principais cidades, porcentagem por 1.000 habitantes.	103
Tabela 5 - Aprovação municipal para criação de bairros e vilas.	177

Sumário

Introdução.....	14
1 A invenção do futuro / O primeiro centenário da Capital.....	26
1.1 O baú do centenário	30
1.2 A Coleção Centenário e outras obras.....	40
1.3 O progresso como missão	44
1.4 Modernidade tardia?	53
1.4.1 A mineiridade e o discurso de mudança.....	62
1.4.2 Diálogos com a memória	68
1.4.3 Cidade sem história?	70
1.5 Problemas retrospectivos	73
1.5.1 A Escola de Arquitetura e a formação do arquiteto em Belo Horizonte .	73
1.5.2 A resignificação da memória.....	78
2 Circulação de ideias e a construção de narrativas sobre o espaço: um recorte sobre a modernização em Minas Gerais (1897-1920)	82
2.1 Três tempos, três ritmos urbanos	82
2.2 Ideias sem lugar.....	82
2.3 Paris de Napoleão e Haussmann – montagem e desmontagem de um mito..	89
2.3.1 Concepção higienista e planejamento ou a transposição do mito.....	97
2.3.2 Comunidade técnico-política	104
2.4 Cultura técnica, congressos e circulação pan-americana	114
2.5 Diferentes visões de progresso e futuro	120
2.5.1 A Comissão Construtora.....	123
2.5.2 A Comissão Construtora e a escolha da localidade	132
2.6 Ouro Preto: altar da memória	134
2.7 O PRM e a gestão de Belo Horizonte.....	139
2.8 A Capital nas primeiras décadas	142
3 Entre Belo Horizonte e Brasília – linhas (in)visíveis (1930-1961).....	145
3.1 Significados e concepções de cidade – Ouro Preto e Belo Horizonte no século XX	147
3.2 Modernizando cidades modernas.....	153

3.3 Pampulha como um novo ponto de partida	159
3.4 Verticalização como instrumento modernizador	173
3.5 O espaço urbano e a negação da distinção entre o domínio público e privado	184
4 Considerações finais: Uma história da cidade entre rupturas e descontinuidades	192
Referências	203
Anexos	220

Introdução

Esta tese de doutoramento tem como objetivo abordar as múltiplas transformações que ocorreram em Belo Horizonte desde a sua construção. Tal processo teve início no fim do século XIX, mais precisamente em 1897, e expôs as mudanças nas concepções de *progresso* e *modernização* em vigor na época. Objetiva-se também apresentar uma leitura crítica dos discursos articulados em prol do desenvolvimento do estado de Minas Gerais e o impacto desses na construção de sensibilidades relacionadas às transformações urbanas, culturais e sociais da vida na nova localidade. Nesse sentido, almeja-se confrontar a ideia de que Belo Horizonte foi concebida, do ponto de vista urbanístico, a partir da importação de modelos.¹

A prática de projetar, planejar, é entendida aqui como ato prescritivo caro às sociedades urbanas do século XIX e XX. Não considero equivocado dizer que todo projeto pode integrar uma *utopia* para realizações concretas, que podem decorrer da instrumentalização de conceitos e sistemas complexos em cada contexto. No que diz respeito à construção de cidades e seus empreendimentos arquitetônicos, utopia e arquitetura comumente se alinham na elaboração de projetos de sociedade e de espaço. A crença no crescimento econômico contínuo e linear vinculada ao desenvolvimento das cidades nesse período, como observou Rykwert,² permitiu que o espaço urbano fosse não mais que um grande desdobramento do presente, afetando a percepção do tempo ao mesmo tempo que propiciou conjugação de narrativas sobre as sociedades. Entre os séculos XVIII e XIX, esse alinhamento entre utopia e arquitetura ganhou força na crença de que a transformação espacial e construtiva poderia mudar a organização da vida social e, no século XX, na crença do desenvolvimento humano no espaço. A arquitetura, nesse sentido, atribui à utopia uma existência, uma maneira de existir

¹ Salgueiro (1997) e Guimarães (1991) por exemplo, são autoras com trabalhos de grande relevância sobre Belo Horizonte que se apoiam nas noções de influência e modelo, apontando como a principal delas Haussman e o projeto de Paris.

² RYKWERT. **A sedução do lugar**: a história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 22

Selon les points de vue respectifs de l'utopiste ou du bâtisseur, l'utopie e l'architecture occupent des positions symétriques. Pour l'utopiste, l'architecture est la manifestation de la validité du programme utopique, elle a une fonction de représentation.³

Belo Horizonte, como capital regional planejada antes de iniciarem sua construção, permaneceu singular como expressão materializada de um desejo de mudança. Mudança que, no final do século XIX, mobilizou diferentes setores da sociedade, envolveu disputas, alinhamentos políticos e discursivos sobre o espaço, tratando de desencadear também uma onda em oposição à mudança da Capital⁴. Por outro lado, ao contrário do que nos mostra a historiografia que tenta explicar o urbano antes mesmo de problematizá-lo, a crença de que a mudança seria um agente transformador positivo da sociedade conviveu lado a lado com o pessimismo e com o ressentimento. *A má notícia* (Figura 1), tela de Belmiro Braga pintada a óleo em 1897 em Paris, e exibida em Ouro Preto no mesmo ano pouco tempo antes da inauguração da Nova Capital, talvez seja a síntese artística que melhor representa esse ressentimento.⁵

³ “De acordo com os respectivos pontos de vista do utopista ou do construtor, a utopia e a arquitetura ocupam posições simétricas. Para o utópico, a arquitetura é a manifestação da validade do programa utópico, tem uma função de representação.” Tradução livre. RIOT-SARCEY, M.; BOUCHET, T.; PICON, A. **Dictionnaire des utopies**. Paris: Larousse, 2008. p. 10.

⁴ “Cidade” e “Capital” serão iniciadas com maiúsculas sempre que a referência for Belo Horizonte.

⁵ Em outubro de 1897, praticamente às vésperas da transferência oficial da capital do Estado para a então Cidade de Minas (atual Belo Horizonte), Belmiro de Almeida Braga visitara Ouro Preto trazendo consigo uma tela, feita em Paris, para exibi-la na cidade histórica. A obra, que recebeu o nome de *A Má Notícia*, ficou exposta por algum tempo no salão do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto com ótima repercussão, considerando a alta frequência de visitação do público. Adquirida pelo Governo de Minas, foi levada à nova capital, sendo então colocada no Palácio da Presidência (Palácio da Liberdade). Uma lenda de mau agouro cercou a tela de Belmiro de Almeida, que fora apontada como responsável por percalços com governadores no início do século XX. A tela transitou por várias repartições públicas, sempre rejeitada, até ficar sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Hoje, a pintura integra o acervo do Museu Mineiro, sendo objeto de apreciação e pesquisa. Fonte: <<http://www.cultura.mg.gov.br/ajuda/story/2738-a-ma-noticia-tela-de-belmiro-de-almeida-de-1897-volta-a-ser-exposta-no-museu-mineiro>>. Acesso em: jan. 2017.



Figura 1 - A má notícia, tela assinada pelo artista plástico Belmiro Braga, expressa a emoção de uma jovem mulher após receber uma carta com tarja preta, em referência a um luto. A tela data de 1897, ano de inauguração da Nova Capital em substituição à antiga Ouro Preto.

Como a leitura de um projeto a partir da sua dimensão técnica nunca é desprovida de subjetividade, ou descolada da dimensão política de seu contexto, essa pode nos revelar sobre o horizonte de expectativas⁶ em torno da noção de projeto que mobilizara a sociedade mineira. Nesse caso, de acordo com o historiador Laurent Vidal quanto à necessidade de diferenciar ideia e projeto de cidade,

⁶ Expressão utilizada a partir das considerações de Reinhart Koselleck acerca de uma história dos conceitos: “No que segue se fala de espaço de experiência e de horizonte de expectativa como categorias históricas, mas desde já deve ficar claro que essas duas expressões não são analisadas como conceitos da linguagem das fontes. Renunciaremos conscientemente a deduzir a origem histórica dessas expressões, de certa forma contrariando a exigência metodológica que o historiador profissional dos conceitos deve submeter-se. Na investigação existem situações em que o abster-se de perguntas sobre a gênese histórica pode aguçar mais o olhar que se dirige à própria história. Em todo caso, a pretensão sistemática a que aspira o nosso procedimento se torna mais clara quando, em um primeiro momento, renuncia-se a historiar a própria posição”. Ver KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio: Contraponto, 2006. p 306.

O projeto concebido como procedimento, mas também como intenção (política, social ou artística), pode ser total ou parcial, realizado ou virtual. A ideia sim é filosófica, literária, religiosa, utópica e também popular: ela procede de valores intrínsecos à cidade, concebendo suas relações filosóficas e simbólicas com a totalidade do mundo e do cosmo. Embora ideia e projeto de cidade sejam distintos, a relação entre os dois é evidente.⁷

O projeto para a Nova Capital, nesse contexto, ficou marcado pelo cientificismo que impregnou os empreendimentos urbanos no século XIX. Tratou-se da concepção da “cidade ideal” em consonância com o espírito de seu tempo, apesar de pouco inovadora em alguns aspectos: como desenho e forma urbanas, com elementos da concepção de cidade do século XV, preservando o rigor matemático, quase laboratorial, e a preocupação com a simetria, circulação e civismo.

Belo Horizonte, Capital republicana, é uma cidade planejada que antecedeu e acompanhou a institucionalização do urbanismo enquanto disciplina.⁸ Tal afirmação não exerce apenas uma função ilustrativa, mas evidencia a questão a ser considerada antes de situar a capital na história do desenvolvimento urbano brasileiro. O projeto da Capital envolveu um engajamento com a noção de progresso e modernização que nos demanda leitura a partir da sua historicidade, assim como o *ideal progressista* de ordem positivista. Os agentes nesse processo trataram de antever o impacto regional e nacional do empreendimento e atribuíram sentido à ideia de modernização como ato político legitimador de um ideal de futuro, apresentando o ato de planejar como garantia de avanços e desenvolvimento moral da sociedade.

Entretanto, esse processo não se consolidou como resultado de um consenso técnico e profissional no Brasil sobre planejamento urbano. Pelo contrário, recebeu críticas institucionais e de profissionais que se posicionaram ao denunciar equívocos no projeto da Nova Capital. Não se tratou apenas da criação de um *ideal de futuro*. A Cidade materializara também os conflitos baseados na incompatibilidade dos entendimentos plurais de futuro e do horizonte de expectativas acerca de termos tão apropriados que são ao mesmo tempo palavras e conceitos, como *modernidade*

⁷ VIDAL, L. **De Nova Lisboa à Brasília**: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. p. 15.

⁸ O urbanismo enquanto disciplina surge na primeira metade do século XX, remontando à expansão da sociedade industrial do século XIX, quando a organização da vida urbana e do território demandaram a atuação de profissionais capazes de propor soluções racionais para os problemas como habitação, salubridade, higiene. Ver CALABI, D. **História do urbanismo europeu**: questões, instrumentos, casos exemplares. São Paulo: Perspectiva, 2012.

e *modernização*. Vidal lança luz aos aspectos psicológicos da mobilidade de capitais na América Latina, a começar pelo sonho enquanto agente histórico:

[...] as transferências são processos que se inscrevem a longo prazo, dando forma a projetos, em que se cruzam dimensões urbanísticas e políticas, sem esquecer os aspectos psicológicos, sem os quais não podemos compreender as motivações de certos deslocamentos. Por conseguinte, essas capitais são sonhadas e esses sonhos (políticos ou sociais) são os suportes das discussões e debates, frequentemente acesos, sobre o futuro da nação, do povo...⁹

Belo Horizonte pode ser considerada, nesse sentido, a marca da unificação de discursos progressistas que guardam elementos contraditórios e/ou conflituosos, sobretudo no seu propósito inicial de suplantar a sociedade colonial e preparar o estado para o futuro republicano. Essa leitura do processo histórico não faz sentido sem uma compreensão dos quadros nacionais e internacionais, dos debates sobre as cidades e dos desafios da urbanização em diferentes escalas.

A hipótese inicial deste trabalho, portanto, parte do pressuposto de que a história urbana da Nova Capital – da sua construção até a década de 1950 – não estaria desconectada de mudanças conceituais e sensíveis ocorridas tanto no âmbito do estado de Minas Gerais como nos espaços de sociabilidade, na vida cultural urbana e nos aspectos que as interseccionam. Em Belo Horizonte, essas mudanças em relação à maneira de perceber as transformações do espaço, da cidade, da cultura e da sociedade seriam apreendidas tanto por técnicos, gestores, quanto por intelectuais e homens das letras. Também intenciono a busca e análise das marcas dessas mudanças deixadas na Cidade, seja por projetos de intervenção, seja pela formação de identidade, seja pela reconstrução imaginativa do espaço relacionadas a esse recorte. Em uma perspectiva historiográfica, este trabalho enfatiza a necessidade de abordar as pluralidades dos processos de modernização e a possibilidade de romper com a linearidade das abordagens sobre a história do desenvolvimento urbano de Belo Horizonte.

O espaço público em âmbito material e simbólico também é tema transversal neste estudo e oferece suporte a hipótese defendida neste estudo. A noção de público ajuda a tencionar a participação e engajamento dos diversos

⁹ VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII-XX). *História*, Franca, v. 30, n. 1, p. 3-36, junho 2011.

agentes da cidade como veremos ao analisar a negação da distinção entre domínio público e privado no espaço urbano. “Público” é um adjetivo político que, ao longo do século XX, foi central para racionalização da sociedade e da vida nas cidades. Entre a construção de Belo Horizonte e Brasília, por exemplo, vimos prevalecer a necessidade de reformulação simbólica do Estado brasileiro quando, através das políticas institucionais, arte, arquitetura, memória e história foram acessados e instrumentalizados. O espaço público passa a ser elemento fundamental das narrativas de desenvolvimento.

Entre as fontes principais listadas para este trabalho, constam a documentação administrativa da Nova Capital e do Estado, a produção textual de intelectuais e políticos sobre a modernização de Minas Gerais, juntamente com os principais projetos de intervenção urbana na Cidade até a década de 1950.

A divisão dos capítulos foi organizada a fim de enfatizar a pluralidade de concepções de cidade, de modo a permitir a avaliação de algumas das tensões e conflitos pouco destacados pela historiografia mineira. Objetivei também restabelecer os diálogos regionais em torno desse processo de desenvolvimento, pois, ao longo desta pesquisa, percebi uma historiografia produzida em Minas, sobretudo referente ao período republicano, que pouco se comunicara com os processos de desenvolvimento urbano no país. Portanto, o desenvolvimento será apresentado a partir da perspectiva urbana, perseguindo as lacunas entre as diversas aproximações analíticas da cidade.

O capítulo 1, intitulado “A invenção do futuro / O primeiro centenário da Capital”, detém-se nas mudanças relativas às *concepções de cidade* no caso específico de Belo Horizonte, a partir da Coleção Centenário, publicada para as comemorações do centenário da Capital, e da documentação disponível na Hemeroteca Estadual e na Hemeroteca do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Ao celebrar o aniversário de cem anos da inauguração da Capital, pesquisadores depararam com a difícil tarefa de reelaborar narrativas que escapassem aos discursos sobre o passado político do Estado, sobretudo referentes aos triunfos e aos heróis, e de narrativas sedimentadas sobre a construção da Capital como aquela que se apoiou em uma suposta importação de modelo (Paris). Pretendo tratar do ponto em que, por vezes, nós, historiadores, somos trapaceados pela documentação ou caímos nas armadilhas da memória: quando nos apropriamos do

documento como artefato atemporal e/ou nos encontramos em meio a narrativas diferentes sobre o mesmo tema.

O capítulo 2, intitulado “Circulação de ideias e a construção de narrativas sobre o espaço (1897-1930)”, tem como questão a ser enfrentada a relação entre a construção de uma Nova Capital e o discurso de modernização. Ao dar atenção à pluralidade das narrativas sobre o espaço, dos alinhamentos retóricos e dos conflitos de interesse entre diferentes agentes sociais, pretendo me atentar para as seguintes questões: quais elementos retóricos estavam articulados às necessidades regionais e nacionais de desenvolvimento? Qual a relação entre o conhecimento técnico/urbanístico internacionalizado com as narrativas construídas nos âmbitos regional e nacional? Quais as tensões entre “experiência” e “expectativa” na construção do espaço urbano?

O capítulo 3, intitulado “Da Pampulha a Brasília: conexões (in)visíveis (1930-1961)”, tratará do período entre 1930 e 1961 e da tensa simbiose entre concepções progressistas e modernistas de cidade e desenvolvimento urbano. Entre essas, destaco a urbanização planejada da região da Pampulha e a construção do maior conjunto habitacional à época no centro de Belo Horizonte (Conjunto Governador Juscelino Kubitschek) e indago sobre as possibilidades de o empreendimento ser relacionado ao impulso criador de Brasília. Pretendo analisar como as narrativas sobre o desenvolvimento se consolidaram, como o interesse público foi instrumentalizado na recuperação de retóricas desenvolvimentistas, progressistas e modernizadoras.

A título de encerramento, a tese será concluída com uma análise dos conflitos inerentes ao interesse público e das disputas em torno das concepções de cidade; da sedimentação de camadas de significados e interesses sobre o espaço urbano; da relação entre as expectativas em torno da vida urbana e a cidade efetivamente construída, bem como da participação do interesse privado na atribuição de novos significados ao espaço urbano.

Algumas observações introdutórias

Como parece impossível escapar às reflexões sobre modernidade quando se trata de compreender os processos de transformação urbana ocorridos no final do século XIX e primeira metade do século XX no Brasil, algumas observações introdutórias serão importantes para esclarecer ao leitor o percurso em direção ao desafio de se deter às concepções de cidade, de que trata esta tese, e a tentativa de pensar uma história urbana que inclua Belo Horizonte, de modo a contornar ou refutar argumentações explicativas com as quais não concordo, sem descartá-las ou deslegitimá-las enquanto pesquisa histórica.

As cidades latino-americanas permaneceram por muito tempo como novidades que não se explicariam automaticamente. O eurocentrismo entre as primeiras tentativas de interpretação de suas identidades era constantemente sobreposto ao pluralismo e aos conflitos constitutivos da vida em sociedade. O apoio na imigração e no suposto impacto positivo civilizador do europeu, por exemplo, serviu para atender anseios de grupos sociais que buscavam a manutenção do seu poder, ou pelo menos alimentavam a expectativa de que processos de modernização não poriam em risco sua condição dominante.¹⁰

Europeus eram considerados pelas elites elementos essenciais na formulação de uma nova identidade, posição paradoxalmente adotada também por parte significativa da historiografia no início do século XX¹¹. A projeção de uma “identidade” a ser construída como imagem idealizada do modelo político, intelectual, cultural e social do colonizador apoiava a posição de intelectuais como Joaquim Nabuco que foi, no mínimo, ilustrativa ao diferenciar o negro e o índio, na expectativa de que a “raça” brasileira deveria ser outra. O pensamento de Joaquim Nabuco não foi incomum no desenvolvimento dos argumentos “racionais” da elite letrada latino-americana. Outros pensadores buscaram, na diferença cultural, a construção de uma identidade branca, a partir da interiorização e negação do negro e do índio. Eles

¹⁰ “Compare-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração européia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo [...]; um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul”. NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 69.

¹¹ Aqui, refiro-me aos chamados intérpretes do Brasil na primeira metade do século XX como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Oliveira Vianna, entre outros.

sustentaram ideais eurocêntricos de desenvolvimento do continente americano, como Andrés Bello na Venezuela, por pensar uma América Latina inferior; Domingo Faustino Sarmiento na Argentina, auto-intitulando o grupo de intelectuais ao qual se identificava como *Apóstolos da República e da civilização europeia* e do qual Juan Bautista Alberdi também era expoente e afirmava não serem outra coisa senão europeus nascidos na América.

No século XX, o pensamento político brasileiro também contribuiu significativamente para ampliação da interpretação da modernização como processo constituidor e formador de identidades. O meio intelectual apostara “nos métodos da ciência e em sua universal aplicação” para decifrar o enigma das origens do Brasil. Como bem observou Bresciani ao abordar Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil, a universalidade científica pretendida pelos intelectuais constituiu-se como uma das bases da formulação das “ideias fora do lugar”, que nos anos 1960 seriam retomadas como argumento explicativo para o desenvolvimento brasileiro.¹² Intelectuais como Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte, cada um à sua maneira, compreenderam que seria necessário definir a constituição identitária do Brasil a partir de conjugações metodológicas, fosse para explicar o passado, fosse para analisar o presente, fosse para versar sobre o futuro.¹³

Permanece, ainda, como saída mais plausível para explicação das cidades e das culturas urbanas o argumento da importação, da cópia, da implantação de modelos. Aquela explicação que pressupõe nosso lugar enquanto periferia, e que foi desenvolvida depois dos anos 1960 com as análises estruturalistas que se dedicavam a entender as sociedades a partir de um processo de globalização da economia, que, de fato, só havia tido impacto tão uníssono anteriormente com a Revolução Industrial.

As aproximações analíticas, obviamente, constituíram-se de maneira diferente em países latino-americanos, sobretudo na América do Sul. No Brasil a coexistência entre escravidão e liberalismo não encontraram explicação que não se baseasse no argumento da falha original. No caso argentino, por sua vez, cópia, modelo e periferia aparecem na justificativa de uma constituição identitária com

¹² BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade:** Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Unesp, 2005. p. 173.

¹³ O trabalho de Luiz Guilherme Piva também nos ajuda a entender as conjugações metodológicas a partir dos intelectuais mencionados. Ver PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores:** a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Editora 34, 2000.

elementos portenhos e europeus. É o caso de Beatriz Sarlo, pesquisadora com a qual estabeleço diálogos cuidadosos com a finalidade de pensar a dimensão simbólica da cultura no espaço urbano, sem, no entanto, me filiar aos seus argumentos de legitimação da noção de lugar periférico.

Em entrevista concedida ao jornalista Guilherme de Freitas e publicada no blog do Jornal *O Globo* em 2 de outubro de 2010, Sarlo começa explicando seu *Modernidade Periférica* (publicado pela primeira vez em 1988) exatamente a partir da afirmação de Roberto Schwarz de que as ideias estão fora do lugar e prossegue afirmando que a “cultura de mescla” apontada em seus escritos consiste em “uma cultura cujo traço distintivo é a cópia, a imitação, a importação de diferentes fontes e origens”.¹⁴ Nessa obra, Sarlo analisa Buenos Aires entre 1920 e 1930 como expressão dessa cultura de mescla argentina, onde “coexistem elementos defensivos e residuais junto com os programas renovadores; traços culturais da formação *criolla* ao lado de um processo descomunal de importação de bens, discursos e práticas simbólicas”.¹⁵

O lugar da periferia, do modelo e da cópia em reflexões como a de Sarlo deve ser debatido em uma perspectiva que também problematize as leituras estruturalistas dos anos 1960, que, quando abordaram as trocas culturais sob uma dimensão econômica, as consideravam processos excepcionais, elementos materiais que são deslocados entre fronteiras. Embora Gorelik, outro autor que muito contribui para esta pesquisa, considere em seu *La Grilla y el Parque* (publicado pela primeira vez em 1998) ser incontestável a existência de critérios internacionais na elaboração e ressignificação de Buenos Aires entre 1887 e 1936, e a força da definição de “cultura de mescla”, ele reconhece que hoje a perspectiva da noção de influência para entender o que se produziu enquanto cidade e sociedade é inútil e não atende nossa necessidade de entender a cidade enquanto artefato material, cultural e político.¹⁶

Na produção em língua espanhola, é o historiador José Luiz Romero, que, ao estudar as cidades em transformação entre 1880 e 1930, chama a atenção para entender as experiências culturais dentro dos processos de urbanização. Romero

¹⁴ FREITAS, Guilherme. Crítica Beatriz Sarlo fala sobre 'Modernidade periférica' (entrevista). *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1-3, 2 out. 2010. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/critica-beatriz-sarlo-fala-sobre-modernidade-periferica-329148.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

¹⁵ SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica**: Buenos Aires 1920 e 1930. Tradução Júlio Pimentel Pinto. São Paulo: CosacNaify, 2010. p. 56.

¹⁶ GORELIK, Adrian. **La grilla y el parque**: espacio publico y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, c1998. p. 28.

considera que, apesar de algumas cidades terem começado a acelerar seu desenvolvimento antes de 1880, foi a partir daí que elas intensificaram suas trocas, internas em diferentes escalas, e que essas trocas seriam em si mesmas constitutivas da cidade latino-americana, pluralizando as formas de modernidade¹⁷. Segundo Romero:

Las ciudades verían crecer su población, diversificarse sus actividades, mudarse su fisionomía, alterarse los modos de pensar y las costumbres de sus ciudadanos. El viajero europeo se sorprendía de estas transformaciones que hacían irreconocible una ciudad en veinte años; y fue eso, precisamente, lo que dio a la imagen de Latinoamérica el carácter de un mundo vertiginoso, de un mundo en desenfrenado cambio.¹⁸

A tarefa de destituir de eurocentrismo as leituras acerca da modernidade, ou as explicações sobre o desenvolvimento urbano brasileiro, enfrenta desafios parecidos. Há a dificuldade em compreender como a cultura se apropria de espaços públicos internacionalizados a partir das esferas urbanas e como os espaços públicos também se definem pelas culturas. A menção à figura dos mediadores culturais, como apontada por Salgueiro, em artigo publicado em 1995¹⁹, não explica a dinâmica das trocas mencionadas por Romero. Não havia, para além de congressos técnicos ou convenções políticas, trocas culturais administradas cuidadosamente e cumpridas à risca. Existiu, a partir de um espaço público internacional, menos institucionalização dessas trocas do que se imagina. E os próprios contextos econômicos servem de exemplo, pois favoreceram a circulação de bens culturais, sobretudo de livros, pelo ocidente. O conceito de circulação, nesse caso, é fundamental. Como os estudos de história literária vêm apontando, “ele enfatiza a ideia de movimento e não estabelece lugares fixos de partida e chegada”.²⁰

¹⁷ ROMERO, José Luis. **La ciudad occidental: culturas urbanas en Europa y América**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

¹⁸ “As cidades veriam sua população crescer, suas atividades se diversificarrem, mudanças na sua fisionomia, nos modos de pensar e nos costumes de seus cidadãos. O viajante europeu ficou surpreso com essas transformações que tornaram uma cidade irreconhecível em vinte anos; e foi precisamente isso que deu à imagem da América Latina o caráter de um mundo vertiginoso, de um mundo em mudança desenfreada.” Tradução livre. ROMERO, **La ciudad occidental**, op. cit., p. 239.

¹⁹ SALGUEIRO, Heliana Angotti. A volta da história, nova edição. In: BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte, memória histórica e descritiva, vol. I**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 38. (Coleção Mineiriana)

²⁰ ABREU, Márcia (Org.). **Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 11.

Assumindo a cidade como artefato composto por relações heterogêneas, aceitamos definitivamente que “a história dos diferentes grupos sociais marca a cidade de maneira clara”²¹ e que, à medida que essas marcas se sobrepõem, ao historiador é imposto o desafio da montagem, da reinterpretação dos consensos e dissensos, dos apaziguamentos e dos conflitos.

Por fim, o depoimento de Bresciani publicado em 1991 na revista *Espaço & Debates*, em que expõe seu interesse nas “cidades no momento em que elas se problematizavam”, por “considerar estratégico saber como se construiu essa rede de questões denominadas questão urbana”, marca o ponto de partida fundamental nesta tese e delimita, ao meu ver, o desafio constante do historiador que envereda nos estudos urbanos com o objetivo de entender as articulações entre as ideias e as práticas, o conhecimento e sua instrumentalização pela política.

²¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre a história da urbanização – história urbana. In: **ESPAÇO & DEBATES**. São Paulo: Cortez, 1991. p 16.

1 A invenção do futuro / O primeiro centenário da Capital

Chama-se Belo Horizonte. Eu se fosse Minas mudava-lhe a denominação.
Parece antes uma exclamação que um nome [...]. Sobram na história
mineira nomes honrados para designar a capital futura.
Machado de Assis, 1894²²

Mesmo um lugar que aparenta ser puramente material, como um depósito
de arquivos, não seria lugar de memória se a imaginação não o investisse
de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um
manual de estudante, um testamento, uma associação de antigos
combatentes não entra nesta categoria caso não seja objeto de um ritual.
[...] Os três aspectos convivem sempre. [...] Lugares, portanto, mas lugares
mistos, híbridos e mutantes, intimamente relacionados à vida e à morte, ao
tempo e à eternidade, na espiral do coletivo e do individual, do profano e do
sacro, do imutável e do modificável.
Pierre Nora, 1993.²³

Ao analisar as mudanças relativas às *concepções de cidade*, no caso específico de Belo Horizonte, é inevitável pensar a construção do conhecimento histórico enquanto prática permeada por conflitos e passível de ser problematizada. A formulação de uma linguagem técnica, ao se alinhar com o vocabulário político, entrelaça a experiência social individual e coletiva dos habitantes urbanos.

O termo *concepções de cidade*, flexionado no plural, refere-se à complexa relação entre as forças que interferem na dimensão material e simbólica do espaço urbano, reconhecendo a cidade enquanto espaço de conflito.²⁴ A cidade, ao mesmo tempo que é formulada a partir de agentes legisladores, culturais, técnicos e políticos, também é constantemente ressignificada por eles. Esses agentes ocupam lugares nos diferentes estratos da sociedade e estão distribuídos entre diversos campos de atuação e ofícios, tais quais escritores, vereadores, engenheiros, médicos, vendedores, agentes policiais, mulheres e homens anônimos, entre outros. A

²² Publicado no periódico **A Semana**, em 28 de janeiro de 1894.

²³ NORA, Pierre. **Entre a memória e história**: a problemática dos lugares. História. São Paulo, 1993. p. 34.

²⁴ Christian Topalov, na abertura do dossiê *Territoires urbains contestés*, publicado na revista *Genèses* em 1994, inicia seu argumento com uma observação importante sobre os artigos publicados no dossiê. Nele afirma que as cidades são espaços transformados em territórios pelos grupos sociais em conflito: “Il s'agira ici d'espaces constitués en territoires par des groupes sociaux en conflit. Ainsi se font et se refont les villes : des emprises en marquant le paysage, par les bâtiments qu'elles font naître, les usages qu'elles appellent ou excluent, les stigmatisations qu'elles induisent.” TOPALOV, Christian. *Territoires urbains contestés*. **Genèses**, Paris, v. 16, 1994. p. 4.

variedade de funções urbanas também se traduz na multiplicidade de vistas sociais que nela encontramos.²⁵

Assim, ao mencionar concepções de cidade, busco refinar uma proposta de entendimento do espaço urbano, no contexto brasileiro, articulando como marco o processo de instauração da República, em 1889. Tal marco não é aqui reconhecido como um ponto inicial, mas sim como ponto de inflexão, em que os discursos sobre cidade ganham amplitude e pluralidade, com forças políticas que direcionam e enfatizam seus interesses na reformulação dos espaços urbanos, na maioria dos casos, a partir de discursos modulados por termos como *modernização*, *progresso* e *melhoramentos*.²⁶ A hipótese de Bresciani, apresentada em *Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950)*, de que a palavra melhoramentos é tomada como portador de um sentido articulador entre a linguagem especializada, culta e a coloquial nos auxilia nesse refinamento do entendimento de espaço urbano:

Minha hipótese é que a palavra melhoramentos, além de ser um *lugar-comum*, permitindo a troca de opiniões sobre coisas diferentes sempre relacionadas com a ideia de um acréscimo positivo àquilo que se refere, também atua como metáfora, ou seja, algo que articula um sentido a uma representação, ou a uma realização mental sob a forma de imagem. Consegue assim reunir três dimensões, a de lugar-comum, a conceitual e a figurativa. Provê com imagens, por vezes interligadas, uma opinião e/ou um conceito.²⁷

Esse entendimento do espaço urbano não trata como menos importante os movimentos contrários aos ímpetus reformistas que propuseram, em alguns casos, a

²⁵ Choay enfatiza que, além de comportar uma estrutura de dominação política ou administrativa, as cidades também são centros de consumo, o que oferece vantagens aos proprietários de terra e a aristocracia com uma multiplicidade de ofertas de produtos e serviços, o que também lhes permite viver com ostentação. Cf.: MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise *et al.* (Dir.). **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: PUF, 2010.

²⁶ Embora os termos modernização e progresso apareçam nos mesmos contextos discursivos, os dois permanecem associados à linguagem especializada e culta, respectivamente. A discussão sobre esses termos será desenvolvida nos capítulos seguintes. Disponível em: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Améliorer la ville: interventions et projets esthétiques*. São Paulo 1850-1950. In.: WALD, Paul; LEIMDORFER, François. **Parler en ville, parler de la ville: essais sur les registres urbains**. France: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2004. p. 169-192.

²⁷ BRESCIANI, M. Stella. *Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950)*. In: BRESCIANI, M. Stella (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. p. 334.

renovação em vez da reforma, como a transferência da Capital do Estado de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte.²⁸

A comunicação *sobre e com* a cidade entre agentes *na* cidade pode ser tão constitutiva do espaço quanto as palavras utilizadas por nós ao definirmos nossa experiência enquanto indivíduos urbanos. Os discursos progressistas, com apelos modernizantes, ganharam na República a possibilidade de se contraporem às instituições da antiga tradição colonial, a partir da reformulação dos espaços urbanos. Houve a incorporação dos discursos técnicos às falas de políticos, e o contrário também ocorreu. Termos inventivos para legitimar processos políticos, como “lei universal do desenvolvimento” e “fórmula condicional do progresso”,²⁹ apareceram em relatórios de prefeitos para tratar das almejadas melhorias na cidade.

As *palavras*, como destacou Christian Topalov, “constituem formas da experiência do mundo e meios de agir nele e sobre ele”.³⁰ Ao discorrer sobre a importância das palavras na leitura das experiências sociais e urbanas, o pesquisador alerta para o equívoco em confundi-las com *conceitos*, estes últimos, uma categoria que diz respeito ao nível técnico de abstração da realidade. Segundo Topalov, “as palavras só ganham sentido em um discurso que necessariamente se insere no presente”³¹ e em relação aos conceitos, haveria a presunção de existência de algo “por trás do léxico”³² que determinaria seu significado.

Os conceitos, nesse caso, remetem à assertiva de Michel Foucault sobre a implicação direta entre poder e saber, por meio da constituição de um campo e na

²⁸ Sobre o projeto de melhoramentos de Ouro Preto, ver NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933.** 2007. 239p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000402798>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

²⁹ Trecho completo: “Nessa reação de automatismo rotineiro pela permanência das práticas antigas contra a lei universal do desenvolvimento indefinido, que reclama a adoção de processos novos, as transformações não se operam senão a custa de sacrifícios dolorosos e esforços muitas vezes renovados. Deste fenômeno, que é a fórmula condicional do progresso, resultam esses períodos de oscilações mais ou menos violentas, de desequilíbrios mais ou menos profundos e prolongados, que tem afligido a vida de todos os povos e que são tanto mais frequentes quanto mais rápido é o movimento da civilização.” BELO HORIZONTE. Mensagem ao Conselho Deliberativo apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro, p. 3.

³⁰ TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella (Org.). **A aventura das palavras da cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades.** Tradução de Alicia Novick. São Paulo: Romano Guerra, 2014. p. 23

³¹ Ibidem, p.45.

³² Ibidem, p. 47.

especialização dos fatos discursivos,³³ de “que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”³⁴. Se nos indagarmos sobre as relações de força entre as palavras enquanto constituintes do mundo social urbano e os conceitos, enquanto ferramentas técnicas e de poder, utilizadas na organização do mundo urbano, chegaremos a uma construção de experiências expressas a partir da linguagem, seja ela técnica, científica ou vernacular.

Como afirmou Kosellek, “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”,³⁵ o que remeteria à possibilidade de abordar o horizonte de expectativas acerca do futuro, até mesmo das previsões sobre a realidade. “Experiência” e “expectativa”, na tese do autor, ajudam-nos a entender projetos e processos de modernização enquanto projetos de futuro, que também se definem como objetos históricos:

[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.³⁶

O exercício de imaginar o futuro, após o século XIX, tornou-se indissociável da articulação com o conhecimento técnico e cientificista, em busca de prever resultados junto a seus fundamentos metodológicos e arranjos teóricos. A aproximação entre razão, progresso e desenvolvimento, enquanto vetores de uma racionalidade moderna, parecia infalível como conjunção de ferramentas para solucionar os problemas urbanos, tais quais a questão sanitária, por exemplo. A saída

³³ “A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história para todos que confundem história com as velhas formas de evolução, da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto de existência. Se alguém falasse em termos de espaço, é porque era contra o tempo. E porque “negava a história”, como diziam os tolos, é porque era “tecnocrata”. Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos - históricos certamente - de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados.” FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. p.159.

³⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 30.

³⁵ KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos histórico**. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio: Contraponto, 2006. p. 306.

³⁶ Ibidem, p. 308.

que o historiador Fernand Braudel denomina como “evasão para o futuro”³⁷ serve como exercício de estudo histórico para entender como os grupos sociais construíram suas próprias narrativas sobre o que resulta de melhoramentos, progresso e desenvolvimento urbano. Com essa articulação, podemos nos permitir transitar a partir da construção da história de uma história, a de Belo Horizonte; e no contexto do desenvolvimento de um território, Minas Gerais.

Com a celebração do aniversário de cem anos da inauguração de Belo Horizonte, enquanto Capital de Minas Gerais, pesquisadores depararam com a difícil tarefa de reelaborar uma História Urbana que escapasse das enrijecidas narrativas sobre o passado político do Estado. Narrativas sobretudo referentes aos trunfos e aos heroísmos de figuras em momentos históricos passados específicos, tais quais Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes –, a Inconfidência Mineira ou Juscelino Kubitschek e o desenvolvimentismo mineiro. Assim como a produção de relatos sedimentados sobre a construção da Capital, como a excepcionalidade da Comissão Construtora, ou até mesmo a mobilização política nos anos 1940, que supostamente refletira a tradição mineira e a recuperação de uma essência liberal. Um esforço por parte de diferentes setores para ressignificar a importância da Capital “de uma vez por todas” colocando-a no mesmo patamar dos grandes centros urbanos foi desencadeado a partir de publicações especializadas, muitas, como veremos, com amplo apoio institucional. Acompanharemos, a seguir, como diferentes elementos foram conjugados na formulação de um discurso sobre a cidade, e que, em diferentes escalas, minimizaram algumas tensões entre as concepções de cidade.

1.1 O baú do centenário

Belo Horizonte, 1994. Intensificavam-se os debates sobre os preparativos para as comemorações do primeiro centenário da Capital do Estado de Minas Gerais. Ocasão essa de amplo interesse de gestores públicos, imprensa e demais setores da sociedade. Em 1993, ano que precedeu o aniversário de cem anos do início da

³⁷ “Os historiadores têm ao menos duas maneiras de escapar ao tempo presente. Invejemos-nos. Mas não se perguntem qual é a boa e qual é a má maneira de se evadir. As duas têm seus encantos, seus defeitos, suas enfermidades. Primeira maneira: eu me enfio e me perco no passado. Segunda maneira: evadir-se para o futuro, o que fizemos, nós, historiadores, bem antes que nascesse a moda da perspectiva, também dita futurologia.” BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 330.

construção da Cidade, foi anunciada a definição da Planta Topográfica da Cidade de Minas,³⁸ produzida em 1895, como marco das comemorações do centenário da inauguração da Capital. Tal anúncio foi feito por meio da assessora da Secretaria Municipal do Patrimônio, a professora e especialista em história da arquitetura e urbanismo Celina Borges Lemos.

A Planta Topográfica e Cadastral (Figura 2), importante documento histórico, elaborado enquanto a Comissão Construtora da Nova Capital era chefiada pelo engenheiro paraense Aarão Leal de Carvalho Reis,³⁹ havia sido encontrada em condições totalmente inadequadas de armazenamento na Secretaria Municipal de Atividades Urbanas e tal fato foi noticiado nos principais jornais da Cidade. A pesquisadora Celina Borges Lemos, na ocasião, também coordenadora do projeto BH Cem Anos,⁴⁰ foi uma das responsáveis por chamar a atenção para o documento precioso e sensibilizou o então prefeito da Capital, Patrus Ananias, cuja gestão aconteceu entre 1º de janeiro de 1993 e 1º de janeiro de 1997.

³⁸ Projeto urbanístico da Capital mineira sobre a área estudada para a implantação da nova cidade, elaborado pela Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais, sob a direção do engenheiro Aarão Reis. Apresentou a cidade subdividida em três zonas: urbana, suburbana e de sítios, bem como o seu traçado viário e equipamentos públicos. Esta planta desenhada na escala de 1:28.000, com as dimensões de 39 x 60 cm, compõe, juntamente com outras plantas e a Revista Geral dos Trabalhos, o projeto urbanístico da nova cidade. Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais. Planta/Projeto, 1895. Belo Horizonte, Minas Gerais.

³⁹ Aarão Leal de Carvalho Reis foi o primeiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, também foi um intelectual propagandista dos movimentos abolicionistas e republicanos. Nasceu em 1853 em Belém do Pará e faleceu no Rio de Janeiro em 1936. Teve sua formação como engenheiro, urbanista e professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, principal instituição dedicada à instrução profissional e tecnológica durante o Império. Concluiu em 1872 o curso de engenheiro geógrafo e, em 1874, o curso de engenheiro civil. Dirigiu a comissão técnica responsável pela seleção do local onde seria instalada a nova capital de Minas em 1893. Participou de inúmeros outros projetos, entre eles a construção da Avenida Central, no Rio de Janeiro.

⁴⁰ “Belo Horizonte, 100 anos depois: as novas condições da experiência”, projeto que teve início em março de 1997 e contou com o financiamento do CNPq e da Fapemig.



Figura 2 – Reprodução da planta integrante do Projeto Urbanístico de Belo Horizonte (1895). Fonte: Revista Geral dos Trabalhos, Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais Planta/Projeto, 1895. Belo Horizonte, Minas Gerais.

Jornais regionais e locais de grande circulação anteciparam o aniversário da Cidade com cadernos especiais que continham desde informações histórico-descritivas, entrevistas com antigos moradores ilustres, arquitetos e políticos, até textos literários. Essa antecipação também foi fundamentada no ensejo dos veículos de comunicação de se lançarem como autoridade no assunto, sobretudo ao publicar

artigos sobre a história e a memória da Cidade. Como constatado pelas pesquisadoras Regina Helena Alves da Silva e Vera Regina França, houve “iniciativa de alguns veículos de pautar de forma específica o centenário e se converter em outro locutor autorizado”.⁴¹

Entre os temas tangenciais se destacavam a construção da imagem simbólica do “mineiro” e divagações com perspectivas para o futuro. O que havia se tornado a Capital de Minas? O que ela iria se tornar nos próximos cem anos? Nesse momento, os jornais e seus cadernos, criados oportunamente, traziam reflexões sobre temas tais quais meio ambiente, industrialização, comércio, cultura, educação e lazer. Tais discussões aconteceram nos periódicos *Estado de Minas*, *Diário da Tarde*, *O Tempo*, entre outros, com suas notas que apelavam para um exercício de abstração, no mínimo interessante, sobre a Capital e sua suposta vocação cosmopolita. O periódico *Diário da Tarde* não hesitou em publicar, no dia 20 de setembro de 1997, que, “aos cem anos, condenada a ser contemporânea de tudo, Belo Horizonte ou parte para um diálogo quase “planetário” com as outras cidades do mundo, ou não será quase nada”, (Figuras 3 e 4) sendo que, até aquele momento, um século depois, a Capital ainda figuraria “entre a civilização e a barbárie”.⁴²

⁴¹ SILVA, Regina Helena; FRANÇA, Vera Regina Veiga. Belo Horizonte fez 100 anos. **Projeto História**, n. 17, 1998. p.434

⁴² **Diário da Tarde**, p. 28, 20 de setembro de 1997.



Figura 3 – “BH 100 anos – Um manifesto pela vida”. *Diário da Tarde*, 20 de setembro de 1997, p. 28.

Na ocasião, os periódicos convidaram personalidades e especialistas para relatar suas impressões sobre a Capital. No dia 20 de setembro de 1997, o *Diário da Tarde* publicou uma nota com depoimento de Jurema Machado, arquiteta e urbanista, sobre as dificuldades da Cidade no seu aniversário. O texto tem início da seguinte maneira:

Insolúvel dilema esse de nos debatermos com os defeitos de uma grande cidade. Quase sempre defeitos e qualidades são apenas as duas faces de uma mesma moeda – porque vivemos aqui, queremos acesso a tudo e sofremos com a sobrecarga sobre as infraestruturas da cidade; desejamos frequentemente a liberdade do anonimato e padecemos de isolamento; porque escolhemos a cidade, vislumbramos todas as possibilidades e, por isso mesmo, conhecemos todas as privações.⁴³

Os jornais destacavam as transformações e os desafios da metrópole, e os depoimentos também serviam para ilustrar a percepção dos habitantes sobre o espaço. Na fala da moradora da Cidade e ex-vereadora Maria Helena Soares (1997-2000), Belo Horizonte, em 1997, não era mais a Cidade jardim que ela havia conhecido. Segundo ela, a Cidade vivia assolada pela violência, poluição e problemas

⁴³ Idem.

de mobilidade, tudo responsabilidade da gestão municipal. Thais Pimentel, historiadora, também entrevistada na mesma coluna, reconhecia à época que, mesmo com todos os problemas, Belo Horizonte era uma boa metrópole. Como não poderia escapar, sua fala tocara em dois pontos importantes referentes ao imaginário citadino: a suposta falta de planejamento, muito presente nas reportagens do período, e o descaso com a memória da Cidade, este último ponto presente mais em depoimentos de especialistas do que dos demais cidadãos. Segundo a historiadora:

Mesmo tendo sido projetada, a capital de Minas não recebeu, por parte de seus administradores, através do tempo, uma atenção condizente com essa sua peculiaridade. A cidade foi entregue à sua própria sorte e os interesses que se impuseram foram sempre os econômicos. Assim, crescimento e qualidade de vida nem sempre foram equacionados de maneira a respeitar a intenção original. Neste sentido, o trânsito é apenas o vilão da história.⁴⁴

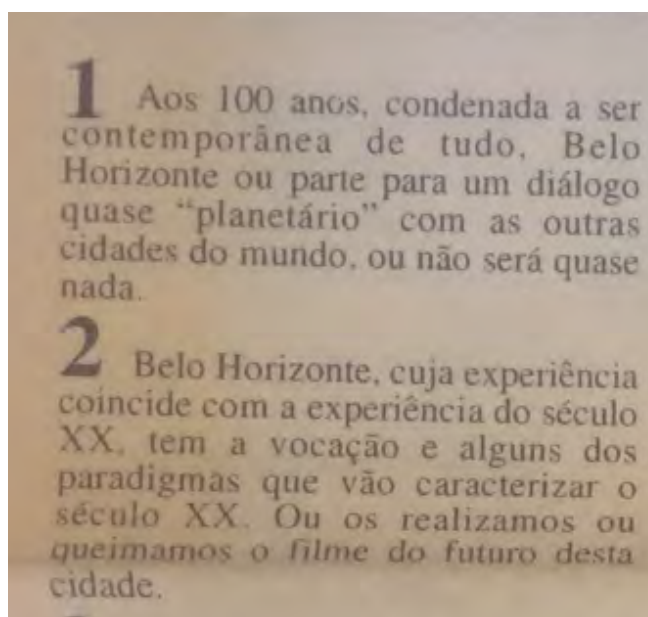


Figura 4 – “Condenada a ser contemporânea de tudo” Diário da Tarde. 20 de setembro de 1997, p. 28.

A construção do imaginário acerca do nascimento e constituição da Capital era, à época, alvo de grande mobilização. Havia, como vimos, o reconhecimento da insuficiência de cuidados em relação à sua história. Esse imaginário ganhou amplitude vertiginosa com o centenário. Naquele momento, Belo Horizonte era ao mesmo tempo

⁴⁴ Idem.

aniversariante, palco para celebrações do próprio aniversário e uma espécie de sítio arqueológico ainda em plena escavação. A Capital, como muitos pesquisadores iriam relatar quase em uníssono, sofreu com a falta de preservação de sua memória, que foi pouco valorizada, especialmente entre o período de sua fundação oficial até o final da primeira metade do século XX. Para os pesquisadores, toda investigação relacionada ao centenário se constituiu como uma reinvenção da história que se deu pela tarefa de organizar seu conjunto de narrativas e ao mesmo tempo preencher suas lacunas com fragmentos de histórias particulares.

Os jornais, neste caso, foram publicados destacando muitas curiosidades históricas e muitos fragmentos de trajetórias. Houve, por exemplo, a descoberta de dezenas de cartas de amor do engenheiro carioca membro da Comissão Construtora Pedro da Nóbrega Sigaud (1859-1916), enviadas à noiva em 1894 e que haviam sido guardadas na casa de familiares. Nas cartas, o engenheiro, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, relatou as dificuldades que passou no antigo Curral Del Rei, principalmente aquelas relacionadas às desapropriações e à vida em um canteiro de obras sem uma noção do que viria a ser aquele empreendimento.⁴⁵

Dos contos mais emblemáticos há o misterioso caso do *baú do centenário*, como foi chamado pela imprensa em 1996. Relaciono tal caso como metáfora fundamental da busca da construção da identidade coletiva de uma cidade cem anos depois de sua fundação. O marco desse conto está estabelecido em 7 de setembro de 1895, quando a Comissão Construtora da Nova Capital teria legado aos futuros habitantes um baú repleto de informações, enterrado para ser aberto no aniversário de cem anos da Cidade. As referências ao baú constam do livro *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*,⁴⁶ escrito pelo então pároco da Cidade Francisco Martins Dias. Também existem menções ao famigerado baú em *Memória histórica e descritiva*,⁴⁷ obra publicada pelo escritor e memorialista Abílio Barreto (1883-1957),

⁴⁵ Sobre as desapropriações ver: OLIVEIRA, Carlos Alberto. Na sombra da construção da Nova Capital de Minas: o documento-indicador de um conflito. **Em Tempo de Histórias** – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, Brasília, n. 17, p. 117-125, ago/dez. 2010.

⁴⁶ DIAS, Francisco Martins; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte**. Belo Horizonte: Typ. de Bello Horizonte, 1897.

⁴⁷ BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. 2. ed. rev., atual. e anotada. Belo Horizonte, MG: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudo Históricos e Culturais, 1996. 2 v., il.

que situou sua localização entre a avenida Afonso Pena, rua da Bahia e avenida Augusto de Lima.

O caso do baú mobilizou não apenas a sociedade, como foi foco de grande atenção do poder público, e indicou a existência de fortes expectativas em relação ao objeto como revelador da “verdadeira” e mais importante história da Cidade: aquela que serviria para assegurar a Capital enquanto pertencente à mitologia do progressismo mineiro. A busca pelo referido baú aconteceu de maneira efetiva, orquestrada pela administração municipal, que contratou uma empresa privada para fazer sondagens com aparelhos ultrassônicos nas regiões onde suspeitavam estar enterrado. Para além do resgate de memórias sobre a Capital, havia uma ampla especulação sobre a existência de um possível tesouro guardado nesse baú, composto de pedras preciosas e moedas de ouro. Ainda que sem um final feliz, tal enredo serviu de inspiração para a prefeitura à época propor repetir tal feito para o ano de 2097: enterrando um baú para ser aberto no bicentenário da Capital, dessa vez com localização devidamente registrada e amplamente divulgada (ver Figura 5).



Figura 5 - Placa sobre o local onde foi enterrado o baú do bicentenário. Foto: Carlos Oliveira, acervo pessoal. Data: 19/12/2016.

O baú do bicentenário, que foi enterrado em 1997, está localizado no local hoje denominado Praça dos Fundadores, situado dentro do Parque Municipal Américo Renée Giannetti. A praça foi nomeada assim após receber as esculturas que homenageiam os fundadores da Capital. Em 27 de setembro de 1957, o vereador

Geraldo Portes deu entrada a um projeto de lei solicitando que fosse criado um monumento em memória aos fundadores da Capital (Figuras 6 e 7). Construídas no Rio de Janeiro pelo artista plástico H. Leão em 1962, apenas em 1963 as peças foram instaladas na Praça Sete de Setembro, quando houve a retirada do Obelisco a mando do então prefeito, Amintas de Barros (Figuras 8 e 9). A polêmica retirada do Obelisco e a reconfiguração de um dos espaços públicos mais importantes da Capital foram marcantes, pois revelou que as disputas pela memória e pela história ainda estavam em curso, e que a expressão delas se daria através da toponímia e da morfologia do espaço urbano. Os fundadores da Capital homenageados foram os políticos Antônio Augusto de Lima, governador provisório republicano em 1891 e proponente da mudança da Capital de Ouro Preto para Belo Horizonte; Afonso Pena, presidente do Estado entre 1892 e 1894 que iniciou em 1893 a construção da Nova Capital; Crispim Jacques Bias Fortes, presidente do Estado de Minas Gerais entre 1894 e 1898, que finalizou as obras e inaugurou a Nova Capital, então denominada Cidade de Minas, em 12 de dezembro de 1897; e o engenheiro Aarão Reis, que elaborou e acompanhou a construção da Cidade e foi morador da “Chácara do Sapo”, que estaria localizada hoje dentro Parque Municipal Américo René Giannetti.



Figura 6 – Monumento aos fundadores de Belo Horizonte, inaugurado em 1963. Foto: Carlos Oliveira, acervo pessoal. Data: 19/12/2016



Figura 7 – Placa indicando o prefeito responsável pela instalação do monumento aos fundadores. Foto: Carlos Oliveira, acervo pessoal. Data: 19/12/201



Figura 8 - Retirada do obelisco da Praça Sete de Setembro. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=npISY_QCSKE. Acesso em: 19/10/2017.



Figura 9 - Obelisco instalado na Praça Diogo de Vasconcelos, na região da Savassi. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=xWaFglz_-PY. Acesso em: 19/10/2017

1.2 A Coleção Centenário e outras obras

Durante os anos que antecederam a celebração do aniversário da Cidade, com a intenção de suprir a demanda por algum artefato que contribuísse para montar o quebra-cabeça da história da Capital, surgiu, por incentivo da Fundação João Pinheiro e pelo Governo do Estado de Minas Gerais – comandado por Eduardo Azeredo (1995-1999; PSDB) –, o projeto da Coleção Centenário. Tal coleção é, até então, a maior e mais importante publicação sobre a história de Belo Horizonte. Coordenada por Eleonora Santa Rosa, diretora do Centro de Estudos Históricos da Fundação João Pinheiro à época das publicações, a coleção foi composta por doze trabalhos que se propuseram aprofundar aspectos específicos da história da Capital de Minas Gerais. Os temas variaram entre comércio, transporte, saneamento, imprensa, artes e literatura, cada um encomendado a diversos e reconhecidos pesquisadores divididos em temáticas independentes, mas ao mesmo tempo ilustrativas dos anos de vida da Capital.⁴⁸

⁴⁸ A lista completa de obras da Coleção Centenário está apresentada nas Referências deste trabalho.

A priori, a referida coleção assumiu um duplo sentido na formulação da história da Capital e do Estado de Minas Gerais, tratando-se da transformação de alguns temas da história regional em múltiplos instrumentos, que serviriam, simultaneamente, às operações da memória e difusão do conhecimento histórico. A memória, cabe destacar, é um fenômeno de construção social, ou seja, um fenômeno de construção coletiva,⁴⁹ como definiu Maurice Halbwachs, sendo instrumentalizada para elaboração das identidades regionais e nacionais.

Nesse caso, o entendimento da importância das publicações na operacionalização da memória e manutenção da história regional é oportuna e, como apontou Jacy Seixas,

A memória não é jamais como aparece superficialmente, ou seja, como uma retrospectiva, um resgate passivo e seletivo de fatias de passado que vêm, como um decalque, compor ou ilustrar nosso presente; seu movimento, ao contrário, é antes de mais nada o de prolongar o passado no presente. A memória não é regressiva (algo que parte do presente fixando-se no passado); ela é prospectiva e, mais do que isso, é projetiva, lançando-se em direção ao futuro.⁵⁰

Mas, imediatamente após as comemorações do centenário, tal material produzido foi reapropriado e ressignificado, provavelmente de maneiras não imaginadas pelos pesquisadores. Mesmo suscetíveis às críticas, as publicações agruparam pesquisas de profundidade inquestionáveis, o que justifica o lugar da coleção como referência essencial para pesquisas sobre a Cidade.

Sem o intuito de analisar aqui as obras isoladas, embora não escapem comentários específicos sobre algumas delas, lanço luz ao *lugar* da produção historiográfica sobre a Nova Capital, que resulta de uma operação sistematizada da memória. Essa produção é marcada pela formação natural dos *topoi* no universo da produção científica, e em alguns casos é conveniente com a operação da memória a partir do acordo entre instituições públicas, privadas e sem fins lucrativos. Ouso fazer uma analogia da Coleção Centenário como a reconstituição do baú perdido, um exercício desenvolvido por diversos atores de épocas distintas como tentativa de definir tanto um legado como construir um futuro por meio de fragmentos que podem

⁴⁹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

⁵⁰ SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? **Projeto História**, PUC-SP, 24, junho de 2002. p. 45.

ser remanejados e apropriados de diversas maneiras. Tal operação fica evidente na fala institucional sobre a temática adotada pelos pesquisadores:

Na primeira leitura deste delicioso *Omnibus – Uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte*, uma inquietação permanecia, cutucando lá no fundo: qual o mote, que fio condutor deve orientar a leitura? Especialistas, curiosos, trabalhadores do setor ou militantes do movimento popular certamente encontrarão nestas páginas um farto e cuidadoso material. O desafio, porém, é identificar um denominador comum, uma mesma estação de chegada, que permita a todos, qualquer que tenha sido o roteiro escolhido, dialogarem entre si.⁵¹

A atuação fundamental dos pesquisadores na definição de uma “mesma estação de chegada” não pode ser reduzida a instrumentos articulados pelo Estado na institucionalização de uma memória coletiva. Há, sobretudo, a definição de formas de abordagem e interesses editoriais que passam pelas vias da pesquisa e pelos círculos acadêmicos, como veremos na análise de alguns aspectos da Coleção Centenário. O exercício retrospectivo, no caso de pesquisas de caráter histórico, é também uma prática *prescritiva*. Trata-se de construir amarrações que podem auxiliar a problematizar os percursos futuros e as articulações entre o desenvolvimento das cidades e das sociedades que nelas habitam.

Tal prática prescritiva está inserida no âmbito da *rememoração* enquanto busca por significações, tanto o acesso à memória e suas significações em um âmbito individual como a *comemoração* enquanto um trabalho de construção coletiva. Tal é o caso dos centenários que representam para a história processos de ressignificação e legitimação de uma memória coletiva historicizada.⁵² A “obsessão comemorativa”⁵³ parece mover um processo de sua hiperinstrumentalização suplantando sua espontaneidade, seu caráter involuntário para sobrepor uma memória voluntária.

⁵¹ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; BELO HORIZONTE (MG); COLEÇÃO BELO HORIZONTE. **Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1996. p. 10, grifo meu.

⁵² Rememoração e comemoração foram tratados por Paul Ricoeur e por Walter Benjamin. Para um maior aprofundamento, ver: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007; e BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: _____. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas III**. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁵³ Ver SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 37-58.

A comemoração, ou o fenômeno comemorativo, contemporâneo, exige que o especialista se posicione, responsabilizando-se pelas sínteses de camadas de memória. Como ressaltou Seixas,

A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...). Noção de que memória torna *poderoso(s)* aquele(s) que a gere(m) e controla(m).⁵⁴

Comemorar aqui é entendido como “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal”.⁵⁵ Em sua base, encontramos o questionamento da relação tempo/espço:

[...] ele [o fenômeno comemorativo] implica um questionamento crítico da relação distância/reaproximação com o presente histórico. Por trás de todas as comemorações nacionais encontra-se, portanto, a questão do tempo que se manifesta em sua relação com o passado da história e com o presente da memória. Em outras palavras, a comemoração tem por objetivo demonstrar, como já vimos, que o acontecimento “rememorado”, por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro.⁵⁶

As comemorações, mesmo que frutos dessa instrumentalização, não são homogêneas ou apenas processos automatizados de recuperação de uma memória. Sua essência política reside nos conflitos e disputas e são também processos de esquecimento e seleção. Esse processo faz com que inevitavelmente o historiador se lance junto a projetos de sociedade, possibilitando a criação de imagens do futuro. As comemorações dos 500 anos do Brasil, dos 460 anos de São Paulo ou os 450 anos Rio de Janeiro celebrados em 2014 também mobilizaram poder público, setores acadêmicos e outras instâncias, que participaram das escolhas do que preservar ou

⁵⁴ Ibidem, p. 42.

⁵⁵ SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 abr. 2017.

⁵⁶ Idem.

não. Consolida-se abertura de um novo livro com páginas em branco a serem escritas por outros especialistas no que as memórias representam para o universo coletivo.

1.3 O progresso como missão

Retomo, aqui, uma das produções mais importantes da Coleção Centenário: aquela que aborda a trajetória do engenheiro Aarão Reis, responsável pelos estudos de construção da Capital e primeiro engenheiro chefe da Comissão Construtora.

Roberto Borges Martins, então presidente da Fundação João Pinheiro, havia destacado, logo na apresentação de *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*, o lugar digno de memória do engenheiro em uma história social inclusa na formação do Brasil republicano. Foi mencionado, de imediato, sua participação na campanha pela abolição da escravatura, assim como a luta pelo ensino público e profissional e pela execução das grandes reformas da cidade do Rio de Janeiro na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906). O material ainda contém apresentação feita pelo presidente do CREA à época, Augusto Celso Franco Drummond, que ressalta em sua fala a importância do trabalho de Reis para o desenvolvimento do campo profissional da engenharia no Brasil:

Para nós, engenheiros, homenagear este ilustre brasileiro por ocasião das comemorações do centenário de Belo Horizonte é, acima de tudo, a oportunidade de reafirmação do conceito de trabalho profissional exercido com dignidade e responsabilidade. Aarão Reis praticou, na plenitude, a cidadania profissional. Soube aliar a competência técnica à postura ética, colocando o seu conhecimento especializado a serviço dos mais nobres interesses humanos e sociais, no equacionamento e solução dos problemas da sociedade.⁵⁷

São duas apresentações significativas para compreender o valor histórico, cultural e institucional da publicação. O primeiro buscou destacar a figura do engenheiro em seu universo profissional, enquanto o segundo o destacou em sua importância histórica, mais alinhado à pesquisa de Heliana Angotti Salgueiro.⁵⁸

⁵⁷ SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. p. 5.

⁵⁸ Esta pesquisa se iniciou como desmembramento da sua pesquisa de pós-doutoramento realizada anteriormente com financiamento do CNPq e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Ver em: SALGUEIRO. **Engenheiro Aarão Reis**, op. cit.

Distante de ser uma homenagem, o trabalho de Salgueiro aborda em profundidade a trajetória do engenheiro Aarão Reis no campo da biografia intelectual e destaca a importância de uma história social.⁵⁹ Tal manifestação se faz de maneira contrária ao que Bernard Lepetit, segundo Salgueiro, observou como “esquecimento do ator”, afirmando que a “mudança de enfoque que se volta para o ator social como uma ‘categoria prática’ é a alternativa contra as fraquezas das generalizações e das categorias predeterminadas”.⁶⁰ A pesquisadora deixa explícito, logo na introdução do seu trabalho, que a análise da trajetória de um intelectual pouco destacado na história da engenharia e da urbanização no Brasil como Aarão Reis é uma oportunidade exemplar para “se pensar a apropriação de modelos culturais internacionais no Brasil”.

Sobre a publicação, a autora destaca o trabalho em conjunto com o Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, assim como a necessidade de a discussão sobre a ampliação da proposta inicial ser composta por uma análise introdutória e a transcrição de alguns textos, a fim de “ampliar o campo de atração para o leitor não especializado pouco disposto à leitura de *fac-símiles* de textos históricos”.⁶¹

Seu trabalho, minuciosamente organizado, é composto por duas partes. A primeira que compreende a biografia intelectual de Aarão Reis, elaborada “à luz do horizonte cultural e do campo de ação comuns aos engenheiros politécnicos no século XIX”.⁶² A segunda parte compreende uma análise mais particular das ideias e práticas do engenheiro, considerando seu contexto, relacionados sempre à rica documentação levantada pela pesquisadora. Essa segunda parte é dividida em cinco seções que conjugam a trajetória intelectual do engenheiro com aspectos científicos, políticos, econômicos e socioculturais de um processo de transformação nacional com ênfase no século XIX.

Esse trabalho permanece, até hoje, como a publicação mais completa e organizada sobre a trajetória de Aarão Reis, sendo difícil escrever uma história de Belo Horizonte, dentro de um processo de transformação urbana no Brasil, sem antes consultá-lo e referenciá-lo. Os conceitos de “progresso”, “utopia” e “cientificismo” são

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Ibidem, p.15.

⁶¹ Ibidem, p.16.

⁶² Ibidem, p. 17.

norteadores e definem o que a autora chama de “missão civilizadora”. As definições metodológicas de seu trabalho ficam explicitamente claras na introdução:

Por ser “intelectual”, esta biografia passa obrigatoriamente pelo estudo das transferências culturais, em que a noção de apropriação é central, e cujas modalidades aparecem em cada temática – por exemplo, o manifesto de Aarão Reis pela organização da instrução no País revela-se, a um só tempo, nacionalista e baseado nos textos franceses. As condições de emergência de uma inteligência técnica no Brasil não podem prescindir de um estudo comparativo com os modelos culturais internacionais citados pelos profissionais brasileiros para reforçar suas posições na “cruzada” da modernização urbana, na regulamentação do Higienismo, na construção de cidades novas e no estudo do território e seus recursos.⁶³

No trabalho *La casaque d'Arlequin: Belo Horizonte, une capitale éclectique au 19e siècle*, publicado na França em 1997, a tese central é a afirmação de que Belo Horizonte representa um caso exemplar “d'appropriation de l'architecture européenne, notamment celle diffusé, depuis la seconde moitié du XIXe siècle, par L'École des Beaux-Arts de Paris, où José de Magalhães (Figura 10), auteur du projet architectural de Belo Horizonte, a reçu sa formation”.⁶⁴

⁶³ Ibidem, p.15.

⁶⁴ “apropriação da arquitetura europeia, especialmente aquela difundida desde a segunda metade do século XIX, pela Escola de Belas Artes de Paris, onde José de Magalhães, autor do projeto arquitetônico de Belo Horizonte, recebeu sua formação.” Tradução livre. SALGUEIRO, Heliana Angotti. **La casaque d'Arlequin: Belo Horizonte, une capitale éclectique au 19e siècle**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1997.



Figura 10 – José de Magalhães, arquiteto da Comissão. Fundo: Comissão Construtora da Nova Capital. Data: entre 1890 e 1897.

Salgueiro reconhece que as ideias de planejamento urbano estavam no “*l’air du temps*”, sendo possível identificar o movimento de transformação da cidade brasileira em paralelo a Chicago, Washington e La Plata (Figuras 11, 12 e 13). Ao longo de seu trabalho, Salgueiro indaga se podemos falar de um modelo de referência para o plano de Belo Horizonte, reconhecendo que, *grosso modo*, a Capital está inscrita em um sistema comum no século XIX, das diagonais entrecruzadas, mas, paradoxalmente, a pesquisadora prioriza as relações entre a Europa (Paris, neste caso) e Brasil.

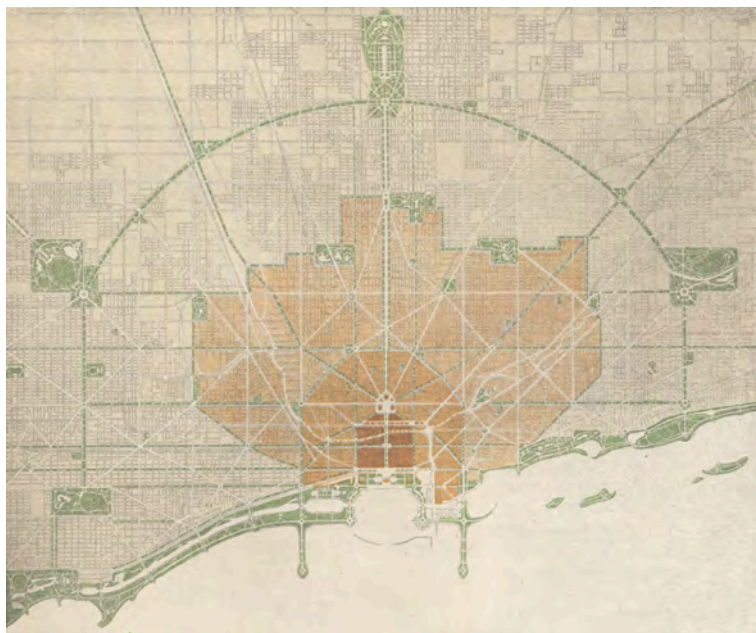


Figura 11 – Plano de Daniel Burnham e Edward Bennett, 1909. Fonte: <http://burnhamplan100.lib.uchicago.edu>

No capítulo quarto de sua referida tese, Salgueiro não descarta os antagonismos e a dinâmica de circulação das ideias urbanísticas. A discussão sobre as filiações e diferenças prossegue com uma análise apurada das semelhanças e diferenças entre Belo Horizonte e La Plata. Salgueiro discorre sobre Belo Horizonte, com a historiografia de referência para seu trabalho, e afirma que dos planos mencionados como “modelos” para a cidade, isto é, Washington e La Plata (capital da província de Buenos Aires), apenas no caso da segunda cidade há documentação que pode atestar alguma relação de “modelo”. Esse documento consiste em uma carta escrita por Aarão Reis a um diplomata brasileiro na Argentina, Fernando Osório, em 22 de outubro de 1894 (Figura 14). Salgueiro destaca, como semelhanças nos dois casos: existência de uma comissão de estudos de localidades, tempo semelhante na construção (três anos para La Plata e quatro anos para Belo Horizonte), dimensão similar dos quarteirões, existência de uma avenida circular, e parque cuja superfície equivale a 7% da área urbana. Entre as diferenças, em La Plata houve concurso para construção de cinco edifícios públicos (praticamente os mesmos previstos por Aarão Reis), já no caso de Belo Horizonte, não houve concurso, apenas análise dos projetos pela Comissão. Além da ausência de simetria no desenho urbano de Belo Horizonte, que difere de La Plata, com seu eixo triunfal.



Figura 12 - O plano original de Pierre L'Enfant para Washington, D.C., 1794. Fonte: Biblioteca do Congresso, Washington, D.C.

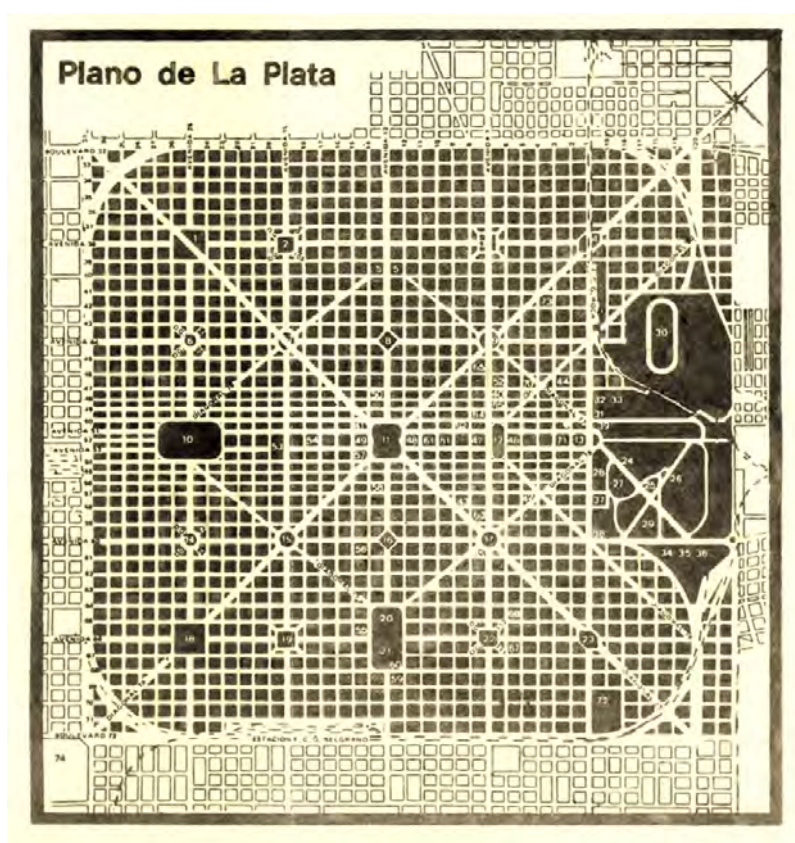


Figura 13 – Plano de La Plata elaborado por Pedro Benoit. Sem data, Fonte: Revista Crítica | La Plata y la geometría sagrada, 2018.

Ao tratar das fontes, das comparações e das transformações espaciais urbanas, Salgueiro reconhece ser a superposição de diagonais um esquema frequente no século XIX. Ainda afirma que é raro, na história das cidades, repetições terem origem em uma só concepção, sendo que salubridade, comodidade e circulação seriam bases conceituais de todos os trabalhos de melhoramentos no século XIX.⁶⁵ Como veremos no capítulo seguinte, aconteceram debates e repercussão crítica entre profissionais brasileiros a respeito das posições técnicas assumidas por Reis, em relação ao traçado e soluções para o sistema de esgotos; o que explicita que as atividades de desenvolvimento urbano não eram, nem são, fundadas em consensos ou em referenciais únicos.

⁶⁵ SALGUEIRO. *La casaque d'Arlequin*, op. cit., p. 66.

7
62 [02]

22 Outubro v.

Ex. me. Mr. Dr. Fernando Osório.

Eu agora não tenho a honra de
ser conhecido por V. Ex., a quem tam-
bém não tenho a fortuna de conhe-
cer pessoalmente, acreditando que meu
nome não será totalmente desconhe-
cido para V. Ex.; e, como, demais, se
trata de objecto que interessa o
nosso Paiz, que V. Ex. ora representa
com brilhantissimo no exterior, a-
nimo-me a dirigir a V. Ex. estas
linhas, aniscando-me mesmo aim-
portunal- e nos momentos da partida.
Acho-me encarregado, pelo Gene-
ral

Figura 14 – Carta do engenheiro -chefe com pedido de informação sobre as cidades argentinas planejadas enviada em 22 de outubro de 1984 ao diplomata Fernando Osório. Página 2 de 5. Fonte: APCBH.

A historiografia na qual se insere o trabalho da pesquisadora tem como uma de suas características distintivas uma leitura tradicional sobre a circulação de ideias, sendo a invenção da Nova Capital de Minas Gerais e sua identidade arquitetônica, tratadas como fenômeno de apropriação de modelos em meados do século XIX e início do século XX:

On s'étonnera peut-être que ce livre sur Belo Horizonte ait été écrit à Paris. C'est un fait connu que la culture urbaine brésilienne a été tributaire des modèles français pendant tout le XIXe siècle. Depuis la Mission Artistique Française de 1816, appelée par le roi D. João VI pour développer les sciences et les arts dans le royaume (Portugal-Brésil) alors uni, en passant par le romantisme et jusqu'à l'adhésion des républicains à la doctrine d'Auguste Comte à la fin du siècle, la plupart des mouvements intellectuels brésiliens se sont effectués sous l'égide des idées françaises. L'indépendance, proclamée en 1822, et réalisée, comme dans tous les pays latino-américains, selon les idéaux de 1789, a resserré les liens du Brésil avec la France, dans la mesure même où l'on refusait désormais la tutelle portugaise. Mais, si l'apport français à la culture brésilienne a été bien étudié dans le champ littéraire, il n'a pas encore été analysé de façon systématique dans celui d'une histoire culturelle de l'architecture et de l'urbanisme dont j'ai cerné un moment clé.⁶⁶

Salgueiro, nesse sentido, evoca uma complexa relação entre recepção de modelos, circulação de conceitos e ideias entre Brasil e França, em seus dois trabalhos publicados em 1997. Ao definir que a cultura urbana brasileira foi tributária de “modelos franceses” durante todo o século XIX e buscar na Missão Artística Francesa no Brasil em 1818 a legitimação de seu argumento, a pesquisadora se compromete com uma perspectiva eurocêntrica, ao meu ver, defasada e insuficiente, que não corresponde, por exemplo, à demanda crescente por uma historiografia com enfoque transnacional, que, como bem destacou Barbara Weinstein,⁶⁷ vem ganhando campo entre os *latin-american studies* ao destacar a permeabilidade das fronteiras nacionais e regionais permitindo “ir além da identificação de particularidades ou especificidades num contexto nacional”.⁶⁸

A ambiguidade em sua abordagem fica clara nesse movimento metodológico que propõe identificar o percurso das ideias que marca o(s) profissional(is) brasileiro(s) como mero receptores/apropriadores. Nesse sentido, compreendo que o historiador não pode se basear somente em histórias comparativas

⁶⁶ “Pode ser surpreendente que este livro sobre Belo Horizonte tenha sido escrito em Paris. É sabido que a cultura urbana brasileira era dependente de modelos franceses ao longo do século XIX. Desde a Missão Artística Francesa de 1816, convocada pelo rei D. João VI para o desenvolvimento das ciências e artes no reino (Portugal-Brasil) então unida, passando pelo romantismo e até a adesão dos republicanos a doutrina de Auguste Comte, no final do século, a maior parte dos movimentos intelectuais brasileiros ocorria sob a égide das ideias francesas. A independência, proclamada em 1822, e realizada, como em todos os países latino-americanos, de acordo com os ideais de 1789, fortaleceu os laços do Brasil com a França, à medida que recusávamos a tutela portuguesa. Mas se a contribuição francesa à cultura brasileira foi bem estudada no campo literário, ainda não foi sistematicamente analisada por uma história cultural da arquitetura e urbanismo da qual eu identifiquei um momento-chave.” Tradução livre. SALGUEIRO. **La casaque d'Arlequin**, op. cit., p. 9.

⁶⁷ WEISTEIN, Barbara. Pensando a História fora da Nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista eletrônica da ANPHLAC**, n. 14, p. 13-29, jun. 2013.

⁶⁸ Ibidem, p. 23.

e narrativas produzidas a partir de uma suposta "originalidade", ou de uma "genealogia das ideias".⁶⁹

Embora haja o entendimento do conhecimento sobre as cidades e seu crescimento urbano como campo de saberes complexos e estruturados, suscetível à transitoriedade dos agentes, à contingência, à polissemia, aos embates de interesses de ordem variada, admito aqui não ser necessário repetir a abordagem factual de eventos e narrativas sobre a modernização do Estado, que nos leva sempre a afirmar que a cidade não é mais que um evento político fadado ao fracasso por ser uma "cópia" ou "modelo" apropriado de forma malsucedida. A análise do contexto internacional, no caso mineiro, deve permitir entender um período de sua história, conectado com a história do urbanismo no Brasil e no mundo, para melhor aproveitamento das possibilidades de análise.

1.4 Modernidade tardia?

O mundo moderno não é um mundo de utopias, ele continua sendo o velho mundo de realidades, belas e feias. Os homens superiores de hoje como os de todas as épocas lutam para melhorar a vida de seus semelhantes. [...]
O estado de obediência, quase religioso, na nossa época, estende-se a todas as atividades do homem, ele sente-se tutelado não só na ação política, em tudo e este estado de espírito, não pode deixar de ser nocivo à arte. Assim criou-se na arte moderna uma convenção. Ela a Arte deve servir a ação social. O artista deve orientar sua produção de acordo com uma causa, porque não dizer, francamente, uma causa política.
Fica assim estabelecido que o artista tem que ser um partidário.
Há, portanto um mito (este o mais recente) no modernismo que dirige a criação da obra de arte no sentido político social.
Di Cavalcanti. Trecho da palestra "Mitos do Modernismo" proferida em Belo Horizonte, 1944.⁷⁰

Simultaneamente às comemorações do centenário de Belo Horizonte, que são fenômenos pertinentes aos usos sociais, culturais e políticos da memória, houve a emergência de debates sobre o lugar do Brasil e de Minas Gerais no circuito

⁶⁹ Considero também, como fundamental, o entendimento da multiplicidade da história, de que "as histórias só podem ser múltiplas", como afirma o historiador da cultura Serge Gruzinsky ao se apropriar do conceito de Connected Histories do historiador da cultura Sanjay Subrahmanyam. GRUZINSKY, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. **Estudos Avançados**, 2003. p. 323.

⁷⁰ MATTAR, Denise; FUNDAÇÃO CLOVIS SALGADO. **O olhar modernista de JK**. Belo Horizonte: Instituto de Arquitetos do Brasil. Departamento de Minas Gerais: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2009. p.103.

moderno, considerando o conceito “modernidade tardia” como âncora da reflexão sobre o nosso desenvolvimento.

Tal conceito aparece na produção historiográfica mineira como “manifestação cultural referente a realizações defasadas no tempo, fora de um lugar previamente estipulado e associada a vertentes periféricas de cultura”,⁷¹ e sustenta uma base pouco convincente, ou pouco explicativa sobre a inserção da cidade brasileira na periodização internacional. A formulação desse conceito está diretamente ligada à *Teoria da Dependência*, desenvolvida nos debates intelectuais nos anos 1960, a partir de leituras de cunho estritamente político e econômico. Essa formulação teórica, que ganhou força com a publicação de *Dependência e desenvolvimento na América*, em 1966, pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, reforçou o entendimento de que “nos países em desenvolvimento se esteja repetindo a história dos países desenvolvidos”.⁷²

Em 1996, um ano antes do aniversário da Cidade, o projeto de pesquisa *Modernidades Tardias no Brasil* – oficialmente inaugurado em novembro de 1996 com a exposição *Imagens da Modernidade* no Museu de Arte da Pampulha – deu início a uma série de estudos, relacionados ao imaginário moderno brasileiro, com destaque aos anos da década de 1940 em Belo Horizonte. Partindo desse mote, os pesquisadores envolvidos tentaram analisar os processos culturais de modernização como fenômeno local e global, enfatizando as relações centro e periferia para explicar as dissonâncias entre o desenvolvimento moderno em Minas e no Brasil com o internacional.

O Museu de Arte da Pampulha não figura, nesse caso, apenas como lugar de convenções artísticas e intelectuais, uma vez que, enquanto parte de um conjunto arquitetônico, foi também a expressão do processo de modernização do território mineiro, interligando artes plásticas, arquitetura e políticas de transformação. A *Exposição de Arte Moderna*, realizada em 1944 e idealizada pelo então prefeito Juscelino Kubitschek (1940-1945), contou com a curadoria de Alberto da Veiga Guignard e José Guimarães Menegale,⁷³ foi parte do projeto para “apresentar à intelectualidade o conjunto arquitetônico da Pampulha e as realizações sociais de

⁷¹ SOUZA, Eneida Maria de. **Modernidades tardias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 24.

⁷² CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 34.

⁷³ EXPOSIÇÃO de Arte Moderna (1944: Belo Horizonte, MG). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento80498/exposicao-de-arte-moderna-1944-belo-horizonte-mg>>. Acesso em: 23 mar. 2017. Verbete da Enciclopédia.

Juscelino, e transformar Belo Horizonte em um fórum de debates sobre a Arte Moderna”.⁷⁴ Seria, nesse caso, representante da tentativa de inserção de Belo Horizonte no grupo das grandes metrópoles nacionais.



Figura 15 - Cassino projetado por Oscar Niemeyer, hoje atual Museu da Pampulha. Fonte: Álbum da Pampulha, 1944, p. 11.

Em 2009, com curadoria da pesquisadora Denise Mattar, a exposição *O olhar modernista de JK* remontou a *Exposição de Arte Moderna* de 1944 (Figura 16). A atividade foi organizada pelo Departamento Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil, em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Fundação Clovis Salgado com patrocínio da Cemig e da Usiminas. A “semaninha”, como ficou conhecida, é considerada um marco da modernidade brasileira e tem sido relacionada com dois outros importantes eventos que a precederam: a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, e o Salão Revolucionário de 1931, no Rio de Janeiro.

⁷⁴ MATTAR, Denise; FUNDAÇÃO CLOVIS SALGADO. *O olhar modernista de JK*, op. cit., p. 23.

No texto de abertura do catálogo da exposição, Mattar relata que o principal articulador dos artistas, em 1944, havia sido Alberto da Veiga Guignard, que tinha trânsito amplo nos meios artísticos e assinara a exposição, além de ter garantido uma seleção abrangente que mobilizou diversos artistas. José Guimarães Menegale, o outro organizador da mostra junto a Guignard, constituiu trajetória em diversos meios políticos e culturais da Cidade. Segundo Mattar, ele havia sido inspetor de Educação e Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte e assessor cultural de Juscelino Kubitschek. Menegale também participou dos círculos literários da sua época escrevendo periodicamente sobre literatura.

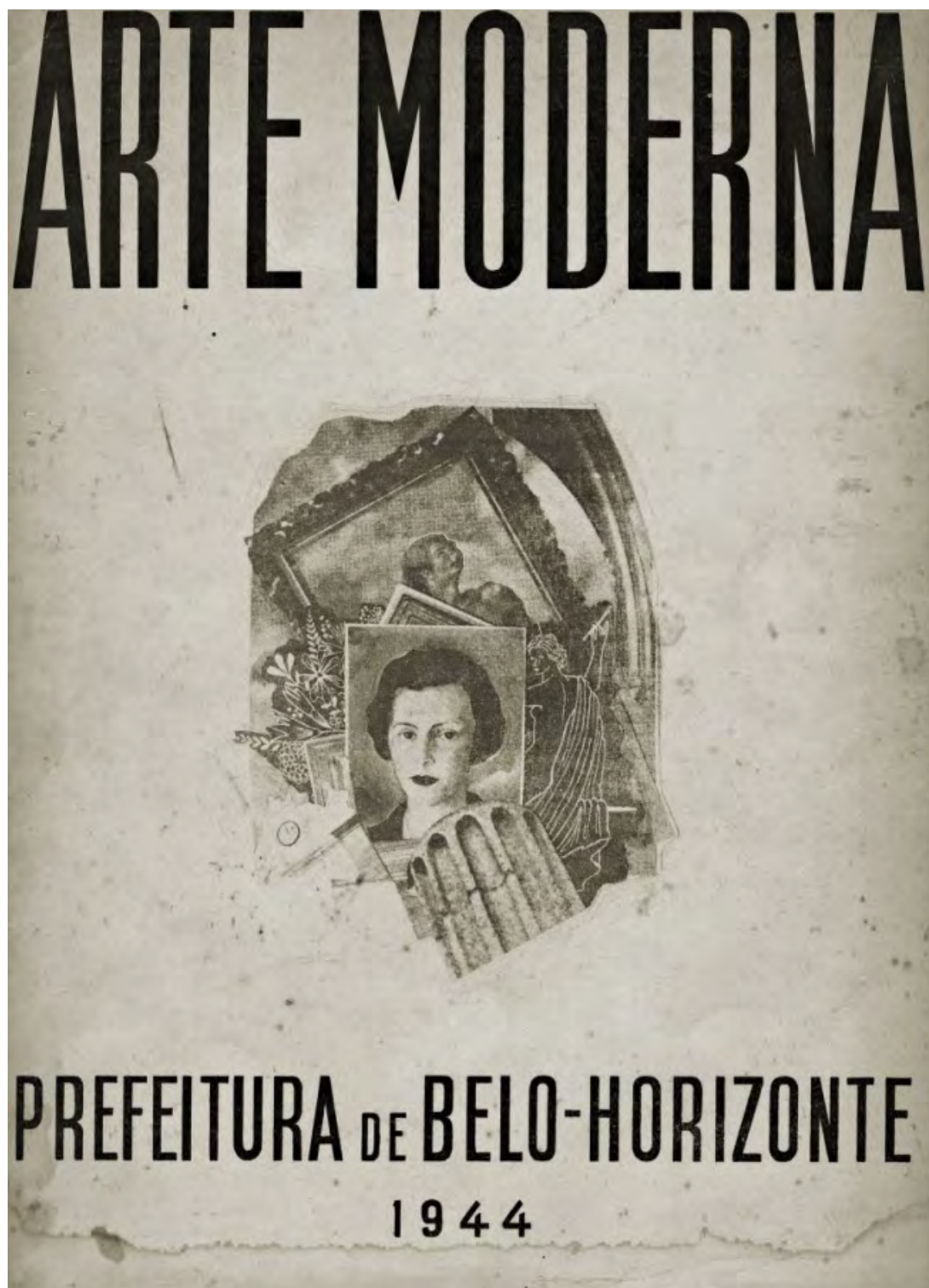


Figura 16 - Capa do catálogo da Exposição de Arte Moderna de Belo Horizonte, publicada com atraso, após a realização da atividade. Fonte: MATTAR, Denise FUNDAÇÃO CLOVIS SALGADO. O olhar modernista de Jk. Belo Horizonte: Instituto de Arquitetos do Brasil. Departamento de Minas Gerais: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2009, p.17.

Na década de 1940, Menegale estudou Direito no Rio de Janeiro e se tornou um jurista de destaque. Foi o autor do único texto do catálogo da exposição

que apresenta curiosas análises sobre o tradicionalismo mineiro e a presença de obras de artistas do Rio de Janeiro e São Paulo:

Os classicistas da pintura brasileira não superam os modernos na fascinação pela nossa Ouro Preto ou pela nossa Sabará... E é ouvi-los declarar, com convicção e entusiasmo, que Minas tem de ser, por excelência, a fonte de inspiração da arte moderna... Por quê? Pela riqueza do seu tradicionalismo [...].⁷⁵

Ainda, no mesmo texto de abertura do catálogo, Menegale justifica o conjunto de artistas selecionados a partir de uma visão regional e essencialista da produção artística:

A oportunidade de cotejar os trabalhos dos artistas do Rio e de São Paulo, apresentados em conjunto, lado a lado, sugerirá, decerto, muitas conclusões e inferências. Notar-se-ão, por acaso, marcas diferenciais entre o grupo carioca e o grupo paulista? Provavelmente. Concorrem para isso circunstâncias de ordem física e de ordem mental. Certamente, a luz do Rio de Janeiro e a de São Paulo, de intensidade vária, ferem de modo diverso a pupila dos artistas. O sol da Guanabara é coruscante, de abundância tropical, e dionisíaco e excitante; por consequência, a obra dos pintores cariocas será mais otimista, mais sensual, mais extrospectiva. [...] Na Paulicéia, a luz é temperada e, mesmo, quase sempre escassa e pálida convida ao recolhimento, é menos fatigante. Correlativamente, o artista é introspectivo, obra grave. Dupla influência social se exerce sobre a arte dos paulistas: o cosmopolitismo e o industrialismo. [...] Em São Paulo, os pintores pintam para os ricos o sofrimento anônimo dos pobres... A história testemunhará o que terá significado, na transformação dos planos sociais, a obra pictórica dos modernos [...].⁷⁶

Mattar menciona a enquete direcionada aos visitantes da exposição destacando uma das perguntas e suas respostas. “Que impressão tem da arte moderna?” Segundo Mattar, havia respostas como: “Esta exposição não deixa de ser instrutiva. Ensina como não se deve pintar”⁷⁷, e “É o sentido da proporção, do equilíbrio e do ritmo que faz o mineiro afastar-se das doutrinas delirantes e movimentos desvairados. A montanha dá aos homens uma visão mais harmoniosa do mundo e das coisas”.⁷⁸

⁷⁵ Ibidem, p. 22.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Ibidem, p. 23.

Na acepção da pesquisadora Eneida Maria de Souza, que menciona a releitura da exposição de 1944, a construção do conjunto arquitetônico da Pampulha⁷⁹ representou o “marco de uma reflexão sobre a modernidade”, entendida como “manifestação cultural referente a realizações defasadas no tempo, fora de um lugar previamente estipulado e associada a vertentes periféricas de cultura”.⁸⁰ Esse pressuposto, cabe destacar, leva à interpretação mecânica da modernidade, em que a cidade enquanto fenômeno urbano “pode ser reduzida a apenas um lugar saturado de significações acumuladas”, com o entendimento da modernização a partir de elementos exteriores à própria cidade, como destacou Carpintéro e Cerasoli.⁸¹

Ao abordar as mudanças nas formas de gestão e nos processos de transformação urbana da cidade de São Paulo em *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*, Cerasoli apresenta importantes contribuições sobre o termo modernização, dotado de historicidade em contextos de conflito em torno das concepções de cidade. Ao alertar sobre a rigidez dos esquemas explicativos que consequentemente dificultam a leitura das contradições e embates nos processos de transformações ocorridas na Capital paulista, Cerasoli discorre sobre a recorrência das imagens positivas da cidade,

[...] não raramente tomando de empréstimo mesmo o vocabulário de alguns registros contemporâneos às transformações descritas, e de memorialistas – como renovação, melhoramento, embelezamento ou apenas *modernização* – que marcadamente carregam heranças dos julgamentos de valor elaborados no “calor da hora”, quando se processavam tais mudanças.⁸²

Nessa perspectiva, Cerasoli apresenta como problema a linearidade e singularidade de um processo modernizador que não questiona sua polissemia. Também nos alerta para a transferência da concepção de modernização e progresso

⁷⁹ Esse evento foi marcante na história urbana da Capital e teve início com a exploração da bacia hidrográfica da região na década de 1930, durante a gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima e será retomado no terceiro capítulo.

⁸⁰ SOUZA. **Modernidades tardias**, op. cit., p. 24.

⁸¹ CARPINTÉRO; CERASOLI. **História: Questões & Debates**, n. 50, p. 61-101, 2009. p. 92

⁸² CERASOLI, Josianne Francia. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX**. 2004. 423p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. P. 312. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280690>>. Acesso em: 24 out. 2017.

dos agentes “contemporâneos” para os estudos sobre a cidade ou que tangenciam as questões urbanas:

Tal apropriação acaba transferindo para os estudos sucessivas traduções de uma dada concepção do progresso e da *modernização*, não raramente subvertendo-a em um discurso linear e hegemônico, inclusive remetendo-o a supostos programas de um único setor da sociedade. Ao entrecruzar o discurso positivo do progresso tomado dos contemporâneos às interpretações relativas ao processo de urbanização largamente apoiadas em análises estruturais, muitos estudos acabam, por um lado, reafirmando os valores tomados como *modernos* nos momentos descritos, e por outro revigorando como pressuposto de análise o domínio das elites políticas e econômicas.⁸³

Sua análise das mudanças nas formas de gestão da cidade de São Paulo e na participação política de seus habitantes, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, expõe um outro problema importante ao tema abordado nesse trabalho. Trata-se do pressuposto da existência de um “ambiente em harmonia”, com a “predominância inquestionável de um projeto hegemônico”. No caso de Minas Gerais, esse ambiente permaneceu marcado pela identidade mineira construída a partir do conceito de mineiridade, no qual o termo “progressismo” é constantemente acompanhado do adjetivo “mineiro”, sobretudo nas fontes históricas. A presença desse adjetivo comumente contribui para o entendimento de que haveria uma resolução tipicamente mineira, eximindo-a de qualquer conflito.

Modernização, termo cheio de nuances e complexidades, deve ser lido à luz de uma reconstrução do seu contexto político, considerando suas mutações e apropriações no vocabulário político regional, com devido cuidado às possibilidades de relacionar processos de transformação urbana ao entendimento da identidade mineira, supostamente apaziguadora de conflitos. A indicação de políticos para assumir a prefeitura, como veremos no caso de Juscelino Kubitschek, funcionou para impulsionar o desenvolvimento da Capital a partir dos interesses de uma classe política e dos setores industriais e empresariais.

O médico Juscelino Kubitschek (1902-1976), nomeado prefeito de Belo Horizonte durante o governo do interventor Benedito Valadares (1933-1945), foi responsável por conduzir um dos planos mais ambiciosos de modernização política, urbanística e cultural do Brasil. Naquele momento, era interesse do Governo do

⁸³ Idem.

Estado transformar Belo Horizonte em um importante polo industrial, o que ocorreu com o lançamento do jovem médico como prefeito da Capital de um dos mais importantes estados da federação. Nesse plano se inseriam os objetivos de combater o provincianismo, tão denunciado desde a primeira década de existência da Cidade e consolidado na tentativa de dar visibilidade às virtudes mineiras.

Não se tratava, de certo, de um projeto novo para Belo Horizonte, cidade idealizada para significar o avanço do Estado de Minas Gerais, mas que nos anos 1940 era retratada como se suas características fundamentais (mobilidade urbana, desenvolvimento de setores comerciais e industriais, verticalização e embelezamento) já houvessem surgido obsoletas e ultrapassadas. Não por acidente, as artes e a arquitetura tomaram grande destaque no projeto modernizador do prefeito para a Capital. Sem deixar de atender demandas tais como a renovação da pavimentação da Zona Central, das avenidas Afonso Pena e do Contorno, Kubitschek atuou para reformar as bases culturais do Estado e integrá-las de uma vez por todas. Sua concepção de modernização, cabe dizer, veio carregada de um nacionalismo voltado à integração, sobretudo a partir do Sudeste, com Minas assumindo um papel integrador. Seria, como identificou Starling, um projeto político voltado para constituir “uma sociedade industrial urbanizada, enraizada na utopia de uma cidade política”.⁸⁴ É o que percebemos também a partir das palavras de Sérgio Milliet, publicadas no jornal *Estado de Minas*, a respeito da *Exposição de Arte Moderna* ocorrida em Belo Horizonte no ano de 1944: “O que Minas está fazendo, é o que desejaríamos ver imitado em todo Brasil. O incentivo do intercâmbio intelectual. Precisamos acabar com os compartimentos estanques em que vivemos isolados uns dos outros, de norte a sul”.⁸⁵

O remonte do passado de Belo Horizonte, que ganhou força com a Coleção Centenário, aconteceu em conjunto com as tentativas de compreensão dos processos de modernização e desenvolvimento da Cidade. Tal empreitada, no entanto, falhou fundamentalmente na compreensão de um fator essencial para situar a Cidade no complexo fenômeno urbano brasileiro. Essa falha reside no que Adrian Gorelik⁸⁶ atentou como sendo um equívoco inerente ao debate sobre o estatuto do moderno no

⁸⁴ STARLING, Heloisa Maria Murgel. Juscelino Prefeito. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Juscelino Prefeito (1940-1945)**. Belo Horizonte: PBH, 2002. p. 33.

⁸⁵ JORNAL ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 28 de maio de 1944, p. 6.

⁸⁶ GORELIK, Adrian. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, W.M. **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Brasil. Para o autor, debater o moderno na América Latina é debater a cidade: “A cidade americana não é apenas o produto mais genuíno da modernidade ocidental, mas também, ademais, é um produto criado como uma máquina para inventar a modernidade, estendê-la e reproduzi-la”.⁸⁷

Os antagonismos envolvidos nas reflexões sobre modernização e modernismo – civilização / barbárie; centro / periferia; ou mesmo a cidade enquanto artefato ficcional e conceito – também são destacados por Gorelik. Não cabe, segundo o autor, prosseguir com a modernidade pela análise dialética entre modernização e modernismo; tratando modernização composta por processos duros de transformação econômica, social e institucional, e modernismo como as visões e valores por meio dos quais a cultura busca compreender esses processos.⁸⁸

1.4.1 A mineiridade e o discurso de mudança

"Vou-me embora para Minas,"
(diziam com voz trêmula e longa,
alagando de melancolia a solidão da noite iluminada),
"Vou-me embora para Minas,
Mineiro está me chamando.
Mineiro tem mau costume:
Chama a gente, e vai andando!"⁸⁹

O lançamento da referida Coleção Centenário impulsionou a publicação de livros, textos e estudos relacionados ao processo de formação da Capital mineira, muitos desses inéditos, além da reedição de obras consideradas fundamentais para a história da cidade e de ensaios contemporâneos sobre Belo Horizonte. Pesquisadores de diversas áreas colaboraram com esse projeto, o que gerou uma importante compilação que serviu de referência para outras fontes, tanto para o estudo das cidades como para uma visão panorâmica do centenário da Capital.

Houve, durante o processo de celebração, uma justificativa para revisar a maneira como remontamos a história em sua dimensão espacial. No caso de Minas

⁸⁷ Ibidem, p. 55.

⁸⁸ Idem.

⁸⁸ Ibidem, p. 55.

⁸⁹ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. Minas do lume e do pão. In: **Pequenos estudos de psicologia social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 82.

Gerais, a decadência das economias, que eram pujantes no período colonial, fez com que o discurso de mudança, que já vinha em avanço, ganhasse mais força, a partir da ideia de transferência da Capital, ventilada desde o final do século XVIII.

Segundo Joaquim Nabuco Linhares, autor de *Mudança da Capital* (Apontamentos Históricos), a gestação da ideia da mudança da Capital remonta a 1789, quando Domingos de Abreu Vieira disse, em depoimento, que “a capital se haveria de mudar para S. João d’El Rey, por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos”.⁹⁰ Tal depoimento desvela a versão corrente, até o começo do século XX, de que a ideia de mudança seria a proposição de um padre da região em 1833.

Linhares afirmou que tal padre foi autor apenas da indicação do local para construção da Capital nas margens do Rio das Velhas. Nesse quadro, a terceira especulação sobre a mudança da Capital teria ocorrido a partir da proposição do tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andrea, em 1844. Tal preposição considerava a possibilidade da transposição dos poderes públicos de Ouro Preto para outra Capital. Por fim, a quarta reflexão, datada de 1851, foi relatada pelo presidente da província de Minas. José Ricardo de Sá Rego dissera o seguinte sobre a mudança da Capital, em assembleia provincial:

Faltaria a um dever que a consciência me impõe, se na ocasião em que venho expor-vos o estado dos negócios públicos e as necessidades que a província apresenta, deixasse de consagrar algumas linhas à manifestação de uma das suas mais importantes necessidades, segundo minha opinião, e vem a ser a mudança da sede do governo para um outro ponto da província.⁹¹

Posteriormente, entre 1867 e 1868, o assunto foi retomado como tópico do discurso proferido pelo deputado Manoel Faustino Corrêa Brandão na sessão ordinária da Assembleia Provincial:

A matéria do projeto, Sr. presidente, pode dizer-se matéria velha, pois desde 1833 que se trata da mudança da capital, mas taes razões têm sido

⁹⁰ LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital: apontamentos históricos*. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, 1905. p. 345.

⁹¹ Idem.

apresentadas contra essa ideia, que apesar de tudo, digo, o triunfo pertence à cidade de Ouro Preto, hoje capital de Minas.⁹²

Ainda sobre o mesmo debate acerca da transferência da Capital, seguem os comentários do comendador Amaral, feitos em 1867:

Concluirei Sr. presidente, recapitulando o que disse, o tempo e as necessidades futuras hão de trazer a divisão da província e com ela a necessidade da mudança da capital: porém hoje essa ideia não passa de uma brincadeira, e uma brincadeira tal, que não há feito moça no espírito público da capital; ninguém tem pensado nisto, ninguém julga ser um projeto sério apresentado entre nós, e por isso digo que nasceu e morrerá como há nasceu e morreu o apresentado nesta casa no tempo da administração do finado Sá Rego.⁹³

Esse longo processo de discussão, que incluiu tentativas de realocar a Capital do Estado, pode ser lido em diferentes perspectivas (política, social, cultural e econômica, por exemplo), e é marcado pela emergência de novos agentes e novas linhas discursivas. No âmbito político institucional, os que detinham a fala eram expoentes da cultura dos bacharéis e, com o passar do tempo, a esfera pública foi ganhando pluralidade com a presença de críticos sociais e com a ampliação do escopo social das elites que compunham a esfera pública.

Os homens de letras foram se destacando em Minas, no fim do século XIX, dentro dessa referida esfera pública. A geração letrada, que ganhara espaço no século XIX, no início do século XX não se aproximou da “geração modernista de 1870”, que, segundo Nicolau Sevcenko,⁹⁴ condenava a sociedade limitada do Império e defendia grandes reformas como a abolição, a república e a democracia. Não eram como o núcleo de escritores cariocas apontados pelo autor. Não eram “mosqueteiros intelectuais”, mas indivíduos compelidos a avançar sem romper com a tradição. Eram advindos de grupos dominantes e tinham ligações familiares e de amizade com as elites de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, e alguns, como Afonso Arinos de Melo Franco – que considerava Belo Horizonte um filtro civilizador para gente rude do

⁹² LINHARES. Mudança da capital, op. cit., p. 346.

⁹³ Ibidem, p. 347.

⁹⁴ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

interior –, haviam feito parte de seus estudos na França e afirmavam vir de uma família de senhores:

Era, autenticamente, uma família senhoril; de senhores mineiros, bem entendido, modestos, sem luxos nem riquezas, mas senhores. Isto é, gente simples mas altiva, incapaz de sofrer qualquer humilhação para subir na vida. O que os diferenciava, talvez, de outros grupos familiares no mesmo gênero, existentes no Estado, era a ininterrupta tradição intelectual que fazia da literatura na nossa casa, uma coisa comum, uma conversa de todo dia. A literatura nos acompanhava desde a Colônia.⁹⁵

Nesse sentido, se a Nova Capital tem seu marco de nascimento atrelado à proclamação da República, sua história é anterior à institucionalização do novo regime político, cuja mitologia da *mineiridade* – termo que identifica um recurso simbólico para identificar no mineiro características identitárias e um comportamento político comum – e o memorialismo mineiro se consolidaram como componente da sua tradição intelectual.⁹⁶ A construção narrativa que liga a história desde a Inconfidência é fundamental para o processo de reconstrução e reinvenção constantes das origens de fundação da Capital. Um olhar mais atento para a invenção da mineiridade nos ajuda a compreender a articulação entre narrativas construídas a partir da celebração do centenário da Nova Capital, sobretudo seus alinhamentos a noções consensuais de progresso e modernidade. Segundo Arruda, o “memorialismo mineiro mobiliza as concepções da mineiridade, numa espécie de sacralização das lembranças da terra”.⁹⁷

A definição dos traços culturais dos mineiros também pode ser rastreada com base nos relatos dos viajantes. Em tais relatos, ganharam relevo a simplicidade, a sobriedade, a altivez, a sensatez, a nobreza, o gosto pela “vida cavalheiresca” e o quixotismo. Conforme ressaltou Arruda, “a dimensão quixotesca dos mineiros poderia ser conectada à própria natureza do empreendimento minerador, cujo caráter incerto recria constantemente a insegurança”⁹⁸ e gera amiúde certa negação do mundo,

⁹⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A alma do tempo**: memórias. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1979. p. 22.

⁹⁶ ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁹⁷ Ibidem, p. 29.

⁹⁸ Ibidem, p. 59.

espécie de fuga para um universo onírico. Ainda nesse escopo, a vocação política dos mineiros sobressaía na literatura de viagens:

Dentre as percepções dos mineiros, aliás, a sensibilidade pela política ganha notável realce. O movimento da Inconfidência e, principalmente, os significados que lhe foram atribuídos ulteriormente, encontram-se na gênese da formação desse conceito. A associação entre a conjura mineira e o caráter politizado e rebelde dos mineiros inseminou uma percepção preñhe de ambiguidade, pois, ora acentua-se o lado libertário, romântico e incontido, ora realça-se a faceta prática, conciliatória e realista.⁹⁹

Já existia uma imagem do povo mineiro, notada pelos viajantes no final do século XIX e início do XX, muito próxima daquela observada por Olavo Bilac em “A coragem de Minas”.¹⁰⁰ Bilac registrara que “pensa-se e diz, em todo Brasil, que o mineiro é o tipo do carrancismo” e considerou que o conservadorismo mineiro era roupagem de uma habilidade para as negociações, um “jeito mineiro de fazer política”.¹⁰¹ O “mineiro” seria ainda comparado ao “paulista”, ao “carioca” e a outros tipos.¹⁰² As imagens de Minas fixadas pelos viajantes estiveram na origem do imaginário da mineiridade, na qual emergiu a figura retraída, prudente, conservadora, conciliadora e altiva do mineiro.¹⁰³ Essa literatura antecipou certos traços retomados nas visões futuras da mineiridade: de um lado, o alferes Tiradentes, que já seria tomado como o mártir da liberdade, portador do ideal da brasilidade política e da nacionalidade; do outro, é destacada a participação de letrados na Inconfidência Mineira.¹⁰⁴

Nesse caso, serão indispensáveis as contribuições de Arruda,¹⁰⁵ ao assinalar que uma das singularidades do regionalismo mineiro consiste na sua conexão com o imaginário da nacionalidade. Segundo a autora, a elevação e associação da Inconfidência Mineira e da figura de Tiradentes como símbolos da

⁹⁹ Ibidem, p. 63.

¹⁰⁰ JORNAL MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 26 de setembro de 1937, p. 2.

¹⁰¹ BOMENY, Helena. **Guardiões da razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994. p. 18.

¹⁰² ARRUDA. **Mitologia da mineiridade**, op. cit., p. 83.

¹⁰³ Ibidem, p. 86.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 66.

¹⁰⁵ Idem.

nacionalidade se vinculam à estratégia das oligarquias de Minas para conservarem sua influência no plano nacional.¹⁰⁶

Nesse processo, a construção de uma imagem unitária de Minas Gerais teve relação com a necessidade de inverter ou anular as forças dispersivas, dado que a própria construção de Belo Horizonte remonta ao processo de conciliação interna das oligarquias do “mosaico mineiro”. A mineiridade, enquanto mito integrador, conseguiu anular as tendências dispersivas, “abafar a polifonia das suas vozes”, produzir e reproduzir uma almejada unidade.¹⁰⁷

A mineiridade repercutiu ainda como sombra nas narrativas de viajantes sobre o mineiro e sobre Minas, e funcionou como elemento descritivo instrumentalizado, muitas vezes em consonância com interesses políticos unificadores. Em 1942, Oliveira Vianna, em seus *Pequenos estudos de psicologia social*, fez importantes observações sobre Ouro Preto e Belo Horizonte ao tratar das “características do povo mineiro”. Vianna menciona o alerta recebido por um membro de família mineira “das mais tradicionais”, mencionando que para conhecer o mineiro seria preciso não ficar na Zona da Mata, que estaria “muito infestada de fluminenses”,¹⁰⁸ mas ir para o centro em direção a Ouro Preto, Diamantina e Mariana.

Realmente, no ponto de vista da urbanização, Ouro Preto e Belo Horizonte estão entre si como os dois polos da terra. Belo Horizonte é uma cidade integralmente nova, onde não há nada que seja antigo. Ouro Preto é uma cidade em que tudo é integralmente antigo, onde não há nada que seja novo ou onde o novo entra em proporção tão infinitesimal que pode ser considerado inexistente. É, por isso mesmo, a mais original das cidades mineiras. Penso até que não erraria dizendo que ela é a mais original cidade do Brasil. Não creio que, em Pernambuco ou na Bahia, onde tantas das nossas velhas tradições arquitetônicas subsistem, seja possível encontrar uma cidade assim - integralmente antiga, totalmente colonial, desde os seus centros principais aos seus bairros mais longínquos.¹⁰⁹

A despeito das suas interessantes análises sobre a característica do mineiro, que serviam de endosso à noção da existência de uma essência do mineiro, as referências ao centro do Estado vão de encontro ao processo de mudança da Capital. Em “Minas do lume ao pão”, que compõe seus estudos de psicologia social,

¹⁰⁶ Ibidem, p. 101.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 104.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 80.

¹⁰⁹ OLIVEIRA VIANNA. Minas do lume e do pão, op. cit., p. 115.

fica evidente que, mesmo em 1942, a polarização entre Ouro Preto e Belo Horizonte ainda era percebida, mas sem a dimensão conflituosa que marcara o Estado no final do século XIX.¹¹⁰

1.4.2 Diálogos com a memória

As pesquisadoras Regina Helena e Vera Veiga França foram as poucas, senão as únicas, que abordaram as comemorações do centenário de maneira que fossem considerados os problemas da instrumentalização da memória em torno das comemorações, indagando sobre o que teria se tornado Belo Horizonte cem anos depois da sua fundação. Na referida análise sobre a comemoração do centenário, foram identificadas características particulares de três administrações municipais que se dedicaram indireta e diretamente às comemorações, o que engloba as gestões de Eduardo Azeredo (1989-1992, PSDB), Patrus Ananias (1993-1996, PT) e Célio de Castro (1997-2000, PSB).

Na gestão de Eduardo Azeredo, iniciada em 1989, segundo as pesquisadoras, “houve um certo investimento na recuperação de lugares da cidade, como a Praça da Liberdade, que passa a ser apresentado como um lugar de memória”.¹¹¹ No mesmo período foi criado o Conselho Municipal do Patrimônio. Na gestão seguinte, entre 1993 e 1996, quando Patrus Ananias esteve à frente da prefeitura, aconteceu uma significativa ampliação da participação popular por meio do programa de política pública municipal conhecido como Orçamento Participativo.¹¹² Esse programa também esteve vinculado à ampliação efetiva das atividades

¹¹⁰ “Quem quiser conhecer o Brasil colonial nos seus aspectos artísticos e mesmo sociais deve vir a Minas e percorrê-la na suas zonas de insulamento, quero dizer: nas suas zonas ainda não atingidas pela onda renovadora partida do Rio ou de Belo Horizonte. Porque, em Minas, a evolução social se opera debaixo de um acentuado heterocronismo: ao contrário de São Paulo, onde, de um outro extremo, tudo parece acompanhar o impetuoso ritmo renovador da sua grande capital, em Minas há zonas que se renovam com rapidez, procurando adaptar-se ao tipo de Belo Horizonte ou do Rio, e há zonas que parecem inteiramente fora das correntes modernizadoras, vindas destas duas grandes metrópoles ou vindas mesmo da metrópole paulista (zona do Triângulo)”. OLIVEIRA VIANNA. Minas do lume e do pão, op. cit., p. 109.

¹¹¹ SILVA, Regina Helena; FRANÇA, Vera Regina Veiga. Belo Horizonte fez 100 anos. **Projeto História**, n. 17, 1998. p. 436.

¹¹² O Orçamento Participativo em Belo Horizonte foi um mecanismo municipal, criado em 1993, com finalidade de ampliação da participação popular em algumas decisões orçamentárias referentes aos investimentos da prefeitura.

financiadas pelo fundo municipal para cultura e educação, além do crescimento das atividades e políticas relativas à proteção do patrimônio.

Foi, entretanto, durante a administração do prefeito Célio de Castro que as comemorações do centenário ocorreram, marcando-o como “prefeito do Centenário”, expressão amplamente utilizada em sua campanha política do ano anterior. Notadamente, o período entre 1993 e 1997, que antecedeu o centenário, foi distinguido pela emergência de múltiplas vozes versando sobre a memória e história da Capital. Belo Horizonte vivenciava uma crise de identidade e, embora os pesquisadores parecessem ser os únicos a escapar dos lugares-comuns de fala sobre a Cidade, o poder público e a mídia ainda se encontravam na busca de um discurso coeso. Paradoxalmente, a mesma Cidade que alguns taxavam de “sem história”, “sem memória” era também a Cidade considerada “ideal para o turismo de negócios”. Era a Cidade do futuro e, ao mesmo tempo, a Cidade atrasada em relação às demais capitais.

Os jornais de 1997 não eram muito diferentes dos jornais de 1920¹¹³ ao lamentar a pouca fixação dos mineiros com Belo Horizonte, salvo que, no final do século XX, Belo Horizonte era considerada uma boa cidade para se viver, com excelente qualidade de vida. Essas relações de conflito em torno da identidade da Cidade não eram apenas subjetivas ou simbólicas. Elas também se fortaleciam em âmbito espacial, sobretudo pelo fato de que a Capital havia vivido, em seus cem anos, muitas transformações e muitas outras tentativas de legitimar seu espaço como lugar de inspiração cívica, que por si só refletiria a grandeza do Estado e do povo mineiro.

Ao lançar questionamentos sobre o impacto do centenário na historiografia de uma cidade que abriga identidades plurais e apropriações muito particulares, a

¹¹³ “A nossa vida cotidiana é muito apagada. Estamos a dois passos do Rio, ou melhor, a 15 horas da avenida Central. A nossa gente fina, que faz garbo sem se-lo, tem como habito passar um mês, todos os anos, naquela Capital, onde fica saturada dos costumes elegantes do carioca. Àpontam-se neste recanto “nemeroso” de serra senhoritas e senhoras que se dão ao luxo de vestir-se nos “ntellers” de mais fama da Capital da República. Ora, por tudo isto, era e é de presumir-se que a influência dos costumes chics do alto mundo carioca fosse muito e muito acentuada em nosso meio. Entretanto, embora pareça estranho, assim não aconteça. Apesar do que temos progredido nos últimos tempos, não possuímos ainda nos nossos hábitos mundanos quase nada ou nada do que o Rio “raffiné” desfruta. Temos o cinema, é verdade, mas não o possuímos como o Rio, com suas “matinéés” diárias, frequentadas por gente da “elite”; possuímos como qualquer grande centro do interior da província. Não temos uma hora chic, a hora do “footing”, na qual possamos ver, com as “toillettes” mais belas e de mais gosto, toda a flor do feminismo horizontino. Não temos mesmo um restaurant que seja o nosso pequeno Alvear, o nosso modesto Colombo, o ponto, enfim, de rendez-vous da gente de mais linda e de mais graça de nossa terra. Indiscutivelmente o meio é hostil a influencias... X.” DIÁRIO DE MINAS, 10 de dezembro de 1920, p. 3.

Coleção Centenário é o tesouro dentro do segundo baú a ser aberto em 2097, ano do bicentenário da Capital. Querendo escapar do tempo presente, mas sem necessariamente “evadir-se para o futuro”,¹¹⁴ a coleção nos dá as melhores pistas para compreender os fundamentos das disputas identitárias em torno da construção de memória. O material compõe a base de uma produção historiográfica recente, que abarca a produção nos centros acadêmicos, as pesquisas, monografias, teses e dissertações elaboradas em programas de pós-graduação e laboratórios de pesquisa.

A Coleção Centenário tornou-se passagem obrigatória para aqueles interessados em buscar respostas para questões relativas ao desenvolvimento da Cidade, da habitação, urbanismo, política, cultura, saúde pública e economia. O que garantiu também um *status* para essa como memória histórica, o que indica a necessidade de sua leitura ser feita a contrapelo. Não só pela profundidade e excepcionalidade das pesquisas apresentadas, o material ainda reúne um conjunto de instituições públicas e privadas que se apresenta como financiadoras e apoiadoras do projeto. Tal informação é bastante relevante, pois não apenas revela quais instituições estavam interessadas na visibilidade que resulta desse tipo de celebração, mas também indica que seus interesses econômicos estão alinhados com a apropriação e ressignificação da memória da Cidade. O encontro entre empresas públicas e privadas com instituições que fomentam pesquisa tais quais – Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais), BHTrans (empresa de transporte e trânsito de Belo Horizonte), Telemig (telecomunicações de Minas Gerais), Volvo, com Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, Fundação João Pinheiro e Universidade Federal de Minas Gerais – reforça uma relação local longa entre o poder público e o interesse privado que antecede a própria fundação da Capital.

1.4.3 Cidade sem história?

Para as cidades europeias, a passagem dos séculos constitui uma promoção; para as americanas, a dos anos é uma decadência. Pois não são apenas construídas recentemente; são construídas para se renovarem com a mesma rapidez com que foram erguidas, quer dizer, mal. No momento em que surgem, os novos bairros nem sequer são elementos urbanos: são brilhantes demais, novos demais, alegres demais para tanto. Mais se pensaria numa feira, numa exposição internacional construída para poucos meses. Após esse prazo, a festa termina e esses grandes bibelôs

¹¹⁴ BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 330.

fenecem: as fachadas descascam, a chuva e a fuligem traçam seus sulcos,
o estilo sai de moda, o ordenamento primitivo desaparece sob as
demolições exigidas, ao lado, por outra impaciência.
Lévi-Strauss¹¹⁵

As publicações comemorativas são documentos fundamentais para leitura e interpretação da memória e mostram com certa clareza como alguns grupos tratam os temas de relevância social, caso da arquitetura e dos processos políticos em torno da construção de cidades, por exemplo. A história urbana de Belo Horizonte é marcada por datas comemorativas que contribuíram para formulação da Cidade, como a Independência e as celebrações do seu centenário em 1922, o cinquentenário da fundação de Belo Horizonte em 1947, a República e o seu centenário comemorado em 1989 e o centenário da Cidade em 1997.

Dois importantes trabalhos que se enquadram na tradição comemorativa são as publicações de Rodrigo Andrade e Beatriz Magalhães, *Belo Horizonte: um espaço para República*,¹¹⁶ e *Arquitetura da modernidade*,¹¹⁷ organizado por Leonardo Castriota, todos autores arquitetos e vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O primeiro trabalho, publicado em 1989 por motivo da comemoração ao centésimo aniversário da proclamação da República pela UFMG, recebeu apoio da Secretaria Municipal de Cultura e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. O texto dá ênfase à vocação republicana, em sua materialidade expressa no projeto ambicioso de mudança da Capital, mas diferencia a cidade atual da cidade fundada em 1897 a partir da presença/ausência de um dogmatismo republicano. Também associa a ousadia do projeto à elaboração de um plano inovador no contexto mineiro a partir da explicação dualista entre ocupação portuguesa e espanhola. Essa leitura dualista havia se consolidado como mais um lugar-comum para explicar as origens das cidades brasileiras, sendo pouco problematizada em Minas Gerais até o final da década seguinte à publicação do texto.

¹¹⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 91.

¹¹⁶ ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. **Belo Horizonte: um espaço para a República**. Belo Horizonte: UFMG/Proex, 1989.

¹¹⁷ CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento MG, 1998.

O texto de Rodrigo Andrade e Beatriz Magalhães traz também um apanhado de documentos e referências iconográficas, amarrado às reflexões teóricas sobre a espacialidade e materialidade desse empreendimento. Os autores defendem que a proposta de mudança da capital era fundamentada em uma leitura precisa das necessidades do Estado de Minas, alinhados à distribuição de poder pelo território¹¹⁸. A dualidade entre colonial/republicano, tradição portuguesa/tradição espanhola são dois aspectos persistentes na tentativa de criar uma história de Belo Horizonte.

A publicação organizada por Leonardo Castriota, quase 10 anos depois, relê alguns temas e revisita algumas narrativas presentes no trabalho anterior, mesmo com uma pluralidade maior de autores. O prefácio de Castriota revela o comprometimento dos 10 autores com a abordagem histórica e com o lugar do arquiteto na definição da memória da transformação do espaço urbano. A publicação, de maneira geral, parte da ideia de que Belo Horizonte é uma Capital sem história, ou que se reinventa tão rapidamente que se autoapaga. A modernidade, nesse caso, foi tratada apenas como fenômeno arquitetônico, o que direciona a leitura da renovação urbana como processo apagador, historicidade de maneira positivista.

A formulação das análises de Castriota teve como síntese o comentário de Lévi-Strauss em seu *Tristes trópicos*, de que as cidades americanas “Não só foram recentemente construídas, como estão para renovar-se com a mesma rapidez com que foram edificadas”.¹¹⁹ A ideia de uma “cidade sem história” é retomada sem o cuidado de conferir à cidade, mesmo aquelas fundadas como Belo Horizonte ou Brasília, sua existência como processo, e não apenas como evento histórico.

O relato da percepção crua das cidades brasileiras e seus processos de urbanização apresentado em *Tristes trópicos* é utilizado como espelho manchado onde nos vemos não à nossa própria natureza, mas os destaques das nossas

¹¹⁸ ANDRADE, R.; MAGALHÃES, B. **Belo Horizonte**: um espaço para república. Belo Horizonte: UFMG, 1989. p. 47.

¹¹⁹ O retorno ao Brasil do antropólogo Claude Lévi-Strauss descrito em seu *Tristes trópicos* traz um relato emblemático de uma percepção crua das cidades brasileiras e seus processos de urbanização, que nos servem como espelho manchado onde nos vemos não à nossa própria natureza, mas os destaques das nossas incompatibilidades com a civilidade. No trecho acima, amplamente reproduzido em teses e monografias como citações, o antropólogo revela com desencanto a transformação das cidades americanas nascidas em constante deslocamento, sem referenciais que legitimem sua própria história. Essas obras, assim como outros relatos de viajantes, têm amparado uma série de reflexões críticas sobre os processos de modernização das cidades brasileiras. No caso de Belo Horizonte, serve de endosso à afirmação de que a capital nascera uma cidade sem história, em constante processo de renovação e apagamento de vestígios.

incompatibilidades com a civilidade. No trecho selecionado como epígrafe desta seção, o antropólogo revela com desencanto a transformação das cidades americanas nascidas em constante deslocamento, sem referenciais que legitimem sua própria história. Essas obras, assim como outros relatos de viajantes, têm amparado uma série de reflexões críticas sobre os processos de modernização das cidades brasileiras. No caso de Belo Horizonte, serve de endosso à afirmação de que a Capital nascera uma cidade sem história, em constante processo de renovação e apagamento de vestígios.

Nesses termos, *Arquitetura da modernidade* traz leituras críticas fundamentadas na percepção do espaço social por arquitetos de uma geração atenta ao espaço enquanto unidade de elementos diversificados. Na perspectiva posta por Carlos Leite Brandão, por exemplo, uma cidade referência começou a se perder quando “a arquitetura priorizou seu compromisso com a indústria e a economia e não mais com a cidade”.¹²⁰ Essa modernidade passa por um crivo crítico severo e fundamental, mas repercute um fatalismo: quando se alcança o distanciamento necessário para ver a cidade, ela deixa de existir. A arquitetura, na leitura desses arquitetos, “haveria de mesclar igualmente tradição e avanços”, desconsiderando que “tradição” e “avanços” são construções sociais constantemente instrumentalizadas.

1.5 Problemas retrospectivos

1.5.1 A Escola de Arquitetura e a formação do arquiteto em Belo Horizonte

A importância do desenvolvimento do campo de formação profissional de engenheiros e arquitetos e o impacto na formulação de projetos urbanos, políticas que tornar-se-iam, posteriormente, temas abordados por uma historiografia comemorativa, auxiliam-nos a situar o arquiteto na retomada da cidade enquanto referência conceitual. No contexto de virada do século XIX para o XX, as escolas de formação exerceram um importante papel na formulação das práticas profissionais e das narrativas sobre o progresso. O início da implantação da formação do arquiteto em Belo Horizonte nos ajuda a situar a delimitação do campo profissional e contribuir para uma leitura diversificada no panorama nacional.

¹²⁰ CASTRIOTA. *Arquitetura da modernidade*, op. cit., p. 226.

A Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, criada em agosto de 1930, quando a Cidade tinha apenas 33 anos de existência, foi a primeira escola de arquitetura do continente que não surgiu a partir das Escolas Politécnicas e de Belas Artes. A criação da Escola de Arquitetura aconteceu três anos após a fundação da Universidade de Minas Gerais, que reuniu os cursos de Direito, Medicina e Engenharia, à época, cabe destacar, ciências fundamentais para a formação das elites intelectuais brasileiras.

Minas Gerais contava com a Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), fundada em 1876, então sede do Governo Provincial de Minas Gerais. A EMOP teve suas atividades voltadas inicialmente para o ensino de Mineralogia e Geologia, atuando também na difusão dos interesses da região por meio da participação em exposições universais entre 1886 e 1911.¹²¹ Existiam, à época, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com mais de um século de existência e grande credibilidade na formação de profissionais a partir da tradição luso militar, e a Escola Politécnica de São Paulo, fundada em 1894, cujo ensino seria formulado a partir da formação civil.¹²²

No início do século XX, as cidades brasileiras contavam com a atuação de profissionais formados a partir dessas três linhas, além daqueles formados na Escola Nacional de Belas Artes e de profissionais estrangeiros. Em termos gerais, os profissionais formados no século XIX preencheriam os quadros de professores das instituições no início do século XX, contribuindo para uma formação ainda marcada pelo cientificismo e pelo tecnicismo. No caso de Belo Horizonte, como mencionado em diversos trabalhos, Aarão Reis e sua equipe atuaram com poucas dissonâncias em relação à tradição formativa da escola politécnica.

O contexto que se abriu às atividades de ensino de arquitetura na Capital e a organização dos seus quadros de professores são paradoxais. O Brasil vivia um momento de modernização nas artes e arquitetura, com demandas por ressignificar as identidades regionais e nacional. A emergência de modernismos e processos de modernização nas arquiteturas fora dos círculos acadêmicos criou descompassos

¹²¹ Segundo João Pinheiro Filho, a EMOP participou de 7 exposições entre 1886 e 1911. PINHEIRO FILHO (Org.). **A Escola de Minas. Ouro Preto**: Oficinas Gráficas da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, 1959. p. 50-57.

¹²² CERASOLI, Josianne Francia. **A grande cruzada**: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira República. 1998. 265f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279023>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

entre estudantes em diálogos com as vanguardas e professores tradicionalistas. Foi um período marcado pela confluência de estilos artísticos e arquitetônicos, característica desses processos de modernizações e diversificação da sociedade.

O estilo *art déco*, por exemplo, é uma das marcas da identidade arquitetônica de Belo Horizonte. O termo *art déco*, de origem francesa (abreviação de *arts décoratifs*), refere-se a um estilo decorativo que impactou as artes plásticas, design e arquitetura no entreguerras europeu e tornou-se amplamente difundido no Brasil. O *art déco* na arquitetura antecederam o modernismo, convivendo por muito tempo como solução entre os princípios de composição clássica e as novas vanguardas. Um dos expoentes do estilo na Capital foi o arquiteto Raffaello Berti (1900-1972), nascido na Itália. Berti participou da fundação da Escola de Arquitetura da UFMG, onde ensinou desenho artístico, arquitetura paisagística e composição decorativa. Foi autor de mais de 500 projetos em Minas, sendo a maioria em Belo Horizonte, como o Cine Metrôpole (1941) (Figuras 18 e 19) e o prédio da prefeitura, com projeto assinado por Luiz Signorelli (1935)¹²³ (figura 17), na Avenida Afonso Pena.¹²⁴

¹²³ Consta que Raffaello Berti chegou a BH em 1929 por convite do arquiteto Luiz Signorelli, autor do projeto do Grande Hotel de Araxá, na região do Alto Paranaíba. Casado com a carioca Aracy Nunes, o italiano tinha a intenção inicial de ficar apenas seis meses, mas fixou residência, participando da fundação da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte com produção profissional intensa até o seu falecimento, em 1972. Fonte: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/11/03/interna_gerais,327200/conheca-as-obras-projetadas-por-berti-em-belo-horizonte.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2017.

¹²⁴ Outros projetos importantes do arquiteto Raffaello Berti: Palácio Cristo Rei (1937), na Praça da Liberdade; Santa Casa (1941-1946), no Bairro Santa Efigênia; Minas Tênis Clube (1940), na Rua da Bahia; Hospital Felício Rocho (1944), na Avenida do Contorno; Hospital Odilon Behrens (1941), no Bairro São Cristóvão; Colégio Municipal Marconi (1938-1941), na Contorno; Cine Santa Tereza (1942), na Praça Duque de Caxias; Hospital Vera Cruz (1944), na Avenida Barbacena.

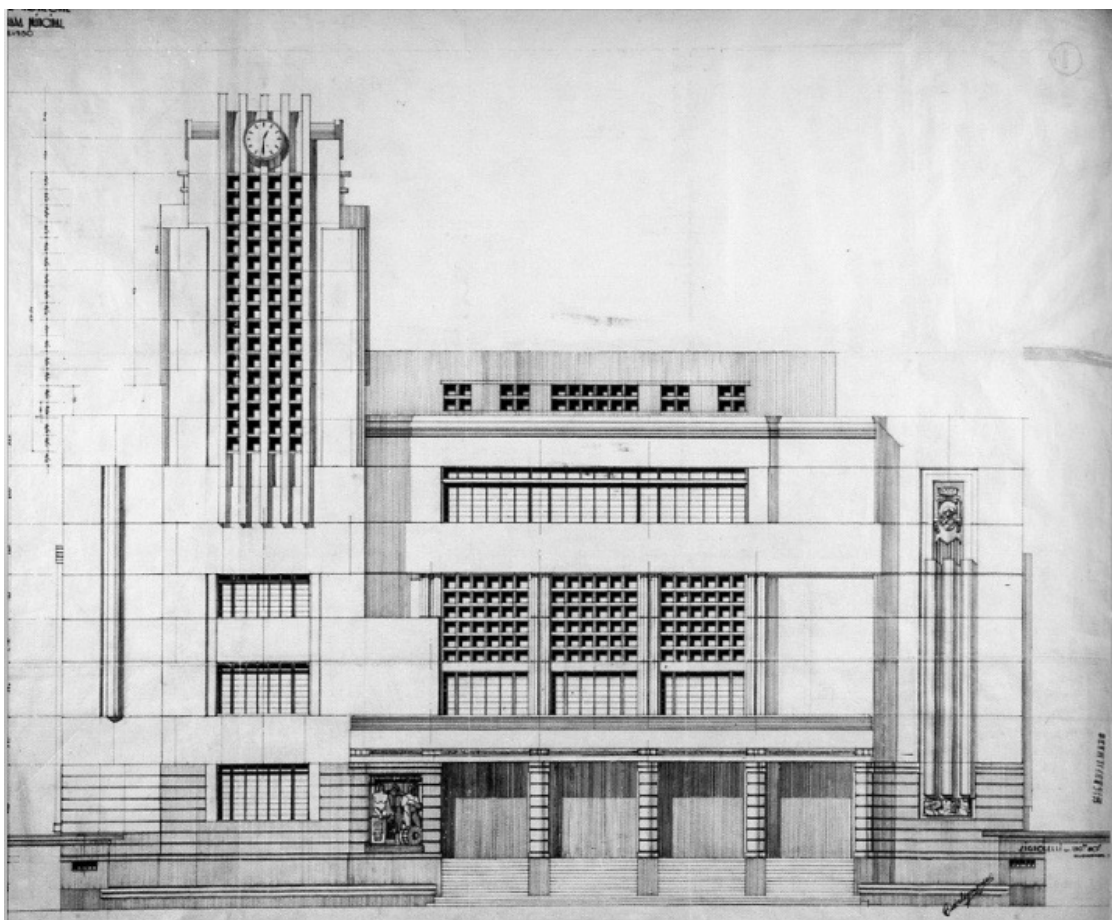


Figura 17 - Projeto do Palácio da Municipalidade, 1935. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.



Figura 18 - Cine Metrôpole, localizado na esquina das ruas da Bahia e Goiás, sem data. Fonte: Guia dos bairros de Belo Horizonte <https://goo.gl/oKcbys>



Figura 19 - Demolição do Cine Metrôpole em 1983. Fonte: Pedro Graeff / Jornal Estado de Minas, 1983.

Hugo Segawa, em *Arquiteturas no Brasil*, argumenta que ao longo do século XX os processos de modernização arquitetônica passaram pela negação do colonial e, em seguida, do ecletismo. Em Belo Horizonte, no entanto, esse processo, como bem lembrou Castriota,¹²⁵ foi marcado pela convivência entre o ecletismo do século XX, também conhecido como “estilo moderno”, e o modernismo emergente. Castriota ainda nos alerta para a convivência de “estilos e perspectivas antitéticas”, mais do que relações de oposição.¹²⁶ Seu argumento, nesse caso, menciona o termo *art déco* em uma problemática de questões de identidade e estilo. O termo teria emprego recente, largamente utilizado a partir dos anos 1960, referindo-se a uma arquitetura em Belo Horizonte anteriormente conhecida como “cubista”, “futurista”, “moderna”.

Nesse contexto, a renovação de quadros com professores formados após a emergência do modernismo enquanto linguagem e identidade compartilhada para além dos círculos das vanguardas teve impacto na interpretação da história da própria Capital. Os marcos desse processo giraram em torno da ampliação dos estudos na Cidade e do planejamento e construção do conjunto arquitetônico da Pampulha. Foi um processo que envolveu a revisão da identidade mineira. A Cidade dos funcionários

¹²⁵ CASTRIOTA. *Arquitetura da modernidade*, op. cit.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 137.

públicos vindos do interior tornara-se a Cidade da literatura vanguardista e do crescimento da arquitetura modernista.

Esse breve panorama nos auxilia na decupagem da operação memorialística ocorrida nas comemorações do centenário. No contexto de celebração, houve o entendimento da necessária retomada da história da formação de Belo Horizonte. Como mencionado, houve o alinhamento entre instituições de pesquisa e a coordenação de pesquisadores. Em qual contexto haviam se formado esses pesquisadores?

Segundo Castriota, houve o resgate, nos anos 1990, da dimensão cívica da arquitetura construída e consequentemente da própria Cidade. Essa dimensão cívica no cuidado com a Cidade e na revisitação histórica de sua memória estará também nos prefácios de edições comemorativas. No próprio prefácio de *Arquitetura da modernidade* há a exaltação da arquitetura como elemento identitário e da figura do arquiteto como parceiro da Cidade. No mesmo texto, Flávio de Lemos Carsalade, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG) entre 1996 e 1998, menciona que o livro é também

[...] uma crítica aos momentos em que esta parceria (arquitetos e cidade) deixou de existir e que se permitiu que as coisas se fizessem a esmo, sem a arquitetura, aqui entendida não apenas enquanto tarefa de arquitetos, mas como patrimônio científico de toda a humanidade, com suas técnicas, meios e modos de dar corpo físico e coerente a esta humanidade¹²⁷.

A geração formada pós-ressignificação das memórias do modernismo buscou, em certa medida, retomar os vazios deixados pela historiografia que priorizou o legado moderno como elemento mais importante constitutivo da cidade brasileira, resgatando a memória na busca de novas versões acerca do desenvolvimento urbano da Capital.

1.5.2 A resignificação da memória

O referido processo de instrumentalização da memória, a partir dos casos mencionados, parece ter um impacto muito grande na produção de uma história urbana sobre Belo Horizonte. A articulação entre poder público, instituições de

¹²⁷ Ibidem, p. 11.

pesquisa e pesquisadores com diferentes orientações metodológicas implicou determinadas escolhas metodológicas para produção de uma história a partir do centenário da Capital.

Procurar entender a constituição de produção histórica torna-se fundamental para refazer percursos e verificar, atentamente, como e sobre quais interesses as narrativas foram tecidas e fortalecidas ao longo do tempo. O problema da transferência do título de Capital, no século XIX, parece estar mais resolvido do ponto de vista político, reconhecendo que esse processo pôs em evidência as tensões internas no Governo de Minas, sobretudo entre suas elites, que se dividiram em dois grupos com interesses distintos.¹²⁸ Do ponto de vista urbano, a apropriação da fórmula “as ideias fora do lugar”, apresentada por Roberto Schwarz em sua publicação de 1973 para explicar processos do desenvolvimento da sociedade, impede avançar na produção de uma história descolonizada.

As questões apresentadas por Bresciani em *A construção da cidade e do Urbanismo: as ideias têm lugar?*, publicado em 2012, permanecem latentes:

Nossa questão fundamental pode ser enunciada nesses termos: como determinar a nacionalidade ou a procedência “nacional” de ideias ou de determinados programas urbanísticos e arquitetônicos, já que a noção de identidade nacional foi elaborada como arma de combate político nos dolorosos processos de independência das colônias nas Américas? Teria ela sido transposta do campo das lutas e embates políticos para o domínio da arte de construir e edificar cidades ou, em outra chave, da ciência do urbanismo?¹²⁹

Os relatórios dos prefeitos e as crônicas sociais, juntamente com as atas dos congressos pan-americanos de arquitetura e do *1er Congrès International et*

¹²⁸ Como destacou Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, a imprensa foi palco desse debate entre os grupos que apoiavam a mudança da capital e os grupos que se opunham a ideia. A autora chama atenção para os dois principais veículos impressos envolvidos na disputa: o jornal *O Pharol* e o *Jornal de Minas*. Chama-nos atenção a força do argumento em defesa para mudança da Capital presente na imprensa de Juiz de Fora, cidade que fez campanha para ser a capital do Estado: “Em sua campanha para sediar a capital no município, alegava ser a região econômica e culturalmente mais desenvolvida de Minas Gerais. Afirmava encontrar-se próxima ao Rio de Janeiro, para onde escoava a principal riqueza do Estado, o café, e de onde provinham as manifestações culturais”. Esse argumento sintetizado no artigo de Viscardi deixa claro a visão que se tinha de Ouro Preto, como atrasada e provinciana, e a necessidade de construir uma nova cidade no mesmo nível de centros como Rio de Janeiro e São Paulo. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa. BH. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano 43, v. 2, jul./dez. 2007.

¹²⁹ BRESCIANI, Maria Stella M. A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? In: FREITAS, José Francisco B.; MENDONÇA, Eneida Maria (Org.). **A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?** Vitória: EDUFES, 2012. p.151.

Exposition Comparée des Villes, de 1913,¹³⁰ têm indicado dois pontos de inflexão interessantes na leitura dos problemas de cunho historiográfico. O primeiro diz respeito à necessidade de analisar mais atentamente a posição do Brasil nas redes internacionais de trocas que se tornaram os congressos técnicos no final do século XIX e, principalmente, primeira metade do século XX.

Com base em material consultado na biblioteca da Organização dos Estados Americanos, em Washington DC, foram encontradas poucas referências à participação oficial do Brasil nos congressos pan-americanos, sobretudo em relação aos outros países latino-americanos, tais como: Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia. Essa primeira constatação, no entanto, não é indício de ausência de integração do Brasil às redes de conhecimento e trocas. Vide os profissionais brasileiros que se formaram no século XIX e atuaram profissionalmente no século XX, integrados às diversas formulações do campo de saber que se estabelecia. Como já constatado em pesquisas recentes,¹³¹ havia trocas de publicações, cartas e traduções que dependiam mais da ação individual que necessariamente de uma organização/instituição nacional.

Profissionais como Aarão Reis, Saturnino de Brito, Prestes Maia, Victor da Silva Freire,¹³² entre outros, estavam cientes dos desafios da transformação das cidades, não eram apenas reprodutores de modelos, ou replicadores de técnicas de engenharia. Muitos tinham publicações em língua estrangeira e, não menos importante, empenhavam-se no debate dentro do próprio território. Discussão essa que será tratada com mais profundidade na próxima seção.

O segundo ponto de inflexão, diretamente conectado ao primeiro, refere-se ao campo semântico constituído a partir da pluralidade de formações e interesses sobre a cidade. Belo Horizonte, nesse sentido, é a marca inicial de uma tentativa de unificação do discurso progressista que não obteve êxito na proposta de preparar a sociedade para o futuro que ela mesmo idealizava. Belo Horizonte, enquanto projeto

¹³⁰ L'UNION DE VILLES ET COMMUNES BELGES. 1er Congrès International et Exposition Comparée des Villes. Bruxelles: Union Internationale Des Villes, 1913. [encadernação].

¹³¹ ATIQUE, Fernando. Profissão, estilo e causa: um olhar sobre os primeiros Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Paulo: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/935>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

¹³² Filho de pais brasileiros, Victor Freire nasceu em Lisboa em 1869. Formado engenheiro de construções civis, cursou a Escola Politécnica de Lisboa de 1885 a 1888, completando seus estudos em Paris, na École Nationale des Ponts et Chaussées, em 1891, com o título de engenheiro civil.

de Capital, passou a integrar e representar um discurso técnico de recuperação de um futuro que se deixou escapar. Tal percepção não faz sentido sem uma leitura dos quadros nacionais e internacionais, dos debates sobre as cidades e os desafios da urbanização.

Esses dois pontos aqui levantados apontam para outra possibilidade de leitura e interpretação do material documental que pode ser retomado para delimitação desse espaço simbólico. Espaço esse definido pela diversidade de agentes, pela mudança de eixos temáticos das questões urbanas dentro e fora do Brasil, e pela transformação dos conceitos e mudanças no léxico de palavras adotadas.

A leitura da operação memorialística em torno do centenário de Belo Horizonte realizada até aqui nos mostrou que as narrativas sobre o desenvolvimento mineiro se sustentaram nas chaves tradição/modernidade, assumindo a Cidade como espaço do conflito de identidade. Por outro lado, falharam em destacar a natureza política em torno do debate sobre o lugar das ideias, problematizar a relação mecânica estabelecida entre centro e periferia, perdendo a oportunidade de entender que os processos de constituição material e simbólica da Cidade ocorrem tanto dentro como fora dos territórios políticos.

No capítulo seguinte será abordada a relação entre a construção de uma Nova Capital e o discurso de modernização, com especial atenção à pluralidade das narrativas sobre o espaço, os alinhamentos retóricos e os conflitos de interesse entre diferentes agentes sociais. Para tanto, algumas indagações vão permear toda a análise das características regionais e internacionais presentes nas narrativas sobre a Cidade: Quais elementos retóricos estavam articulados às necessidades regionais e nacionais de desenvolvimento? Qual a relação entre o conhecimento técnico/urbanístico internacionalizado com as narrativas construídas regionalmente e nacionalmente? Quais as tensões entre “experiência” e “expectativa” na construção do espaço urbano?

2 Circulação de ideias e a construção de narrativas sobre o espaço: um recorte sobre a modernização em Minas Gerais (1897-1920)

2.1 Três tempos, três ritmos urbanos

Retomo neste capítulo a sugestão de uma periodização das primeiras décadas de desenvolvimento da Capital. Trata-se de um processo de reorganização e ressignificação da Cidade de Belo Horizonte até a década de 1930 que pode ser separado em três períodos. O primeiro intervalo – 1894 a 1910 – refere-se ao processo de consolidação da mudança da Capital do Estado que atraiu levas de trabalhadores de várias regiões de Minas, de outros estados e até imigrantes estrangeiros. Nesse período, a Cidade ainda apresentara obras estruturais em diversos pontos, além da configuração dos espaços públicos, previstos no projeto da Comissão Construtora da Nova Capital, que passavam por modificações. O intervalo seguinte, de 1910 a 1920, é referente ao segundo impulso de migração para a Nova Capital, ligado à crescente industrialização e estimulado pelo desenvolvimento do setor têxtil, de alimentos e bebidas. Nesse período, a especulação imobiliária dificultou o crescimento urbano de Belo Horizonte e medidas começaram a ser tomadas para regular a ocupação da área interna ao perímetro da Avenida do Contorno. Ao mesmo tempo, os cafés e os espetáculos artísticos tornaram-se presentes na vida social da Capital. A partir de 1920, a vida pública passa por intensa transformação. Os cafés, teatros e cinemas se difundiram intensamente, e a Capital passou a atrair diversos eventos culturais. Ouro Preto passa a ser retomada como panteão dos inconfidentes e Belo Horizonte vivia a antecipação de um processo de renovação urbana com a expansão do eixo norte do município.

2.2 Ideias sem lugar

Abordar os referenciais dos estudos urbanos exige um duplo movimento que deve abarcar tanto a problematização histórica como a análise historiográfica. Como nos alertou Marina Waisman, em *O interior da história*, há a dimensão do problema histórico, de essência material, objetiva, factual, e o problema

historiográfico, que nos diz sobre a interpretação dos fatos históricos¹³³ e sua condição no tempo e espaço. A análise historiográfica e os estudos sobre os processos de transformação da cidade e do urbano possuem, no Brasil, uma escrita marcada por uma ressignificação identitária constante aliada à busca por uma justificativa ao nosso desenvolvimento enquanto sociedade e nação. Nesse contexto, o historiador se compromete com essa ressignificação desde a definição do seu objeto de estudo e seu método de análise, “que o levará à interpretação do significado dos fatos e, por fim, à formulação de sua própria versão do tema escolhido”.¹³⁴

As abordagens historiográficas acerca dos problemas urbanos e estudos sobre arquitetura e cidade tiveram na teoria do lugar das ideias consolidação de um atalho explicativo que resolvia, ao mesmo tempo, uma demanda identitária atrelada às análises do desenvolvimento e a necessidade de vincular o nacional, o regional e o cultural aos empreendimentos urbanos. Isso contribuiu para formulação de uma narrativa em que o desenvolvimento das cidades fosse parte de uma história contínua.

O debate, que se iniciou com a publicação de *As ideias fora do lugar*, em 1973, por Roberto Schwarz, é retomado mais uma vez para entendimento das abordagens historiográficas sobre os estudos urbanos. Sobretudo quando se parte de leituras das conjunturas políticas e econômicas para propor uma análise do desenvolvimento das cidades brasileiras, como o caso de Minas Gerais e da criação de Belo Horizonte. Em 1990, Bresciani nos lembrava que a questão retomada por Schwarz, acerca do recorte nacional, já estaria presente como tema de debate no século XIX desde a “proclamação da República em autores, com posições políticas tão diferenciadas, como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, e tantos outros, chegando até Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro* de 1995”.¹³⁵

¹³³ Segundo Waisman, “Problemas históricos são aqueles que dizem respeito à existência mesma do fato histórico – sua veracidade ou verossimilhança, sua datação ou, no caso de obras arquitetônicas ou artísticas, seu autor, seu contratante, as circunstâncias de sua produção etc. Problemas historiográficos, por outro lado, são os que se referem à interpretação ou caracterização do fato histórico – sua inclusão em determinada unidade histórica, sua relação causal com outros fatos ou circunstâncias, as razões de sua seleção como objeto de estudo, sua conexão com sistemas gerais nos quais pode ser envolvido etc. – que, por fim, levarão ao juízo histórico, ao significado que lhe é atribuído pelo historiador”. WAISMAN, Marina. **O interior da história**. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 4.

¹³⁴ WAISMAN. **O interior da história**, op. cit., p. 5.

¹³⁵ BRESCIANI, . A construção da cidade e do lugar: ideias têm lugar?, op. cit., p. 141-159.

Ao questionar qual seria o impacto da suposta inadequação das ideias liberais no Brasil, da convivência do sistema escravista com o processo de independência, Schwarz, entre os integrantes da geração de intelectuais dos anos 1960 que se reuniam no Seminário de Marx em São Paulo, buscou traduzir os postulados da chamada Teoria da Dependência, gestada no núcleo desse seminário. O “lugar das ideias” foi, entre as análises do desenvolvimento do modo de produção capitalista, um ponto de argumentação na leitura dualista e polarizada baseada nos desdobramentos da noção de centro-periferia.

Em 1976, foi Maria Sylvia Carvalho Franco a primeira voz a se contrapor à afirmação de que "o Brasil, por ser um país colonial, tem na Europa a fonte de suas ideias", alertando para o sistema de oposições que dela resulta: "Metrópole e colônia, atraso e progresso, desenvolvimento e subdesenvolvimento, tradicionalismo e modernização, hegemonia e dependência, dentre outras variantes presentes nas teorias da história brasileira".¹³⁶ Essas oposições, segundo Franco, têm implícito "o pressuposto de uma diferença essencial entre nações metropolitanas" e os "povos coloniais, subdesenvolvidos, periféricos e dependentes"¹³⁷.

Franco propôs como ponto de partida uma teoria divergente daquela que se mantém pela oposição metrópole/colônia e afirmou que elas "não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução". O papel da circulação de ideias, segundo a pesquisadora, só poderia ser concebido "como internacionalmente determinadas".¹³⁸

O contraponto de Maria Sylvia Carvalho Franco ao texto de Schwarz nos alerta para perigos da compreensão do progresso enquanto linearidade, pois reforça a ideia paralela de uma neutralidade da técnica e da produção científica. Franco chama a atenção para o fato de que,

[...] de modo geral, as teorias sobre a história brasileira são sustentadas por uma temporalidade entendida como uma série causal, estabelecendo-se entre os polos que se articulam no capitalismo mundial uma relação linear de

¹³⁶ FRANCO, Maria Sylvia. **As ideias estão no lugar**. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 61. (Cadernos de Debates, n. 1)

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Ibidem, p. 62.

condição à consequência. De modo geral, também, está implícito nelas um conjunto de juízos de valor que tacitamente acentuam como desejáveis os conteúdos "progressistas".¹³⁹

Jose Elias Palti, ao revisitar o debate na perspectiva de uma história intelectual e história das ideias, apresenta uma síntese da problematização de Carvalho Franco:

Para Carvalho Franco, las ideas liberales y abolicionistas no eran ni más ni menos extrañas a Brasil, no estaban ni mejor ni peor ajustadas al contexto local que las corrientes esclavistas. Unas y otras formaban parte integral de la compleja realidad brasileña. Según afirma, con su concepto de "las ideas fuera de lugar" Schwarz terminaría, de hecho, recayendo en el tipo de dualismo que intentaba precisamente combatir, esto es, en el postulado de "los dos Brasiles": al Brasil "artificial" de las ideas (y la política) – liberal – le opondría el Brasil "real" (social) – esclavista.¹⁴⁰

Embora seja um debate datado nos estudos sociais brasileiros, marcado pelas leituras marxistas dos anos 1960 e pela Teoria da Dependência, a que propuseram revisar criticamente as análises do desenvolvimento econômico da América Latina, referências ao "lugar das ideias" de Schwarz permanecem presentes nas leituras sobre desenvolvimento e, mais especificamente, sobre o desenvolvimento urbano brasileiro. Não por acaso, nem é pouco recorrente análises que nos incluem, enquanto agentes históricos, como importadores de modelos propostos para outras sociedades e, assim, predestinados/encaminhados ao fracasso em seu processo de adaptação nos trópicos. No caso do urbanismo, moldes arquitetônicos, princípios urbanísticos e conhecimento administrativo acerca das cidades se modificam no descolamento do seu contexto original de circulação, o que muitas vezes constitui uma noção de fracasso.

A vinculação de engenheiros, arquitetos e gestores com o discurso de nacionalização de ideias, não obstante, serviu de mecanismo para ampliação do sentido de comunidade atribuído por Anderson,¹⁴¹ em *Comunidades imaginadas*, leitura que também pode ser aplicada à afirmação de identidade latino-americana, por

¹³⁹ Ibidem, p. 63.

¹⁴⁰ PALTÍ, E. Lugares y no lugares de las ideas en América Latina. In: _____. **El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. 2007. p. 6.

¹⁴¹ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

exemplo. Hoje, todo esse processo precisa ser reabordado considerando que “a identidade nacional foi elaborada como arma de combate político nos dolorosos processos de independência das colônias nas Américas”.¹⁴²

No que diz respeito ao urbano, o debate em torno das ideias demanda um recorte especial que indique outras possibilidades de problematização. Duas delas, que considero as mais importantes, referem-se à abordagem a partir da cultura. A primeira identifica o processo de globalização existente no século XIX com o agente da circulação de conhecimento e a segunda analisa uma perspectiva transnacional sofisticada. Ambas afetam em diferentes medidas as leituras sobre a transformação urbana.

Essa possibilidade se dispõe na contramão das análises nas quais as referências às propostas ou processos de urbanização partem de um facilitador que articula território e produção técnica, ou que permitirem operações historiográficas que buscam a origem geográfica/nacional de determinado pensamento. Paris é, sem dúvidas, um caso emblemático, especialmente com as reformas dirigidas pelo Barão Haussmann entre 1852 e 1870, que remodelaram significativamente a cidade e a vida nela, reverberando mundialmente.

Entretanto, ainda é de ordem corrente determinar que, em algum momento, nós nos apropriamos (quando não copiamos) do modelo francês de abertura de ruas para criação de eixos viários, higienização e embelezamento das cidades. O que vem seguido por afirmações como a de que o “modelo francês de modernidade sempre esteve presente no Brasil” e de que, entre os anos 1900 e 1940, aconteceu o momento de destaque para influência francesa.¹⁴³ Esse suposto “modelo francês” ganha força quando analisado em paralelo à emergência do positivismo no Brasil, que no debate político desenvolvido ao longo do século XIX expressava expectativas na República como provedora de uma “ação regeneradora para um país ainda atado aos seus laços com o passado colonial e o presente escravista”. Trata-se do mesmo contexto em que as falas políticas partilhadas entre republicanos e monarquistas estavam alinhadas

¹⁴² BRESCIANI, M. S. A construção da cidade e do lugar: ideias têm lugar?, op. cit., p. 11.

¹⁴³ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. D. Q.; PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

em torno de um projeto civilizador que remetia ao liberalismo inglês e ao pensamento ilustrado francês.¹⁴⁴

Tomando como exemplo a publicação, em 1996, dos textos apresentados no seminário Origens das políticas Políticas Urbanas Modernas: Europa e América Latina, Empréstimos e Traduções, intitulada *Cidade, povo, nação: gênese do urbanismo moderno*,¹⁴⁵ percebe-se que mesmo pesquisadores com trabalhos no campo da história urbana e história da arquitetura deixaram de problematizar a circulação do conhecimento entre os campos de saberes e técnicas voltados para o tratamento dos problemas urbanos.

Parece ser um equívoco comum e recorrente entre nós, pesquisadores que enveredamos pela história do urbanismo e da arquitetura, uma exploração restrita, e até confusa, da relação entre ‘tipo’ e ‘modelo’, ou pelo menos desses termos aplicados às análises sociais e históricas. Geralmente usamos “modelo” quando indicamos uma apropriação direta de formas e significados, mesmo que em contextos diferentes, enquanto “tipo” ou “tipologia” deveria ser mais adequado aos nossos interesses analíticos e explicativos.¹⁴⁶

Ao atribuir todo mérito e a autoria de ideias e concepções a um engenheiro, ou qualquer outro agente, personifica-se uma ideia, projeto, modelo ou tipologia em detrimento da complexidade dos processos e agentes envolvidos no debate e na elaboração de projetos urbanísticos. Este parece ser o caso das explicações sobre Belo Horizonte, cuja história foi sendo construída a partir de uma leitura equivocada em torno da Paris de Haussmann como modelo urbanístico, ou em torno da questionável hegemonia da França como modelo político.

O argumento em torno das “fortes influências do “modelo francês” de modernização”¹⁴⁷ é enfaticamente utilizado não somente quando a abordagem é referente aos processos de urbanização no Brasil, mas se estende equivocadamente

¹⁴⁴ BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República: liberalismo versus positivismo. Brasil: 1870-1900. **Revista USP**, v. 17, p. 122-135, 1993.

¹⁴⁵ RIBEIRO, L. C. D. Q., PECHMAN, R. (Org.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

¹⁴⁶ “Há diferença entre modelo e tipo. Um tipo você recria. Você pode fazer um templo circular períptero decidindo a quantidade de colunas, a proporção, a relação entre elas, se vai ter um capitel ou um jônico. Você recria. Um modelo você copia, reproduz. É uma postura mimética”. CONTRAVENTO, São Paulo, Núcleo do Grêmio da Fac. de Arquitetura e Urbanismo da USP, n. 2, 2004. p. 238.

¹⁴⁷ RIBEIRO; PECHMAN. **Cidade, povo e nação**, op. cit.

à leitura crítica no contexto latino-americano. Com a afirmação de que até mesmo as instituições são fundadas à semelhança de instituições parisienses envolvidas em projetos reformadores, e que “o Museo Social Argentino, foi totalmente inspirado no *Musée Social* de Paris, e a Asociación de los Amigos de la Ciudad de Buenos Aires, copiada da congênere *Les Amis de Paris*”,¹⁴⁸ decreta-se o encerramento da história plural como fonte de possibilidades interpretativas.

A produção historiográfica em torno da noção de centro/periferia é outro dos pilares que sustentam a afirmação de que a importação de modelos e conceitos foi fundamental para o desenvolvimento das cidades brasileiras na primeira metade do século XX. Ela exige uma operação de *mea culpa* que justifica a ausência de padrão na replicação de ideias, convergindo para leituras realizadas a partir dos conceitos de *tradução* e *apropriação*, que são tomados de empréstimo dos estudos literários para dizer que a reprodução de modelos nunca é exata em relação às referências iniciais. Tais análises não escapam da sombra das análises comparadas, sendo ameaçadas pelo risco de cair nas mesmas grades de interpretação tributárias de filosofias ou de teorias da história que muitas vezes já contêm as respostas às questões do pesquisador.

O caso das leituras feitas a partir de Sergio Buarque de Holanda no conhecido capítulo de *Raízes do Brasil* (1995), intitulado “Semeador e ladrilhador”, por exemplo, ilustra o argumento anterior. Por muito tempo seu texto foi lido como uma justificativa para a diferença do desenvolvimento urbano entre a dominação colonial portuguesa e a espanhola. O traçado na América espanhola, nesse caso, expressaria o “triunfo da aspiração em ordenar e dominar o mundo conquistado”¹⁴⁹ enquanto na América portuguesa o empreendimento colonizador seria caracterizado como “tímido e mal aparelhado para vencer”.¹⁵⁰

Nesse ponto, a afirmação de Serge Gruzinsky que explica a tarefa do historiador como exumador das ligações históricas aceita que as “histórias só podem ser múltiplas” e nos permite escapar das armadilhas que certas análises comparadas geram para estudos latino-americanos, ou mesmo regionais:

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 96.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 98.

Diante de realidades que convêm estudar sob diversos aspectos, o historiador tem de converter-se numa espécie de eletricitista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais e as histórias culturais desligaram ou esconderam, entaipando as suas respectivas fronteiras. As que dividem Portugal da Espanha, por exemplo, ou as que separam a América espanhola da portuguesa são típicas deste bloqueio. Várias gerações de historiadores escavaram entre estes países fossos tão profundos que atualmente custa muito entender a história comum a estes dois países, impérios e subcontinentes.¹⁵¹

O argumento em torno do lugar das ideias, portanto, aparece para os estudos urbanos como uma espécie de lugar-comum profundo que dificulta a percepção de que a nossa história comum pode ser a história dos problemas urbanos. Problemas estes gerados pelo crescimento demográfico nas grandes cidades brasileiras e/ou latino-americanas, pela necessidade de expansão e ao mesmo tempo regulamentação do espaço, administração do medo e das transformações sociais.

2.3 Paris de Napoleão e Haussmann – montagem e desmontagem de um mito

Parece não haver dúvidas de que Paris e as reformas de Haussmann são marco para discussão acerca da configuração moderna para cidades. Nomeado prefeito em 22 de junho de 1853, por Napoleão III, George-Eugène Haussmann foi incumbido com plenos poderes de transformar Paris, tratando de remodelar profundamente sua estrutura para garantir uma cidade com circulação ampliada, unificada e embelezada. Atuou até 1870, quando deixou uma cidade marcada por transformações, com mais de 160 quilômetros de novas vias pavimentadas e um conjunto de parques e monumentos (Figura 20).

A Paris pós-Haussmann, mais do que expressão de uma identidade cultural francesa, representou a catalisação e a expressão de valores da era industrial e foi a expressão da aceleração e modificação urbana na segunda metade do século XIX. O aumento populacional, a necessidade de ampliação da circulação de pessoas e mercadorias, a urgência em administrar a saúde pública para se proteger de epidemias provocadas por ausência de intervenções sanitárias eram algumas

¹⁵¹ GRUZINSKY. O historiador, o macaco e a centaura, op. cit., p. 323.

questões compartilhadas com as grandes cidades ocidentais que refletiam a necessidade de regulamentação e de transformação do espaço.



Figura 20 – Paris à época dos “grandes trabalhos” em 1864. Gravura colorida pelo Barão Georges Eugène Haussmann. Fonte: Historic Maps and Views of Paris, 2009.

Apesar de algumas pesquisas mencionarem Haussmann como indivíduo central na concepção do novo plano de Paris, que viria a ser fonte para um suposto modelo de cidade, alguns estudos deslocaram o lugar do Barão Haussmann como gênio desenvolvedor para o lugar de agente do processo de transformação, em conjunto com outros. Esse deslocamento parece muito mais adequado para se pensar e problematizar as referências a Paris na produção de cunho histórico e até mesmo técnico no desenvolvimento das cidades latino-americanas.

O texto de Richard Etlin, intitulado *Symbolic Space: French Enlightenment Architecture and Its Legacy*, publicado em 1994, expõe a base conceitual e o desenvolvimento da cidade moderna europeia como oriundas de discussões entre os arquitetos franceses de meados do século XVIII. Segundo Etlin, a cidade europeia nos oitocentos teria sua leitura social afetada por uma estratificação mental complexa em espaços conceituais, tais como a magnificência do espaço, a higiene, a clareza, e o

espaço de emulação. A transformação urbana de Paris no século XIX, segundo Etlin, não seria simplesmente uma invenção de Napoleão nem Haussmann, mas o legado de uma forma de pensar sobre o espaço desenvolvido no século anterior:

If Louis Napoleon and Baron Georges-Eugène Haussmann were able to transform Paris in this manner in the third quarter of the nineteenth century, it was because they were heirs to the Enlightenment urban ideal that envisaged the city holistically according to overlapping symbolic dimensions.¹⁵²

O arquiteto e historiador Pierre Pinon é mais incisivo na crítica ao papel do barão Haussmann nas transformações de Paris durante o Segundo Império. Ele afirma que não há evidências para atribuir a Haussmann ou a sua intervenção todo o trabalho de vários departamentos parisienses. Em seu artigo “Le double mythe Haussmann”, ele menciona como principal problema na historiografia do Segundo Império a fundamentação na leitura das *Mémoires du Baron Haussmann: Grands Travaux de Paris*, com apresentação de Françoise Choay.¹⁵³

Les Mémoires, qui semblent tout dire, masquent en partie la réalité. Autre exemple, Haussmann se garde bien de faire la généalogie des percées, d'expliquer qu'il est loin d'être le premier à les préférer aux servitudes d'alignement.

[...]

La face la plus visible, et donc la plus critiquée, des travaux attribués à Haussmann, ce sont les percées (tout le monde a évidemment apprécié l'arrivée d'eaux de source ou l'aménagement des squares). Les percées sont des rues, des avenues et des boulevards (seules les avenues sont plantées à l'alignement, à l'exception de l'avenue de l'Opéra, à la demande de Charles Garnier à laquelle Haussmann a accédé) ouverts à travers les tissus urbains existants. L'idée de percée s'est imposée à la fin des années 1830, a été pratiquée par Cl.-Ph. de Rambuteau (préfet de la Seine sous la Monarchie de Juillet) et l'idée d'un « plan d'ensemble » de percées a été élaborée en 1839 par J.-S. Lanquetin.¹⁵⁴

¹⁵² “Se Luís Napoleão e Barão Georges-Eugène Haussmann conseguiram transformar Paris dessa maneira no terceiro quartel do século XIX, foi porque eram herdeiros do ideal urbano iluminista que contemplava a cidade holisticamente de acordo com dimensões simbólicas que se sobrepunham.” Tradução livre. ETLIN, Richard A. **Symbolic Space: French Enlightenment Architecture and Its Legacy**. Chicago: U of Chicago, 1994. p. 2.

¹⁵³ HAUSSMANN, Georges-Eugène. **Mémoires du Baron Haussmann: Grands Travaux de Paris**. Paris: Durier, 1979.

¹⁵⁴ “Memórias, que parecem dizer tudo, em parte mascaram a realidade. Outro exemplo, Haussmann é cuidadoso em não fazer a genealogia dos avanços, para explicar que ele está longe de ser o primeiro a preferi-los a servidões de alinhamento. [...] O aspecto mais visível e, portanto, mais criticado, dos trabalhos atribuídos a Haussmann são os avanços (todos obviamente apreciavam a chegada da água

Pinon chama a atenção para outras questões em torno do mito de Haussmann, como o caso da especulação imobiliária gerada pós-reforma e das consequências da massiva abertura de grandes avenidas na cidade. Ele cita, por exemplo, Walter Benjamin e a conhecida “Paris, capital do século XIX”,¹⁵⁵ obra em que há completa atribuição das transformações da cidade francesa a Haussmann e falta de clareza em relação à questão da especulação imobiliária do território parisiense:

Qui dit spéculation veut dire achat de terrain à bon marché peu avant l'expropriation et revente ensuite à un prix plus élevé. Or tous les actes notariés connus concernent des terrains acquis par la Ville à des propriétaires qui le sont de longue date. Les spéculations sont sans doute à ranger dans le rayon des légendes. « La hausse des loyers chasse le prolétariat dans les faubourgs. » Nous venons de voir qu'il n'en est rien. « Hugo et Mérimée donnent à entendre combien des transformations de Haussmann apparaissaient aux Parisiens comme un monument du despotisme napoléonien. » Le seul texte de Hugo concernant les démolitions (« Guerre aux démolisseurs », publié dans la Revue des Deux Mondes) date de 1832 et ne concerne pas Paris. Et en 1867, dans sa « Préface » au Paris-Guide, il ne se montre d'ailleurs pas hostile aux travaux de Haussmann. « Les temples du pouvoir spirituel et séculier devaient trouver leur apothéose dans cadre des enfilades de rues. » Benjamin ne cite aucun exemple pour illustrer son affirmation. Et pour cause : la plupart des percées ne visent pas le moindre monument, hormis l'avenue de l'Opéra (projet d'ailleurs arrêté en 1854, bien avant le concours pour la construction du théâtre lancé en 1860), le boulevard de Strasbourg (gare de l'Est) et la rue de Rennes (gare Montparnasse). Et les gares ne sont pas spécialement des « temples du pouvoir ». La logique du tracé des « enfilades de rues » tient davantage aux nécessités de la circulation (traversées urbaines, désenclavements de quartiers).¹⁵⁶

de nascente ou o desenvolvimento de praças). Os avanços são ruas, avenidas e avenidas (somente as avenidas são plantadas alinhadas, com exceção da Avenue de l'Opera, a pedido de Charles Garnier, ao qual Haussmann aderiu), aberta tecidos urbanos existentes. A ideia de avanço veio no final da década de 1830, foi praticada por Cl.-Ph. de Rambuteau (prefeito do Sena sob a monarquia de julho) e a ideia de um "plano geral" de avanços foi elaborada em 1839 por J.-S. Lanquetin.” Tradução livre. PINON, Pierre. **Le double mythe Haussmann**. In: *IIIe CONGRÈS DE LA SOCIÉTÉ DES ÉTUDES ROMANTIQUES ET DIX-NEUVIÉMISTES: LA VIE PARISIENNE*, 3., 2007, Paris, 2008. p. 2. Disponível em: <<http://etudes-romantiques.ish-lyon.cnrs.fr/vieparisienne.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

¹⁵⁵ BENJAMIN, Walter. **Paris, capitale du XIXe siècle**. Paris: L'Herne, 2007.

¹⁵⁶ “Especulação significa compra barata de terras pouco antes da expropriação e revenda a um preço mais alto. Todos os atos notariais conhecidos dizem respeito a terras adquiridas pela cidade de proprietários de terras de longa data. As especulações são, sem dúvida, para ser colocadas nas legendas. “Os aluguéis em ascensão expulsam o proletariado dos subúrbios. Acabamos de ver que não é assim. “Hugo e Merimee sugerem como as transformações de Haussmann apareceram aos parisienses como um monumento ao despotismo napoleônico. O único texto de Hugo sobre demolições (“War on Demolishers”, publicado na Revue des Deux Mondes) data de 1832 e não diz respeito a Paris. E em 1867, em seu prefácio a Paris-Guide, ele não se mostrou hostil ao trabalho de Haussmann. “Os templos do poder espiritual e secular tiveram que encontrar sua apoteose no âmbito das enfileiras das ruas. Benjamin não cita nenhum exemplo para ilustrar sua afirmação. E por uma boa razão: a maioria dos avanços não visam o menor monumento, exceto a Avenue de l'Opéra (um projeto que foi

Em *Planning Paris Before Haussmann*, de Nicholas Papayannis, apreendemos uma crítica importante sobre o papel de Haussmann, além de uma leitura profunda da historiografia francesa sobre Paris. De acordo com o já falecido pesquisador norte-americano, a definição do papel de Haussmann envolve, sem dúvida, a produção de Françoise Choay – autora de *L'Urbanisme*, publicado em 1983, e da introdução para as *Memórias de Haussmann*. Nos textos de Choay, Haussmann aparece como um dos fundadores do urbanismo moderno. Papayannis concorda com a afirmação de Etlin de que a transformação de Paris também deve ser lida como um legado do século anterior e insiste que as ideias modernas de planejamento não começaram no século XIX:

First, I question the broad treatment of the first half of the nineteenth century as one uniform period; as we shall see in this study, insofar as Paris is concerned, there are distinct phases in the emergence of new ideas about the city. A second problem, one not unique to Choay, is the view that any history of modern planning ideas with respect to the industrial city begins with the nineteenth century. An important point here, however, is the existence in numerous eighteenth-century writings on Paris of many elements of modern planning. These include ideas about regulating, ordering, and making the city safe for its inhabitants, as well as the relationship of the city's physical layout to effective political authority, to industry, and to commerce.¹⁵⁷

Todas as propostas para cidades modernas, mesmo aquelas específicas de estratos populacionais com capacidade pecuniária reduzida, foram feitas tal como Papayannis afirmou: a partir da perspectiva dos homens brancos da classe média, ainda que com base em diferentes interesses políticos. Ou seja, esse autor leva em conta não apenas a relação entre espaço e poder do Estado, mas também o medo por parte de grupos sociais hegemônicos. Tal medo tangencia o que se refere às

interrompido em 1854, bem antes da competição para a construção do teatro, lançada em 1860), boulevard de Strasbourg. (Gare de l'Est) e rue de Rennes (estação de Montparnasse). E as estações não são especialmente "templos de poder". A lógica do layout das "enfilades de ruas" está mais relacionada às necessidades de tráfego (travessias urbanas, abertura de bairros)." Tradução livre. PINON. **Le double mythe Haussmann**, op. cit., p. 3.

¹⁵⁷ "Primeiro, questiono o amplo tratamento da primeira metade do século XIX como um período uniforme; como veremos neste estudo, no que diz respeito a Paris, há fases distintas no surgimento de novas ideias sobre a cidade. Um segundo problema, um que não é exclusivo de Choay, é a visão de que qualquer história de ideias de planejamento moderno em relação à cidade industrial começa no século XIX. Um ponto importante aqui, no entanto, é a existência em numerosos escritos do século XVIII sobre Paris de muitos elementos do planejamento moderno. Estes incluem ideias sobre regular, ordenar e tornar a cidade segura para seus habitantes, bem como a relação do layout físico da cidade com a autoridade política efetiva, com a indústria e com o comércio." Tradução livre. PAPAYANIS, Nicholas. **Planning Paris Before Haussmann**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004. p. 5.

massas e aos estrangeiros e dialoga com os sonhos de limpeza do espaço público, a necessidade de vigilância e os requisitos para permitir o desenvolvimento do capitalismo, além da importância do desenvolvimento de um sistema de circulação antes das grandes obras de Paris.

The circulatory system of Paris, its network of streets and boulevards, came to dominate planning texts in the late 1830s and remained the central characteristic of these texts through the great reforms of Haussmann and Napoleon III and beyond. While planners from the earlier part of the century imagined circulation and communication through Paris to be an important mark of the modern commercial and populous city, several issues of the late 1830s and early 1840s resulted in an intense rethinking of the functions and spatial configuration of Paris, as intellectuals and government officials tried to master the new forces impinging upon the life of the capital. The outcome of this speculation was the elevation of urban circulation and the formation of a powerful city center to central tropes in the writings of many urban intellectuals trying to understand the modern city.¹⁵⁸

A existência de um poderoso fundamento intelectual e teórico anterior para grandes ações de abertura, pavimentação, saneamento e planejamento moderno que precedeu Haussmann também foi destacada por Papayanis. Na assertiva do autor, a cidade moderna nasceu no pensamento de muitos intelectuais da época, e esse processo foi iniciado pelos intelectuais do século XVIII que haviam começado a especular sobre as ligações entre o ambiente físico, a forma urbana, segurança, saúde, comércio e conveniência.

Para além dessas obras mencionadas, é importante mencionar *The city as a work of art*, de Donald J. Olsen. Nesse trabalho, Olsen examinou Londres, Paris e Viena durante os períodos mais significativos em relação aos seus desenvolvimentos urbanos. Nessa abordagem também prevaleceu a noção processual do pensamento urbanístico que considerava que a direção tomada por cada cidade no século XIX foi, em certa medida, determinada pela experiência nos séculos anteriores. O autor

¹⁵⁸ “O sistema circulatório de Paris, sua rede de ruas e bulevares, passou a dominar os textos de planejamento no final da década de 1830 e continuou sendo a característica central desses textos através das grandes reformas de Haussmann e Napoleão III e além. Enquanto os planejadores da primeira parte do século imaginavam que a circulação e a comunicação através de Paris eram uma marca importante da cidade moderna comercial e populosa, várias questões do final da década de 1830 e início da década de 1840 resultaram em um intenso repensar das funções e configurações espaciais de Paris, como intelectuais e funcionários do governo tentaram dominar as novas forças que impingem sobre a vida da capital. O resultado dessa especulação foi a elevação da circulação urbana e a formação de um poderoso centro da cidade para tropos centrais nos escritos de muitos intelectuais urbanos que tentavam entender a cidade moderna.” Tradução livre. PAPAYANIS. **Planning Paris Before Haussmann**, op. cit., p. 104.

também incorpora a ideia de que as cidades não são apenas criações individuais, mas resultado de forças construtivas, vastas e anônimas. De acordo com Olsen,

A pure and abundant water, street networks suitable to the movement, accommodation provided at least shelter, public transport which meets the needs of the local economy: all cities had to provide these. Industrial cities provided strictly speaking, nothing more.¹⁵⁹

As problematizações de Olsen, Papayanis e Pinon nos ajudam na construção de uma saída dos *topoi* sobre o urbano, sobretudo a tão marcada presença ou a sempre repetida noção de “influência francesa” que supostamente haveria moldado a identidade do espaço urbano enquanto espaço com atributos sociais, e não apenas estético.



Figura 21 – O Arco do Triunfo parisiense é o centro de um eixo histórico que conecta uma sequência de monumentos públicos com grandes boulevares que se estendem por toda a cidade. Fonte: Historic Maps and Views of Paris, 2009.

¹⁵⁹ “Uma água pura e abundante, redes de rua adequadas ao movimento, alojamento proporcionado pelo menos abrigo, transporte público que atenda às necessidades da economia local: todas as cidades tinham que fornecer isso. Cidades industriais, a rigor, nada mais.” Tradução livre. OLSEN, Donald J. **The City as a Work of Art**: London, Paris, Vienna. New Haven: Yale UP, 1986. p. 6.

No que tange à globalização da cultura, os estudos literários e o campo da história da literatura têm oferecido pistas sobre uma abordagem possível da circulação de conhecimento. Especificamente sobre Paris, ou sobre as relações entre Brasil e Europa, temos algumas contribuições significativas para compreensão da circulação de ideias urbanísticas. Pascale Casanova, em *A república mundial das letras*, mostra que Paris era mais uma centralidade literária no século XIX, que abrigou o mercado editorial mais aquecido do ocidente, do que um “modelo” de civilização. A pesquisa intitulada *A circulação transatlântica dos impressos*, que propôs investigar a globalização da cultura no século XIX e o seu impacto na circulação de romances, evidenciou que o Brasil não possuía um *status* de subalterno em relação à cultura literária, partindo da assertiva de que “há múltiplos centros e eles não ocupam pontos fixos”, justificando uma nova abordagem para o conceito de circulação, “pois ele enfatiza a ideia de movimento e não estabelece lugares fixos de partida e de chegada”.¹⁶⁰

As principais contribuições nesses campos de pesquisa dizem respeito à superação das fronteiras nacionais e tratam de descentralizações e rupturas com os estudos conhecidos. As histórias literárias convencionais, como destacou Abreu, são aquelas que associam a “produção literária escrita em determinada língua a uma nação”.¹⁶¹ A interpretação de que há uma vinculação francesa fundamental, que explica nosso desenvolvimento econômico ou urbanístico, passaria pela explicação dos fatos a partir da presença linguística. A presença massiva da língua francesa nos círculos intelectuais ou no acervo de engenheiros pode nos enganar, principalmente se desconsiderarmos Paris no século XIX como difusora de bens culturais produzidos em outros países, para considerá-la centro criador de todas as ideias.¹⁶² Quando acessamos bibliotecas de engenheiros formados no século XIX, repletas de livros e

¹⁶⁰ ABREU, Márcia (Org.). **Romances em movimento**: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p. 11.

¹⁶¹ Ibidem, p. 15.

¹⁶² A leitura de Casanova, em *A república mundial das letras*, reforça nossa aproximação dos estudos literários como campo que vem contribuindo para o *métier* dos historiadores: a história literária, cujo percurso nas últimas décadas vai em direção à construção de uma história social da leitura e do livro como parte de uma história literária. Casanova destaca Paris como república mundial das letras chamando atenção para as aberturas que as fronteiras daquele território oferecem ao mundo dos livros, da circulação de agentes culturais, de *passeurs culturels* diversos; Paris não como o centro de irradiação, mas por onde a grande maioria das palavras impressas passavam no século XIX. Esse ponto é uma das bases para a problematização sobre as origens do conhecimento técnico, especificamente aquele empregado no Brasil, apontando ser prematuro definir que, por falar-lhes escrever francês, reproduzir hábitos daquela Capital, toda uma cultura estaria sendo importada. Ver CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação Liberdade, c2002.

manuais em francês, temos mais uma demonstração de um conhecimento difuso em uma língua global (como é hoje o caso da língua inglesa) do que de uma filiação estritamente intelectual.

2.3.1 Concepção higienista e planejamento ou a transposição do mito

A concepção higienista atribuída aos trabalhos coordenados pelo engenheiro Aarão Reis é outro destaque na suposta relação de importação de modelos e a partir dela voltamos para Belo Horizonte. Pesquisadores que deram contribuições fundamentais para o estudo da Capital mineira fizeram coro à ideia de que Haussmann influenciou diretamente o planejamento de Belo Horizonte, desconsiderando que, já na segunda metade do século XIX, os problemas urbanos ligados à organização de cidades eram amplamente conhecidos e debatidos internacionalmente.

Como bem destacou Donatella Calabi, em *História do urbanismo europeu*,¹⁶³ a sensibilidade em relação às questões de higiene pública nasceu no século XIX com o movimento em torno do urbanismo e ganhou força com a formulação de legislações específicas para controle da cidade. Ao mencionar a atuação do advogado Edwin Chadwick, na pressão por uma reformulação da *Poor Law* em 1834, para inclusão de cláusulas para controle da higiene, e a adoção do primeiro *Public Health Act*, de 1847, Calabi mostra que esse movimento por melhores condições higiênicas, iniciado na Inglaterra, ganhou amplitude na Europa pela utilização de pesquisas estatísticas e elaboração de manuais de higiene divulgados nos congressos. Segundo Calabi, “Em todas as grandes capitais europeias, a construção de redes de água, esgotos e fornecimento de gás e eletricidade já constitui, desde as primeiras décadas do século XIX, um dos encargos técnico-administrativos mais importantes”.¹⁶⁴

Alguns pesquisadores utilizaram-se de registros da leitura de trabalhos, traduções de manuais, assim como temporadas de estudo no exterior realizadas por agentes históricos para revelar as conexões entre os processos urbanos ocorridos no Brasil e os supostos modelos europeus entre os séculos XIX e XX. Contudo, seus argumentos não sustentam o entendimento da relação hierarquizada baseada na

¹⁶³ CALABI, D. **História do urbanismo europeu**: questões, instrumentos, casos exemplares. São Paulo: Perspectiva, 2012.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 83.

concepção de centro e periferia. No que diz respeito ao sanitarismo e à resolução dos demais desenhos da Cidade, devemos considerar que os interventores e reformadores urbanos são herdeiros do século XIX e da maneira como problematizaram a cidade. Nas palavras de Bresciani,

A problematização da cidade enquanto questão técnica acontece na primeira metade do século XIX e se encarrega de substituir a materialidade dos limites definidos por muros pela finitude gráfica dos mapas, uma forma conceitual de abarcar limites para além do sentido da visão. É característico da problematização da cidade esse deslizamento dos dados sensíveis para categorias conceituais cifradas gráfica e numericamente, que constituem a forma moderna de **ver** a cidade, definindo também a especialização técnica voltada para os problemas urbanos, o urbanismo como uma das divisões do trabalho intelectual e disciplina acadêmica que perdura em sua estrutura básica até nossos dias.¹⁶⁵

Aarão Reis contou, no início da comissão de estudos de localidades, com o médico José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913), que fez análises sobre as condições sanitárias oferecidas por cada localidade. Junto à Comissão Construtora da Nova Capital, foram estabelecidos debates em torno das soluções possíveis para o empreendimento de transferência da Capital, por exemplo, a questão sanitária, que segundo Bresciani “nasce com a dupla concepção física e moral, ou melhor, com a sugestão de que se atingiria a mente e a formação moral do homem por meio da modificação do ambiente e, em decorrência, do corpo e do comportamento das pessoas”.¹⁶⁶

Os relatórios de prefeitos de Belo Horizonte, nos primeiros anos da Capital, trataram de analisar dados de saúde pública em perspectiva globalizada, a fim de legitimar suas próprias medidas de manutenção do espaço.¹⁶⁷ Belo Horizonte nasceu no lastro da discussão internacionalizada sobre higiene e saúde pública e, desde a fundação da Cidade, a gestão do município já demonstrava estar atenta ao quadro internacional de higiene pública.

Em relatório anual da municipalidade, apresentado em 1903 pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo, há menção ao médico William Edward Hope, que havia

¹⁶⁵ BRESCIANI, M. E. As sete portas da cidade. **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, p. 10-15, 1981.

¹⁶⁶ BRESCIANI. As sete portas da cidade, op. cit.

¹⁶⁷ OLIVEIRA, Carlos Alberto. **A nova capital em movimento**: a reconfiguração dos espaços públicos em Belo Horizonte (1897-1930). 2012. 207f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

sido diretor médico assistente da saúde para a cidade e porto de Liverpool entre 1883 e 1894, e médico da saúde de 1894 até sua aposentadoria, em 1924. Hope também foi professor de higiene da Universidade de Vitória, em Liverpool. É importante mencionar que a sua nomeação para o cargo de médico assistente, para ajudar Stopford Taylor na inspeção sanitária da cidade, em 1883, representou a ligação entre a medicina científica e a saúde pública do século XIX com o século XX, ao trazer a natalidade e a mortalidade ao centro das discussões direcionadas para as condições de vida precárias dos trabalhadores. Nos relatórios de higiene que compunham os relatórios de prefeito, as taxas de natalidade e mortalidade eram dados estatísticos fundamentais para medição dos índices de saúde pública da Capital.

A organização dos dados referentes à saúde pública sobre mortalidade infantil já apresentava a correspondência entre condições sanitárias e as doenças ocorrentes na época. Os dados eram

[...] debatidos em torno da relação entre densidade populacional, natalidade e mortalidade infantil, apontando para importância do controle sanitário. A má alimentação e a cultura “viciosa” dos pobres eram parte importante da preocupação sanitarista, pois incidiam no aumento da taxa de natalidade e de mortalidade infantil.¹⁶⁸

¹⁶⁸ Ibidem, p.118.

Mortalidade de 0 a 5 anos em 1901 e 1902								
Moléstias	1901				1902			
	De 0 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5	Total	De 0 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5	Total
Atrepsia	9	1	3	13	9	2	5	16
Enterite	13	2	15	30	13	14	11	38
Gastroenterite	6	1	4	11	7	3	9	19
Febre tífica	-	-	2	2	-	-	-	-
Bronquite	9	7	3	19	10	3	8	21
Meningite	2	1	2	5	3	1	5	9
Inanição	3	1	1	5	1	-	-	1
Congestão pulmonar	-	-	1	1	-	1	-	1
Peritonite	-	1	-	1	-	-	-	-
Influenza	-	-	1	1	3	1	2	6
Indigestão	1	-	-	1	-	-	-	-
Sarampão	-	1	-	1	-	1	2	3
Meningismo	-	1	-	1	-	-	-	-
Tétano dos recém-nascidos	1	-	-	1	3	-	-	3
Sem deciação	2	-	1	3	9	3	2	12
Pneumonia	1	-	3	1	1	2	4	7
Coqueluche paludosa	-	-	1	1	-	-	-	-
Coqueluche	1	-	-	1	-	-	-	-
Inviabilidade	7	-	-	7	8	-	-	8
Raquitismo	1	-	-	1	-	-	-	-
Laringite	-	-	-	-	-	1	3	4
Eczema agudo	-	-	-	-	1	-	-	1
Tétano	-	-	-	-	-	-	2	2
Convulsões	-	-	-	-	-	-	1	1
Acidente	-	-	-	-	-	-	1	1
Uremia	-	-	-	-	-	-	1	1
Cachexia	-	-	-	-	1	-	-	1

Tabela 1 - Mortalidade infantil em Belo Horizonte em 1901 e 1902. Fonte: Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903, p. 72.

Sobre cada 1.000 nascidos quantas mortes de 0 a 1 ano		
Burgos	Morte de crianças de menos de 1 ano de idade para 1.000 nascimentos	Observações
Condado de Londres	155	
Paddington	126	
Kenishton	169	
Hammersmith	161	
Fulham	149	
Chelsea	141	
Cidade de Westminster	157	
Santa Marylebone	113	
Hampestaed	101	
St. Pancras	169	
Ishington	152	
Hackmey	121	
Holbarn	161	
Fulsburg	173	
Cidade de Londres	169	
Shoreditch	171	
Bethnai Green	161	
Stepney	162	
Paplar	168	
Southwark	173	
Beruwadsey	184	
Lamberth	145	
Bathersea	169	
Wandswort	133	
Gamberwell	153	
Deptsford	185	
Greenwick	152	
Lewisham	170	
Woolwick	151	
Belo Horizonte	153	1901
Belo Horizonte	82	1902
Média de 2 anos (1901 e 1902):	117,5	

Tabela 2 - Dados e índices da mortalidade infantil em Londres. Fonte: Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903, p. 85.

Cidades	Países - para cada 1.000 habitantes de 0 a 1 ano quantas mortes
----------------	--

	Itália	França	Inglaterra	Prússia	Áustria	Bélgica	Países Baixos	Suécia	Portugal	Belo Horizonte
0 a 1 ano	231	179	167	222	230	176	193	127	132	166

Tabela 3 - Índice comparativo da taxa de mortalidade entre países europeus com os números de Belo Horizonte considerando o número de mortes para cada 1.000 habitantes. Fonte: Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903, p. 87.

As referências internacionais eram relevantes para manutenção dos espaços urbanos no referido contexto, como percebemos na documentação anual elaborada pelos prefeitos nomeados para o município e na leitura das tabelas 1, 2 e 3. Os primeiros prefeitos da Nova Capital enfrentavam problemas como a baixa densidade populacional, o baixo desenvolvimento comercial e consequentemente baixas arrecadações e buscavam se legitimar nos relatórios apresentados ao Estado.¹⁶⁹ O texto sobre demografia e higiene, presente no relatório do prefeito Francisco Bressane, por exemplo, apresentou comentários sobre a situação em cidades europeias a fim de justificar algum tipo de mérito do povo mineiro como educado e civilizado:

Liverpool é uma cidade inglesa, essencialmente commerciante, na qual as disposições sanitárias são reaes, o abastecimento de agua bom e abundante, onde, em resumo, a municipalidade cuida da saúde de seus habitantes tanto quanto é possível.

A questão é que tudo isso pouco aproveita, si os hábitos pessoaes e domésticos são maus.

Quando os paes despresam seus filhos, os alimentam mal e os deixam viver entre a imundice e o vicio, o resultado deve ser – excessiva mortalidade infantil. O único remédio parece ser a educação.

Isto é o que se passa em uma cidade européa onde a hygiene é observada com rigor que a raça inglesa emprega nestas questões de saúde pública, e, si nos fossem fornecidas estatísticas rigorosas de nossas localidades, não seria difícil verificar que Belo Horizonte é daquelas que poderia, pelas suas condições mesológicas, ocupar logar saliente entre as que mais se gabam da sua salubridade.¹⁷⁰

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ BELO HORIZONTE, Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903, p. 85.

No relatório seguinte, uma tabela (tabela 4) com 22 cidades e seus respectivos índices de mortalidade foi apresentada com intuito de mostrar que os valores em Belo Horizonte não ultrapassavam a taxa mundial de mortalidade. O quadro traz dados de cidades como Moscou, Nova York, Amsterdã, Havana, Milão, São Paulo, Recife e Juiz de Fora, e aponta Belo Horizonte com uma taxa de mortalidade de 18,2% para cada mil habitantes. O uso de recursos como esse, cabe destacar, de maneira utilitária, revela a importância da sistematização das ideias científicas para organização da fala de políticos das ciências médicas na formulação de concepções urbanas de bem viver.

Cidades	Ano	Porcentagem
Lima	1903	34,9
Petrópolis	1901	31,2
Recife	1903	30,7
Moscou	1902	28,7
Madri	1900	29,7
Antonina	1903	28,0
Paranaguá	1903	27,8
Juiz de Fora	1900	27,7
Rio de Janeiro	1901	21,9
Milão	1903	21,8
Havana	1901	20,4
Bordeaux	1903	20,1
Nova York	1900	20,0
Paris	1902	19,8
São Paulo	1901	19,2
Londres	1902	18,8
Belo Horizonte	1901	18,2
Salvador	1903	17,7
Hamburgo	1902	16,9
Buenos Aires	1902	16,2
Montevideu	1903	16,2
Amsterdã	1902	15,8

Tabela 4 - Mortalidade nas principais cidades, porcentagem por 1.000 habitantes. Fonte: Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905, p. 74.

A percepção sistematizada do espaço que permitia à época cotejar Belo Horizonte, São Paulo, Juiz de Fora, Londres, Paris e Buenos Aires foi fortemente afetada pela presença da medicina. A ciência médica, que já ganhara destaque em fins do século XVIII, também desempenhava papel importante na reformulação do

espaço. Os médicos eram, “de certa forma, especialistas do espaço”,¹⁷¹ já que, entre os principais problemas que formularam, destacavam-se o problema das localizações, o das coexistências, o das moradias e o dos deslocamentos.¹⁷²

2.3.2 Comunidade técnico-política

Um conjunto de procedimentos cujas aplicações eram consideradas necessárias à Cidade de Belo Horizonte se consolidou a partir da conjugação de interesses dos diversos campos de conhecimento de destaque na sociedade brasileira. Tais esferas eram compostas por médicos, juristas, engenheiros e intelectuais, que convergiam em um mesmo horizonte de expectativas e atuação, alinhavado por uma linguagem comum e que, apesar de experiências distintas, apontavam para a mesma construção de futuro, aquela ligada ao progresso social e ao desenvolvimento.

Ainda que o engenheiro Aarão Reis identificasse na Várzea do Marçal a melhor localidade para construção da Nova Capital, ou que a municipalidade de Ouro Preto, na tentativa de recorrer da perda de título, apresentasse um plano de alteração urbana, recaía sobre todos a crença na modernização como pilar para o desenvolvimento econômico e político, independentemente da localização da Capital do Estado. Essa crença compartilhada caracterizou o que podemos definir como uma comunidade técnico-política com interesses partilhados sobre a cidade. Esses interesses eram sustentados a partir da base comum apontada por Topalov, constituída a partir da estreita relação entre o discurso científico e os saberes sobre a Cidade, e do discurso progressista de racionalização.¹⁷³

Tal comunidade técnico-política estaria legitimada e consolidada, sobretudo, a partir da circulação de publicações e da construção de seus próprios

¹⁷¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007. p. 213.

¹⁷² No caso de Belo Horizonte, a análise em trabalho anterior (OLIVEIRA, 2012) enfatizou a conexão entre saberes e informações científicas a partir os dados aqui expostos (tabelas 1, 2 e 3), ao longo das décadas de 1890 e 1900, foram fundamentais para organização do espaço. A circulação desse tipo de informações e a estreita relação entre os saberes técnicos das engenharias e da medicina, entre os séculos XIX e XX no Brasil, revelam como a administração de Belo Horizonte cuidou de sua saúde pública, higiene e salubridade.

¹⁷³ TOPALOV, Christian. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? **Espaço & Debates: Cidade e História**, n. 34 p. 28-38, 1991.

espaços de debates. A *Revista Mineira de Engenharia* (1938),¹⁷⁴ como veículo de expressão, foi uma mobilização análoga, por exemplo, à revista do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, publicada pela primeira vez em 1897,¹⁷⁵ e ao boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo, criado em 1917.¹⁷⁶ Essa legitimação também passou pela organização de uma esfera pública amparada na participação de periódicos como o *Diário de Minas*, publicação que melhor expressa esse hibridismo, em que política e cultura se diluem e expressam a singularidade de posições sobre o desenvolvimento no contexto da fundação e desenvolvimento de Belo Horizonte.

A existência de uma comunidade técnico-política, no entanto, não anulou os conflitos nesses meios. Se, por um lado, havia consenso entre a necessidade de garantir salubridade, higiene e embelezamento, por outro, era comum cada agente propor soluções diferentes para as mesmas demandas, como veremos nos impasses entre técnicos da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) sobre o sistema de esgotos ideal para Belo Horizonte.

O artigo 2º do Decreto nº 803 publicado no ano de 1895 em Minas Gerais, sobre a divisão do plano para Belo Horizonte, estabeleceu que a organização das seções, quarteirões, ruas e praças deveria atender o interesse na “rápida e fácil comunicação entre seus habitantes, boa ventilação e higiene”. Esse decreto é um dos vários indicadores que refletem a importância das questões de higiene e saneamento no contexto da Nova Capital.

¹⁷⁴ Revista lançada em maio de 1938 e existente ainda hoje. Teve como fundadores os engenheiros Honório Hermeto, Demerval Pimenta, Benedito Quintino dos Santos, Mário Werneck de Alencar Lima, João Gusman Jr. Possuía tiragem de 1000 exemplares. Durante as primeiras décadas de sua existência foi importante veículo de discussão sobre os problemas urbanos e projetos urbanísticos relativos a Belo Horizonte. Foi editada pela Sociedade Mineira de Engenharia.

¹⁷⁵ Criada pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia, tem sua primeira publicação em janeiro de 1887. Publicação inicialmente mensal. Em 1895, a revista começa a ser publicada sem frequência fixada. A partir de 1897, sua publicação passa a ser trimestral. Em dezembro do mesmo ano, deixa de ser publicada. Volta em dezembro de 1900 com publicações mensais até 1932. Reinicia em setembro de 1934. Em abril de 1992 a revista recebe um novo nome: *Engenharia em Revista*, e é editada até o presente. Após 1997, passa a ser publicada sob a forma de jornal. Em seus artigos, trata a reflexão sobre as questões da engenharia municipal ou nacional, alertando para os problemas existentes e divulgando as discussões sobre novas técnicas.

¹⁷⁶ O Boletim do Instituto de Engenharia foi criado em outubro de 1917. Até 1929, o boletim estava a cargo de profissionais do Instituto de Engenharia. A partir dessa data, Luiz de Mendonça Júnior assume o cargo de diretor geral da revista, permanecendo nessa posição até fevereiro de 1933, excetuando-se o número 85 de julho a dezembro de 1932, que foi dirigido por Ranulpho Pinheiro Lima. Após essa rápida passagem desse último diretor, ele assume a direção geral da revista no período de março de 1933 a dezembro de 1935. J. M. de Toledo assumiu em janeiro de 1935 e permaneceu até dezembro de 1936. O último nome a dirigir o boletim foi José Amadei, no período de outubro de 1936 a dezembro de 1941, data em que a revista foi extinta, para depois de quase um ano ressurgir novamente com o nome *Revista Engenharia*.

Higiene, salubridade e saneamento foram termos fundamentais no desenvolvimento das técnicas urbanísticas ao longo do século XIX e início do XX. Belo Horizonte é fruto desse tempo, quando engenheiros possuíam atribuições científicas (século XIX) e o urbanismo enquanto disciplina estava prestes a se consolidar (início do século XX). Embora a circulação de ideias e concepções relativas ao desenvolvimento das cidades tivesse ganho difusão internacional pós Revolução Industrial, não havia consenso nem mesmo entre profissionais em seus contextos nacionais.

A pesquisa de Borsagli, publicada em livro no ano de 2016, investigou os obstáculos encontrados pela Comissão Construtora em relação à questão hídrica, sobretudo daquelas necessárias para o tratamento de esgotos. Contrariando a tese de Adelman,¹⁷⁷ de que Belo Horizonte havia sido apenas um projeto de engenharia com excessivos estudos e uma equipe tecnicista, Borsagli avança em relação às leituras que enfatizaram o reposicionamento econômico do Estado. O geógrafo compreendeu, por meio das resoluções em torno da questão hídrica, que havia um interesse higienista expresso e relacionado ao discurso republicano naquele momento. A CCNC teria, nesse contexto, a questão da higiene como principal preocupação e a água como insumo essencial para o desenvolvimento da Capital ao longo dos anos.¹⁷⁸

Os impasses técnicos levantados por Borsagli ocorridos durante a construção da Capital tiveram pouco destaque entre o arcabouço de pesquisas sobre a Cidade. Aqui, esses impasses endossam o que pretendemos destacar como a existência de debates inter-regionais desde o final do século XIX:

Após a realização dos estudos hídricos, o engenheiro-chefe da 5ª Divisão propôs a construção de um reservatório acima do Morro do Cruzeiro e a captação dos córregos da Serra, Acaba Mundo e Cercadinho para o abastecimento inicial da capital (30.000 habitantes), encontrando larga oposição dentro da divisão, em particular do então chefe da 1ª seção da 5ª divisão, o engenheiro Saturnino de Brito, o qual apresentara o projeto

¹⁷⁷ ADELMAN, Jeffry. **Urban Planning and Reality in Republican Brazil**: Belo Horizonte, 1890-1930. Ann Arbor, Mich: University Microfilms, 1975.

¹⁷⁸ BORSAGLI, Alessandro. **Rios invisíveis da metrópole mineira**. Belo Horizonte: Clube dos Autores, 2016.

alternativo ao de campos, priorizando para o abastecimento da nova capital a captação do córrego da Posse na região do Barreiro.¹⁷⁹

Dois críticos e debatedores importantes para nos ajudar a situar o projeto de transformação urbana em Minas no Brasil foram: Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864-1929), engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1886, e Victor da Silva Freire (1869-1951), nascido em Lisboa e formado engenheiro de construções civis na Escola Politécnica de Lisboa entre 1885 e 1888, tendo completado seus estudos em Paris, em 1891.

Saturnino de Brito atuou por um curto período de tempo na CCNC, especificamente entre 1894 e 1895. Sua passagem no empreendimento, como chefe da divisão de águas, foi marcada pelo desentendimento com Aarão Reis em torno da extensão do plano de abastecimento e sobre o sistema de captação de águas. Saturnino era subordinado ao engenheiro Caetano de César Campos.

Campos, ao lado do engenheiro Francisco de Paula Bicalho¹⁸⁰ e de Antônio de Paula Freitas, publicariam na *Revista do Club de Engenharia*, nº 2 de 1901, um extenso material sobre os esgotos nas grandes cidades para o Congresso de Saneamento e Indústria ocorrido em razão do quarto centenário da chegada do navegador Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Bicalho, logo nas primeiras páginas, reafirmou a importância do diálogo entre áreas da saúde e engenharia

¹⁷⁹ Ibidem, p. 60.

¹⁸⁰ Aarão Leal de Carvalho Reis foi o primeiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, considerado um intelectual propagandista dos movimentos abolicionistas e republicanos. Nasceu em 1853 em Belém do Pará, e faleceu no Rio de Janeiro em 1936. Formado como engenheiro, urbanista e professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, principal instituição dedicada à instrução profissional e tecnológica durante o Império. Concluiu, em 1872, o curso de engenheiro geógrafo e, em 1874, o curso de engenheiro civil. Dirigiu a comissão técnica responsável pela seleção do local onde seria instalada a Nova Capital de Minas Gerais em 1893. Em Belo Horizonte, assumiu a direção dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital em 22 de maio de 1895, após a exoneração de Aarão Reis, cargo que ocupou até 1898. Deu um outro rumo à edificação da capital mineira e reorganizou técnica e administrativamente a Comissão Construtora. Buscou imprimir ritmo acelerado à construção da Cidade que, mesmo assim, foi inaugurada a 12 de dezembro de 1897, ainda como um imenso canteiro de obras. Em 1901, foi nomeado inspetor-geral das Obras Públicas do Rio de Janeiro e, a partir de 1903, atuou na Comissão de Obras de Melhoramentos do Porto, desempenhando um importante papel na reforma urbana do Rio de Janeiro, implementada na administração de Pereira Passos. A sua trajetória profissional remonta ao tempo do Império, no qual participou, entre outras atividades, do abastecimento de água da Corte e do transporte ferroviário. Em 1873, assumiu o cargo de engenheiro chefe do canal de Macaé e Campos. No ano seguinte, assumiu o cargo de ajudante de obras na Alfândega do Rio de Janeiro. Também em 1873, encarregou-se da chefia da Tração da Estrada de Ferro D. Pedro II e assumiu, em 1876, a chefia da linha. Em 1878, atuou como engenheiro da Estrada de Ferro Baturité. Em 1893, desenvolveu o projeto e atuou na construção da Alfândega de Juiz de Fora, desempenhou, ao mesmo tempo, o cargo de diretor de obras municipais daquela cidade.

[...] os melhoramentos materiais que dizem respeito ao saneamento das cidades e as medidas tendentes a garantir a salubridade pública, não são da exclusiva alçada da engenharia, porque devem basear-se em algumas ciências médicas.

Os engenheiros, pois, que se dediquem a esse ramo de profissão, que constitui hoje uma especialidade, carecem ter algum conhecimento de tais ciências, da mesma forma que os higienistas, a seu turno, precisam saber o modo pelo qual podem ser praticamente realizadas as obras que devam produzir os efeitos que a sua ciência exige.¹⁸¹

O documento segue enfatizando a importância da água para carregar as impurezas e manter a saúde da Cidade, e destaca que a melhor comparação para o papel da rede de esgotos e abastecimento se dá com a “circulação sanguínea no corpo humano”:

A rede de água potável é o sistema arterial das cidades, que recebe grandes massas de sangue puro e vivificante e vai distribuí-lo por toda a parte, sustentando o organismo e facultando-lhe o organismo e facultando-lhe o exercício de todas as suas funções.

A rede de esgotos é o sistema venoso, que recolhe por todos os recantos, viciados pelo uso, o sangue, que a primeira rede distribuiu puro, e depois de capta-lo por todo o corpo e reuni-lo nos coletores mais importantes, leva a um campo de depuração, que de novo o entrega à circulação, renovado e são.¹⁸²

Anos antes, durante a construção da Capital de Minas, a questão dos esgotos havia sido um dos impasses que favoreceu a saída de Saturnino de Brito da CCNC. A grande discordância residia no sistema de separação de esgotos. Enquanto o resto da equipe técnica defendia o sistema *separador absoluto*, o engenheiro defendia o modelo *tout à l'égout*. Através do sistema separador absoluto, todas as águas utilizadas seriam dispensadas em um único canal, mas separadas das águas pluviais, que seriam despejadas diretamente nos cursos d'água; já o sistema *tout à l'égout* permitiria que os dejetos, águas utilizadas e águas pluviais fossem direcionados para uma mesma galeria de tratamento.

Aarão Reis, chefe da CCNC, defendia a tese de que as águas de esgoto poderiam ser tratadas nos próprios cursos d'água através da agitação e correnteza, embora recomendasse a desinfecção dessas em estações de depuração de

¹⁸¹ ESGOTOS DAS GRANDES CIDADES. Regras geraes a que devem satisfaser. Modo de realisa-los, pelo Dr. Francisco de Paula Bicalho. **Revista do Club de Engenharia**, nº 2, 1901, p. 2.

¹⁸² Ibidem, p. 3.

esgoto. Seu trabalho à frente da equipe técnica, no entanto, teria sido seriamente questionado por outros profissionais como dispendioso, cheio de estudos excessivos, e seu comando, considerado autoritário.

Dentro da Comissão houve outros pontos de discordância, sendo possível afirmar que não havia consenso em torno das técnicas de saneamento. O engenheiro civil Samuel Pereira, responsável pelos estudos para instalação da Capital em Belo Horizonte, antigo Curral Del Rei, foi o principal crítico em relação à adoção do sistema *tout à l'égout*, afirmando que

O sistema tão preconizado pelos higienistas franceses e adotado pela municipalidade de Paris, chamado dos *despejos para o esgoto* (*vidage à l'égout*), completado pela epuração por meio da filtração pelo solo dos resíduos líquidos, não tem aplicação no caso vertente; porque a bacia abaixo da barra do *Córrego do Cardoso* (limite até onde se pode estender a futura cidade) é estreita, sem planícies que se prestem, como a de Gennevilliers em Paris, para o fim a que são destinadas; além disto a pouca permeabilidade do solo é também um obstáculo para a adoção deste sistema.¹⁸³

No documento, o engenheiro Samuel Pereira prossegue com uma série de críticas bem elaboradas sobre as possibilidades almejadas para o sistema de esgotos na Nova Capital. Segundo Pereira, a fraca declividade compatível com o sistema seria vantajosa se aplicada em cidades construídas sobre extensas planícies. O que não era o caso de Belo Horizonte, cuja referida solução seria inconveniente por conta do terreno altamente acidentado, “onde a declividade média é de 0m,005 (da barra do Leitão à dos Arrudas), o que obrigaria a um grande desenvolvimento do coletor geral”.¹⁸⁴

O fator climático também foi um ponto negativo destacado no relatório. Em relação ao sistema que demanda fraca inclinação da rede, no caso de ser adotado, Pereira alertou que a pequena velocidade dos líquidos na galeria faria com que os resíduos em suspensão se sedimentassem, o que aceleraria a putrefação em poucas horas, devido ao clima quente.

Samuel Pereira contestou a possibilidade de implantar o sistema *tout à l'égout* e lançou mão de diversas referências a pesquisadores não francófonos para

¹⁸³ MINAS GERAES (1893). Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital. Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Dr. Affonso Penna, Presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. p.17 (anexos).

¹⁸⁴ Ibidem, p. 18.

defender o sistema separador absoluto, desenvolvido pelo engenheiro norte-americano George Waring em 1879, e que ficou conhecido também como sistema Waring:

Foi fundado nestes princípios que Waring apresentou o seu sistema separador, muito preconizado na Inglaterra e nos Estados Unidos da América do Norte. O que caracteriza esse sistema é a separação dos despejos das casas particulares e materiais fecais, das matérias de esgoto provenientes das vias públicas e das águas pluviais, sendo, portanto, necessária uma rede dupla de encanamentos.¹⁸⁵

O engenheiro prossegue afirmando que o State Board of Health, reunido em Nova York, concluiu, após inúmeros estudos feitos por seus mais distintos membros, engenheiros e higienistas, que

O sistema dispendioso de despejos para o esgoto (*tout à l'égout*), exigindo o emprego de condutos de grande seção, foi reconhecido, tanto na Inglaterra como na América, como um desacerto sanitário; ao passo que o sistema separador de Waring, bem aplicado, apresenta em pequena proporção os perigos, hoje tão geralmente observados, dos gases dos esgotos e é menos dispendioso para maior parte das cidades.¹⁸⁶

Dessa forma, a discussão em andamento nesse trabalho demonstra que desde as soluções empregadas para as questões relevantes ao projeto sanitário elaborado para Belo Horizonte até a definição do traçado urbanístico foram permeadas por debates e dissensos que envolveram vários profissionais com experiências em diversas cidades do Brasil e no exterior.

O debate em torno do traçado urbano da Nova Capital, por exemplo, encontrou em Victor da Silva Freire um formulador crítico. Freire e Saturnino de Brito são reconhecidos como figuras fundamentais no desenvolvimento do pensamento urbanístico no Brasil. Bertoni parte de uma hipótese bastante plausível, de que os textos *Melhoramentos de São Paulo*¹⁸⁷ (Brasil, 1911) e *Notes sur le tracé sanitaire des*

¹⁸⁵ Ibidem, p. 17 (anexos).

¹⁸⁶ Ibidem, p. 18.

¹⁸⁷ FREIRE, Victor da Silva. Melhoramentos de São Paulo. **Revista Politécnica**, São Paulo, v. 6, n. 33, p. 91-145, 1911.

*villes*¹⁸⁸ (França, 1916) podem ser considerados primeiros manuais brasileiros de urbanismo, sendo que os dois profissionais mencionados possuem experiência no exterior.

Ao destacar que a trajetória profissional de cada um foi diferente, Bertoni menciona que Saturnino de Brito "desempenhou um papel importante no meio dos engenheiros sanitários franceses, como evidenciado pela sua amizade com Edouard Imbeaux e pela participação na *Association Generale des hygienistes et techniciens municipaux*".¹⁸⁹ Já Victor da Silva Freire, apesar de membro de associações estrangeiras, teria tido uma participação modesta no cenário internacional. Freire participou do Primeiro Congresso Internacional das Cidades em Ghent, ocorrido em 1913.

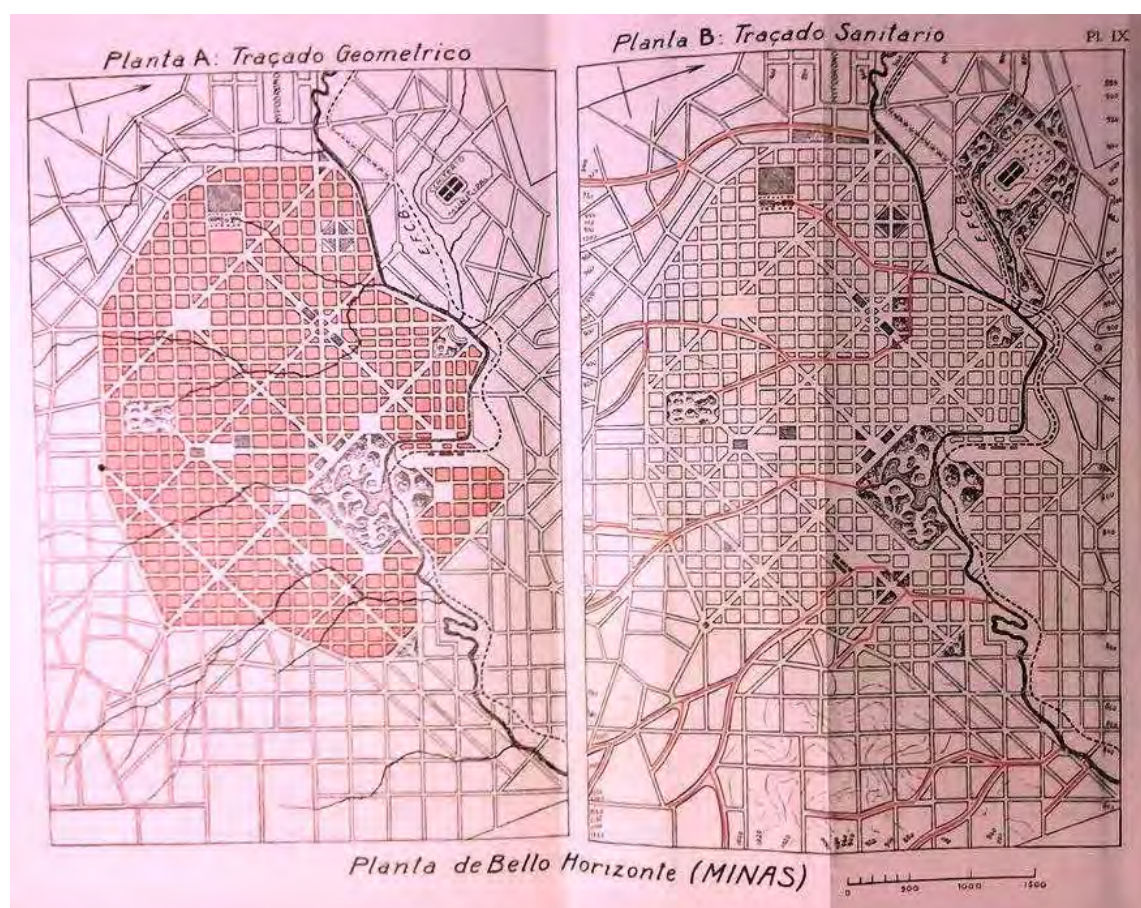


Figura 22 - Traçado sanitário proposto por Saturnino de Brito em 1916. Fonte: Rodrigues de Brito, F. Saturnino – Notes sur le tracé sanitaire des villes (technique sanitaire urbaine), par F. Saturnino Rodrigues de Brito,... preface du Dr. Edm. Imbeaux. – 1916

¹⁸⁸ Rodrigues de Brito, F. Saturnino – Notes sur le tracé sanitaire des villes (technique sanitaire urbaine), par F. Saturnino Rodrigues de Brito,... preface du Dr. Edm. Imbeaux. – 1916.

¹⁸⁹ BERTONI, Angelo. A engenharia sanitária a serviço do urbanismo. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v. 2, n. 22, 2016. p. 79.

O engenheiro Victor da Silva Freire publicou, a partir de 1900, inúmeros títulos, entre livros e artigos, sobre questões urbanas. Destaco aqui a “A Planta de Belo Horizonte (A propósito da cidade Salubre)” publicada na *Revista Politécnica*, v. 52, n. 52, em São Paulo, no ano de 1916, um documento importante que ampliou a repercussão da construção de Belo Horizonte.

Saturnino de Brito, em 1916, no mesmo ano da publicação de “A Planta de Belo Horizonte (A propósito da Cidade Salubre)”, de Victor da Silva Freire, propôs um modelo alternativo para a planta de Belo Horizonte, com correções na proposta de Aarão Reis para os cursos d’água, o qual chamou de “traçado sanitário” (Figura 12). Freire, por outro lado, deu ênfase às escolhas quanto ao projeto urbano, o que incluiu a traçado idealizado por Aarão Reis:

[...] estará Belo Horizonte em um terreno muito mais acidentado que S. Paulo, com declividades fortíssimas em várias ruas?" à esta pergunta do dr. Brito respondemos negativamente. Não está nem precisa estar, para que, sob o ponto de vista da circulação, qualquer traçado geométrico que lá, como aqui, se queira executar, fique em condições técnicas inferiores.¹⁹⁰

Como referenciais para elaboração de sua crítica, Freire se apropriou de expressões como “mal das diagonais” e “doença do xadrez” de Julian Julian, geômetra do burgo municipal de Cambridge, autor de *Introdução ao urbanismo*.¹⁹¹ No início do documento, Freire apresenta sua crítica ao “emprego sistemático da reta ou da curva” e menciona que, de acordo com o engenheiro Joseph Stüben, autor de *Der Stadtbau*, o princípio básico do urbanismo seria a ponderação do traçado geral e sua homogeneidade, não devendo prevalecer nem a reta nem a curva. Observa ainda que o mesmo não havia empregado, na cidade de Colônia, na Alemanha, nem o xadrez nem as curvas.¹⁹²

Segundo Freire, poderia ter sido Buenos Aires a inspiração para o plano xadrez dos quarteirões de 120 por 120 metros. Freire menciona que a avenida de Mayo, na cidade argentina, foi inaugurada e entregue em 9 de julho e que as plantas da Cidade de Minas, Belo Horizonte, foram apresentadas em 23 de março do ano

¹⁹⁰ FREIRE, Victor da Silva. **A planta de Bello Horisonte** (A propósito da cidade salubre). São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Cia., 1916. p. 5.

¹⁹¹ As referências apresentadas no texto de Freire não foram investigadas nesta pesquisa.

¹⁹² Ibidem, p. 4.

seguinte. Entretanto, de acordo com o engenheiro, não há sequer menção à cidade argentina:

Foi copiado, pura e simplesmente, salvo na largura e orientação das ruas, o critério de Juan de Garay, ao fundar, entre um banhado e o Rio de La Plata, a futura capital Argentina, a 24 de outubro de 1580, adotando manzanas de 140 varas em quadra, ou sejam, 121, m24, com os lados alinhados segundo ruas, orientadas quase exatamente do norte ao sul.¹⁹³

Freire, no mesmo documento, insistira que um dos problemas centrais da Cidade seriam os quarteirões de 120 por 120 metros, que resultariam em divisões de fachada menores e em uma distribuição constituída por quadras muito profundas:

Ora, nada mais característico, para mostrar os defeitos, desse xadrez de grandes malhas, do que prestar ouvido aos comentários dos que os têm podido apreciar de perto. Demos a palavra a Morales, ao tempo da Comissão ali diretor das obras municipais: "O traçado, tanto sob o ponto de vista das dimensões dos quarteirões como da orientação das ruas, tem inconvenientes que saltam aos olhos. As manzanas quadradas e de grandes dimensões obrigam a dar aos lotes do centro profundidades exageradas; a orientação com rumos fixos expõe as ruas a humidade excessiva no inverno ao passo que outras são por demais castigadas pelos raios do sol no verão. Mas o erro cometido por Garay é explicável pelo atraso em que se vivia nessa época e pelos conhecimentos incompletos que possuíam os homens que o acompanharam; são bem mais para censurar os que vieram depois, a quem teria sido fácil corrigir, em parte, esses defeitos". Extraímos essa pequena "lição de coisas", do volume do "recenseamento geral argentino" de 1904, que reproduziu o estudo.¹⁹⁴

As deliberações sobre o tamanho das quadras e sobre a ocorrência de problemas como a impossibilidade de iluminação completa da área ou as soluções arquitetônicas para as esquinas nos lotes triangulares¹⁹⁵ eram conhecidas e debatidas, mas não evitaram a postura conservadora da divisão de quadras e loteamentos, bem como da distribuição e venda de lotes na Nova Capital.

¹⁹³ Ibidem, p.11.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Sobre a evolução tipológica dos edifícios de esquina e a relação entre códigos e legislações urbanas, ver PEREIRA, Renata Baesso; AZEVEDO, Ricardo Marques de. **Arquitetura das esquinas de Belo Horizonte**. 2000. 237f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2000.

2.4 Cultura técnica, congressos e circulação pan-americana

As relações entre Brasil e Europa foram intensas ao longo do século XIX, favorecendo uma produção vasta que remete ao desenvolvimento europeu na tentativa de atribuir significado ao nosso desenvolvimento histórico. No contrassenso, buscarei possibilidades de leituras para apontar problemas ao estabelecermos como aspecto fundamental uma relação hierárquica e vertical entre Brasil e alguns países europeus.

Atique,¹⁹⁶ ao tratar das expressões "América", "Pan-Americanismo", "Interamericanismo", além de mostrar a importância dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos no cenário arquitetônico-urbanístico das Américas e, em especial, para o Brasil, retomou, de maneira criativa, uma leitura das relações no continente e formulou um conjunto de argumentos sobre sua integração. Ao interpretar a presença reduzida de delegações brasileiras na série de encontros organizada em países latinos sob a rubrica da arquitetura e das cidades, Atique apontou a separação que se deu a partir das formações coloniais, sobretudo por questões políticas e linguísticas, pois “havia por parte do Império brasileiro, uma certa noção de que participar dessas reuniões (Congressos Pan-Americanos), ao mesmo tempo, ‘Inter e Pan-Americanas’, era incompatível com sua própria essência monárquica”¹⁹⁷. Embora esse quadro tenha mudado, a partir de 1889, como apontado pelo pesquisador, a participação do Brasil, quando ocorria, era com delegações enxutas, mesmo em congressos sobre arquitetura.

¹⁹⁶ ATIQUE, Fernando. **Arquitetando a "Boa Vizinhança"**: a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano, 1876-1945. 2007. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19112010-154556/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

¹⁹⁷ Idem.

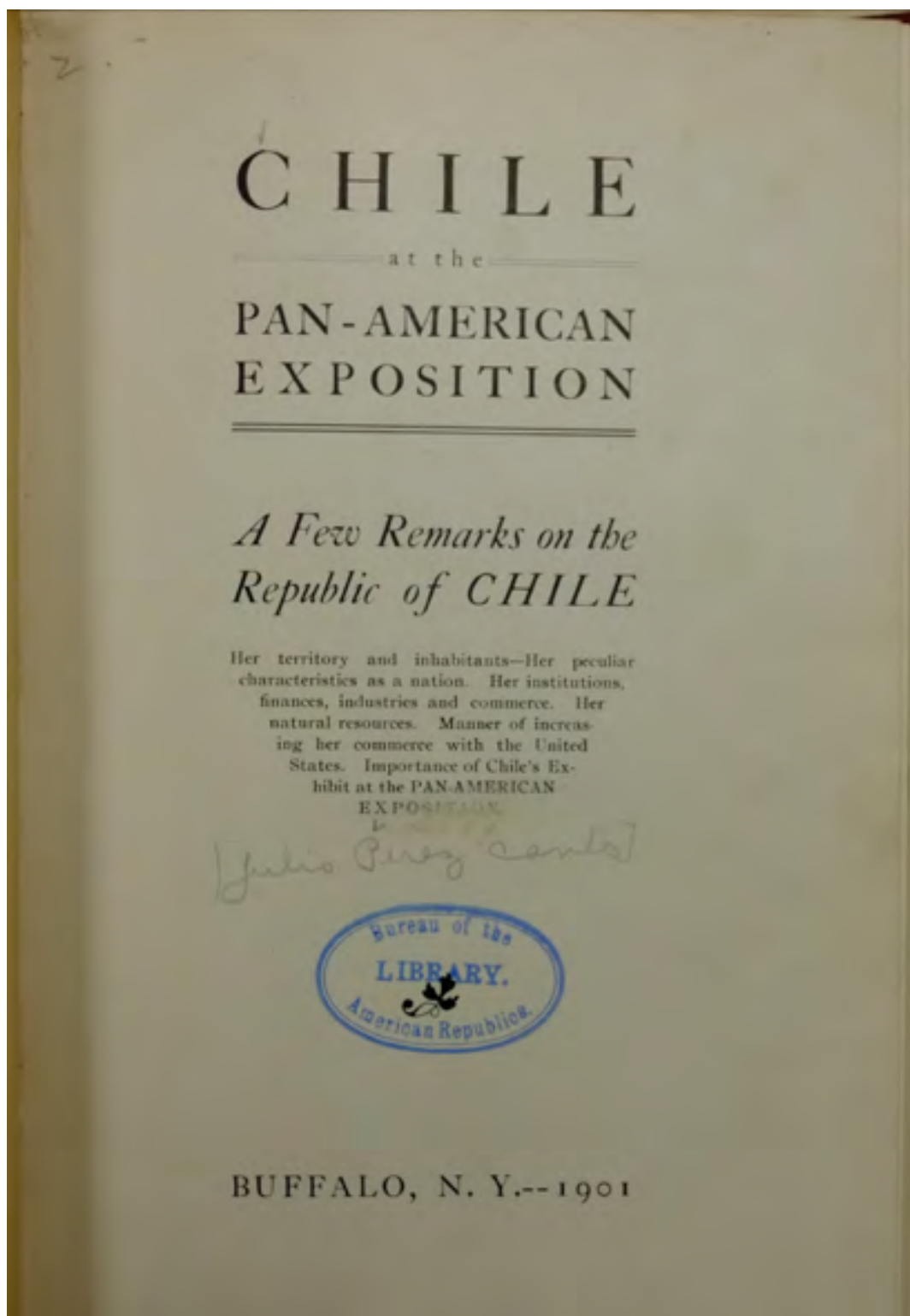


Figura 23 - Exposição Pan-americana do Chile, 1901. FONTE: Biblioteca da Organização dos Estados Americanos, Washington DC, EUA.

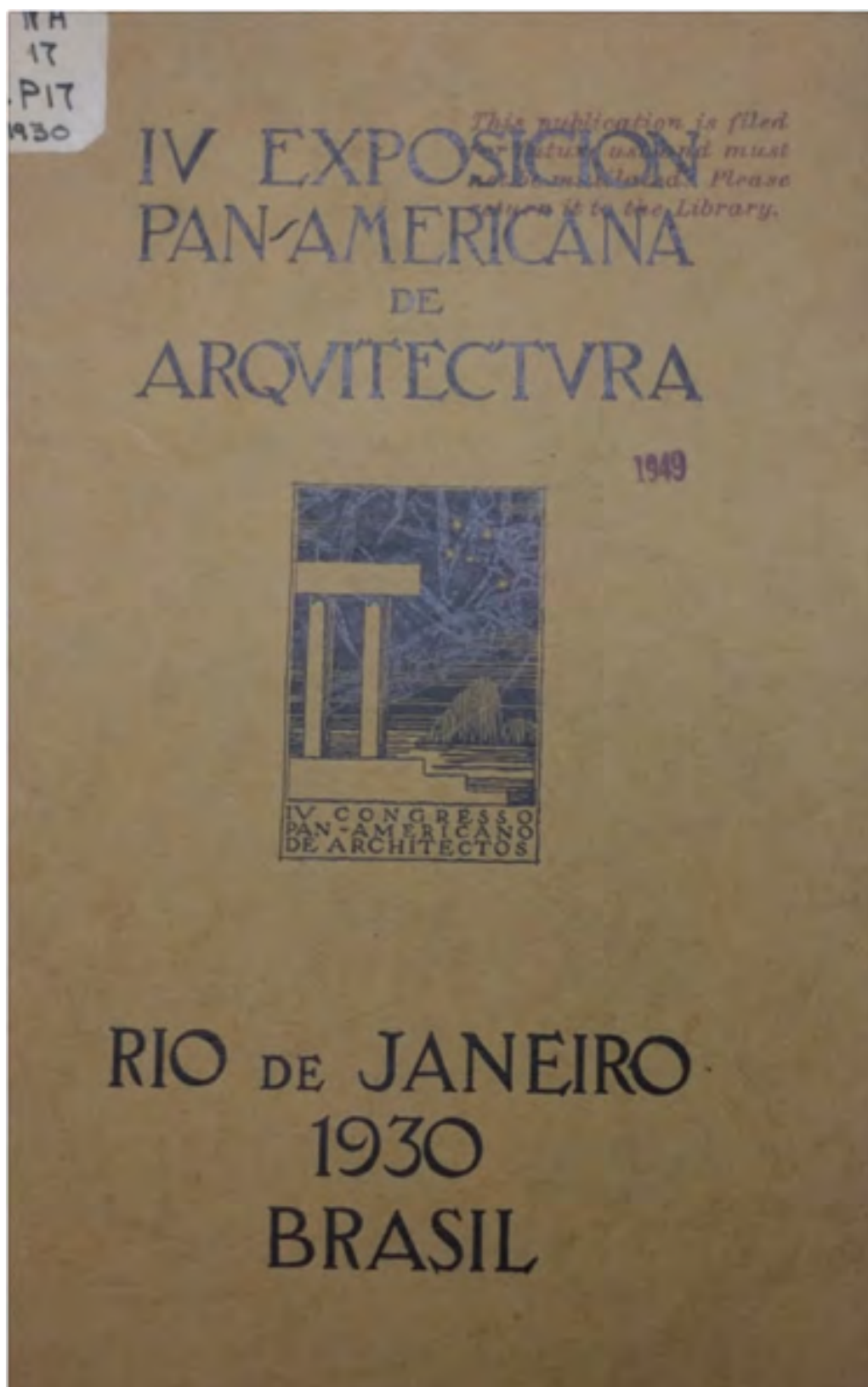


Figura 24 - Exposição Pan-americana de arquitetura no Rio de Janeiro, 1949.
 FONTE: Biblioteca da Organização dos Estados Americanos, Washington DC, EUA.

Algumas questões levantadas pelo pesquisador, especialmente sobre o predomínio de narrativas que superenfatizam a presença europeia na constituição das

referências em arquitetura no Brasil, são importantes, sobretudo no que concerne à unilateralidade nos estudos urbanos. Atique também destacou, em um de seus artigos, que “os congressos tinham como línguas oficiais o espanhol, o português, mas também, o inglês e o francês”, o que facilitava o intercâmbio e o conhecimento entre os países americanos”.¹⁹⁸

O 1er Congrès International et Exposition Comparée des Villes,¹⁹⁹ em Ghent, de 1913, que contou com Belo Horizonte entre as poucas cidades brasileiras representadas, possuiu, em seus anais, textos de profissionais das mais diversas áreas dentro da “arte de construir cidades” (para usar o termo do próprio texto) e enfatizou a participação de delegações de vários países:

L'art de construire les villes, comme M. Sitte l'a si bien dénommé, est une science nouvelle. Elle a été élaborée par des hommes éminents. Parmi tant d'autres MM. Stübben, Buls, Henard, Abercrombie, Thomas H. Mawson, L'auteur du Civic Art et de Studies in town planning, Sitte, Baldwin, Brown, etc., s'en sont fait les théoriciens autorisés.

En ce qui concerne l'Organisation de la Vie Communale, le congrès s'est assuré le concours de grandes associations de divers pays, qui ont déjà étudié à leur point de vue national les différents problèmes qu'il importe aujourd'hui d'examiner au point de vue comparé. En effet, jusqu'ici aucun congrès international de vie municipale n'a eu l'occasion de grouper les hommes qui se sont fait des ces études une spécialité, et qui par leurs délibérations indiqueront pour le fonctionnement des villes, des principes directeurs, comme le Town Planning Congress ont déjà commencé à en formuler pour l'art de construire.²⁰⁰

¹⁹⁸ ATIQUE, Fernando. Profissão, estilo e causa: um olhar sobre os primeiros Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Paulo: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/935>>. Acesso em: jan. 2018.

¹⁹⁹ L'UNION DE VILLES ET COMMUNES BELGES. 1er Congrès International et Exposition Comparée des Villes. Bruxelles: Union Internationale Des Villes, 1913. [encadernação].

²⁰⁰ “A arte de construir cidades, como M. Sitte tão apropriadamente a chamou, é uma nova ciência. Ela foi desenvolvido por homens eminentes. Entre tantos outros MM. Stübben, Buls, Henard, Jack Thomas H. Mawson, o autor de Estudos Arte e públicos em urbanismo, Sitte, Baldwin, Brown, etc., são na verdade teóricos autorizados. No que diz respeito à Organização da Vida Comunitária, o congresso conseguiu a assistência de grandes associações de vários países, que já estudaram em seu ponto de vista nacional os vários problemas que hoje é importante examinar a partir de um ponto de vista comparado. Na verdade, até agora nenhum congresso internacional da vida municipal tem que agrupar os homens que fizeram estes estudos uma especialidade, e suas deliberações indicarão para o funcionamento das cidades, princípios orientadores, como o Congresso de Planejamento da Cidade já começou a formulá-lo para a arte de construir.” Tradução livre. L'UNION DE VILLES ET COMMUNES BELGES. 1er Congrès International et Exposition Comparée des Villes. Bruxelles: Union Internationale Des Villes, 1913. [encadernação], p. XI.

A sessão *Exposição e Documentação*, associada ao Congresso de Cidades Comparadas, teve lugar durante a Exposição Universal de Gand, em 1913. Esse evento teria sido destinado a demonstrar a importância e o interesse nos problemas abordados pelo referido congresso em suas principais sessões temáticas. Segundo o relatório, o diferencial da exposição seria apresentar, além do interesse na construção de cidades, o que poderia ser identificado como “cidade comunal”.

A exposição deveria servir, junto com o congresso, de instrumento para as ciências que elaboram o fenômeno das cidades, tanto do ponto de vista de sua criação e construção, quanto do ponto de vista de sua vida, seus serviços, sua evolução. Os documentos da exposição tornar-se-iam componentes do acervo de um museu internacional, em Bruxelas, possibilitado pela União de Associações Interacionais em uma divisão chamada Le Musée Communal International. No mesmo texto é sugerido que um fundo seja criado e que esse receba a documentação dos congressos subsequentes, no qual encontramos também o anúncio da criação de uma biblioteca especializada ao lado da construção reservada ao congresso mencionado. Outro conjunto de documentos que compõem a mesma temática de eventos especializados diz respeito aos relatórios do International Housing and Town Planning Congress,²⁰¹ publicados em três línguas, com textos referentes à construção de novas cidades e gestão de centros urbanos.

²⁰¹ INTERNATIONAL HOUSING AND TOWN PLANNING CONGRESS, 1928, Paris. Part II Programme and General Reports, 1928. 78 p.



Figura 25 - Programa e relatórios do International Housing and Town Planning Congress, publicado em três línguas. 1928. FONTE: Biblioteca Nacional da França. Paris, França.

Willian White, ao prefaciá a publicação dos anais do Royal Institute of British Architects Town Planning Conference, chamou a atenção para o que o planejamento havia se tornado na virada do século XIX para o XX. Segundo o

pesquisador, *“every page of these Transactions is an invitation to explore the ramifications of this truly global movement”* ²⁰². White, entretanto, destaca como problema a questão linguística dos congressos internacionais com ampla adesão, como foram a Conferência de 1910 em Londres ou a de 1913 em Ghent. Para o pesquisador, poucas deliberações efetivas saíam dos eventos, sendo que muitos mal-entendidos ocorriam daqueles encontros em decorrência das dificuldades linguísticas.

Embora a crítica de White não possa ser desconsiderada, compreendo que a participação em atividades internacionais por parte de profissionais com interesses nos mesmos campos de trabalho representa, por si só, um forte aspecto no processo de trocas e aprendizado. Dos encontros internacionais decorrem a publicação de textos que podem ser consultados posteriormente, bem como os registros da própria trajetória de profissionais em outros países. A questão linguística, finalmente, deve ser lida criticamente partindo do pressuposto de que as ideias não são transmitidas apenas pelo texto escrito ou pela comunicação oral. Em alguns casos elas compõem um conjunto de mecanismos que são articulados de acordo com a necessidade de comunicação a respeito de determinados assuntos.

2.5 Diferentes visões de progresso e futuro

Em geral, não é preciso mencionar nenhuma parcela específica de um alto número de representações do futuro apresentadas a partir do universo literário desde o século XIX, pois essas já foram debatidas e analisadas à exaustão. Em um lugar privilegiado para interpretação de experiências, pintores, escultores, poetas e escritores, entre outras modalidades artísticas, de amadores ou profissionais reconhecidos, avançaram na percepção do próprio tempo e da sociedade.

Foi a partir do século XIX, sobretudo nas sociedades industriais em formação, que a imaginação sobre o futuro, enquanto possibilidade de projetar expectativas a partir do presente, se aproximou de fantasias plausíveis construídas a partir de situações diagnosticáveis. E se tornaram cada vez mais um problema racionalizado que demandou não só formulas científicas, mas fórmulas políticas e sociais para seu enfrentamento objetivo.

²⁰² “Cada página dessas transações é um convite para explorar as ramificações desse movimento verdadeiramente global.” Tradução livre. THE TRANSACTIONS OF THE Royal Institute of British Architects Town Planning Conference, London, 10-15 October 1910. London: Routledge, 2011. [s.p.].

A capacidade de imaginar o futuro estaria renascendo, na segunda metade do século XIX, enquanto elemento retórico e, ao mesmo tempo, como parte de falas progressistas, de visões lineares e teleológicas da história, em que o pressuposto da “evolução” das sociedades humanas deixara de ser uma sequência de presentes aperfeiçoados, mas uma sucessão progressiva de eventos históricos.

Intitulado como *Paris no século XX*,²⁰³ o romance de Julio Verne, recusado por seu editor em 1863 e publicado só em 1989, foi, antes de uma tentativa de se adiantar cem anos, um encontro entre possibilidades de imaginar o futuro, com uma nova maneira de perceber a sociedade e o espaço.

Considerado demasiadamente “pessimista” pelo famoso editor Pierre-Jules Hetzel, o romance de Verne apresentava uma projeção a partir do contexto vivenciado pelo autor. Tratou do crescimento de grandes monopólios e das sociedades comerciais como reflexão da maneira de perceber o tempo e sua própria experiência, questão que também foi tratada na virada do século XIX por Georg Simmel.²⁰⁴ Assim como, no início do século XX, por Walter Benjamin, como ponto de inflexão na experiência social de uma imbricada relação entre capitalismo, cultura e sociedade. O romance de Verne pode ser lido como registro da imaginação em um tempo de reformas, de estudos técnicos e de grandes empreendimentos urbanos.

Verne, como muitos de seus pares no mundo da literatura, soube se apropriar do conhecimento científico e trabalhou quase como um cientista em busca de criar um experimento não tangível, apropriando-se cada vez mais dos novos conhecimentos sobre o espaço urbano. Ele alcançou a produção de uma máquina do tempo subjetiva e, por consequência, uma complexa rede de conexões entre técnicos do mundo industrial, artistas e construtores de mundos imaginados que se davam a partir da interpretação de seus respectivos contextos.

Essa pequena leitura nos coloca a difícil tarefa de pensar o que pode significar o *futuro* em termos mais ou menos concretos, em temporalidades anteriores, e em que medida podemos encontrar projeções compartilhadas de um mesmo *futuro*. Quando lidamos com futuro, é possível imaginar previsões escatológicas, exercícios

²⁰³ VERNE, Jules. **Paris au XXe Siècle**: Roman. Paris: Le Grand livre du mois, 1994.

²⁰⁴ SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591.

imaginativos, em uma temporalidade que finda em si mesma a resolução de todas os problemas sociais.

O futuro referido aqui é o futuro que existe a partir do plano, do planejamento, do projeto; futuro aprovado pelo crivo da ciência, aprovado pelo meio no qual está circunscrito e no qual essa ciência se legitima. O futuro que se fundamentou baseado em uma noção de progresso como elemento narrativo essencial. Adiciono o interesse em associar a ideia de "projeto" e "planejamento" em percepções da experiência urbana, tão abertas e plásticas quanto os escritos literários do século XIX. A urgência em interpretar a experiência social de Verne tornou inevitável a necessidade de imaginar o futuro. Sua escrita percorreu Paris do século XX, mais precisamente Paris entre 1960 e 1962. O romance é recontado em 1963, como um relato da experiência do personagem, e no encontro de suas subjetividades.

Mas como conectar a experiência e as projeções de futuro expostas em projetos urbanos construídos em escalas de pensamento tão diferentes? A capacidade de discernir o "antes", o "agora" e o "depois" é moldada no "mundo do presente" que busca se apropriar do passado e inventar um futuro, sem necessariamente "decifrar o passado". É na dimensão das retóricas e dos arranjos entre *experiência* e *prática* que as sociedades poderiam projetar o futuro. Futuro como preocupação coletiva, pois cabe entender quais interesses aproximam indivíduos, instituições públicas, privadas, empreendedores e demais agentes sociais.

O exercício de trabalhar o futuro, pós-século XIX, tornou-se indissociável das ciências, que, com seus fundamentos metodológicos e arranjos teóricos, estabeleceu a dimensão do projeto, da elaboração de um plano para o *devenir*. A indissociação entre razão, progresso e modernização, enquanto vetores de uma racionalidade, constitui-se como direcionamento no qual o pensamento assumiu a mudança das sociedades em um sentido estritamente direcional, teleológico e irreversível. A linguagem, nessa perspectiva, assumiu papel importante na construção social da realidade e serve ao historiador como eixo para compreender a construção imagética do futuro.

Ao abordar a linguagem e o conhecimento na vida cotidiana, Berger e Luckmann afirmam a capacidade de objetivação da expressividade humana, que se manifesta como elementos de um mundo comum. Prova do poder das objetivações humanas são as investigações arqueológicas e antropológicas a partir de sociedades extintas no passado.

Pode-se dizer, por conseguinte, que a linguagem torna “mais real” a minha subjetividade, não só para meu interlocutor mas também para mim próprio. Esta capacidade da linguagem de cristalizar e estabilizar, para mim, a minha própria subjetividade é conservada (embora com modificações) mesmo quando a linguagem está desligada da situação frente a frente. Esta característica muito importante da linguagem é bem captada no ditado que diz que as pessoas devem falar delas próprias até conhecerem a si próprias.²⁰⁵

Essa reflexão nos motiva a compreender como um vocabulário partilhado pode objetivar um conceito de cidade, mesmo entre grupos diversificados, e avançar sobre seus opositores. Como a linguagem, nas palavras dos autores, constrói “imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo”.²⁰⁶

Para exemplificar a breve reflexão sobre o futuro, colocarei lado a lado duas propostas de empreendimentos que expressavam visões antagônicas de um futuro: a construção de Belo Horizonte, no final do século XIX, e a proposta de renovação de Ouro Preto, antiga Capital de Minas Gerais, no início do século XX.

2.5.1 A Comissão Construtora

Disposições transitórias. Art. 13.
É declarada a mudança da Capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade.²⁰⁷

Imparcialidade Aarônica

O engenhoso engenheiro, nomeado
juiz da capitálica mudança,
lançou Juiz de Fora para um lado,
Barbacena excluiu da contradança!

No espaço de três anos limitado
a cidade afiançou de tal chibanca,
que à América do Sul não será dado
possuir outra igual! Oh! Que esperança!

Nesta fina pilhéria de bom gosto
a mancheias parece que ele há posto
a mais grossa e maior dose de sal!

²⁰⁵ BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas: **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. Floriano Fernandes. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1978. p. 49.

²⁰⁶ Ibidem, p. 51.

²⁰⁷ Constituição Política do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto, 15 jun. 1891.

E, por honra de nossa ingenuidade,
o “centro” descobriu de gravidade!

Sabem onde? na várzea do Marçal! ²⁰⁸

Nomeado engenheiro responsável para Comissão de Estudo das Cinco Localidades Indicadas para a Construção da Futura Capital, Aarão Leal de Carvalho Reis coordenou um estudo inédito no Brasil sobre as localidades que concorriam ao posto de Capital do Estado. Além do Arraial de Belo Horizonte, antigo Curral Del Rei, estavam Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Paraúna, que foram analisadas a partir de termos como “salubridade, facilidades para a construção em geral e possibilidades de abastecimento, iluminação e articulação viária”.²⁰⁹

Na Escola Politécnica do Rio do Janeiro, que continuava “a tradição da engenharia militar luso-brasileira, desde o período colonial, e a modernização proporcionadas pelo ensino técnico,”²¹⁰ Reis concluiu, em 1872, o curso de engenheiro geógrafo e em 1874, após prosseguir os estudos, recebeu o título de engenheiro civil. Reis já reconhecido como um engenheiro experiente, possuía quase 20 anos de prática quando assumiu a comissão de estudos para construção da Nova Capital de Minas Gerais.

A criação de uma Comissão d’Estudo das Localidades indicadas para Nova Capital, que atuou entre dezembro de 1892 e maio de 1893, na ocasião coordenada por Reis a distância, do Rio de Janeiro, representou o início de uma relação de confiança entre o engenheiro e o presidente do Estado, Afonso Pena. Reis, após definir sua equipe, determinou que o estudo sobre as localidades fosse dividido entre os também engenheiros José Carvalho de Almeida, responsável por Várzea do Marçal, Samuel Gomes Pereira, por Belo Horizonte, Manoel da Silva Couto, por Barbacena, Eugênio de Barros Raja Gabaglia, por Juiz de Fora, Luiz Martinho de Moraes, por Paraúna.²¹¹

²⁰⁸ ALMEIDA, Pe. Correia de. Imparcialidade Aarônica. **A Folha**, Barbacena, 23 jul. 1893, p. 1.

²⁰⁹ Disponível em: <<http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2780>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

²¹⁰ CERASOLI, Josianne Francia. **A grande cruzada**: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira República. 1998. 265f. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. p. 97.

²¹¹ Disponível em: <<http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2780>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

A Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) foi criada em 14 de fevereiro de 1894, a partir do Decreto nº 680 do Governo do Estado, presidido por Afonso Pena (14 de julho de 1892 – 7 de setembro de 1894). Sua criação ocorreu em conformidade com processos de mudança extensos, divididos em algumas fases ao longo do século XIX, mas que foram acelerados em sua última década. O evento de 1891 quando convocada a Assembleia Constituinte de Minas Gerais, durante o Governo Provisório Republicano de Augusto de Lima (18 de março de 1891 – 16 de junho de 1891), abordou a urgência da mudança da Capital destacando a necessidade de “dotar o Estado de uma nova capital seja centro de atividade intelectual, industrial e financeiro”, que fosse ao mesmo tempo “ponto de apoio para integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade pois que de tal condição carece infelizmente a atual capital”.²¹²

Subordinada à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a CCNC se formou com profissionais convidados por Aarão Reis,²¹³ composta também

²¹² Mensagem do Presidente Augusto de Lima à Assembleia Constituinte Mineira em 17 de abril de 1891. **Annaes do Senado Mineiro**, 1891, p. 15.

²¹³ Alguns dos técnicos nomeados indicados pelo engenheiro responsável para compor a CCNC: Alfredo Camarate (Lisboa, 1840; São Paulo, SP, 1904. Engenheiro-arquiteto com formação musical. Realizou estudos na Inglaterra); Américo de Macedo (Engenheiro civil e jornalista. Diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1886.); Antônio do Prado Lopes Pereira (Engenheiro e bacharel em Direito, diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1888, e pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1905); Adalberto Dias Ferraz da Luz (Bacharel em Direito); Adolpho Pereira (Engenheiro); Americo de Macedo; Bernardo Joaquim de Figueiredo (Engenheiro diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro); Cicero Ribeiro Ferreira Rodrigues (Médico e professor. Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1885); Caetano Cesar de Campos (? ; Rio de Janeiro, RJ, 1920. Engenheiro civil diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro); Edgard Nascentes Coelho (Rio de Janeiro, RJ, 1853; Belo Horizonte, MG, 1917. Arquiteto diplomado pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro); Eugenio de Barros Raja Gabaglia (Engenheiro diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro); Fabio Nunes Leal (Bacharel em Direito); Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (Campos, RJ, 1864 ; Pelotas, RS, 1929. Engenheiro diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1886) Hermillo Alves (Bahia?; Cruzeiro, SP, 1906. Engenheiro civil diplomado pela Escola Central da Bahia); Jean Marie Joseph Verdusem (Bélgica, ? ; Rio de Janeiro, RJ, 1927. Desenhista, projetista e escultor); José de Magalhães (Engenheiro geógrafo, diplomado em 1874 pela antiga Escola Central do Rio de Janeiro, posteriormente Escola Politécnica. Em 1876, transferiu-se para Paris e ingressou na École Nationale et Spéciale de Dessin et des Mathématiques. Frequentou o atelier de Pierre-Jérôme Honoré Daumet, tendo sido admitido na Ecole des Beaux-Arts em 1878;); José de Carvalho Almeida (Engenheiro civil, diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Atuou também na Comissão d’Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital do Estado de Minas Gerais); Julio Cesar da Silva (Desenhista); Ludgero Wandick Dolabella (Engenheiro diplomado pela Escola de Minas de Ouro Preto, em 1888); Luís Martinho de Moraes (Engenheiro civil diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro); Luiz Olivieri (Arquiteto, desenhista e escultor, diplomado em Florença, Itália); Manoel da Silva Couto (Engenheiro diplomado na Alemanha. Atuou na Comissão d’Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital do Estado de Minas Gerais); Paul Villon (Côtes Saint-André, França, 1842; Arquiteto paisagista, discípulo de Jean Charles Adolphe Alphand); Pedro Noel Sicard (Engenheiro); Pedro de Nobrega Sigaud (Engenheiro diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1894); Samuel Gomes Pereira (Engenheiro civil diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro).

por estrangeiros e técnicos formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Aarão Reis incluiu nessa comissão seus colaboradores no estudo realizado anteriormente para a escolha da localidade da futura Capital, bem como arquitetos-projetistas, outros engenheiros-arquitetos e artistas com alguma trajetória internacional. Entre eles, destaco José de Magalhães, que cursou a École des Beaux-Arts, em Paris, o francês Paul Villon, discípulo de Jean-Charles Alphand,²¹⁴ e o suíço João Morandi, que estudara na França tendo trabalhado também na construção de La Plata, na Argentina. A trajetória fora do país pode ser entendida como fator indicativo de que esses profissionais tiveram contato crítico com ideias e teorias diversas sobre a intervenção no espaço urbano, sobre arte, arquitetura e paisagismo.

A CCNC encarnou um espírito progressista comprometido com a missão de modernizar o Estado e lhe dar uma nova centralidade. Antes mesmo da elaboração da nova carta para a Capital, foi fundamentada uma projeção sobre a imagem de que o empreendimento urbano se constituiria através da narrativa técnica:

Cortado o arraial de ribeirões e outros pequenos veios d'agua crystalina e pura, facilita esta abundancia o abastecimento da nova capital, e embellestará as futuras construcções, entremeando a cidade de parques e jardins, onde as Fontes e os repuchos dêem donaires bellezas e frescura que só a peso de ouro se conseguem em outras localidades, garantindo ao mesmo tempo uma abundante vegetação, tão recommendada á salubridade quanto própria ao enfeite e ornamento.²¹⁵

A CCNC também sustentava que tais forças da beleza, do conforto e da sugestão da natureza, enquanto elementos que contribuía ao progresso e desenvolvimento, produziriam todas as grandes aspirações da civilização moderna. Além da associação entre progresso e beleza, desenvolvimento e conforto, havia a menção ao desenvolvimento do país e autonomia dos estados, destacando a suposta busca pelo desenvolvimento em Minas Gerais:

A principal atrofia fora sanada pela Lei de 13 de Maio; a republica entregara cada Estado aos próprios impulsos, e os que se sentiram fortes e ricos, como Minas, atiraram-se ás amplas vias do progresso com desconhecida força, e, não raro, com tão segura e penetrante vista, que perde-se a imaginação em

²¹⁴ Jean-Charles Alphand (1817-1891) foi nomeado diretor do serviço de “Promenades et Plantations à l'Hôtel de Ville” pelo prefeito Haussmann em 1854 para atuar nas reformas de Paris.

²¹⁵ ESTADO DE MINAS GERAES. Comissão Construtora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos**, abril de 1895, p. 13.

conjecturas de fabulosos gosos perdidos, antecipando o movimento libertador de alguns anos.²¹⁶

Em Minas Gerais, as vozes em prol do desenvolvimento afirmavam que o Estado possuía um enorme potencial econômico não aproveitado. Tal perspectiva de interpretação também apareceu na *Revista Geral da CCNC* e em textos literários publicados nas primeiras décadas de existência de Belo Horizonte que atribuíam a população do Estado e da Nova Capital como responsáveis pelo desenvolvimento retardado, tímido desses.

A revista destacava sua centralidade geográfica e a possibilidade de ligação do Sul ao Norte do Estado e ao Espírito Santo através de ferrovias que o cortavam de leste a oeste e atendiam as cidades do Triângulo Mineiro. Além de indicar as vantagens da instalação da Nova Capital no local escolhido, devido ao cruzamento das duas mais extensas vias férreas do Brasil no período. Nas páginas da *Revista Geral da CCNC* ficou claro haver uma visão preestabelecida das cidades mineiras, referindo-se principalmente ao povoado de Curral Del Rei para acusar seus moradores de serem indiferentes à beleza de qualquer espécie:

O homem parece até hoje alheio ao instinto do bello, não aproveitando sequer os encantos de uma natureza tão rica de sublimes, no assentamento dos seus lares: a veia de ouro ou de qualquer mineroso industrial, a queda d'água, como força motriz, os pastaes espontâneos, o húmus cafeeiro ou a terra sã de milho, eis as balisas únicas das preferencias de sua localização no solo fertilíssimo de Minas. O conforto ao corpo e o encanto como factores nestes problemas da vida; a preocupação até estes últimos tempos limitava-se á garantia daquela e á independência individual.²¹⁷

Como explicitado no documento que definia as diretrizes enviadas à Comissão de Estudo das Cinco Localidades Indicadas para a Construção da Futura Capital de Minas Gerais, de 9 de dezembro de 1892, seriam nove os critérios fundamentais para escolha da localidade da Nova Capital, a ser planejada para uma expectativa de entre 150 e 200 mil habitantes:

1. As condições naturais de salubridade;

²¹⁶ Idem, p. 12.

²¹⁷ Idem.

2. Abastecimento abundante de água potável;
3. Esgoto, escoamento das águas pluviais e drenagem do solo;
4. Facilidades para edificação e construção;
5. Garantia de um farto abastecimento das produções da pequena lavoura indispensáveis ao consumo diário;
6. Iluminação pública e particular;
7. Condições topográficas em relação à livre circulação dos veículos e estabelecimento de carris urbanos;
8. Ligação ao plano geral da viação estadual e federal;
9. Despesas mínimas para instalações iniciais indispensáveis para o regular funcionamento da Nova Capital.

Os estudos de Aarão Reis concluíram que, entre as localidades possíveis, Belo Horizonte e Várzea do Marçal seriam as opções mais adequadas para tal empreendimento, afirmando ser

[...] preferível que a nova capital seja edificada na Várzea do Marçal, onde o Estado de Minas Gerais poderá - mediante projeto organizado com competência e baseado em sérios e cuidadosos estudos definitivos - erguer, dentro de 3 anos, e sem exagerados ônus para seus cofres públicos, - A PRIMEIRA CIDADE DA AMERICA DO SUL, dominando de cerca de 1000 metros de altitude todo o vasto planalto brasileiro.²¹⁸

A decisão ficaria a cargo Congresso Mineiro, que, meses após a divulgação do estudo, decidiria ser o Arraial de Belo Horizonte a localidade escolhida para a Nova Capital. A definição da localidade criou expectativas na população que optou por abandonar o antigo nome Curral Del Rei. Os habitantes esperavam ser incluídos no projeto modernizador do Estado, mas suas expectativas foram violentamente frustradas após início das obras de instalação da Nova Capital.

A escolha da localidade representou a conjugação entre interesse político e avaliação técnica: mesmo com a opção de Reis por Várzea do Marçal, o próprio reconheceu em Belo Horizonte uma localidade potencial e adequada para o

²¹⁸ MINAS GERAES (1893). Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a nova Capital. Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Dr. Affonso Penna, Presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Acervo MHAB. 1893, p. 76.

empreendimento.²¹⁹ “Entre a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte é difícil a escolha”, afirmara Aarão Reis em seu relatório apresentado em 1893:

Em ambas a nova cidade poderá desenvolver-se em ótimas condições topográficas, em ambas é facilímo o abastecimento de água e a instalação dos esgotos, ambas oferecem excelentes condições para as edificações e a construção geral, e se na atualidade a Várzea do Marçal representa melhor o centro de gravidade d Estado e acha-se já ligada, por meios rápidos e fáceis de comunicação, com todas as zonas, - daqui a algumas dezenas de anos Belo Horizonte melhor o representará, de certo, e mais diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro.²²⁰

As narrativas, no entanto, estariam suficientemente bem tecidas para não atravancar o empreendimento nem comprometer a motivação política consciente da necessidade de criar uma nova centralidade para o Estado. Aarão Reis havia sido convidado para dirigir os trabalhos de estudo das localidades por Afonso Pena, que foi seu colega de trabalho no Ministério da Agricultura.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Idem.



Figura 26 - capa do relatório dos estudos para escolha das localidades da Nova Capital. Referência: MINAS GERAES. Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital. Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Dr. Affonso Penna, Presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Acervo MHAB. 1893.

Certamente, Reis fora um dos mais sensíveis aos interesses do Estado na mudança da Capital, expressos através da afirmação simbólica das riquezas do território e proezas dos mineiros. Nesse processo, similar ao que Ângela de Castro Gomes identificou a partir da leitura da trajetória política de João Pinheiro, as

tentativas de estabelecer relações entre o regime republicano e o projeto de “melhoramentos” precederam a mobilização em torno da construção de Belo Horizonte. O próprio Reis, em diversos momentos, demonstrou pleno entendimento da situação e reafirmou seu lugar legítimo enquanto engenheiro e sua missão progressista:

O sentimento de grata admiração que cada vez mais me domina em relação ao belo e florescente Estado de Minas Gerais, que tão salutarex exemplos práticos está oferecendo da excelência do novo regime constitucional em boa hora inaugurado na nossa pátria, e também – para que não confessá-lo? – o desejo de corresponder, mais uma vez, à honrosa confiança pessoal e profissional com que V. Exa. de longa data me distingue.²²¹

A tese de Andrade e Magalhães²²² expõe ser Belo Horizonte o resultado de dois modos contraditórios de produção da cidade, sendo o primeiro desses barroco que absorve a cidade planejada sobre a pauta da razão divina, e o segundo, utópico e ativista, com a cidade planejada sobre a pauta da razão humana que tentou demonstrar a estreita relação entre a razão do Estado e a razão científica/racional. Tal estudo destacou o compromisso republicano de reorganizar o Estado com a distribuição das suas forças produtivas e ressignificação de valores simbólicos. Esse trabalho também retoma a tese de Paulo Osório, intitulada *La création de Belo Horizonte*, defendida em 1981 em Grenoble, na França, quando se propõe a repensar a modernização como um processo conservador, que não rompeu com os valores tradicionais.

Cabe ressaltar, também, que os estudos preliminares para construção da Capital enfatizaram a não participação de profissionais mineiros a fim de garantir uma neutralidade nas escolhas e oferecer a toda mobilização política “mudancista” e “anti-mudancista”. A ideia de que as melhorias urbanas tinham a função de “civilizar os semi-bárbaros” era uma leitura feita pelos homens da ciência e da técnica de seu tempo para desenvolvimento material da cidade e pareceu ser adequada aos interesses mineiros, já que a possibilidade de transferir o título da Capital ou reformar Ouro Preto não havia sido consideradas opções.

²²¹ REIS, Aarão. Comissão d'Estudos das localidades indicadas para nova capital – Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna (presidente do Estado) pelo Engenheiro Civil Aarão Reis – janeiro a maio de 1893, p. 9.

²²² ANDRADE; MAGALHÃES. **Belo Horizonte**, op. cit., p. 135.

2.5.2 A Comissão Construtora e a escolha da localidade

A excitação geral causada pela mudança da Capital ganhou outros contornos após 1889, sobretudo com a proclamação da República. De um lado, o partido contra a mudança da Capital estava instalado em Ouro Preto e contou com políticos importantes, sua maioria tradicionalistas. De outro, jovens políticos engajados com a mudança, como Alexandre Stockler Pinto de Menezes e João Pinheiro da Silva, contavam com apoio descentralizado. Esse apoio, sem dúvidas, estava fortalecido pela indefinição do destino da Capital: a única resolução, até o início da década de 1890, era de que Ouro Preto não comportava física e simbolicamente o centro político do Estado.

A justificativa para o desmantelamento do Curral Del Rei (local onde foi instalada a Nova Capital do Estado) foi fundamentada por argumentos que abrangeram desde a natureza do local à natureza das pessoas. O pouco desenvolvimento da região foi uma das justificativas para seu desmanche e para o baixo valor de indenização aos desapropriados. Foram apontadas, também, a inabilidade técnica dos estabelecimentos e a falta de qualidade agrícola das pequenas produções instaladas no local:

Sem elegância nenhuma no exterior, acaçapada e tosca no systema de sua architettura, toda portugueza no pesado das proporções e incorrecções das linhas, sem ornato externo, nem ponto por onde se prenda a atenção, por este monumento de mau gosto e único do povoado passaria o viandante sem um reparo, a não ser os despertados pelos attractivos da alma religiosa, si não fosse algumas das suas portas de valor artístico incontestável.²²³

Abílio Barreto, autor de *Memória histórica e descritiva*, afirmou que o padre Francisco Martins Dias ouviu do engenheiro Aarão Reis que “não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando”.²²⁴ O padre foi vigário da matriz da Boa Viagem do arraial do Curral Del Rei e diretor do jornal *Bello Horizonte*, o primeiro jornal da Capital. Viu de perto as transformações naquela localidade e

²²³ Ibidem, p. 13.

²²⁴ BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva - história antiga e história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. v. 2, p. 71.

escreveu *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*,²²⁵ contando a história do arraial e a inauguração da Capital, em 1897. Se foi mesmo dito que ali não deveriam residir os antigos moradores, sabe-se que foram retirados do terreno de maneira não muito sutil pelas autoridades da época.

O secretário Fabio Nunes Leal, na *Revista Geral da CCNC*, contribuiu para reforçar a missão civilizadora e progressista idealizada na concepção da Capital. Ele encerra sua contribuição afirmando a qualidade do futuro que estaria por vir e iria se sobrepor ao atraso e à deficiência moral que haveria existido no velho arraial:

Quem, no futuro, cortado já o arraial de largas avenidas, de espaçosas e bellas ruas, ornadas de palacetes dos mármore do Gandarella, de ajardinamentos de luxo, chácaras de primor, formoso parque, etc. ficará tendo lido esta pequena descrição, surpreendido de ter habitado n'ella uma população tão mesquinha, e não haver, ha muitos annos, sido escolhido este arraial para a construcção de uma grande cidade.²²⁶
[...] a vida da municipalidade de Bello Horizonte nem de longe poderá ser comparada a de velhas cidades do interior do Estado, onde a função administrativa é, no geral, de simples custeio de serviços existentes, com espaçados arrancos de melhoramentos e obras novas.²²⁷

As referências ao futuro, frequentes nos documentos produzidos pelos agentes envolvidos na construção de Belo Horizonte, eram fundamentos para a criação da mitologia de origem de Belo Horizonte, aquela que remontou uma história baseada nos supostos feitos heroicos e nos pais fundadores, os inconfidentes. “Tornar Ouro Preto santuário”²²⁸ expressa esse movimento fundador do futuro e reafirmador do passado, em que Belo Horizonte nasce para ser a Capital moderna da América e a antiga Capital renasce como panteão dos Inconfidentes.

²²⁵ DIAS, Francisco Martins. **Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte**. Belo Horizonte: Typ. de Bello Horizonte, 1897.

²²⁶ ESTADO DE MINAS GERAES. Comissão Construtora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos**, abril 1895. p. 14.

²²⁷ BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1912, p. 4.

²²⁸ MELLO, Ciro Flavio Bandeira de. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 34.

2.6 Ouro Preto: altar da memória

Ouro Preto, à época, era considerada expressão de uma sociedade colonial, tradicional e provinciana. Nela os poderes políticos se misturavam e se concentravam, ao mesmo tempo que as esferas públicas e privadas pouco se dissociavam. Foi tratada pela CCNC como símbolo do atraso e pelos mobilizadores do desenvolvimento como empecilho ao projeto de modernização do Estado.²²⁹ Belo Horizonte, entretanto, deveria ser uma cidade nascida com traçado urbano racional, pensado para as necessidades da República.

Na *Revista Geral da Comissão Construtora*, Ouro Preto também era retratada de maneira depreciada: “mudança da capital da vetusta Ouro Preto, que se apinaculava, tristonha, sem horizontes, sem luz, sem espaço, nem ar para a acanhada população, que se atrofiava naqueles ladeirais quase inacessíveis”.²³⁰ Além da indicação nas páginas da revista das vantagens da instalação da Nova Capital no local escolhido, devido ao cruzamento das duas mais extensas vias férreas do Brasil no período, foram destacadas sua centralidade e a possibilidade de ligação do Sul ao Norte e do Espírito Santo e Minas.

A proposta de mudar a Capital de Minas era de tempos em tempos pautada nos meios políticos e partia quase sempre da compreensão da incapacidade dos mineiros em dar uma interpretação moderna à sua própria história. Havia, entre políticos e intelectuais, a percepção de que a cidade declinava junto a sua marca de nascimento, que seriam as atividades de extração mineral, sobretudo o ouro. Suas características urbanas também eram vistas como problemas, tais como: o sistema de abastecimento e esgoto inadequados, clima muito úmido e chuvoso, com baixas temperaturas (o que significava uma ameaça à saúde pública para médicos, sanitaristas e engenheiros), além da largura e pavimentação das ruas, consideradas inadequadas. Tais contestações aconteceram a partir da segunda metade do século XIX, quando emergiam saberes técnicos e especializados sobre a manutenção e desenvolvimento de cidades.

²²⁹ A CCNC permaneceu alinhada a uma forma específica de racionalismo: “Um racionalismo filosófico, é verdade, mas também social, que funciona como estrutura epistemológica de explicação e ordenação dos seres e do mundo, e como princípio moral das relações entre os homens e as coisas, e dos homens entre si”. LUZ, Madel T. **Natural, racional, social**: razão medica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 24.

²³⁰ ESTADO DE MINAS GERAES. Comissão Construtora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos**, abril 1895, p. 3.

As tensões referentes ao destino da antiga Capital permaneceram durante toda a última década do século XIX, enquanto a nova cidade foi projetada, construída e inaugurada. Boatos dos mais diversos ganharam circulação, sendo que maioria se constituía contra a construção de Belo Horizonte. Alguns profissionais liberais e intelectuais se posicionariam publicamente contra a jornada política de mudança da Capital do Estado. Foi o caso de Émile Rouède, que desembarcou no Brasil na segunda metade do século XIX, no momento em que a América recuperava sua força no imaginário europeu em função da difusão de relatos de viajantes.

Em 1880, Rouède estabeleceu-se no Rio de Janeiro e, mesmo tendo muitas vocações (como a música, a escrita, a fotografia, o jornalismo e a docência), foi a pintura que lhe concedeu certa notoriedade no ambiente intelectual carioca. Tornou-se professor no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e conviveu com alguns letrados como Olavo Bilac, Aluísio e Arthur Azevedo, Coelho Netto, entre outros²³¹. Ao aderir à oposição ao mandato do segundo presidente republicano, o marechal Floriano Peixoto, Rouède encaminhou-se para Minas Gerais fugindo da agressiva reação da presidência aos opositores e experimentou ali uma nova etapa em sua vida.

A tensão no Estado caracterizava o momento em que Rouède se instalara em Ouro Preto, pois após longo debate político o Governo de Minas decidiu mudar a Capital para a região anteriormente conhecida como Arraial Curral Del Rei e instalou a Cidade de Minas (primeiro nome dado à Capital, renomeada posteriormente para Belo Horizonte). Ouro Preto havia sido Capital de uma das províncias mais prósperas no século XVIII, mas no século XIX sofreu com o declínio do ciclo do ouro e ficou marcada como símbolo da decadência e do passado de uma colônia dependente e explorada. Foi em meio a esse clima de tensão que Rouède retomou a pintura, escreveu artigos para jornais sobre as artes mineiras, foi professor de arte e participou ativamente da vida na cidade.

²³¹ Segundo Giannetti (2009), o “pintor Emílio Rouède (1848-1908) e Olavo Bilac seguiram para Minas, no final de 1893 – sendo que Rouède passaria a residir em Ouro Preto durante o ano de 1894, e Bilac permaneceria por apenas alguns meses no estado. Formou-se um grupo significativo em torno do escritor Afonso Arinos, que os recebeu. Exercia grande influência o sertanejo Arinos, nesta época, reunindo ao seu redor, em sua casa à rua Paraná, bom número de representativos artistas e intelectuais brasileiros, sendo ali acolhidos aqueles que se viam em trânsito. Assim, conviveram, dentre outros: além dos já citados Coelho Netto, Camarate, Bilac e Rouède – ainda, Raimundo Corrêa, Gastão da Cunha, Rodrigo de Andrade, Aurélio Pires, Estevam Lobo, Henrique Cândio, Virgílio Cestari e Magalhães de Azeredo.” GIANNETTI, Ricardo (Org.). Henrique Bernardelli em Ouro Preto: contribuição ao trabalho de Celita Vaccani. **19&20**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 4, out. 2009.

A transferência da Capital de Minas Gerais, nesse contexto, pôs em evidência as tensões internas no Governo de Minas, sobretudo em suas elites, que se dividiram em dois grupos com interesses distintos. Guimarães²³² ressalta que “o projeto da Nova Capital teve lugar em meio a uma crise política interna, onde, à existência de facções diversas pró e contra a República, agregavam-se dissidências regionais na disputa pelo poder, reveladas, inclusive, por meio de ameaças separatistas”. Como destacou Viscardi,²³³ a imprensa foi fundamental nesse debate entre os grupos que apoiavam a mudança da Capital e os grupos que se opunham à ideia. Os dois principais veículos impressos envolvidos na disputa foram: o jornal *O Pharol* e o *Jornal de Minas*. A força do argumento em defesa para mudança da Capital, presente na imprensa de Juiz de Fora, cidade que fez campanha para ser a Nova Capital do Estado, é notável:

Em sua campanha para sediar a capital no município, alegava ser a região econômica e culturalmente mais desenvolvida de Minas Gerais. Afirmava encontrar-se próxima ao Rio de Janeiro, para onde escoava a principal riqueza do Estado, o café, e de onde provinham as manifestações culturais²³⁴

Esse argumento, sintetizado no artigo de Viscardi, deixa clara a dura leitura que se fazia de Ouro Preto e a necessidade de construir uma nova capital para o Estado no mesmo nível de centros como Rio de Janeiro e São Paulo.

A transferência da sede administrativa do Estado marcou o que pode ser avaliado como mudança conceitual e sensível da transformação urbana em Minas Gerais. Mudança essa diretamente relacionada à projeção de interesses e expectativas sobre o espaço e tempo de grupos sociais específicos formados por elites regionais e pela população das cidades mineiras. A mudança em torno da percepção dos espaços foi ainda mais significativa se considerarmos o início da inversão de concepções de cidade e de um forte delineamento das linguagens políticas. A escolha do antigo Curral Del Rei foi justificada pelo projeto da paisagem urbana da Nova Capital:

²³² GUIMARÃES, Berenice Martins. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: RIBEIRO, L. C. De Q.; PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 124.

²³³ VISCARDI. A capital controversa, op. cit.

²³⁴ Idem.

Cortado o arraial de ribeirões e outros pequenos veios d'agua crystalina e pura, facilita esta abundancia o abastecimento da nova capital, e embellestará as futuras construcções, entremeando a cidade de parques e jardins, onde as Fontes e os repuchos dêem donaires bellezas e frescura que só a peso de ouro se conseguem em outras localidades, garantindo ao mesmo tempo uma abundante vegetação, tão recommendada á salubridade quanto própria ao enfeite e ornamento.²³⁵

Nesse aspecto, Dulci²³⁶ abordou as bases do desenvolvimentismo mineiro e o problema da direção organizada do processo de modernização de Minas Gerais nas primeiras décadas do regime republicano. Afirmou que o pano de fundo, a partir do qual emergiram as preocupações e as ações intervencionistas dos grupos dirigentes mineiros, “consistia de um diagnóstico pessimista, amplamente compartilhado” sobre a situação econômica e social do Estado. Chama a atenção um aspecto que contribui para as inquietações que motivam esta pesquisa, fundadas na ideia amplamente difundida da “estagnação”²³⁷ do Estado em relação às outras regiões:

A idéia de estagnação surgia frequentemente por contraste com a imagem de um passado de riqueza e prestígio, correspondente ao ciclo da mineração do ouro. Mas derivava igualmente de comparações desfavoráveis com o avanço econômico de outras áreas do país, particularmente São Paulo.²³⁸

A justificativa para o desmantelamento do Curral Del Rei (local onde foi instalada a Nova Capital do Estado) recorreu a argumentos que foram desde a natureza do local à natureza das pessoas. O pouco desenvolvimento da região seria uma das justificativas para seu desmanche e para o baixo valor de indenização aos desapropriados. Apontavam-se também a inabilidade técnica dos estabelecidos e a falta de qualidade agrícola das pequenas unidades produtoras instaladas no local:

Sem elegância nenhuma no exterior, acaçapada e tosca no systema de sua architettura, toda portugueza no pesado das proporções e incorrecções das

²³⁵ ESTADO DE MINAS GERAES. *Comissão Construtora da Nova Capital*: revista geral dos trabalhos, abril de 1895, p. 13.

²³⁶ DULCI, Otavio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

²³⁷ “Estagnação” é uma das ideias tratadas por Dulci em *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Ver DULCI. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**, op. cit.

²³⁸ Ibidem, p.38.

linhas, sem ornato externo, nem ponto por onde se prenda a atenção, por este monumento de mau gosto e único do povoado passaria o viandante sem um reparo, a não ser os despertados pelos atractivos da alma religiosa, si não fosse algumas das suas portas de valor artístico incontestável.²³⁹

Ouro Preto, de símbolo do atraso para a representação das origens e do passado heroico mineiro, tornou-se posteriormente elemento fundamental no desenvolvimento de políticas públicas de proteção do patrimônio e construção de identidades regionais e nacional, o que será retomado no último capítulo. A delimitação do conceito de patrimônio, importante para leitura do processo de modernização urbana, no Brasil, estaria diretamente relacionada ao desenvolvimento do Estado. Em um primeiro momento, seus idealizadores propagam amplamente a imagem da Nova Capital de Minas Gerais como símbolo do progresso mineiro, em contraposição à imagem de Ouro Preto, apresentada como uma cidade colonial morfológicamente atrasada, arcaica e irracional.

Entretanto, foi nos anos entre 1920 e 1930, em um cenário de discussão da identidade nacional, do surgimento da escola nova e das propostas cívicas e morais para o país, que a antiga Capital do Estado teve seu processo de patrimonialização consolidado. O estudo de Caion Natal²⁴⁰ menciona a criação da Empresa de Melhoramentos da Capital na década de 1890, com objetivo de modernizar Ouro Preto, uma tentativa de reverter o processo de mudança de Capital.

Nesse sentido, considerar que a construção de Belo Horizonte não foi somente uma tentativa de esquecer o passado colonial implica também repensar a ideia de que o processo de modernização buscou apenas incorporar tradição e passado.²⁴¹ A modernização veio como um processo necessário ao desenvolvimento

²³⁹ ESTADO DE MINAS GERAES. Comissão Construtora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos**, abril 1895, p. 13.

²⁴⁰ NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. 2007. 239f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000402798>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

²⁴¹ Bomeny (1994), em um importante estudo sobre o modernismo mineiro e a mineiridade, elucida a maneira como tradição e modernidade estavam amalgamadas nos primeiros anos da jovem Capital: “Os laços pessoais, os vínculos familiares, a lógica tradicional de relações de poder e influência transferiram-se dos redutos rurais, pouso das oligarquias, para as burocracias urbanas, redes políticas de preservação do poder. Era cidade, capital, mas não seria metrópole.” BOMENY, Helena. **Guardiões da razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994. p. 61.

político e econômico conflituoso, como não poderia ser diferente em todas as grandes cidades brasileiras.

2.7 O PRM e a gestão de Belo Horizonte

[...] E esta é a Cidade do Tédio. Chamaram-na de Belo Horizonte, devido a uns poentes cor de tudo que incendeiam o nosso céu, mas qual! não pegou. Nem podia pegar. Que quer dizer Belo Horizonte? Nada
Diário de Minas, “A Cidade do Tédio”, Carlos Drummond de Andrade, 27/05/1921.

Entre 1889 e 1930, todos os governantes do Estado foram membros do Partido Republicano Mineiro (PRM). Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do Estado de Minas Gerais entre 1926-1930, havia sido prefeito de Belo Horizonte em 1905 e 1906. Alguns de seus principais representantes alcançaram a presidência, como Afonso Pena (1906-1909), Venceslau Brás (1914-1918), Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-1922) e Artur Bernardes (1922-1926). O partido mantivera por mais de 4 anos a publicação periódica do *Diário de Minas*, que cedeu espaço a jovens escritores e cronistas da Cidade. No quadro geral do republicanismo em Minas, é sabido que o PRM não foi a primeira expressão do movimento. Como destacou Viscardi, “o Partido Republicano Mineiro, fundado em uma reunião ocorrida em Ouro Preto no dia 4 de junho de 1888, foi uma manifestação tardia de um movimento que já ocorria na província desde há vinte anos atrás”.²⁴²

A imprensa ganhou destaque nas articulações dos movimentos republicanos, e sua flexibilização passou a incorporar narrativas progressistas e desenvolvimentistas na última década do século XIX, sem que isso representasse uma redução em seus níveis de conservadorismo. Tal aspecto deu margem a inúmeros discursos sobre a Nova Capital. Elogios e críticas, das mais diversas, eram comuns. A necessidade em afirmar uma Capital moderna para o Brasil foi expressa nas páginas do *Diário de Minas* (DM), sobretudo a partir da sua publicação em Belo Horizonte.

²⁴² VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. O Republicanismo Mineiro. XXVII Simpósio nacional de História. *Anais*. Natal: [s.n.], 2013.



Figure 27 - Município de Belo Horizonte, mapa elaborado pelo cartógrafo alemão naturalizado brasileiro, Afonso de Guará Heberle, para Exposição do Centenário da Independência do Brasil realizada no Rio de Janeiro em 1922. Fonte: PANORAMA de Belo Horizonte: atlas histórico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. P.44

Após enfrentar a baixa densidade habitacional das décadas anteriores, nos anos 1920, Belo Horizonte teria em sua efervescência cultural o apelo para renovação da vida social. Aníbal Mattos, membro da Academia Mineira de Letras e da Sociedade Teatral Mineira, defendeu pelas páginas do DM a “necessidade de se movimentar a

vida artística literária de Belo Horizonte”.²⁴³ Por meio do DM, outros agentes culturais dos anos 1920 denunciaram os hábitos caipiras e o mau gosto de sua população:

Apesar da acelerada evolução a que temos assistido nestes últimos três anos, Belo Horizonte ainda sente a pesar sobre o seu destino de progresso, como um toro de madeira, o mau gosto de uma parte de seus habitantes. Esse deplorável mau gosto é que prejudica e inutiliza mesmo as melhores iniciativas de progresso da nossa urbs, onde, mercê de Deus, já é elevadíssimo o número de espíritos apurados no convívio e na apreciação do que é arte e conforto.

Desse mau gosto é índice a pintura de certos exteriores e interiores, pintura rastaqüera, que representa um atentado contra a cultura de nosso meio e o senso estético de seus habitantes.

Haja vista, por exemplo, a decoração da sala de um dos nossos bons restaurantes, digna de figurar como passadismo grotesco com o arrojado futurismo exótico que anda agora na terra. Aquilo me faz lembrar os presépios de Natal, na roça, nos quais o galo é maior que a vaca e o carneiro maior que o burro... Nem proporção nas figuras existe na tal pintura, onde aparecem um pato e um automóvel, sendo aquele duas vezes maior que o veículo. Ora, todo mundo sabe que mesmo um Ford não se compara com um pato mesmo criado a presunto.²⁴⁴

A Capital mineira ficou marcada por uma percepção ambígua do espaço urbano estabelecida entre a dinâmica de crescimento e modernização e a necessidade de reafirmar seu lugar na história do Estado. Carlos Drummond de Andrade denunciava, em 1921, o provincianismo de Belo Horizonte pelas páginas do *Diário de Minas*: “E esta é a Cidade do Tédio. Chamaram-na de Belo Horizonte, devido a uns poentes cor de tudo que incendeiam o nosso céu, mas qual! não pegou. Nem podia pegar. Que quer dizer Belo Horizonte? Nada”. Essa ambiguidade adquiriu força na percepção das cidades e da vida urbana, sendo fundamental para emergência do modernismo literário mineiro a partir da experiência dos jovens escritores portadores de um desejo de renovação. Curiosamente, o espaço em que escritores como Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura e João Alphonsus elaboravam sua escrita e apuravam sua percepção do espaço urbano era o mesmo periódico *Diário de Minas*, publicado pelo PRM.

Apesar de simbolicamente ter sido um marco na história política mineira, a Nova Capital só viria a se tornar uma referência econômica no Estado no início dos anos 1940, quando o processo de industrialização da região se acelerou com a

²⁴³ HORA LITERARIA, Fly. Belo Horizonte 06/01/1921, p. 8.

²⁴⁴ DIÁRIO DE MINAS, “Crônica Social”, X., Belo Horizonte, 03/09/1924, p. 2.

criação da Cidade Industrial. Nas primeiras décadas, Belo Horizonte conviveria com uma longa sucessão de nomeações de prefeitos pelo Governo do Estado. O primeiro prefeito eleito da Capital foi Otacílio Negrão de Lima, em 1947, que cumpriu seu segundo mandato. O primeiro mandato havia sido em 1935, quando esse foi nomeado pelo então governador do Estado, Benedito Valadares, para o cargo. Na ocasião, suas ações mais expressivas foram o patrocínio da exposição de artistas mineiros no Cine Brasil, a organização do primeiro Salão Oficial de Belas Artes, a reorganização da máquina administrativa do município (com a criação de inspetorias), a inauguração do viaduto da Floresta, a criação do Horto Municipal e a transformação do Conselho Consultivo em Câmara Municipal.

2.8 A Capital nas primeiras décadas

Nessa vertigem de evolução, si assombra aos que só a conheceram agora,
torna-se quase irreconhecível para quem, como eu, a viu nascer pobre,
titubeante, de vida tímida, e para quem, como eu, sabe que ela muito pouco
evoluiu até o seu 25º aniversário.
Abílio Barreto, A transfiguração da cidade, 1940.

No que diz respeito à circulação de ideias e à construção de narrativas sobre o espaço, cabe enfatizar a ressignificação da concepção de cidade entre a fundação da Capital e os anos 1920. Durante a Primeira República, a organização do espaço nas grandes capitais teve como mote as noções de *melhoramentos*, em âmbito local, *desenvolvimento* no âmbito regional e *progresso* em nível nacional, embora cada uma delas raramente fossem tratadas isoladamente.

Entre 1897 e 1910, a baixa densidade habitacional, a presença quase obrigatória de ouro-pretanos, que eram funcionários públicos, e o intenso movimento de trabalhadores chegando e saindo da Cidade marcaram o início da vida na Capital, como evidenciado em crônicas e relatos de viajantes:

Lá estive há muitos anos, ao tempo em que Artur Bernardes se elegia presidente da República, e lembro-me de como, no Palácio da Liberdade, lhe respondi à clássica pergunta:
“Que acha de Belo Horizonte?”
Uma cidade de 500 mil habitantes, dos quais 450 mil estão veraneando não sei onde – aqui é que não estão.”
A impressão recebida fora de fato essa. Extrema escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semi-construída, quase que apenas desenhada

a tijolo no chão, um prédio aqui e outro lá, tudo semi-feito – e a tudo envolve um pó finíssimo e finissimamente irritante. [...] Não havia povo nas ruas. Os passantes, positivamente funcionários que subiam e desciam lentamente, a fingir de transeuntes. Transeuntes públicos. Daí o sono que dava aquilo. Uma semana passada lá deixava a impressão de meses.²⁴⁵

O fim da década de 1900 marcou também o início de modificações no plano da Comissão Construtora. Os prefeitos que governaram Belo Horizonte durante o intervalo recortado aqui constantemente questionavam certos aspectos do planejamento da Capital, como a dimensão de vias públicas e os padrões construtivos de prédios administrativos.

O prefeito Olyntho Meirelles, em 1910, indicou os princípios da comissão administrativa quanto à habitação de populares na zona urbana. Certo de que tinha a missão de prosseguir com o desenvolvimento da Capital, Meirelles direcionou os serviços fiscais imobiliários e de higiene para combater a sublocação de cômodos nos imóveis construídos na zona urbana para uma população heterogênea e “inclinada a transgressão da moral e dos bons costumes”.²⁴⁶ Esse prefeito também apontou em seu relatório que medidas como o aumento na taxação dos imóveis para diminuir a sublocação eram necessárias para impedir que tipos inadequados de locatários se instalassem na zona urbana de Belo horizonte.

Em meados da década de 1920, o controle das ocupações na zona urbana aconteceu sob a justificativa do controle sanitário, que foi intensificado. Ao mesmo tempo, comemorou-se a redução do número de construções vazias no perímetro central. Nas palavras dos prefeitos, as decisões administrativas eram moralmente condizentes com os princípios do Estado, “republicano e conservador”.

Entre 1910 e 1920, com o segundo impulso de migração populacional para a Nova Capital, motivada pela industrialização advinda do desenvolvimento do setor têxtil e de alimentos e bebidas, ocorreu um impacto direto na vida pública que estava se consolidando. A especulação imobiliária, nesse período, dificultou o crescimento urbano da Capital, e diversas medidas começaram a ser tomadas para regular a ocupação da área interna ao perímetro da Avenida do Contorno, a zona urbana. Ao mesmo tempo, os cafés e os espetáculos artísticos iam tornando-se presentes na vida

²⁴⁵ DIARIO DE MINAS. Belo Horizonte, a bela. 26/09/1937, p. 12.

²⁴⁶ BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911, p. 16.

social urbana da Capital. Entre 1920 e 1930 a vida pública sofreu intensa transformação. Os cafés, teatros e cinemas se difundiram intensamente, e a Capital passou a receber espetáculos teatrais e musicais.

Vimos que o período entre 1897 e 1920 acumulou camadas de interesses que se sedimentaram, mas não evitaram os dissensos na condução da Cidade enquanto projeto político. A seguir tratarei Belo Horizonte à luz de sua expansão no eixo norte a partir da construção do bairro Pampulha e seu complexo arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Nesse sentido, também traçarei um paralelo com a inauguração de Brasília, fundada em 1960, como empreitada de Juscelino Kubistchek para ser a nova Capital do país.

3 Entre Belo Horizonte e Brasília – linhas (in)visíveis (1930-1961)

Os projetos urbanos para fundação de Belo Horizonte e Brasília podem ser tratados enquanto pertencentes a uma relação de continuidade, se analisados pelo longo processo de transformação política e de modernização urbana no Brasil. Belo Horizonte, cidade fundada em 1897 como importante Capital regional, foi planejada antes de ser construída, o que iniciou um processo de ressignificação do espaço público e do seu valor político no país. Em 1960, após um acirrado e polêmico concurso de projetos, Brasília foi inaugurada para ser a Capital do Brasil e cidade monumento da modernização. Ambas foram construídas para substituir outras cidades capitais – Ouro Preto e Rio de Janeiro –, o que culminou com a renovação de diversos aspectos simbólicos em escala regional e nacional.

Nos dois casos, as ruas e avenidas projetadas vieram acompanhadas de um discurso de renovação urbana e de transformação da sociedade, implicando conflitos na ocupação do espaço e ressignificações dos valores simbólicos das vias públicas. Também foram dois processos engajados na narrativa da modernização, mas sem nenhum significado modernizador, embora partissem de diálogos históricos fundamentais na legitimação de seu discurso radical. Nesse caso, Belo Horizonte, em diálogo com a recuperação da Inconfidência enquanto elemento legitimador do progresso e de uma excepcionalidade dos mineiros, e Brasília, recuperando as narrativas de interiorização que remontam ao século XIX com José Bonifácio.²⁴⁷

Observar o intervalo temporal do projeto e da construção de Belo Horizonte e de Brasília, assim como destacar alguns eventos e marcos fundamentais, é importante para debater com mais precisão alguns acontecimentos históricos essenciais para reformulação dos princípios de renovação e modernização das cidades, e entender como eles situam o contexto regional na história do desenvolvimento urbano brasileiro. Entre eles está a criação da Zona Industrial em Belo Horizonte ao longo das linhas ferroviárias da

²⁴⁷ “Parece muito útil, até necessário, que se edifique uma nova capital do império no interior do Brasil para assento da corte, da assembleia legislativa e dos tribunais superiores, que a Constituição determinar. Esta capital poderá chamar-se Petrópole ou Brasília. Disse que esta cidade era não só útil, mas necessária, e vou desenvolver as razões em que me fundo. Sendo ela central e interior, fica o assento do governo e da legislatura livre de qualquer assalto ou surpresa feito por inimigos externos. Chama-se para as províncias do sertão o excesso da povoação sem emprego das cidades marítimas e mercantis”. ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Memória de José Bonifácio apresentada à Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil, junho de 1823, **Ant. Hist.**, tomo 1, p. 118.

Central do Brasil e Oeste de Minas, no ano de 1936. Alguns anos antes, em 1933, Ouro Preto – cidade que havia sido duramente criticada pela Comissão Construtora de Belo Horizonte, no final do século XIX, por sua incompatibilidade com a visão de progresso defendida pelos engenheiros expoentes do racionalismo positivista – foi declarada Monumento Nacional; e em 1938, tombada pelo SPHAN²⁴⁸. A exploração da bacia hidrográfica da região da Pampulha (inserida na porção norte de Belo Horizonte), na década de 1930 e durante a gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima (1935-1938), proporcionou desdobramentos importantes: a construção do conjunto arquitetônico na mesma região em 1942, a inauguração da Lagoa da Pampulha e a construção de um aeroporto em 1943. A construção da Cidade Industrial Juventino Dias, primeiro distrito industrial planejado do país, aconteceu em 1941 na região metropolitana de Belo Horizonte e aqueceu a economia regional. De modo geral, esses momentos citados corroboraram a tendência da Capital de Minas Gerais de crescimento de “fora para dentro”, a partir das periferias, que ganhou intensidade a partir dos anos 1920. Em contrapartida, a construção do Condomínio Juscelino Kubitschek, iniciada no fim dos anos 1940 e estabelecida em 1952, expressou a mudança radical que se consolidava no processo de modernização, o que incluiu a verticalização como instrumento de ampliação da densidade habitacional em Belo Horizonte. No mesmo período, entre 1930 e 1960, o processo da integração metropolitana se iniciou em direção ao vetor norte de crescimento. A abertura da Avenida Presidente Antônio Carlos e a construção da Pampulha também ampliaram esse processo de integração na direção oeste, a partir do centro.²⁴⁹

Em relação ao contexto de produção arquitetônica e urbanística inseridas em uma vertente modernista, ainda em desenvolvimento no Brasil, a região da Pampulha ganhou destaque internacional e figurou em publicações, nacionais, bilíngues e revistas internacionais.²⁵⁰ Tal fato alocou a Capital mineira como sede de

²⁴⁸ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

²⁴⁹ Segundo documento publicado pelo Observatório das metrópoles, os anos 50 e 60 foram “aqueles de maior crescimento demográfico (em torno de 6% ao ano) – em vinte anos a população passou de cerca de 500 mil habitantes para 1 milhão e quinhentos mil, tendo ocorrido forte migração, oriunda principalmente do próprio estado de Minas Gerais.” Fonte: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_belohorizonte.pdf>.

²⁵⁰ Segundo levantamento de Cappello e Leite, a construção do conjunto arquitetônico da Pampulha repercutiu nas seguintes publicações internacionais: Pencil Points, Architectural Forum, L'architecture D'aujourd'hui, Architectural Review, L'architettura Cronache e Storia, Architects' Journal, Architect's Year Book, The Studio, Techniques et Architecture e Domus. Ainda Segundo as autoras, “a maioria dos artigos utiliza o Complexo da Pampulha como exemplo na defesa de características da arquitetura

obras classificadas como modernistas, o que pode nos fazer refletir, nesse aspecto, sobre o enfrentamento das fronteiras do tradicionalismo local. Outros projetos, como a construção do Conjunto Juscelino Kubitschek, também conhecido como Edifício JK, ainda chamam a atenção para o processo de transformação recortado entre os anos de 1930 e 1961 em Belo Horizonte. Em paralelo, Ouro Preto deixara de ser antítese do progresso para manter sua importância como lugar de origem e se reafirmar como lugar de memória.

Ao longo deste capítulo, veremos com mais profundidade a inter-relação simbólica entre Ouro Preto e Belo Horizonte, como ela teve seu significado transformado ao longo das primeiras décadas do século XX; o impacto do crescimento físico-espacial de Belo Horizonte e a consequente transformação da sua paisagem urbana; a construção da Pampulha, na região norte; a construção do Condomínio Juscelino Kubitschek dentro do processo de verticalização do centro de Belo Horizonte e a distinção dos domínios público e privado em contraponto com o caso de Brasília.

3.1 Significados e concepções de cidade – Ouro Preto e Belo Horizonte no século XX

Seria um paradoxo e uma injustiça chamar Belo Horizonte de Cidade Morta.
Como não é um paradoxo, e sim uma justiça chamar Ouro Preto de cidade viva.
“Belo Horizonte, cidade morta?”
Tristão de Ahayde²⁵¹

Embora o Partido Republicano Mineiro tenha defendido a modernização do Estado com a construção da Nova Capital, a dissidência de forças políticas e o fato de que elas estavam espalhadas pelo território de Minas Gerais fizeram com que o limite do discurso fosse a excepcionalidade da tradição mineira.²⁵² Esse discurso

brasileira, como o uso dos azulejos, das formas curvas e orgânicas de Niemeyer, os jardins de Burle Marx” e destacando a existência de “um número maior de artigos sobre a Pampulha publicado pelas revistas internacionais que pelas nacionais, o que se pode justificar pela existência de poucas revistas de arquitetura no Brasil no período da construção de Pampulha.” CAPELLO, M. LEITE, L. Oscar Niemeyer pelo complexo arquitetônico de Pampulha: uma análise à sua recepção na imprensa nacional e internacional. **Revista Horizonte Científico**, v. 5, n. 2, 2011. p, 12.

²⁵¹ O DIÁRIO. Belo Horizonte, 18 nov. 1959, p. 4.

²⁵² Podemos tomar o trecho da crônica “Renovação”, publicada no *Diário de Minas* em 1921 como exemplo: “Minas, a velha e grande Minas, conservadora por tradição, tem, não só inaugurado, mas realizada já a sua nova e brilhante política – misto de conservantismo e liberalismo, assegurado pela conservação dos austeros costumes da sua vida pela renovação dos ilustres representantes da gente.”

ganhou repercussão por meio da cultura literária que havia se desenvolvido com o aporte de alguns intelectuais envolvidos, direta ou indiretamente, em assuntos políticos, e seria elemento na produção intelectual durante os anos de 1910 até aproximadamente 1920. A geração de escritores estabelecidos em Belo Horizonte, nessas duas décadas, tinha uma relação ambivalente com as representações de passado e de futuro, cujo maior engajamento estaria nos interesses de seus próprios grupos enquanto vanguarda.

Como vimos, Belo Horizonte aparecia nas crônicas acompanhada por atributos que a classificavam como perfeita, avançada, polida e vítima da pouca habilidade dos seus cidadãos com a novidade. Era comumente definida como a cidade dos contrastes, em que “a beleza natural da cidade se opõem a tristeza impertinente de seus habitantes”.²⁵³ Por outro lado, a cidade de Ouro Preto, que foi atacada e dimensionada, principalmente pelos técnicos da Comissão Construtora, como símbolo do atraso e representação de um impasse para o desenvolvimento e a modernização, teve, nos anos 1920 e 1930, um resgate positivo que se sucedeu a partir dos movimentos modernistas literários mineiro e paulista. Isso aconteceu a partir da interação entre jovens literatos mineiros e escritores e artistas paulistas, interessados na formulação da “identidade nacional”, de uma linguagem que expressasse a superação do academicismo entendido como conservador.²⁵⁴

A resignificação simbólica que ocorreu nesse período e envolveu as duas cidades talhou uma definição de cidade moderna para Belo Horizonte e a de panteão da história nacional para Ouro Preto. Tal processo que envolveu essa reformulação de identidade esteve engajado na história mineira, o que pode aqui ser exemplificado à luz das crônicas e registros literários, em destaque para a estreita relação entre o conservadorismo e o progressismo. Olavo Bilac, por exemplo, em registro de sua primeira visita à Capital no artigo “A coragem de Minas” revelou o conservadorismo

²⁵³ DIÁRIO DE MINAS, 09 mar. 1917, p. 2.

²⁵⁴ A tradição aqui refere-se ao discurso de constituição de identidade a partir da conjuração mineira reprimida em 1789, onde os mineiros figuram como precursores do movimento independentista. Sobre o modernismo mineiro, como observou Andrade, surge entre os limites do antiprovincianismo e do cosmopolitismo: “apesar de críticos do provincianismo, os modernistas belo-horizontinos não podem ser considerados como verdadeiros cosmopolitas, uma vez que todos os três manifestaram sentimentos tipicamente provincianos: saudosismo em relação à condição social perdida e às cidades do interior, mal estar por não pertencer à elite local e reação a impessoalidade das relações sociais e da organização do espaço”. ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna**. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004. p.180.

dos mineiros como “amor às tradições”, explicando a reputação de povo carrancudo e afirmando que o culto à tradição não é incompatível com o amor pelo progresso, e que “em Minas e no coração dos mineiros haverá sempre lugar para o passado e para o futuro”.²⁵⁵ Outras descrições do povo mineiro, sobretudo do povo belo-horizontino, cuja carga de valor social é essencialmente negativa, também merecem destaque, como a descrição dos habitantes da Capital pelo jornalista Alfredo Camarate, que posteriormente à data da publicação trabalhou na CCNC (1894):

O tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria, havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente pela brisa, com a natureza do solo que é magnífica e pantagruélico apetite que têm todos os que para aqui têm vindo e que, em mais de um mês de residência, já iriam percebendo os sintomas e prenúncios de mal-estar futuro.²⁵⁶

Émile Rouède, por outro lado, destacou não ter sido a construção da Nova Capital o grande motivo de seu incômodo e afirmou em crônica que “uma obra assim representa sempre um progresso e esse progresso é enorme quando a sua realização é confiada a homens como Aarão Reis e José de Magalhães,²⁵⁷ que, de acordo com o que já se pode constatar, vão ultrapassar sua reputação”. Sua dor seria ver que, para criar a nova Minas, teria de ser aniquilada a antiga Vila Rica:

Não é Saturno devorando seus filhos que o estado de Minas deve imitar; não é na mitologia que deve procurar as regras de conduta, é na natureza, na família. O nascimento de um novo ser não é uma sentença de morte para os irmãos mais velhos e não se deve privá-los dos cuidados dos autores de seus dias. Ouro Preto é o filho legítimo do estado de Minas e tem todos os direitos à sua atenção quanto o Curral del-Rei – Belo Horizonte.²⁵⁸

De maneira geral, é possível perceber, nos escritos de viajantes e nos relatos memorialísticos, a dureza do processo de aceitação da coexistência entre os

²⁵⁵ JORNAL MINAS GERAIS, 26 set. 1937, p. 12.

²⁵⁶ JORNAL MINAS GERAIS, Ouro Preto, 1894. p. 1-2.

²⁵⁷ Nascido em 1851, em Pernambuco, e falecido em 1899 em Campos do Jordão, em São Paulo, José de Magalhães foi arquiteto, engenheiro e geógrafo. Estudou na Escola Central do Rio de Janeiro, denominada Escola Politécnica a partir de 1874.

²⁵⁸ ROUEDE, Émile. A Igreja de Curral Del-Rei e o Espírito de Minas. In: ARAUJO, Laís Correa. **Sedução do horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

dois espaços urbanos, entre o passado e o futuro nos corpos mineiros, não tão simples quanto relatados por Olavo Bilac anteriormente,²⁵⁹ e às vezes contundentes como a afirmação de Tristão de Athayde. A tensão estava latente em alguns relatos sobre o problema da adaptação em um novo espaço prescritivo que deveria indicar o progresso e o desenvolvimento, entre a cidade histórica e a moderna.²⁶⁰

A relação entre cultura e sociedade, nesse imbróglio entre a novidade e a recuperação do passado, coincide com a idealização de construções imagéticas e perspectivas de futuro que confrontam os problemas materiais da cidade e transcendem a imaginação das crônicas e demais produções literárias. Beatriz Sarlo, ao tratar da configuração ideológica cultural que emerge dessa “estrutura de sentimentos” (termo de Raymond Williams), afirma que “nostalgia, transformação, recordação, lamento, são formas e atitudes que uma sociedade – ou um setor dela – adota perante um passado cujo desaparecimento é vivido como irremediável”.²⁶¹ Em outra perspectiva, o passado e o presente tornam-se problemas quando “os valores não encontram nas tradições sua legitimação ou sua origem” e ao prognóstico do futuro no presente, visto sem passado e que implica uma renúncia e uma crítica: “ao mesmo tempo que a renúncia corrói a possibilidade de uma direção histórica inscrita

²⁵⁹ Pedro Nava, outro que viveu sua juventude como estudante e escritor em Belo Horizonte, deixou em entrelinhas sua interpretação sensível do espaço e dos significados da cidade: “Eu ia interno e lá conviveria com outros sudros das casas B de Belo Horizonte. E – não sem curtir humilhações e tomar lanhos fundos no meu orgulho – com os vaicias das C, os sástrias das D e com os inacessíveis brâmanes das F. Porque as castas da Cidade de Minas tinham sido demarcadas duramente pelo número de janelas das fachadas das casas dos funcionários. Dos intocáveis dos pardieiros A, aos desembargadores dos palacetes F de inumeráveis janelas. Sem mistura, cada um no seu lugar [...]. E tendo a quota de ar e sol que lhe cabia por uma janela, duas janelas, três, quatro, cinco janelas.” NAVA, Pedro. **Balão Cativo/ memórias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sabiá, 1973. p. 150.

²⁶⁰ Natal destaca com clareza a diferenciação entre as formas urbanas modernas e a histórica “A efemeridade e a uniformidade da forma urbana moderna são características que a diferenciam de uma cidade histórica. Esta última conglomerada em seu espaço marcos simbólicos que representam uma memória coletiva; a cidade de cunho histórico seria aquela cuja forma lhe fosse impar, única, e portanto reconhecível enquanto tal, pois seria o produto de um contexto sócio-cultural singular. A cidade moderna é pautada pela homogeneização do espaço, pela racionalização, padronização e universalização de elementos urbanos, enquanto a cidade histórica reflete a singularidade de uma dada sociedade, conforme nos atesta sua forma definida e particular; seu caráter se distingue de outros por seus traços peculiares, frutos de uma história também peculiar.” NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. 2007. 239p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campina, 2007. p. 85.

²⁶¹ SARLO. **Modernidade periférica**, op. cit., p. 59.

no que já aconteceu, a crítica não pode ser só explicativa, mas também programática”.²⁶²

Na tentativa de reter em Ouro Preto o título de Capital do Estado, o Conselho da Intendência Municipal da cidade publicou, no jornal *A Ordem*, em outubro de 1891, um contrato de melhoramentos para o projeto de modernização²⁶³ (ver figura 17). Esse projeto, amplamente debatido e sustentado pelos grupos contrários à mudança, não obtivera sucesso e falhou na intenção inicial de fundir o tradicional e o moderno a partir de uma construção de passado heroico e grandioso em Ouro Preto. Conforme observou Natal, os próprios ouro-pretanos passaram a sustentar o discurso de preservação da cidade como símbolo histórico e indelével, como início de um processo histórico de sedimentação de uma ideia preservacionista, sendo Ouro Preto pronunciada como “a cidade guardiã de uma memória histórica que resiste aos processos sociais destrutivos do mundo moderno”.²⁶⁴

²⁶² SARLO, B. ARLT: Cidade Real, cidade imaginária, cidade reformada. In: CHIAPPINI, Lúcia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). **Literatura e história na América Latina seminário internacional**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 225.

²⁶³ “A pressa é inimiga da perfeição; mas as urgências têm por seu turno um caráter absoluto. A cidade viu-se, e vê-se, como dizemos, nas portas de um dilema implacável - ou melhora-te ou morre-te. Entre a vida e o suicídio só não se decidem os descrentes do futuro [...]. Resta agora só que as obras comecem e prossigam com toda energia; e que ao lado de suas tradições maiores, sinta Ouro Preto no sangue generoso do presente desatar-se a fé no futuro- como a cidade eterna de Minas Gerais. Conselho da Intendência. Ouro Preto, publicado no jornal *A Ordem*, ano III, de 30/04/1891.

²⁶⁴ NATAL. **Ouro Preto**, op. cit., p. 185.

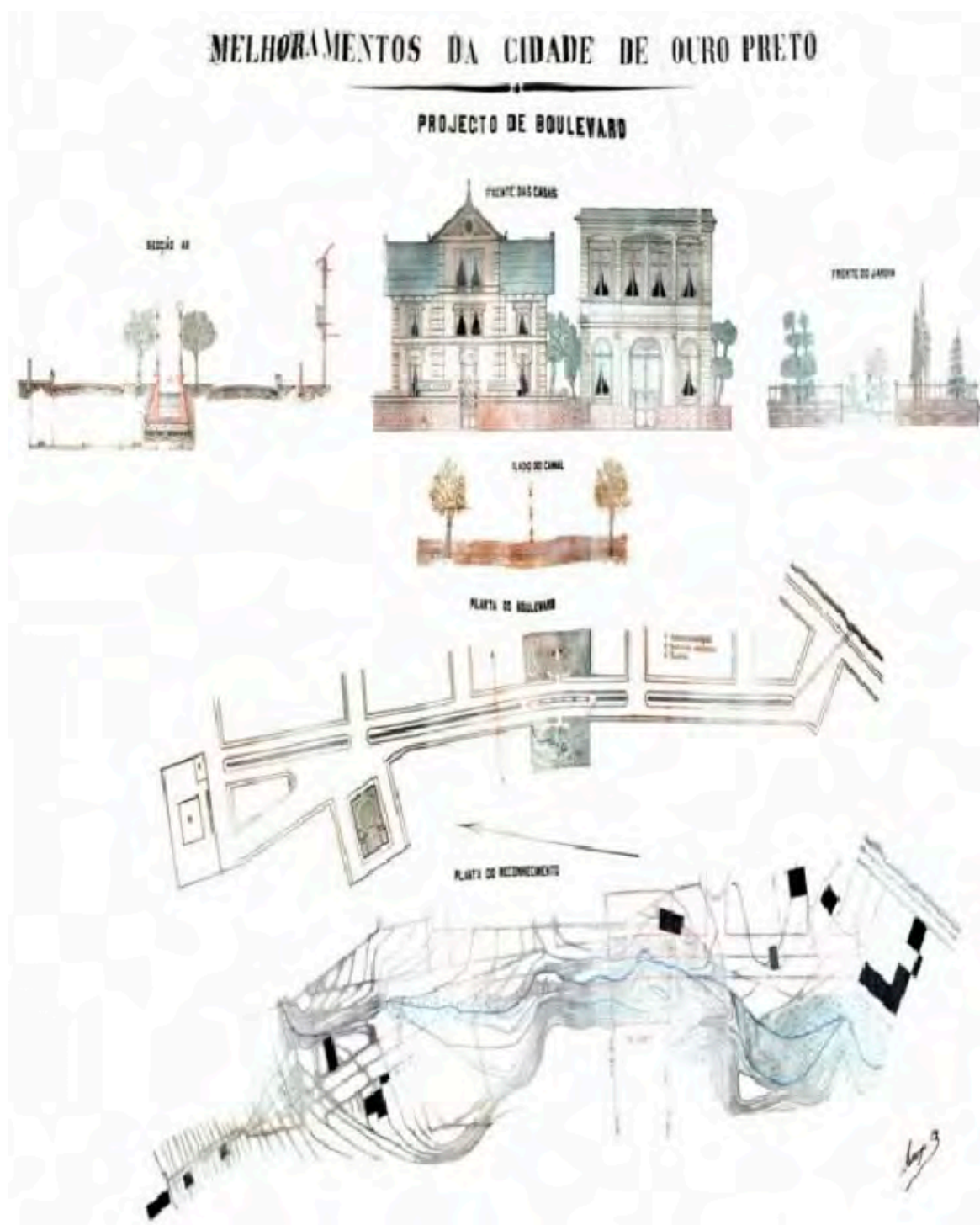


Figura 28 - Projeto de Boulevard referente aos planos da Empresa de Melhoramentos de ouro Preto, 1891. Disponível no Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, acessado a partir do trabalho de Natal (2007).

A relação fundada pela coexistência entre Ouro Preto e Belo Horizonte ganhou novos contornos durante a década de 1920, com a chegada da caravana paulista em Minas, em busca dos fundamentos da brasilidade. A caravana, intitulada

A Viagem de descoberta do Brasil, foi uma excursão de Mário de Andrade, acompanhado por Nonê de Andrade, Tarsila do Amaral, o jornalista René Thiollier, a fazendeira Olívia Guedes Penteado, o advogado Goffredo Telles e o poeta franco-suíço Blaise Cendrars. A viagem aconteceu apenas dois anos após a Semana de Arte Moderna de 1922 e foi fundamental na leitura do barroco mineiro enquanto elemento definidor da identidade nacional, não só nas artes, mas expresso também na arquitetura.

Ouro Preto permanece, até hoje, com o mesmo traçado urbano e com grande parte de seu conjunto de edificações do século XVIII, entretanto, no século XX, deixou de ser antítese da modernidade almejada pelo Estado para desonerar Belo Horizonte do seu compromisso em ser a Capital que concentrasse todos os elementos tradicionais que também eram caros à identidade mineira. Belo Horizonte passou a sofrer transformações constantes a partir da necessidade do Estado de se desenvolver no cenário nacional. Fato que possibilitou à Capital se transformar de dentro para fora, incorporando outros elementos arquitetônicos e novas práticas.

3.2 Modernizando cidades modernas

As concepções de *espaço público* e *monumentalidade* desenvolvidas no imaginário político a partir da inauguração de Belo Horizonte, no final do século XIX, foram transformadas ao longo de 50 anos e consolidadas com a construção e inauguração de Brasília, nos anos 1960. Tais transformações dialogam também com as reformas no Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906, durante a administração do prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913) e pelo Plano de Avenidas para São Paulo elaborado por Francisco Prestes Maia, então engenheiro da Secretaria de Obras e Viação da Prefeitura de São Paulo, em 1930.

A rua, enquanto componente de espaço público e elemento morfológico, constituía-se, na primeira metade do século XX, como mecanismo fundamental no design urbano, corroborando para a emergência de uma produção arquitetônica de vanguarda. As ruas e avenidas tornar-se-iam reinterpretação simbólica do espaço e da vida urbana, contrária à rua na tradição das cidades coloniais, que, no Brasil, escapavam do geometrismo e da regularidade dos quarteirões.

O século XX foi marcado pela intensa reformulação de definições no campo da arquitetura e urbanismo. Os efeitos das dialéticas entre edifício/cidade,

arquitetura/urbanismo, lembradas por Roberto Conduru²⁶⁵ no prefácio de *Modernidade e tradição clássica*, de Alan Colquhoun, além das reformulações de mercado e da presença mais constante do setor imobiliário, reverberaram no caso de Belo Horizonte afetando o crescimento populacional e a economia urbana²⁶⁶ até os anos 1930.

Colquhoun nos oferece contribuições às reflexões sobre os termos das ideologias da vanguarda do século XX em sua abordagem do espaço urbano. Seu ponto de partida é Berlim analisada a partir dos conflitos ideológicos e a produção criativa no campo da arquitetura e planejamento urbano, relacionado a condicionantes econômicos e políticos particulares ao seu contexto.

Em seu entendimento por “espaço urbano”, Colquhoun menciona a existência de dois sentidos correntes em que a expressão é normalmente utilizada, sendo (1) a referência ao espaço social, relativo ao campo de atuação de geógrafos e sociólogos, que considera as implicações espaciais das instituições sociais, e (2) o espaço construído, “sua morfologia, o modo como afeta nossas percepções, a maneira como é utilizado e os significados que pode evocar”²⁶⁷ como objeto de estudo dos arquitetos.

A interpretação compartilhada por Colquhoun aponta para as implicações ideológicas da expressão *espaço*, sua ausência de neutralidade, seu entendimento enquanto entidade positiva. Parece, segundo o autor, esse ser o cerne do problema do modernismo (ou pelo menos de uma das facetas do modernismo que aqui nos é relevante): a negação da distinção entre o domínio público e o domínio privado, e seu

²⁶⁵ COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e tradição clássica**: ensaios sobre arquitetura 1980-87. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 9.

²⁶⁶ A especulação imobiliária em Belo Horizonte ocorreu a partir do alto número de concessões de lotes e terrenos passando a ser encarada como “problema” pelos prefeitos no fim da década de 1910. A administração pública reconhecia que a grande quantidade de lotes e construções inativas havia se tornado um impasse ao desenvolvimento, dificultando o aumento da ocupação da zona urbana e o aumento da renda fiscal. O acesso à moradia era restritivo e privilegiava um grupo dominante composto por políticos, funcionários dos setores administrativos do Estado, empresários e comerciantes. Repasses de lotes na Cidade se davam por preços altíssimos para a época, e alguns proprietários esperavam o desenvolvimento da Cidade para valorizar ainda mais seus terrenos. A ocupação urbana afetada pela especulação imobiliária continuava deslocando os trabalhadores para a zona suburbana, ou tornando esta a única alternativa para habitação. Esses trabalhadores, muitas vezes, tinham de exercer seus ofícios na Capital, dependendo de acesso e transporte precários. Só em 1929 foram instalados bondes de segunda classe para ampliar o atendimento à população suburbana.

²⁶⁷ COLQUHOUN. **Modernidade e tradição clássica**, op. cit., p. 209.

impacto na leitura dos espaços urbanos existentes e na idealização dos espaços a serem construídos.

A noção de *espaço*, a partir dos sentidos correntes no século XX, não parece significar para além dos meios técnicos – àqueles permeados por profissionais da arquitetura, engenharia e urbanismo – como a noção de *lugar*, que parece ser absorvida em maior escala considerando sua importância para os demais setores da sociedade. Isso se justifica pelo fato de que no século XX o entendimento do espaço urbano como uma dimensão positiva assumiu, pelo menos no Brasil, um papel preponderante nas narrativas sobre a cidade como eram alinhadas com as noções de *melhoramentos*, *progresso* e *modernização*. O conceito de lugar, por outro lado, diluiu-se nas ideologias de desenvolvimento que priorizaram capitalizar todos os espaços da Cidade, enfraquecendo e reduzindo sua definição enquanto essencialmente *locus* do sujeito, importante para qualificação da vida pública nas cidades.

As vanguardas artísticas no século XX tiveram um papel importante no caldo de interpretações plurais sobre o fenômeno da modernização que havia sido instrumentalizado a partir da segunda metade do século XIX no Brasil. Fenômeno esse que não aconteceu necessariamente em consonância com a interpretação dos termos *moderno*, *modernista* e *modernização*, mais difundidos na Europa no século XIX.²⁶⁸ Em sua tentativa de avaliar a modernidade fora de uma metateorização, Gorelik refere-se ao termo como um “ethos cultural” de uma época, que se generaliza e se institucionaliza desde sua origem racional nos séculos XV e XVI, e a modernização “como aqueles processos duros que continuam transformando e materializando o mundo”.²⁶⁹

A essa instrumentalização da modernização, que foi considerada processo majoritariamente conservador até os anos 30 do século passado,²⁷⁰ adicionam-se questões pragmáticas diretamente relacionadas ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e a valorização das cidades enquanto produto. Tal articulação é feita para que a questão das desejadas identidades regionais e nacionais seja lida à luz da necessidade de expansão e manutenção do controle da cidade, cenário no qual dificilmente conseguimos dissociar economia de sociedade, mesmo que para fins de

²⁶⁸ GORELIK, Adrian. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, W. M. **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

²⁶⁹ Ibidem, p. 59.

²⁷⁰ Idem.

análise. A própria emergência do nacionalismo, do tradicionalismo e do movimento neocolonial representou um papel significativo no debate das ideias sobre novos conceitos arquitetônicos. Pois, como bem destacou Hugo Segawa, ocorreu uma mudança nos referenciais da modernidade e a postura neocolonial introduziu uma espécie de contraponto regionalista como fator de renovação. Ademais, o discurso dessa vanguarda conservadora não estaria “isento de uma vontade modernizadora no sentido de atualizar a arquitetura face às transformações da sociedade e da cultura material no início do século XX”.²⁷¹

Dessa forma, a Capital de Minas Gerais, no século XX, integrou um processo de redefinição de sua identidade. Ao contrário das grandes cidades de outras regiões do país, Belo Horizonte, até os anos 1930, era formada por migrantes de outras regiões do Estado e, em menor quantidade, do Brasil. Como destacou Botelho, a migração de mineiros e outros brasileiros sustentou o crescimento da Cidade. Esse processo teria sido constituído por três aspectos dos movimentos populacionais no Brasil: o fim do trabalho escravo, a migração do interior para a Nova Capital mineira e as migrações nordestinas. Neste caso, embora o conjunto de imigrantes que suportou o forte crescimento da população de Belo Horizonte tenha sido na maioria formado por brasileiros, sobretudo mineiros, a figura do estrangeiro permeou o imaginário urbano e a ideia de desenvolvimento das cidades no começo do século XX.

Outro aspecto importante passa diretamente por uma observação de Botelho²⁷² ao considerar que a maior parte de deslocamentos foi de curta distância e que muitos deles ou eram provisórios ou pelo menos assim previstos pelos migrantes. Desse modo, muitos dos indivíduos que se deslocaram para Belo Horizonte não romperam os laços com os lugares dos quais procediam, tendo a perspectiva do retorno à região de origem, uma vez que a migração poderia ser revertida mais facilmente do que no caso dos estrangeiros, dadas as dificuldades de deslocamentos intercontinentais naquela época.

Em Minas Gerais, no primeiro período republicano, parte considerável da elite foi constituída por pessoas com estudos formais que viviam ou frequentavam os

²⁷¹ SEGAWA, Hugo. **Arquitetura no Brasil 1900-1990**. 2. ed. São Paulo: USP, 2002. p. 39.

²⁷² BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, PUC Minas, v. 9, n. 12, p. 11-33, 2º sem. 2007.

grandes centros urbanos, além de serem formadoras de opinião e disseminadoras de valores e hábitos culturais em um território fragmentado e heterogêneo. Tal contexto nos diz sobre processos de modernização, sobre os valores que são postos em conflito e sua repercussão na elaboração de leis e políticas que incidiram diretamente na configuração do espaço e na ressignificação do conceito de cidade.

Grosso modo, a leitura dos engenheiros mineiros sobre Belo Horizonte preservou uma visão positiva do espaço construído que perpassou a formação social da Capital nas primeiras décadas. Nesse contexto, as transformações em que os engenheiros ocupavam posições de destaque seriam sempre engrandecedoras:

A transformação que se opera em Belo Horizonte, nestes últimos anos, é, sem dúvida, digna de encômios e afirma, de modo positivo, o carinho do governo para com a cidade, dando-lhe, tanto no centro como nos bairros, um novo aspecto, um ambiente de conforto, prodigalizando, enfim, ao homem que a habita, alegria, possibilidades novas, numa existência mais ampla e modernamente vivida.²⁷³

Traços de determinismo geográfico permaneceram presentes nas narrativas desses engenheiros e também refletiam uma relação entre patriotismo, sucesso e fracasso. À medida que os profissionais se comprometessem com o espaço, exercendo seu papel de interventores e ordenadores, a consequência esperada seria a transformação do cidadão e da sociedade. Aos mais patriotas, restou a crença em um desenvolvimento linear a partir da melhoria das cidades, já que

Sendo o homem um produto do meio, é lógico que a modernização da sua urbe influa, grandemente, para que ele adquira novos hábitos, ampliando-lhe a visão dos fatos, permitindo-lhe, enfim, uma nova concepção da vida.²⁷⁴

Durante o processo de expansão urbana de Belo Horizonte, ocorrido entre 1940 e 1960, acentuou-se o papel do Governo do Estado na transformação da Capital. Dessa forma, deu-se novamente um alinhamento retórico entre diferentes setores da sociedade para garantir que “a cidade continua, em marcha vertiginosa, sem tropeços, em busca do lugar que lhe cabe no concerto das grandes e modernas metrópoles do

²⁷³ Belo Horizonte, a mais formosa das capitais do Brasil. Revista mineira de engenharia, n. 3, 1938. Sem página.

²⁷⁴ Idem.

Brasil”.²⁷⁵ O poder público se consolidou como agente do desenvolvimento²⁷⁶ e principal articulador dos grupos sociais em prol de seus projetos entre 1930 e 1945.

A inauguração do Conjunto Arquitetônico da Pampulha (hoje denominado Conjunto Moderno da Pampulha) e a construção do Edifício JK fazem parte de um projeto de modernização da Cidade que estava em momento de expansão física e populacional. Novos bairros foram construídos, com atenção especial para as zonas residenciais direcionadas para os estratos mais abastados. No mesmo período foram criados uma cidade universitária (1944-1951) e um distrito industrial, nomeado como Cidade Industrial, na região norte da Cidade. Os eventos a seguir podem ser lidos fundamentados em construções narrativas provenientes da comunidade técnico-política influente na Capital, com sua visão particular da modernização do Estado, tanto em relação ao interior e à memória histórica quanto em relação ao contexto nacional.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Idem.

3.3 Pampulha como um novo ponto de partida

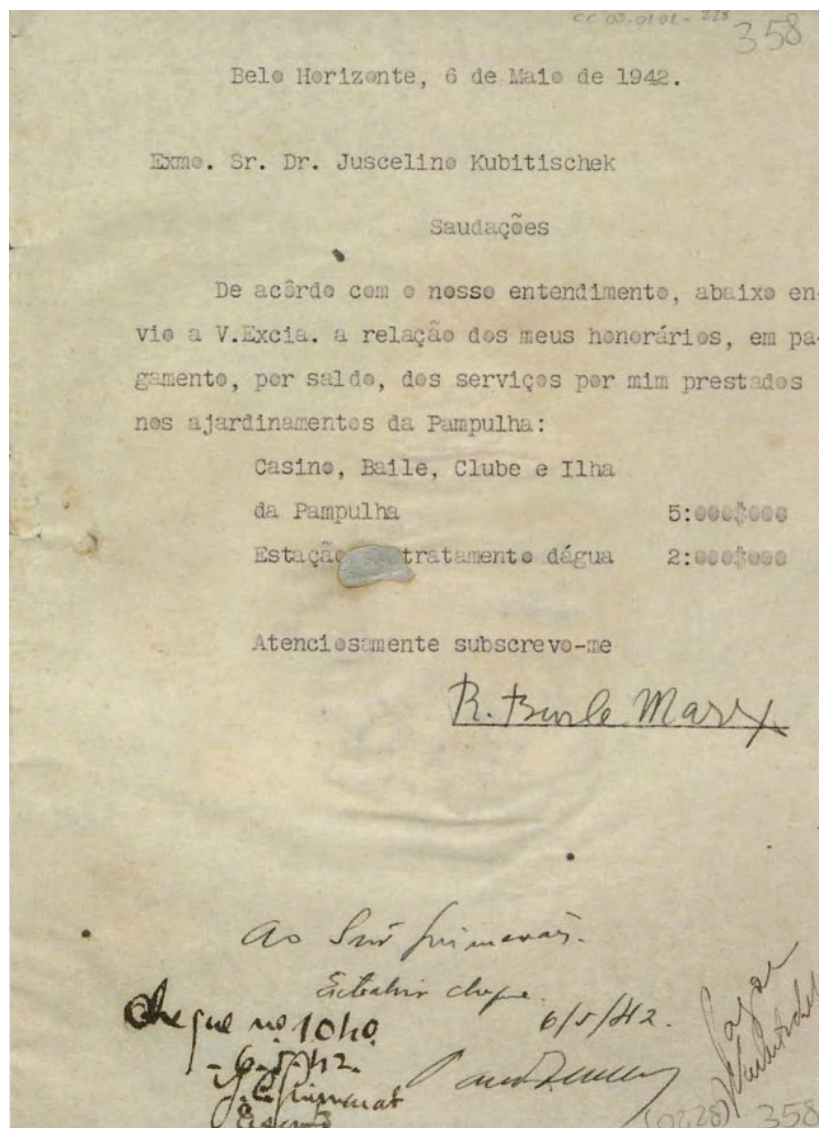


Figura 29 – Pagamento a Roberto Bourle Marx. Serviços prestados no ajardinamento da Pampulha, Cassino, Casa do Baile, Ilha da Pampulha e Estação de tratamento de água, 1942. APCBH / Fundação municipal de Cultura. Fonte: Horizonte Moderno. Catálogo de exposição, 2015

A expansão urbana adentrando a região da Pampulha (vetor norte de crescimento de Belo Horizonte), enquanto acontecimento histórico, teve início com a exploração da bacia hidrográfica da região na década de 1930 (ver figura 30), durante a gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima (1935-1938). A inauguração da barragem da Pampulha aconteceu em 1938, buscando atender as demandas de abastecimento de água da Cidade. Entretanto, foi a construção de seu conjunto arquitetônico e a inauguração da Lagoa da Pampulha (durante os anos de 1942 e 1944) que deram

destaque ao desenvolvimento urbano da região. O grande responsável pela transformação dessa região, que aconteceu durante a década de 1940, foi o prefeito Juscelino Kubitschek (1940-1945), que convidou o arquiteto Oscar Niemeyer para coordenar o plano de urbanização e ocupação da orla da lagoa. Uma das consequências do esforço de JK para se consolidar como prefeito foi a espetacularização do espaço, nesse contexto, previsto para ser símbolo da renovação política e econômica da Cidade e transformado em “cartão-postal”.

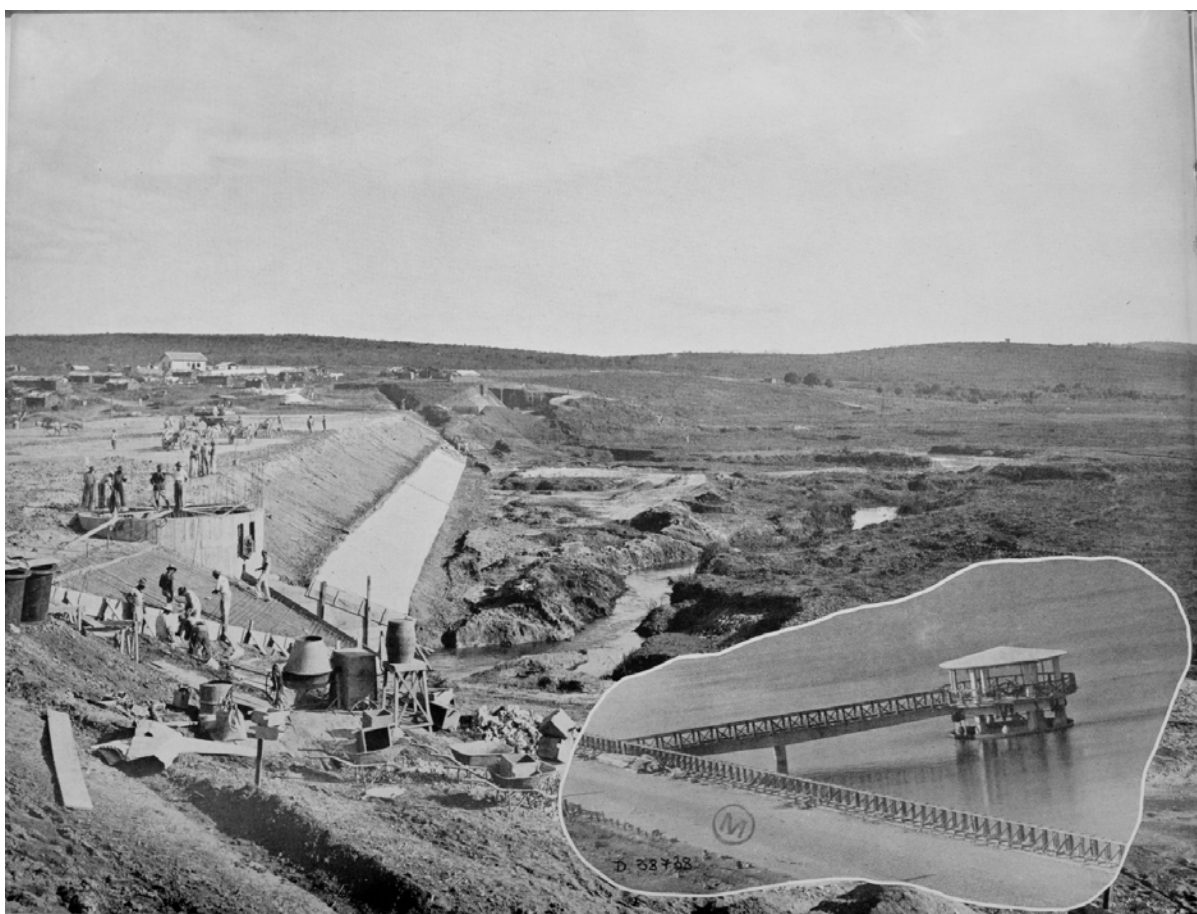


Figura 30 - Início das obras para implementação da lagoa da Pampulha. Fonte: Álbum Pampulha, 1944.

Ainda nesse sentido, podemos acionar dois importantes documentos históricos que nos ajudam a compreender a dimensão política da expansão de Belo Horizonte em direção ao eixo norte²⁷⁷. Trata-se da publicação do livro *Brazil Builds*,

²⁷⁷ Expansão que ocorreu a partir dos serviços de urbanização das áreas próximas à Lagoa da Pampulha, favorecidas pela abertura da Avenida Presidente Antônio Carlos, atraindo a população para o norte da cidade.

em janeiro de 1943, pelo Museu de Arte Moderna de Nova York, no mesmo período da abertura da exposição *Brazil Builds: Architecture new and old – 1652 – 1942*,²⁷⁸ e do álbum de obras da Pampulha em 1944 (figuras 31, 32 e 33). Os dois documentos apresentam diferenças na finalidade, mas contam com semelhanças na linguagem e na maneira de apresentar elementos arquitetônicos enquanto artifícios de constituição identitária.

A publicação bilíngue *Brazil Builds*, de autoria de Philip L. Goodwin, arquiteto reconhecido internacionalmente e um dos responsáveis pelo projeto do edifício do MoMA em Nova York, é considerada fundamental para historiografia da arquitetura brasileira no século XX, pois facilitou o reconhecimento da produção arquitetônica brasileira, considerando edificações mais antigas e modernas que constituiriam a identidade cultural do país. Segundo Costa, "este paralelo [...] entre arquitetura antiga e nova, tratava de estabelecer bases referenciais para poder justificar a produção contemporânea dos arquitetos modernos brasileiros".²⁷⁹

Ao abordar a arquitetura antiga, Goodwin destacou a beleza arquitetônica da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Ouro Preto, apresentada como "sem precedentes na arquitetura portuguesa" e como "a transição entre as torres redondas e a fachada convexa projetada retangularmente é de grande gosto artístico".²⁸⁰ Em alguns momentos, fica destacado no texto que as construções coloniais atendem as demandas fundamentais relacionadas aos lugares em que estão inseridas, considerando o clima e a função destinada às edificações.

Ao introduzir a segunda parte da publicação, que ressalta a arquitetura modernista desenvolvida no Brasil, o autor menciona a rápida generalização desse tipo de construção com a aplicação de soluções arquitetônicas para maior conforto no clima tropical: "a sua grande contribuição para a arquitetura nova está nas inovações destinadas a evitar o calor e os reflexos luminosos em superfícies de vidro, por meio

²⁷⁸ GOODWIN, Philip L. **Brazil Builds: architecture new and old, 1652-1942**. Photographs by G. E. Kidder Smith. 1. ed. New York: Museum of Modern Art, 1943.

²⁷⁹ COSTA, Eduardo Augusto. **'Brazil builds' e a construção de um moderno, na arquitetura**. 2009. 291f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. p. 16. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281584>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

²⁸⁰ GOODWIN. **Brazil Builds**, op. cit., p. 61.

de quebra-luzes externos, especiais".²⁸¹ Ainda segundo Goodwin, a circulação internacional de publicações especializadas teve impacto positivo na renovação da produção arquitetônica no Brasil.

Goodwin considera, ao longo de todo o texto, as características naturais do território brasileiro para descrever as soluções e detalhar a arquitetura classificada como moderna; abordando seja a questão do sol, seja a questão sísmica (o que reflete na ausência de preocupação com terremotos), bem como o acesso dificultado aos materiais fundamentais, como o ferro, reconhecido em outros textos como um entrave ao potencial criativo na construção de edificações.²⁸²

Outra observação pertinente presente nas reflexões de Goodwin refere-se à formação do profissional de arquitetura no período em questão, reforçando o entendimento dos desafios encontrados pelas vanguardas brasileiras, o que José Lira identificou como ambiente da arquitetura e dos modernismos no século XX²⁸³, nas palavras de Gorelik:

O arquiteto desenhista é avis rara no Brasil. Estes profissionais possuem diplomas de engenheiro e de arquiteto, mas pelo menos oitenta por cento deles são empreiteiros de obras. Está provado que isso foi sempre prejudicial ao desenho puro, em qualquer país do mundo.²⁸⁴

Além desse ambiente destacado por Lira, verificado em *Brazil Builds* no comentário sobre a escassez de arquitetos desenhistas, Goodwin destaca a alta média de construção em São Paulo: quatro casas e meia eram construídas por hora no ano de 1941. Segundo ele, "nem Detroit nem Huston poderão apostar carreira de

²⁸¹ Essas características, amplamente empregadas na nova arquitetura como soluções convenientes ao clima local, contradizem sua observação de que os "ímpetus modernos"²⁸¹ teriam chegado por importação. GOODWIN. **Brazil Builds**, op. cit., p. 84.

²⁸² A dificuldade em precisar o custo das edificações brasileiras, fez Goodwin supor que o custo das edificações brasileiras seriam a metade do custo das edificações norte-americanas.

²⁸³ Um trabalho importante nos ajuda a ampliar as perspectivas de entendimento do ambiente da arquitetura e dos modernismos no século XX, trata-se da publicação de José Lira, intitulada *Warchavchik – Fraturas da vanguarda*, primeiro estudo aprofundado sobre a vida e obra de Gregori Warchavchik (1896-1972). Warchavchik é considerado um dos protagonistas da vanguarda moderna na arquitetura, sendo também percebido como um negociador e entre as tendências, movimentos e práticas profissionais na primeira metade do século XX. Como enunciou Lira, ao tratar o imóvel construído na Rua Santa Cruz em São Paulo, 1927, o "efeito de surpresa" e a repercussão de sua construção explicitaram que o contexto do campo profissional ainda era marcado pelos problemas de autonomização, e estava permeado por dissensos que revelavam "quanto ainda havia de ambíguo e indeterminado na delimitação de uma esfera própria do trabalho do arquiteto naquele momento".

²⁸⁴ GOODWIN. **Brazil Builds**, op. cit., p. 94.

crescimento com São Paulo e Rio de Janeiro 1940-1941"²⁸⁵. A comparação de Goodwin, mesmo que superficial, revela um exercício de aproximação entre Brasil e Estados Unidos, no momento de expansão das relações entre os dois países e fortalecimento do pan-americanismo²⁸⁶.

Belo Horizonte, capital de Minas Gerais e Goiânia, nova capital de Goiás puderam organizar o seu plano da cidade partindo do nada. Ambos os conjuntos fazem lembrar mais qualquer coisa do tempo de L'Enfant do que da idade da máquina, embora tais cidades possam contar com muitas ruas bem largas e bastante espaço livre aberto²⁸⁷.

O álbum da Pampulha, por sua vez, apresenta as obras executadas pela Prefeitura de Belo Horizonte (Figura 34). Com 64 fotografias de Marcel Gautherot e 28 representações dos projetos e suas respectivas plantas, o material completo compreende texto de apresentação assinado por Juscelino Kubitschek, prefácio do mesmo autor de *Brazil Builds* e introdução de Oscar Niemeyer. Todos os textos apresentam-se em duas línguas, sendo primeiro português e segundo inglês.

²⁸⁵ Ibidem, p. 95.

²⁸⁶ Sobre esse tema, recomendo a leitura da tese de Fernando Atique sobre os processos de construção de diálogo entre Brasil e Estados Unidos, com enfoque na arquitetura. ATIQUE, Fernando. **Arquitetando a “boa vizinhança”**: a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano, 1876-1945. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

²⁸⁷ Ibidem. p. 95.

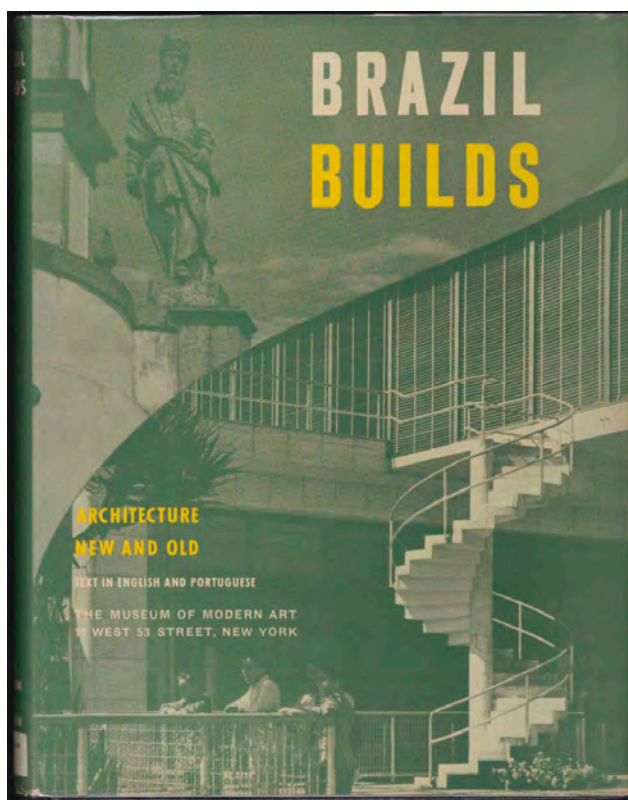


Figura 31 - Capas de Brazil Builds. Esquerda, sobrecapa da primeira edição, em Inglês.

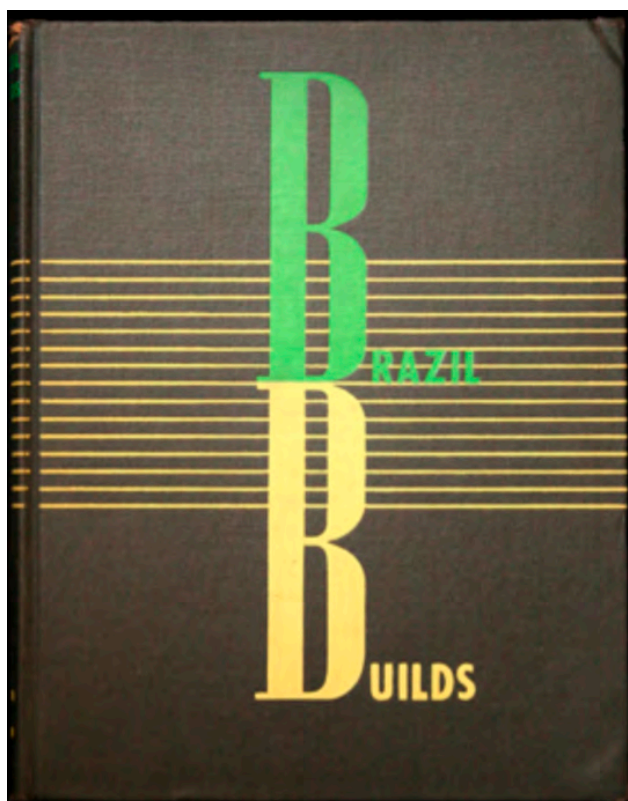


Figura 32 - Capas de Brazil Builds. Capa original e à direita



Figura 33 - Capas de Brazil Builds. Parte inferior da sobrecapa em português.

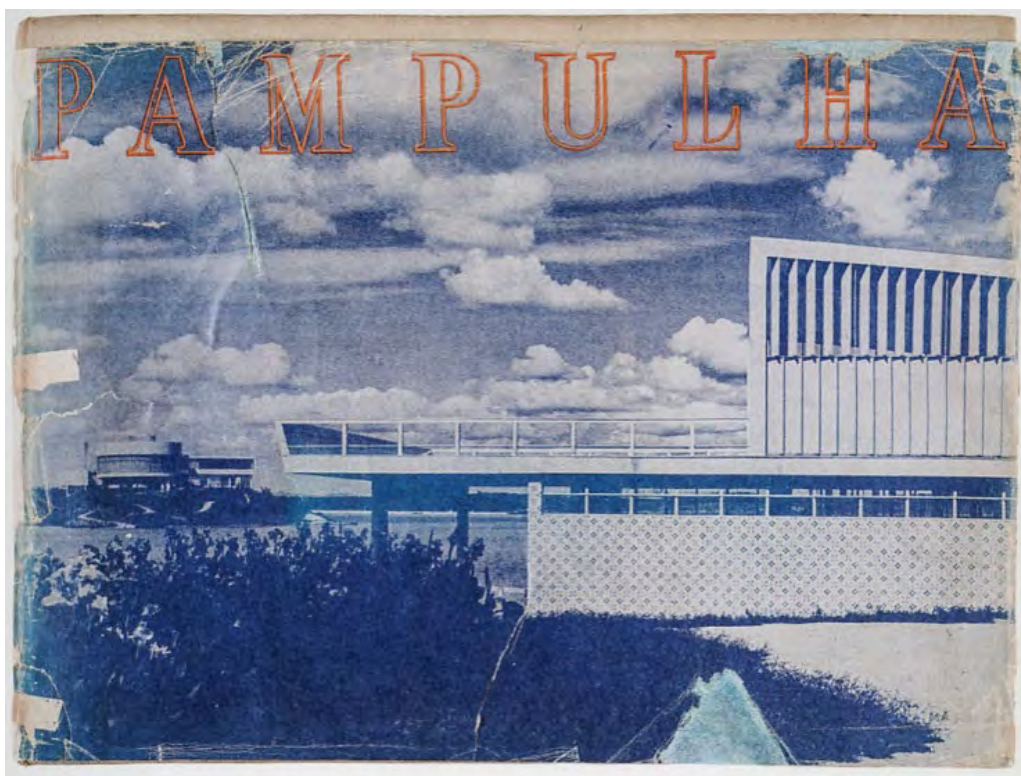


Figura 34 - Capa do Álbum da Pampulha, 1944.

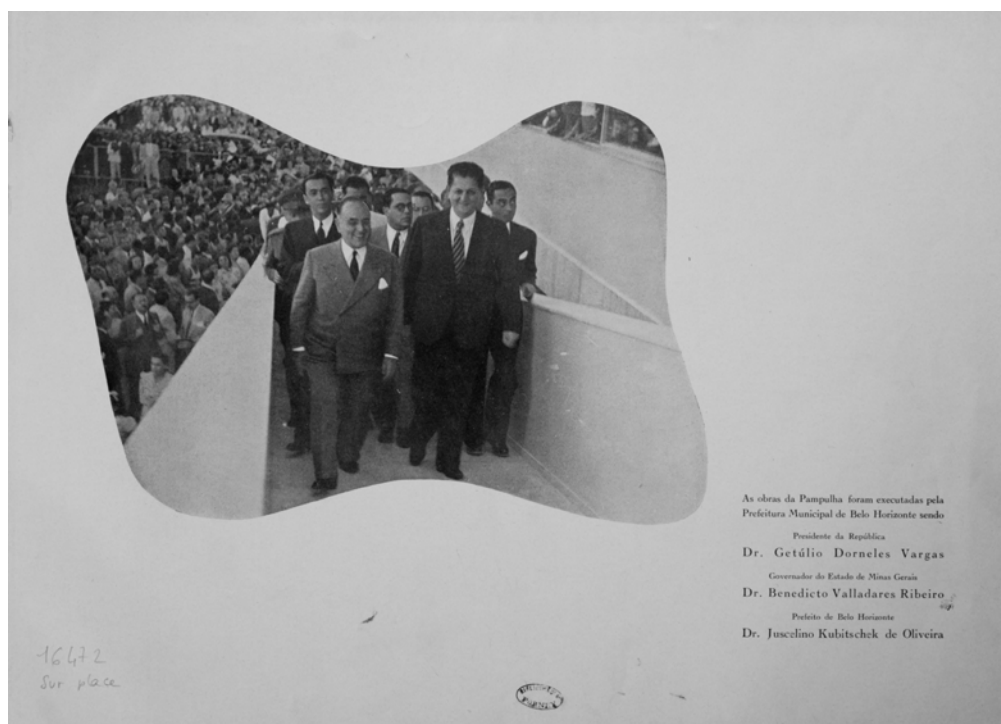


Figura 35 - Subindo a rampa do Iate Club, o Presidente Getúlio Vargas, o Governador Benedito Valadares à sua esquerda e logo atrás o prefeito Juscelino Kubitschek. Fonte: página de rosto do Álbum da Pampulha, 1944.

O *Álbum Pampulha*,²⁸⁸ datado de 1944, foi um documento elaborado para a divulgação da criação da região da Pampulha, apresentada como solução para o rápido crescimento de Belo Horizonte e como fundamental para a modernização da ainda jovem cidade de 46 anos. Esse material conta com fotografias e plantas de todo o conjunto arquitetônico da Pampulha, apresentados por Juscelino Kubitschek, então prefeito da Capital mineira, Oscar Niemeyer e pelo norte-americano Philip L. Goodwin. É um importante registro sobre uma das concepções de cidade entre os anos 1930 e 1940 a partir do alinhamento de interesses diversos no Estado de Minas Gerais.



Figura 36 - Cassino projetado por Oscar Niemeyer, hoje atual Museu da Pampulha. Fonte: *Álbum da Pampulha*, 1944, p. 12.

²⁸⁸ BELO HORIZONTE. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Pampulha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

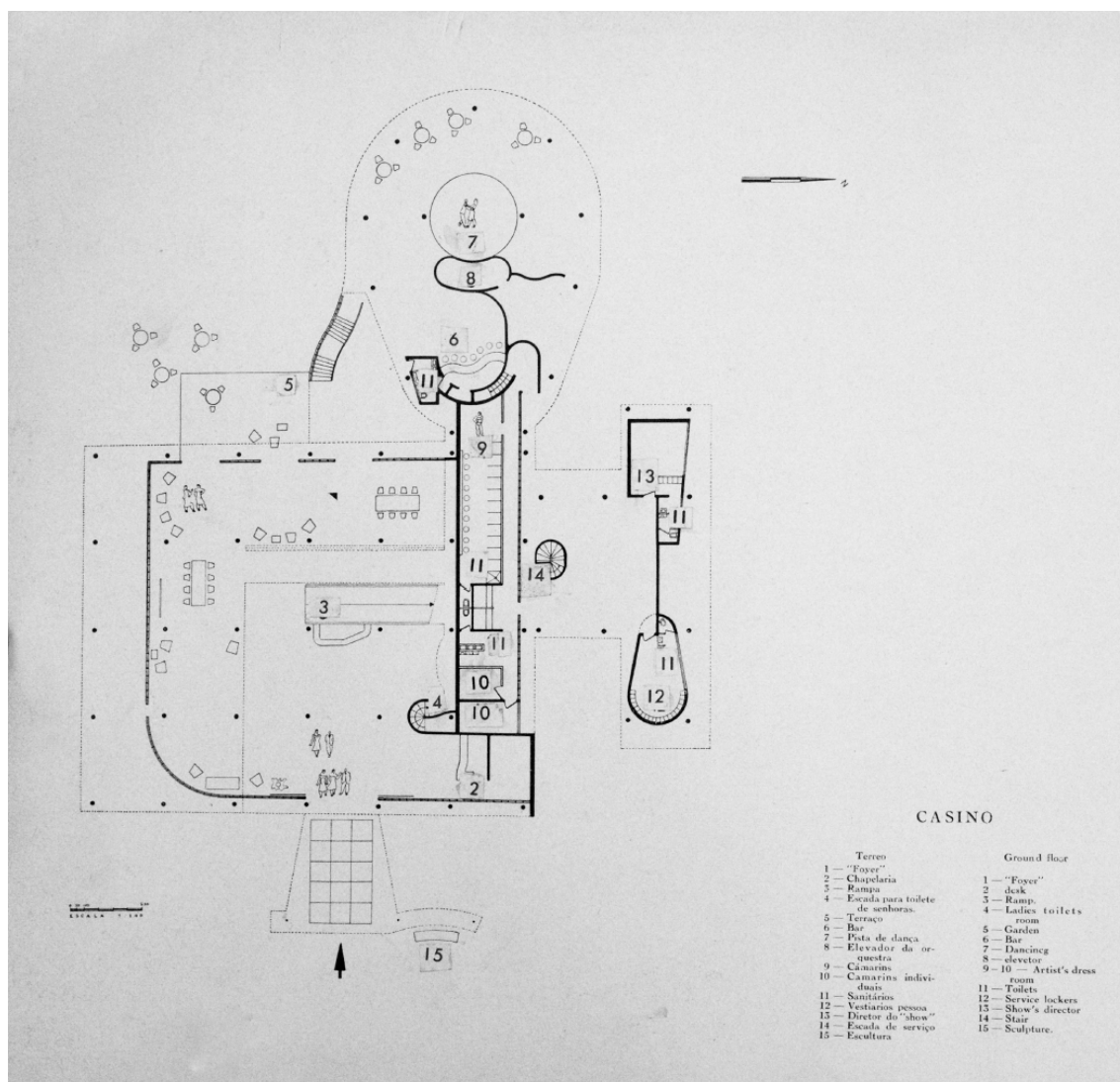


Figura 37 — Álbum da Pampulha, planta baixa do Cassino, atual Museu da Pampulha, 1944, p. 14.

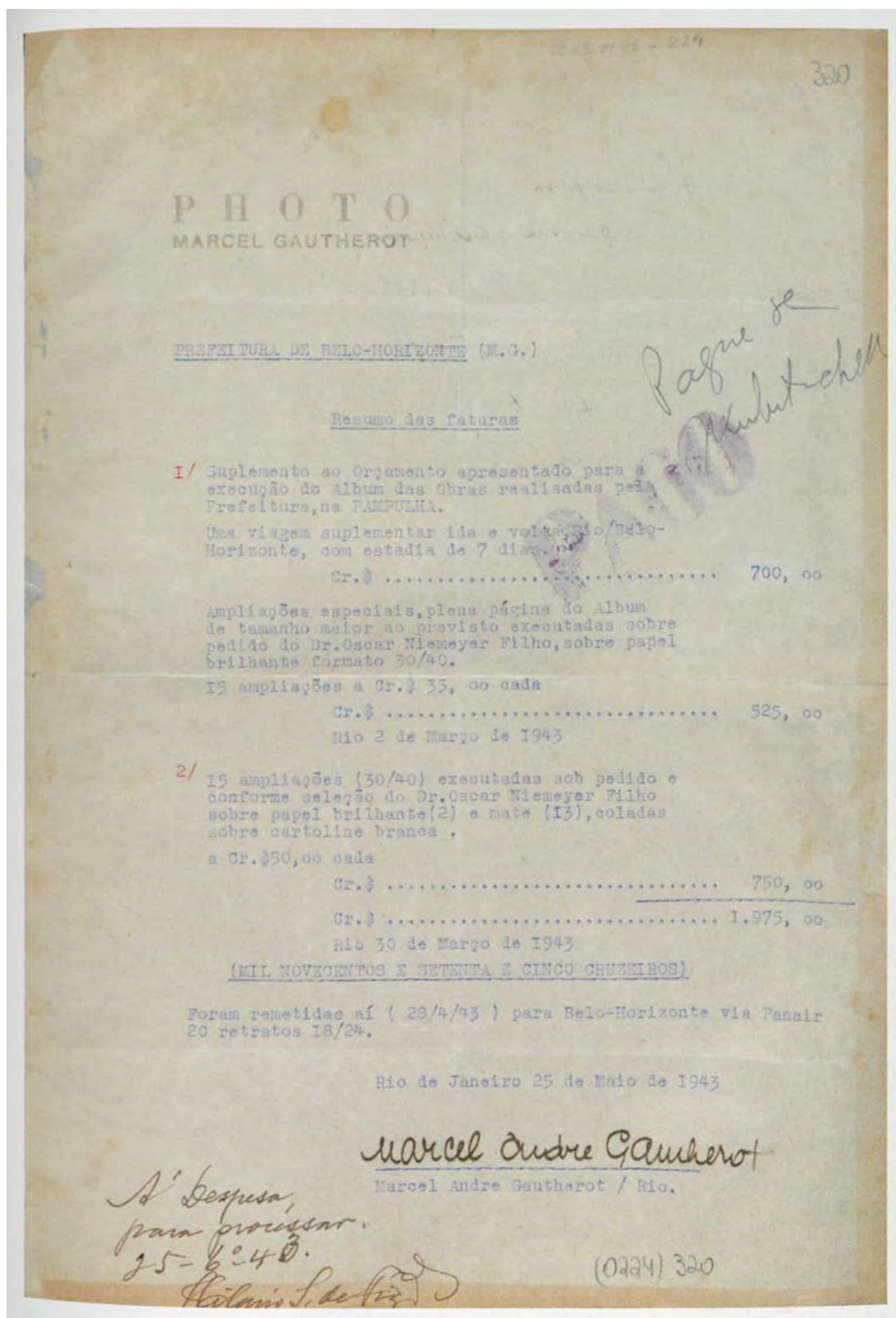


Figure 38 - Pagamento a Marcel Andre Gautherot. Despesas com a organização do Álbum de fotografias das obras da Pampulha, 1943. APCBH / Fundação municipal de Cultura. Fonte: Horizonte Moderno. Catálogo de exposição, 2015

No texto de abertura do material gráfico de divulgação do complexo da Pampulha, o prefeito Juscelino Kubitschek menciona que a Capital, "entre menina e moça, caracteriza-se pela modernidade de suas linhas e relevos",²⁸⁹ dando ênfase à gestão do município como instrumento a serviço do progresso, favorecido pela geografia do território:

Obra de audácia e tenacidade, Belo Horizonte assenta-se no domínio do homem sobre a natureza, que a emoldura de hípidas montanhas de ferro. Os elementos essenciais, de que já dispõe a farta cidade azul e verde, foram acumulados e disciplinados pela energia de suas administrações, e não representam uma dádiva fácil das circunstâncias naturais.

A dez quilômetros do centro da cidade, a Pampulha corresponde a uma dessas concepções do gênio e do esforço dos homens que a edificaram: um lago artificial, circundado por uma avenida de quase vinte quilômetros de extensão, ali rebrilha, como uma placa de cristal, à luz do céu – espelho do mar longínquo – com uma dupla função utilitária e decorativa. [...]

Reserva de milhões de litros d'água para a cidade que se agiganta, a Pampulha realiza, ali, um sonho do Atlântico entre as montanhas. O Casino, o Baile, o late Golfe Clube e o Parque em construção, em meio das vivendas que se vão debruçando sobre o lago, completam, no soberbo conjunto, o núcleo turístico, em função do qual os homens submetem, por fim, Belo Horizonte, integralmente, ao seu signo de modernidade.²⁹⁰

Goodwin, no prefácio do material sobre a Pampulha, parece apresentar uma sensibilidade histórica mais aprofundada sobre o urbano, indagando que "um termo tão preciso como este – cidade – por que preteri-lo ante o pedantismo dos urbanistas internacionais?". Nesse sentido, o arquiteto norte-americano prossegue nos mesmos termos:

[...] cidade é um vocábulo nobre com um glorioso e longo passado. Quando o Brasil, romanticamente, deu a um dos seus aglomerados humanos o nome de Jardinópolis, procurava já um apelativo novo para esses centros organizados dos nossos tempos.²⁹¹

É o texto de Oscar Niemeyer, escrito quando o arquiteto tinha 37 anos de idade, no mesmo documento sobre a Pampulha, que nos oferece mais reflexões sobre o papel da arquitetura e dos arquitetos na reformulação das concepções de cidade, no

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Idem.

caso, Belo Horizonte. Em sua apresentação sobre a arquitetura da Pampulha, Niemeyer fez importantes considerações sobre as diretrizes da nova arquitetura, quase em tom de manifesto, na defesa do que chamou de uma arquitetura sem compromissos:

Respeitamos a lição do passado. Mas, somente isso. As velhas formas arquitetônicas perdem o sentido diante das novas possibilidades técnicas. Não acreditamos tampouco em estilos forjados sobre desenhos ou elementos arquiteturais mais ou menos remotos. As construções marajoaras e neocoloniais são, entre nós, lamentáveis iniciativas nesse sentido. Acreditamos somente na arquitetura feita sem compromissos; baseada nos novos processos construtivos e nos novos materiais aproveitados em todas as suas possibilidades.

Quase como um manifesto, o texto do arquiteto brasileiro tem continuidade na defesa da sua arquitetura e com a certeza de que ela poderia contribuir para o desenvolvimento cultural brasileiro:

Por tudo isso, ficamos numa situação privilegiada diante do problema arquitetural, situação que admite todas as tentativas, para as quais não nos falta certamente essa imprudência, às vezes tão necessária, que caracteriza os povos cuja formação cultural ainda começa a processar-se. Sabemos que a arquitetura tende a universalizar-se. Para isso concorre a maior facilidade de intercâmbio cultural e material, que permite o uso dos mesmos processos construtivos e dos mesmos materiais em todo o mundo.

Seu texto exprime as tensões relativas à ausência de consenso em torno das definições para uma arquitetura moderna em relação às lições do passado, como também ilustra o grau de importância da construção da Pampulha nesse debate, ao mesmo tempo que também promove o discurso de renovação mineiro que anos antes retomaria o diálogo positivo com Ouro Preto, declarada Monumento Nacional em 1933 e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1938 por seu conjunto arquitetônico e urbanístico. Niemeyer prossegue com convicção de um engajamento com valores universais da arquitetura que devem ser aceitos, fazendo relação entre conservadorismo e tradição, arte e liberdade com modernização:

É verdade que nos países mais conservadores ainda se insiste em aproveitar a tradição, mais isso somente o conseguem quanto à casa isolada, tipo de construção que não passa de um acidente na nova arquitetura. Realmente a casa burguesa não será um elemento característico da época atual, por mais requintada que se apresente. O que representará a arquitetura

contemporânea serão as grandes obras de interesse coletivo: escolas, hospitais, teatros, estádios, clubes, grandes blocos de habitações coletivas, etc. E diante desse problema todas as soluções se encaminham naturalmente num mesmo sentido e as adaptações apresentam-se impossíveis ou ridículas. É essa universalização da arquitetura que nos autoriza concluir que um grande período se encontra em formação. Período que se representará por um alto nível de técnica construtiva, marcando o início de uma era de maior compreensão e solidariedade. Além do mais, somos, em arte, por uma liberdade total. Só acreditamos na arte espontânea, destituída de preconceitos e tabus.

Lendo o texto de Niemeyer, podemos aferir que interesse coletivo, para o arquiteto, parece ser mais um elemento retórico apropriado enquanto um instrumento legitimador utilizado pelos políticos de seu tempo, aqueles que compartilhavam da mesma visão progressista. Por outro lado, Niemeyer e os arquitetos de sua geração ganharam espaço como escritores de suas próprias ideias quando a arquitetura se difundia sem a eleição de obras mais importantes, ou com destaque aos protagonistas do movimento moderno. Nesse jogo de perspectivas, entre o tradicional e o moderno, percebemos que as preocupações se diferem entre arquitetos, políticos, intelectuais demais setores da sociedade.

Os materiais documentais apresentados aqui também devem ser analisados considerando as fotografias enquanto recurso para difusão e participação nos debates nacionais e internacionais. Elas exercem um papel importante ao construir uma imagem do novo e reforçar a crença no progresso material da sociedade.

Em *Brazil Builds*, as fotografias destacam muito bem o propósito da publicação em reforçar a convivência entre elementos relacionados ao antigo e o moderno como fonte de uma originalidade que encontrou na adaptação climática a possibilidade de existir a partir de novas formas. Expressariam também a renovação do interesse pela revisão do passado como possibilidade de estabelecer novas narrativas no presente.²⁹²

²⁹² Em um artigo sobre a difusão da imagem da arquitetura moderna brasileira, Tinem estabelece relação entre a revisitação ao passado com o contexto norte-americano na primeira metade do século XX: “No livro de Goodwin a imagem escolhida para compor a sua capa dura remete ao nacionalismo verde amarelo, enquanto a sua sobrecapa traz uma ‘arquitetura aberta’ com elementos de adaptação ao clima, a Estação de hidroaviões de Attilio Correia Lima, e a página de rosto é ilustrada por uma obra eminentemente moderna e original, o Cassino da Pampulha. Principalmente essas duas últimas imagens revelam a atração pelo moderno, seja por parte de Goodwin, seja de Kidder-Smith. Ainda que insista sobre o clima como o elemento que confere continuidade a esses dois momentos arquitetônicos, a inclusão dessa origem portuguesa parece ser menos uma convicção particular desse representante do Museu de Arte Moderna de Nova York que uma soma de circunstâncias: o contexto norte-americano

No material sobre a Pampulha, apesar de a maioria das fotografias serem feitas com recortes de áreas internas mostrando a mobília recém-instalada, como se estivessem exaltando espaços de uso coletivo, em todo o álbum, temos apenas três imagens nas quais figuram pessoas. A primeira dessas apresenta operários trabalhando na construção da barragem da Pampulha, enquanto a segunda é uma fotografia da varanda do Baile, em formato médio 6x6, com pessoas jantando durante a noite, ao fundo com o late Club devidamente iluminado. Por fim, a terceira retrata a construção da Igreja da Pampulha com aproximadamente sete trabalhadores. Essa ausência de sujeitos nas fotografias é consequência de um enfoque extremo à arquitetura como façanha política. A despeito de a organização e a escolha das fotos a serem apresentadas no álbum terem sido deliberadas ou não, elas refletem o contexto autoritário em que a Pampulha se consolidou, sendo pouca a preocupação com a questão urbana. O álbum se apresenta ao público tanto nacional como internacional com textos e descrições em português e inglês, mas sem alguma representação da região em si e sem a presença de uma proposta de integração urbana que conecte aquele empreendimento ao resto da Cidade. Ainda sobre o álbum da Pampulha, a compilação de fotos é didática na apresentação das edificações e segue acompanhada por desenhos técnicos que complementam a arquitetura que reproduz, ao menos, uma característica da construção da Capital, seu imediatismo.

No referido livro de Goodwin, as fotos reforçam o texto e a narrativa de uma coexistência entre a tradição e o moderno que rendem frutos criativos e originais, enquanto no álbum da Pampulha as fotos (algumas repetidas em *Brazil Builds*) aparecem como elementos de um feito, de uma ação conjugada em direção ao futuro.

3.4 Verticalização como instrumento modernizador

“O Conjunto caracterizará a silhueta da cidade e já se prediz que constituirá ele, na imprensa e na tradição oral, a ‘marca registrada’ de Belo Horizonte, ou seja, o que é a Torre Eiffel para Paris ou o Rockefeller Center para Nova York”.

Juscelino Kubitschek de Oliveira,

que privilegiava uma revisão do passado, o interesse do MoMA em resgatar as manifestações tradicionais das culturas menos conhecidas e sua recepção oficial no Brasil pelo SPHAN, criada significativamente em 1936, mesmo ano do projeto do edifício do Ministério de Educação”. Cf. TINEM, Nelci. Arquitetura Moderna Brasileira: a imagem como texto. **Arquitextos**, São Paulo, ano 06, n. 072.02, maio 2006 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/352>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

O segundo momento importante no período abordado neste capítulo trata da construção do Condomínio Governador Juscelino Kubitschek (CGJK), que foi iniciado no fim dos anos 1940 e inaugurado em 1952 (mas só inteiramente concluído em 1970). O projeto também teve como autor o arquiteto Oscar Niemeyer e foi idealizado e construído pelo empresário Joaquim Rolla, que recebeu apoio financeiro do Governo do Estado de Minas Gerais, cujo governador à época era o ex-prefeito de Belo Horizonte Juscelino Kubitschek. Joaquim Rolla havia sido administrador de cassinos importantes, tais como o do Urca e da Pampulha, assim como foi o principal idealizador da construção das torres. Rolla foi amigo de JK e um empreendedor bem-sucedido nesse ramo de entretenimento lucrativo. Com a proibição dos cassinos no Brasil, o empresário decidiu investir no ramo imobiliário, que crescia com intensidade na época.

O condomínio é constituído por dois blocos, cada um com um edifício: um com 23 e outro com 36 andares. O conjunto foi uma das edificações mais altas do Brasil no período, o que causou grande repercussão, especialmente entre os belo-horizontinos. Antes da sua construção, o mais significativo dos edifícios verticais era o Acaiaca, inaugurado em 1943 com 29 andares, estilo *art déco*, destacado pela fachada com duas efígies indígenas esculpidas pelo engenheiro Luiz Pinto Coelho (Figuras 39, 40 e 41).



Figura 39 – À direita, Edifício Acaiaca ainda em construção. Anos 1940. Fonte: APCBH.



Figure 40 - Vista da parte de trás. Fonte: difpcio Acaiaca nos anos 1940. Fonte: APCBH.



Figura 41 - Na imagem vemos um Edifício Acaiaca, anos 1950. Fonte: Portal BH Nostalgia.

Com objetivo de atenuar a crise de moradia que afetava a classe média em larga escala, o conjunto contava com habitações de alto padrão a custos muito baixos e foi malvisto por uma parcela significativa da população, que questionou qual viria a ser o perfil dos moradores futuros. O CGJK foi pensado com 13 tipos de apartamentos, que vão de quitinetes a unidades de três quartos.

O condomínio foi idealizado quando a sociedade mineira também se engajou em uma espécie de projeto nacional para transformar o país em uma grande potência: moderna, desenvolvida e industrializada. Serviu também de estímulo à iniciativa privada, a partir da construção de moradias, e para fortalecer também o crescente setor público, além de ser um marco de inovação arquitetônica e urbanística e ter simbolizado uma tentativa de sinalizar o avanço econômico de Minas Gerais e sua Capital. Desde a década de 1920, a Cidade apresentava crescimento acentuado

com a criação de novos bairros, processo de expansão metropolitana e dinamização do mercado imobiliário (tabela 5).

Ano de aprovação	Bairros e vilas
1924	Ex-colônia Américo Werneck
1925	Vila Angélica, Vila Esplanada, Vila Sto. André, Vila São João
1926	Vila Pe. Eustáquio (ex-Bela Vista), Vila Independência, Vila M.G., Bairro Nova Suíça, Vila Palmital, Vila Novo Horizonte, Vila Adelina, Vila Jardinópolis, Bairro Santa Cruz.
1927	Vargem do Tejuco, Vila Maria Aparecida, Bairro da Graça, Vila Santos Dummont, Vila Oeste, Vila Santa Terezinha, Vila São Geraldo, Vila Industrial Melo Vianna.
1928	Vila Ambrosina, Parque Cruzeiro do Sul, Vila futuro, Parque Cidade Jardim, Vila Pedro I, Vila Atlântida, Vila Edgard Werneck, Parque vera Cruz, Parte da 2ª sessão suburbana (Gutierrez).
1929	Jardim América, Vila Cavaliere, Vila do Sr. Bom Jesus, Vila Santa Ana, Vila Nova Floresta, Vila Santa Rita, Vila Palmares, Vila São Leopoldo, Bairro Concórdia, Vila Renascença, Vila Progresso, Vila Marinhos, Parque Nova Granada, Vila Silveira, Vila Mauá.
1930	Cachoeirinha, Parque Riachuelo, Vila Mariano de Abreu, Vila Nova Cintra, Vila Canadá.

Tabela 5 - Aprovação municipal para criação de bairros e vilas. Fonte: Prefeitura municipal de Belo Horizonte (1979)

Fazia parte da estratégia racional-modernista, sustentada por Niemeyer, endossar a construção de moradias funcionais que exprimissem uma nova condição de habitação contrária à “casa burguesa”, inapropriada para época atual. Essa posição era amparada pela solução vislumbrada por Juscelino, desde quando ainda era prefeito, em promover a construção de torres verticais como uma solução possível da questão habitacional:

Considerando que a solução mais viável consiste em fazer grandes prédios de apartamentos, onde, pela construção e sistema de exploração se torne possível um aluguel módico, ao alcance de qualquer bolsa. Considerando, finalmente, que é dever da administração pública, principalmente da

municipal, favorecer iniciativas dessa natureza, o que lhe dá ao mesmo tempo, o direito de fiscalizar a sua execução²⁹³.

Com um bloco de 23 e outro de 36 andares, 1.100 unidades habitacionais e uma população prevista de 4 mil pessoas, o Conjunto Juscelino Kubitschek propôs um novo modo de vida para Belo Horizonte. Embora o CGJK tenha sido o empreendimento cercado tanto por grande mobilização como por diversas polêmicas, ele foi antecedido pela construção do Conjunto IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), pensado como alternativa ao problema da moradia e ordenação urbana na região da Lagoinha, iniciado em 1944;²⁹⁴ e pelo o início da construção do novo teatro municipal em 1942, também a partir de projeto de Oscar Niemeyer (Figuras 42, 43 e 44).

²⁹³ MINAS GERAIS. Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação; PLAMBEL Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970**. Belo Horizonte: [s.n.], 1979. p. 247.

²⁹⁴ O conjunto IAPI foi construído pela prefeitura em parceria com o Instituto de Aposentadoria dos Industriários e com a Companhia Auxiliar de Serviços de Administração (Casa), sediada no Rio de Janeiro. As obras foram iniciadas em 1944, mas a inauguração do conjunto aconteceu duas vezes, mesmo antes do término das obras: nos dias 1º de maio de 1947 e de 1948. As habitações foram entregues aos moradores apenas três anos depois. A construção realizada no período de Juscelino Kubitschek à frente da prefeitura teve projeto de fachadas assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e fora planejada com o objetivo de diminuir os problemas de habitação social na cidade que afetavam as classes populares.

Fonte:

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=30550&pIdPlc&app=salanoticias>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

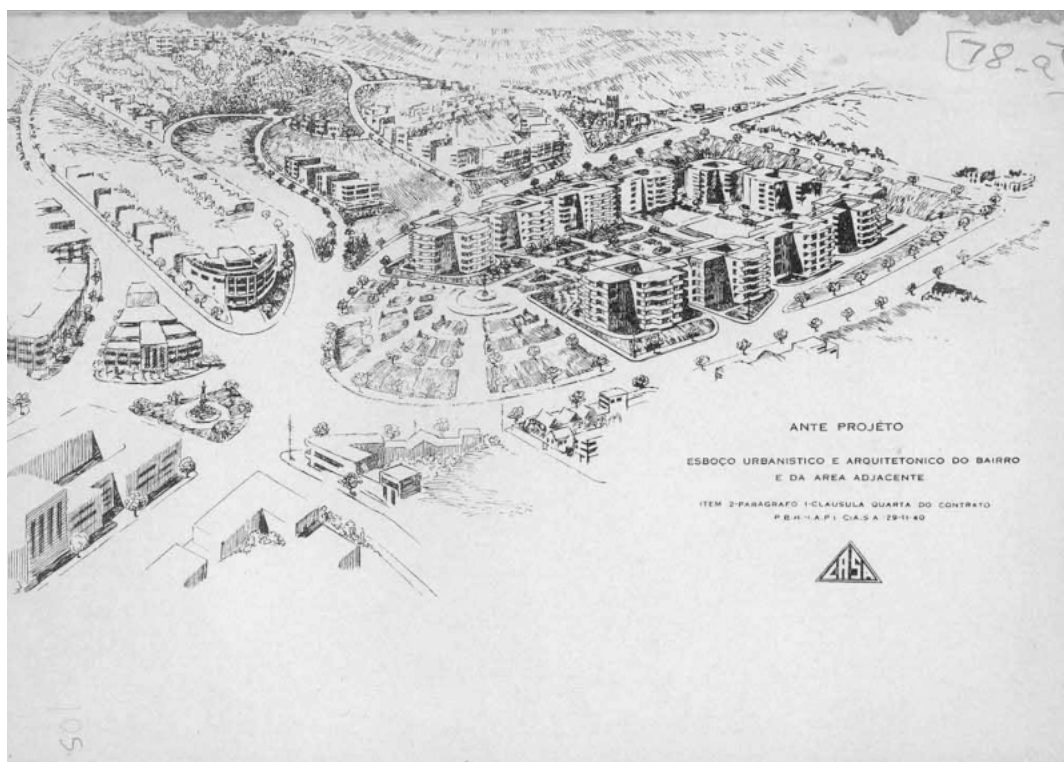


Figura 42 – Ante projeto do Conjunto IAPI. Fonte: PBH



Figura 43 – Conjunto Habitacional IAPI Lagoinha: vista panorâmica da cidade] : Belo Horizonte (MG)



Figura 44 – Vista aérea do Conjunto IAPI, Bairro Lagoinha. Fonte: APCBH / Acervo José Góes, 1955.

Um dos primeiros estudos sobre a construção do CGJK e que contempla um levantamento minucioso sobre o longo processo de construção do conjunto, a dissertação de Thais Velloso Cougo Pimentel, defendida em 1989,²⁹⁵ apresenta dados interessantes sobre a articulação entre poder público e interesse privado no período. Essa articulação foi justificada pela construção de uma obra monumental, símbolo do progresso, fator de desenvolvimento e “joia arquitetônica”, como costumava ser mencionado por JK.

²⁹⁵ PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. **A Torre Kubitschek**: trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil. 1989. 187f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.



Figura 45 - Belo Horizonte em 1946, Belo Horizonte ainda em processo de verticalização.
Fonte: APCBH/Coleção José Goes.



Figuras 46 e 47 - À esquerda, vista para região oeste a partir da Praça Raul Soares em 1951; à direita vista aérea do entorno da Praça Raul Soares com as torres do edifício JK ainda em construção em 1960. Fonte: APCBH/Coleção José Goes.

O período marcado pelo final da década de 1940 e início da década de 1950 foi reconhecido por representar uma inflexão no processo de transformação da paisagem urbana da Capital, especialmente pela construção de edifícios verticais com

mais de quatro pavimentos²⁹⁶ (ver figuras 45, 46 e 47). O evidente interesse do poder público ao mobilizar recursos políticos e financeiros em torno da construção do Edifício JK foi, desde os anos 1980, quando esse se transformou em objeto de análise histórica, compreendido como uma ação política elaborada em benefício do próprio Juscelino Kubitschek, ex-prefeito e à época governador do Estado. O governo de JK ficou marcado por inúmeras parcerias entre os setores público e privado, por uma política de desenvolvimento que vinha, desde os anos 1940, incentivando o desenvolvimento industrial.

Essa mobilização do governo, em diversas instâncias e sobreposta à administração municipal, avalizou o processo de verticalização como parte de uma empreitada de modernização. Tal fato serviu como justificativa para o envolvimento do Estado, em conjunto com a necessidade de desonerá-lo dos gastos públicos com aluguéis e indiretamente combater a crise de moradias para classe média da Cidade. Como levantou Pimentel, foi por meio da Lei Estadual nº 843, de 26 de dezembro de 1951, que o Estado estaria autorizado a participar como investidor do Condomínio e a adquirir nele as partes necessárias à instalação de seus serviços, podendo para isso despendar a importância do valor do terreno, à época, de 12 milhões de cruzeiros.²⁹⁷

Nesse sentido, o Estado foi o maior prejudicado ao investir recursos públicos no empreendimento, pelas seguintes razões listadas abaixo:

O Estado cedeu o terreno para a construção do Condomínio por um preço muito inferior ao preço de mercado e em troca de área construída equivalente ao valor do terreno.

Até 1961, o Estado tinha pago a importância de Cr\$103.388.260,00, correspondente à área de 19.050m² por ele subscrita. O custo total da obra neste ano estava em Cr\$ 623.922.970,00. Contudo, abatendo-se a dívida dos demais condôminos e do incorporador, que era então de Cr\$ 182.044.000,00, o líquido arrecadado para o pagamento do custo total da obra cai para Cr\$441.878.970,00. Isto significa que o Estado, que possuía apenas 19,05% da área construída, já havia pago o equivalente a 23,39% do total líquido arrecadado. Além do mais, o Estado, durante todos esses anos, foi dos únicos condôminos a pagar em dia suas contas junto ao condomínio, o que vinha sendo garantido pela abertura de crédito especial pela secretaria de viação e obras públicas.

O Estado, no decorrer da obra, alterou os planos de ocupação da sua área no Condomínio, trocando 7 andares de área construída no bloco B por área (livre) descoberta no mesmo edifício. Os arquitetos do Estado denunciaram em 1971 que dos 13.834,60m² de área até então recebida, apenas 4.822m² tinham real

²⁹⁶ Segundo estudo de Pimentel, à época os prédios de apartamentos eram escassos e possuíam no máximo 15 andares, sendo o mais alto o Edifício Acaiaca com 29 andares, localizado na Avenida Afonso Pena e com uso exclusivamente comercial. PIMENTEL. **A Torre Kubitschek**, op. cit.

²⁹⁷ Ibidem, p. 98.

utilização. Os outros 11.894,20m² foram considerados pelos técnicos “área perdida” por ser área descoberta, ou área comum de condomínio.

Áreas destinadas às funções de lavanderia e cozinha nos apartamentos foram reduzidas, pois, de acordo com seu projeto original, o Conjunto Juscelino Kubitschek possuiria lavanderias comunitárias, assim como bares e restaurantes. Também foram propostos uma estação rodoviária, um mercado, um hotel, agência de turismo e bancária, lojas para comércio, praça de esportes com piscina olímpica, boate, um “Museu de Arte”, entre outros integrados pelo complexo do Edifício. Segundo Santos:

O novo sistema de vida lançado pelo Conjunto Juscelino Kubitschek reduziu ao mínimo as necessidades no interior de cada unidade residencial. O problema da criadagem desapareceu, praticamente, com os serviços da organização hoteleira. Uma empregada de emergência, uma babá para sair com as crianças ou com elas ficar à noite, podem ser contratadas à hora. Um solteiro ou um casal terão, neste apartamento simples, o essencial para morar. As áreas comuns, os espaços comuns do Conjunto, completarão o seu apartamento. E a organização dos serviços hoteleiros simplificará a sua vida.²⁹⁸

O empreendimento, apesar de centralizar por parte dos representantes do poder público muitas narrativas positivas em sua justificativa, também causou estranhamento na sociedade mineira, que questionava sobre o “tipo de pessoas” que viria a se instalar naquele local: Belo Horizonte, como vimos, não conhecia até então a habitação individualizada, ou seja, apartamentos feitos para uma só pessoa. Para os padrões de então, os indivíduos “respeitáveis” moravam em casas amplas e, se não tinham condições para tanto, como é o caso de jovens estudantes do interior que vinham estudar na capital, alugavam quartos ou camas nas pensões familiares. Nunca apartamentos onde fossem morar sozinhas.²⁹⁹

A maioria dos apartamentos do Condomínio foi destinada a moradias individuais, incomodando a sociedade conservadora, que mantinha outras expectativas em relação às necessidades de habitação da família classe média tradicional. Além disso, rondava certa ideia de senso comum de que tanta gente morando junto fomentaria a promiscuidade. E, devido às posições políticas de Niemeyer, houve quem acreditasse que os apartamentos se transformariam num gigantesco conjunto de células do Partido Comunista.

²⁹⁸ SANTOS, F. C. Ocaso do projeto: o “caso” do conjunto JK. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 10, p. 183-193, 1998. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/6422>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

²⁹⁹ PIMENTEL. **A Torre Kubitschek**, op. cit., p.113.

3.5 O espaço urbano e a negação da distinção entre o domínio público e privado

A inauguração do conjunto arquitetônico da Pampulha e a construção do CGJK, fazem parte de um plano de modernização da Cidade que estava em expansão física e populacional. Novos bairros foram construídos com atenção especial às zonas residenciais para as classes mais abastadas. Como já mencionado, no mesmo período foram criados uma cidade universitária (1944-1951) e um distrito industrial, denominado de Cidade Industrial.

Os 64 anos de separação entre a fundação de Belo Horizonte e a inauguração de Brasília revelam mudanças no diálogo entre urbanismo e arquitetura. Em ambos os processos, as cidades são reinterpretadas historicamente nos âmbitos regional e nacional, a começar pela dimensão das ruas e dos espaços livres em seus respectivos contextos. Para falar sobre as conexões possíveis entre os dois empreendimentos, abordarei alguns aspectos gerais de concepção de espaço público no Brasil.

Partindo da premissa de Gorelik de que todo espaço público urbano resulta de tensões relativas à organização da sociedade no espaço e à participação política³⁰⁰ dos indivíduos, no caso das duas cidades, com diferenças e semelhanças, fica claro que as ruas e avenidas expressam também uma maneira semelhante de pensar a vida urbana. A definição de “público”, enquanto adjetivo, deve-se basear no exercício de compreensão das mudanças do significado dos termos “público” e “privado” em um contexto nacional no período de recorte. No Brasil da primeira metade do século XX, entre a criação de Belo Horizonte e Brasília, “público” foi definido a partir de grupos sociais dominantes que se beneficiavam da indefinição da unidade sociocultural do país. Narrativas sobre o espaço urbano ganharam força entre variados estratos da sociedade, cuja visão de política pública e urbana até então vinha sendo legitimada em uma esfera restrita às elites, e até mesmo em meios técnicos, entre engenheiros e arquitetos.

Ambas as cidades foram criadas para substituir outras capitais, apresentando novas concepções de cidade diferentes daquelas postas e anteriores. Belo Horizonte foi inaugurada em 1897 para ser uma importante Capital regional e foi a primeira

³⁰⁰ GORELIK. O moderno em debate, op. cit.

inteiramente projetada antes de ser construída, dando início a um processo de ressignificação do espaço público e do seu valor político no país. Em 21 de abril de 1960, após um acirrado e polêmico concurso de projetos, Brasília foi inaugurada para ser a Capital Federativa do Brasil e se tornou cidade monumento definitivo da modernização.

Nos dois casos, as ruas e avenidas extremamente regulares, funcionais e ortogonais vieram acompanhadas de um discurso de renovação urbana e transformação social, implicando conflitos em torno do espaço, reapropriações e ressignificações das vias públicas. Conforme Gorelik, a cidade latino-americana não é necessariamente um produto da modernidade, mas uma máquina de inventar a modernidade, e Brasília encerrou o ciclo de construção de cidades no Brasil iniciado com Belo Horizonte.

Uma “cidade do futuro”, para os mineiros, deveria representar, acima de tudo, a grandeza das virtudes do seu povo: altivez, coragem e progressismo. Além disso, naquele momento, desejava-se também uma Capital que fosse “o centro de atividade intelectual, industrial e financeiro, e ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade”.³⁰¹

Brasília, por outro lado, ficou estabelecida como uma espécie de síntese das artes, marco moderno e emblema do desenvolvimentismo, ou, nas palavras de Andre Malraux citadas por Andre Chastel, “la première des capitales de la nouvelle civilisation”.³⁰² A Capital Federal e maior cidade construída em todo o mundo no século XX também foi marcada por questões que surgiram com as propostas de transferência no século XIX: a transformação da sociedade a partir da criação de um novo espaço urbano, o alinhamento entre progresso e desenvolvimento em torno de articulações entre interesses político e econômico e o desejo de forjar uma nova comunidade política.

A imaginação de uma nova cidade capital para o Brasil, como bem destacou Laurent Vidal, teve seu primeiro registro quando a corte portuguesa se deslocou para a Colônia, fugindo das invasões napoleônicas, entre 1808 e 1821. Seguiu-se essa de outras propostas: no período da independência, motivada por José

³⁰¹ Trecho da mensagem do governador provisório de Minas Gerais, Augusto de Lima, enviada ao Congresso Constituinte Mineiro pedindo a mudança da capital e indicava o arraial de Belo Horizonte como o lugar ideal para construí-la. ANAIS do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1891, p.22.

³⁰² “A primeira capital da nova civilização.” Tradução livre. CHASTEL, Andre. Brasília “Premiere capitale de la civilisation mondiale”? *Le Monde*, 5 nov. 1959.

Bonifácio, entre 1821 e 1824; no período imperial, induzida pelo diplomata e historiador Francisco Adolfo de Varnhagen; e no período republicano, a partir de 1889, passando pelo Estado Novo e pela Nova República. Historicamente, e considerando esses momentos citados, foram seis projetos enumerados por Vidal, cada um com nomes de cidades capitais diferentes: Nova Lisboa, Cidade Pedrália, Imperatória, Tiradentes, Vera Cruz e Brasília.³⁰³

A motivação e o otimismo de Juscelino Kubitschek materializaram o empreendimento “Brasília”. A ambição desenvolvimentista, muito bem sintetizada pela famosa frase “cinquenta anos de progresso em cinco anos”, juntamente com um Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, realizado entre setembro de 1956 e março de 1957 marcaram a história da arquitetura e urbanismo moderno brasileiro. Nesse período, o Estado se alinhou às vanguardas artísticas, intelectuais e arquitetônicas no maior movimento em direção ao futuro/presente que o país já teve, reinventando um discurso sobre a cidade e consagrando uma geração de modernos: incluindo Lucio Costa, autor do Plano Piloto vencedor do concurso, e seus concorrentes, que puderam realizar propostas no ápice de um movimento urbano e arquitetônico reconhecido como inovador.

O termo “público”, que ao mesmo tempo qualifica e politiza os espaços livres nos centros urbanos brasileiros, foi incorporado de vez nas linguagens políticas nos dois empreendimentos, como um fator legitimador dos instrumentos disciplinares que definiriam a cidade como objeto da intervenção técnica e administrativa do Estado. E, nesse caso, enquanto Belo Horizonte nasceu sob a égide de um interesse público partilhado às pressas, e de maneira pouco democrática, Brasília foi fundada a partir da necessidade de ressignificar o “público” e criar novos estatutos políticos. Esta última contempla um projeto de modernização articulado em vários aspectos, que vão desde a proposição de uma nova urbanidade até a modernização da maneira de olhar o Brasil, ao defender uma ideia de integração e centralização política.

Beatriz Sarlo destacou ser necessário considerar a cidade enquanto uma categoria ideológica e um universo de valores, mais do que um conceito demográfico ou urbanístico.³⁰⁴ Brasília, nesse sentido, é uma cidade marcada pelo tempo que precedeu sua inauguração e por outros valores de espacialidade pública e privada.

³⁰³ VIDAL. **De Nova Lisboa a Brasília**, op. cit., p. 17.

³⁰⁴ SARLO. **Modernidade periférica**, op. cit., p. 34.

Ainda nesse aspecto, Gorelik afirmou que “capital”, enquanto adjetivo, remete à continuidade, mas, especificamente, no caso de Brasília, não só porque continuou construindo uma peculiar forma de pensar o espaço urbano, mas porque retomou, de maneira antagônica, valores brasileiros e concepções de cidade tradicionais.

Entre os dois empreendimentos temos um fio condutor pouco problematizado na historiografia e na leitura crítica dos processos de urbanização no Brasil. Trata-se de um período de desenvolvimento entre Belo Horizonte e Brasília, marcado pela figura de Juscelino Kubitschek enquanto prefeito de Belo Horizonte (1940-1945) e governador do Estado de Minas Gerais (1951-1955), antes mesmo de assumir como presidente da República (1956-1961) responsável pela inauguração de Brasília. JK teve como missão em Belo Horizonte a urbanização da região da Pampulha, que apresentou, não só um novo valor arquitetônico, mas uma crítica velada ao arruamento de Belo Horizonte que poucas décadas antes havia sido considerado moderno e diferenciado, mas que, na década de 1940, passara a ser considerado ultrapassado, como um impasse ao crescimento da Capital mineira. Podemos fazer uma rápida análise de dois trechos aleatórios, sendo que o primeiro compõe parte da região do hipercentro, delimitada pelo anel da Avenida do Contorno, e integra o projeto urbano original da cidade, enquanto o segundo é um recorte pertencente à região da Pampulha; análise comparativa na qual podemos observar uma diferença marcante no estilo e na forma do arruamento e distribuição das quadras:



Figuras 48 e 49 - À esquerda, representações atualizadas da região central dentro dos limites da Avenida do Contorno com poucas modificações no plano elaborado por Aarão Reis; à

direita, recorte da urbanização Pampulha. Elaboração: Carlos Alberto Oliveira. Fonte: Prodabel.

Ao ser indagado sobre Brasília, Niemeyer não hesitou em mencionar a construção do conjunto arquitetônico da Pampulha como o início do entusiasmo urbanístico que seria a Capital Federal no futuro:

Brasília começou na Pampulha (conjunto arquitetônico de Belo Horizonte), em 1938. Nessa ocasião fui chamado para fazer o conjunto da Pampulha, e durante três anos trabalhei com (o ex-presidente) Juscelino (Kubitschek) lá. Foi o primeiro trabalho que ele realizou como homem público e também meu primeiro trabalho como arquiteto. Na Pampulha eu comecei essa arquitetura que mais me agrada, mais livre, mais ligada à curva, mais emocional, procurando a invenção arquitetônica. E como a Pampulha fez muito sucesso, tempos depois, quando resolveu fazer Brasília, Juscelino foi me procurar na minha casa nas Canoas. Ele me contou que iria construir a nova capital, que seria uma cidade fantástica, que tinha que fazer tudo em três anos, e a coisa começou³⁰⁵.

Como mencionado por André Chastel, na série de textos sobre Brasília publicada em novembro de 1959 no *Le Monde*, a continuidade entre Belo Horizonte e Brasília foi reflexo de uma proposta de urbanização totalizante impregnada nas instituições políticas brasileiras.

Brasilia est la conclusion d'expériences faites dans ce pays depuis un siècle. Celle des villes neuves, celle des villes cosmopolites. A quelque 120 kilomètres de Brasilia, Goiânia a commencé il y a vingt-cinq ans autour d'un aéroport dans la jungle, et les pionniers attirés par les mines y sont venus. Belo Horizonte, qui était devenue en 1897 la capitale de l'État de Minas, a développé en cinquante ans une ville industrielle de plus de quatre cent mille habitants : elle avait été créée de toutes pièces, avec un plan en damier qu'enveloppent maintenant des quartiers périphériques garnis de gratte-ciel. On n'avait pas vu assez grand. Un lac artificiel, au bord duquel s'élève la chapelle gracieuse et maniérée de Pampulha (une œuvre de Niemeyer), s'est ajouté au paysage. Il en sera de même à Brasilia, où la transformation du site ne sera pas moins complète (sur les collines environnantes, on brûle la savane pour préparer le sol). La démesure de Brasilia est peut-être de règle aux tropiques. Par ailleurs, la folle croissance de Rio et de Sao-Paulo, proliférant en trente ans à l'image de Chicago, a rendu évidente la « crise de la ville cosmopolite ». L'originalité de Brasilia est d'associer pour la première fois à une entreprise de « pionniers » la présence de la nature et la

³⁰⁵ ESTADÃO. A vida é um sopro, entrevista de Oscar Niemeyer cedida à BBC. 2001. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-vida-e-um-sopro-releia-entrevista-de-niemeyer-a-bbc-brasil,969741>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

préoccupation de l'unité monumentale, qui sont apparues comme les remèdes nécessaires au désordre contemporain.³⁰⁶

As ruas, nos dois casos, possuem significados que vão além dos princípios urbanísticos de organização, higiene e fluidez. Expressam o autoritarismo de uma concepção de espaço público que prevaleceu no impulso modernizador e desenvolvimentista brasileiro. A partir desse tipo de organização, as cidades ficaram marcadas por ruas e avenidas que se referem ao apelo por mobilidade, ou pela demanda do setor privado atuando no parcelamento do uso do solo, praças e parques como elementos incorporadores da articulação do trânsito como funcionalidade intrínseca, e a necessidade de civilizar o brasileiro e espetacularizar as edificações. Os espaços livres expressam certo autoritarismo do desenho das cidades brasileiras e uma visão de cidadania instrumentalizada para criar a imagem da cidade perfeita, aquela que só poderia representar os cidadãos ideais.

Segundo Bernardo Pinto Monteiro (1899-1902), ao definir os anseios por trás do empreendimento mineiro, a cidade não primaria “somente pela sua beleza topográfica, pela sua arquitetura, pela sua higiene e por tudo quanto constituem o ideal moderno de um núcleo populoso”, mas “devia servir também de espelho, onde refletissem as grandezas do Estado”.³⁰⁷

Na Belo Horizonte, planejada e executada por engenheiros, o espaço que engloba as ruas e praças foi deliberadamente articulado a partir da conjugação entre espaço livre, centro administrativo e deslocamento de pessoas. No plano de Aarão Reis, as ruas foram dimensionadas para ter 20 metros de largura e arborização nas laterais; enquanto as avenidas deveriam ter 35 metros de largura e arborização

³⁰⁶ “Brasília é a conclusão das experiências feitas neste país por um século. Das novas cidades, das cidades cosmopolitas. A cerca de 120 quilômetros de Brasília, Goiânia começou há vinte e cinco anos em um aeródromo de selva, e os pioneiros atraídos pelas minas chegaram lá. Belo Horizonte, que se tornou em 1897 a capital do estado de Minas, desenvolveu em cinquenta anos uma cidade industrial de mais de quatrocentos mil habitantes: foi criada a partir do zero, com um plano quadriculado que agora envolve bairros periféricos repletos de arranha-céus. Nós não tínhamos visto o suficiente. Um lago artificial, à beira do qual se ergue a graciosa e educada capela da Pampulha (obra de Niemeyer), foi acrescentada à paisagem. Será o mesmo em Brasília, onde a transformação do sítio não será menos completa (nas colinas circundantes, queimamos a savana para preparar o solo). O excesso de Brasília talvez seja a regra nos trópicos. Além disso, o crescimento louco do Rio e de São Paulo, proliferando em trinta anos como Chicago, tornou óbvia a “crise da cidade cosmopolita”. A originalidade de Brasília é associar pela primeira vez a uma companhia de “pioneiros” a presença da natureza e a preocupação da unidade monumental, que surgiu como remédios necessários à desordem contemporânea.” Tradução livre. CHASTEL. Brasília “Première capitale de la civilisation mondiale”?, op. cit.

³⁰⁷ MONTEIRO, Bernardo Pinto. Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas, 1900, p. 23.

central. Na zona suburbana, as ruas teriam 14 metros de largura e não contariam com arborização. Destaca-se, ainda, que, das 24 praças planejadas pelo engenheiro Aarão Reis, 16 foram previstas para a zona urbana e oito para a zona suburbana.³⁰⁸

As previsões de Aarão Reis e de toda sua comissão construtora eram baseadas em construir uma cidade, considerando especialmente sua zona urbana, ocupada por funcionários públicos e membros da elite mineira. A cada região, uma atribuição às vias públicas, uma mesma função clara e objetiva: facilitar o deslocamento e funcionar enquanto eixo para transporte rápido e direto, como serve de exemplo a Avenida Afonso Pena, que corta a Cidade de norte a sul. Tal plano, amplamente debatido e criticado por profissionais de diferentes partes do país, permaneceu com seus princípios sólidos, tanto em relação ao traçado quanto à noção de espaços livres.

Arrisco-me a dizer que Brasília representa a continuidade da crença na força das cidades enquanto agentes civilizadores, assumindo a conjugação entre espaço público e interesse privado, que teve início com a Capital Belo Horizonte, uma referência à reapropriação do passado colonial e à manutenção de expectativas positivas em relação à industrialização.

Essas concepções de cidade, modernas e modernizadas, mas de essência pouco democrática a despeito das diferenças em seus projetos e execução, apresentam não só princípios presentes na formulação do urbanismo que podem ser relacionados, mas também problemas e dificuldades semelhantes. Questões como a baixa densidade e polarização na relação centro e periferia são evidentes. No caso de Belo Horizonte, a Capital planejada para 200 mil habitantes só manteve um progressivo aumento na ocupação a partir da década de 1920, apresentando até o final dos anos 1950 uma proporção de ocupação bem inferior àquela ocorrida na zona suburbana, que ocorreu com grandes diferenças em relação ao previsto para a expansão da Cidade. Em Brasília, até hoje acompanhamos o baixo índice de ocupação do plano piloto da cidade e uma polarização mais agressiva entre a ocupação da região principal e da periferia. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), por exemplo, revelam que a ocupação do plano piloto em relação

³⁰⁸ Para um estudo mais aprofundado sobre os espaços públicos em Belo Horizonte até os anos de 1930, verificar OLIVEIRA. **A nova capital em movimento**, op. cit.

ao Distrito Federal teve significativo decréscimo até 1996, quando a população chegou a 13,26%, perdendo em números para todas as regiões periféricas.³⁰⁹

Sem a intenção de apontar detalhadamente semelhanças no design do plano urbano ou de suas edificações, embora possam ser reconhecidos concepções e valores urbanísticos semelhantes, compreendo que a materialidade das duas cidades só pode ser relacionada enquanto documento que remete ao valor simbólico e à dimensão abstrata do espaço público de ambas. Lucio Costa deixara claro, por exemplo, o lugar importante do automóvel em sua visão de urbanismo e no plano de Brasília.³¹⁰ Nesse sentido a crítica de Peter Hall sobre Brasília, quando afirma que o projeto do arquiteto não visara resolver conflitos entre pedestre-automóvel,³¹¹ está equivocada. Ela não reconhece que a cidade brasileira, desde a emergência da nova arquitetura e o protagonismo de arquitetos como Niemeyer ou Lucio Costa, teria aceito a abertura de vias e construção de eixos viários como um processo humanizador, complementar à arquitetura.

Entre Belo Horizonte e Brasília, essas duas cidades capitais, não é difícil identificá-las como expressão dos centros urbanos contemporâneos: a vocação para o fluxo de veículos fazendo com que as ruas determinem os quarteirões, ou os blocos de habitação. Nessa repetição encontramos uma significativa perda de referências ao espaço público em sua essência política, cuja relevância está nas possibilidades de apropriação por parte da sociedade. As cidades são tomadas por espaços livres de circulação que pouco dialogam com as demandas de seus habitantes. Esse paralelo entre as duas cidades evidencia que, independentemente do desenho urbano em localidades e em temporalidades distintas, nem a tentativa de inovação nem a de ruptura com o passado puderam equiparar interesse público e privado.

³⁰⁹ IBGE Cidades: Brasília. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>. Acesso em: 31 nov. 2017.

³¹⁰ “Fixada assim a rede geral do tráfego automóvel, estabeleceram-se, tanto nos setores centrais como nos residenciais, tramas autônomas para o trânsito local dos pedestres afim de garantir-lhes o uso livre do chão, sem, contudo, levar tal separação a extremos sistemáticos e anti-naturais pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família”. BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília**: sete projetos para uma capital. Fotografia de Nelson Kon. São Paulo: Cosac Naify: Imprensa Oficial: Museu da Casa Brasileira, 2010.

³¹¹ HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX. São Paulo: Perspectiva, 1988. p. 255.

4 Considerações finais: Uma história da cidade entre rupturas e descontinuidades

“Aqueles que acreditavam no crescimento econômico contínuo e linear insistiram, ao longo do último século, que a cidade – como a conhecemos – não tem futuro”.³¹²

As possibilidades de elaboração de uma história linear e contínua a partir e sobre as cidades, dos atores que a constroem, assim como daqueles que nelas se instalam, são múltiplas. Esse tipo de história tende a enfatizar o *zeitgeist*³¹³ de um determinado espaço-tempo que pode ser articulado na promoção de memórias e esquecimentos, nas histórias de vencedores e vencidos, o que acontece, muitas vezes, de maneira dualista e comparativa.³¹⁴ Mesmo assumindo que “modernidade” é um conceito de anatomia multifacetada, e com diversas possibilidades de interpretações no caso brasileiro, constatei que esse conceito também foi aporte de inserção e interlocução entre culturas urbanas – especialmente àquelas ligadas aos campos da arquitetura, artes e literatura – em narrativas apegadas à noções de progresso e desenvolvimento.

Contra esse jogo de dualismos, há, com menos força e maiores riscos, a possibilidade de assumir uma História destituída de previsibilidades, desordenadora e desencadeadora de eventos. O maior risco em buscar sentido na produção que conjuga pluralidade de objetos, cruzamentos de temáticas, é o de não obter aceitação crítica, sobretudo a partir do contexto contemporâneo no qual historiadores podem, mais do que nunca, acessar dados em um volume nunca antes imaginado. Tempos de Internet, quando a importante e massiva difusão da informação científica nos força ao exercício da seleção e crítica mais apurado.

³¹² RYKWERT. **A sedução do lugar**, op. cit., p. 22.

³¹³ *Zeitgeist* é um termo alemão cuja tradução significa espírito de época, espírito do tempo.

³¹⁴ Sobre este ponto, reafirmamos a crítica de Serge Gruzinsky às análises comparativas: “Para limitar o etnocentrismo e ampliar os nossos horizontes, a história comparada pareceu uma alternativa possível. Mas as perspectivas que propõe podem ser enganosas. A seleção dos objetos que têm de ser comparados, dos quadros e dos critérios, as perguntas, as mesmas *grilles* de interpretação continuam sendo tributárias de filosofias ou de teorias da história que muitas vezes já contêm as respostas às questões do pesquisador”. GRUZINSKI. O historiador, o macaco e a centaura, op. cit., p. 322.

O interesse em confrontar historiografias sedimentadas e atentar para possíveis dissensos que possam ter sido deixados de lado, ou que deixaram escapar o lugar político do historiador na formulação de narrativas sobre o espaço, foi, talvez, o maior objetivo na elaboração deste trabalho. Outro desafio que perpassa o ofício historiográfico no século XXI é a necessidade de fazer uma autocrítica em relação aos eurocentrismos que atingem nossas atividades e produções acadêmicas com bastante intensidade. Nesse sentido, a percepção da multiplicidade de recortes dentro de uma periodização aceitável que nos leva de Belo Horizonte, no final do século XIX, ao contexto em que Brasília é viabilizada, em meados do século XX, indica que a multiplicidade de sentidos possíveis para as terminologias apropriadas em meios técnicos, tais como *modernidade*, *modernização*, *desenvolvimento* e *progresso*, foi instrumento que favoreceu tanto classes políticas como grupos dominantes que imaginavam as cidades como elemento fundamental na consolidação de seus interesses.

O discurso da modernização tende a ser fortemente demarcado por um caráter reconhecido como totalizador e homogeneizador, e se estrutura, na maioria das vezes, sobre preceitos colonialistas articulados para confrontação de algum suposto atraso. A emergência dos modernismos no contexto latino-americano, por sua vez, reflete os processos internos de redefinição urgente na identidade que, ao longo deste trabalho, foi fundamental para nos ajudar a entender a pluralidade de percepções para além de visualizar um fio condutor. É o caso da análise aqui apresentada, que se direciona para Belo Horizonte e Brasília, com ênfase e síntese nos conflitos entre público e privado, independentemente de qualquer aproximação morfológica ou estética entre eles.

Embora público e privado sejam definições abertas e apropriadas de diferentes maneiras, o momento, retratado entre 1894 e 1961, foi marcado pela realocação de grupos sociais nos espaços urbanos, que cresceram de maneira vertiginosa em praticamente todo o país. Os investimentos em expansão de vias encurtaram a distância dentro das cidades, o que facilitou sua expansão, e a presença cada vez maior do automóvel particular impactou profundamente o significado do espaço de uso público em áreas urbanas que foram reconfiguradas tendo em vista o lugar direcionado para o pedestre e os lugares de lazer. Brasília foi concebida com uma visão particular de vias públicas, com soluções individualizadas para automóveis e pedestres que rebatem todos os modelos tradicionais de cidade, inclusive aqueles

baseados nas concepções positivistas e racionalistas, exatamente como aquela que sustentou a construção de Belo Horizonte.

A atuação do Estado nesse período também foi fundamental, de Belo Horizonte a Brasília, mas em condições diferentes. Na década de 1890, em Minas Gerais acontece um debate acirrado com interesses bem delimitados em âmbito regional e nacional, direcionado para a discussão a respeito da unificação do território e da renovação urbana, arquitetônica e simbólica perante os outros estados da federação. A Capital mineira surgiu controlada pelo Estado republicano e administrada por prefeitos nomeados e diretamente comprometidos com as forças políticas dominantes. Coube ao Estado de Minas distribuir os lotes entre os funcionários públicos e administrar a sua venda, que não funcionou devidamente no início da ocupação de Belo Horizonte, uma vez que muitos funcionários se recusaram a se mudar para a Nova Capital e os demais lotes permaneciam caros, dificultando sua aquisição até mesmo pela classe média.

Nesse aspecto, as décadas de 1940 e 1950 foram fundamentais para avanços significativos na gestão de municípios brasileiros, sobretudo no Sudeste. A criação dos Departamentos de Urbanismo via decreto, no Rio de Janeiro em 1945 e em São Paulo em 1947, afirmou a institucionalização do urbanismo em âmbito municipal, como destacado por Faria e Cerasoli, processo que remete à conjuntura profissional e institucional em construção no século XIX.³¹⁵ Como mencionado anteriormente, Juscelino Kubitschek foi o último prefeito nomeado pelo governador de Minas Gerais da época e cumpriu integralmente seu mandato (1940-1945) nessa função. Dessa forma, Otacílio Negrão de Lima foi o primeiro prefeito eleito por voto popular, em 1947, e permaneceu até 1951. Em seguida, a gestão do prefeito Américo Renné Gianetti (1951-1954), empossado nesse mesmo ano, foi responsável pela criação do Serviço do Plano Diretor da Prefeitura (SPD) e orquestrou estudos de maior

³¹⁵ “A institucionalização do urbanismo no âmbito das administrações municipais compreende uma conjuntura profissional e institucional em construção desde o século XIX, com as primeiras Comissões de Melhoramentos, como a do Rio de Janeiro na década de 1870; as Diretorias de Engenharia e Obras Públicas, onde uma primeira geração de engenheiros-urbanistas desenvolveu suas atividades; as Seções de Cadastro e Urbanismo, como a organizada durante a atuação do engenheiro Victor da Silva Freire em São Paulo na década de 1920; as missões de Planos da Cidade, já no contexto histórico do Estado Novo; ou ainda as experiências autorais individuais, tais como de Nestor de Figueiredo e seu Plano para João Pessoa.” FARIA, Rodrigo Santos de; CERASOLI, Josianne Francia. Editorial: Urbanistas e Urbanismo no Brasil. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 1-5, out. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635084>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

relevância, em especial aqueles voltados à expansão de vias, como a Avenida Presidente Antônio Carlos e a Avenida Pedro II.

Podemos perceber que em Belo Horizonte foi ampliada a autonomia da gestão municipal nos anos que antecederam o golpe militar de 1964, sendo que, em um curto intervalo de tempo, no ano de 1958, o primeiro estudo sistemático da estrutura urbana de Belo Horizonte havia sido lançado. Esse estudo foi encomendado à Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS) na gestão do prefeito Celso Melo Azevedo (1955-1959). A SAGMACS, empresa fundada em 1947 no Brasil pelo padre dominicano francês Louis-Joseph Lebret, teve atuação no desenvolvimento e no planejamento urbano regional em diferentes cidades brasileiras³¹⁶. A empresa foi recontratada em 1961, na gestão do prefeito Amintas de Barros (1959-1963),³¹⁷ para elaborar, com base nesse estudo anterior, o relatório do Plano Diretor, que foi entregue em 1962.

À época, havia grandes expectativas quanto à elaboração do primeiro Plano Diretor da Capital, instrumento considerado fundamental para ser aplicado no intuito de corrigir e controlar o crescimento urbano de Belo Horizonte, que foi considerado “desorganizado”, como repercutiu o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro em 3 de agosto de 1961 (figura 50).

³¹⁶ A Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS) foi fundada pelo dominicano francês Louis-Joseph Lebret em 1947 destacando-se no Brasil como instituição de planejamento urbano. Sobre a atuação da SAGMACS no Brasil, ver as teses de ANGELO, M. **Les Développeurs**: Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo. 2010; e CESTARO, Lucas Ricardo. **A atuação de Lebret e da SAGMACS no Brasil (1947-1964)**: ideias, planos e contribuições. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015; bem como o trabalho de OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A SAGMACS no Brasil e o planejamento urbano em Belo Horizonte (1958-1962). **Revista História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 1, p. 338-360, mar. 2015.

³¹⁷ Lei nº 873, de 5 de julho de 1961 Art. 1º - Fica a Prefeitura de Belo Horizonte autorizada a celebrar com a S.A.G.M.A.C.S.- Sociedade para Análise e Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais, com sede em São Paulo, contrato para exame, estudo, planejamento e elaboração das medidas, projetos e planos setoriais, fornecimento e execução de croquis, plantas, cálculos e relatórios que comporão o Plano Diretor da Cidade, que a contratada apresentará completo para execução.



Figura 50 - Artigo sobre a assinatura do contrato entre Belo Horizonte e a Sagsmacs. Fonte: Correio da Manhã, no Rio de Janeiro em 3 de agosto de 1961, p. 5.

O Relatório do Plano Diretor de Belo Horizonte, apresentado ao prefeito Amintas de Barros, foi dividido em duas partes, sendo uma introdução com a conceituação adotada e uma orientação geral para o Plano Diretor. O documento continha diversas disposições para regular a expansão urbana da cidade, implantação de novos loteamentos, a regulamentação do uso e ocupação do solo e edificações,

uma proposta para melhoria do sistema viário, entre outras medidas.³¹⁸ As diferenças entre os estudos da SPD e as propostas apresentadas no Relatório da SAGMACS foram marcantes. Conforme se verificou, o SPD discorreu e atuou sobre a construção de vias, o que não abrangeu as condições da população, muito menos a distribuição de serviços pela Cidade. O Plano da SAGMACS, por outro lado, analisou com profundidade o espectro populacional da Cidade³¹⁹ e destacou a grave condição da população pobre. De acordo com esse relatório, 47% da população pobre encontrava-se em condições precárias: residindo em lugares com deficiências em relação aos equipamentos básicos urbanos, tais como abastecimento de água e coleta de esgoto, com condições precárias de habitação, sem assistência médica e equipamento escolar, entre outros³²⁰.

Com o golpe militar de 1964, a SAGMACS entrou em decadência, o que se estendeu até 1968, em virtude do cancelamento de diversos projetos pelo país, chegando ao encerramento do seu escritório em São Paulo. A execução de seu plano em Belo Horizonte foi diretamente afetada, embora houvesse interesse no planejamento urbano regional por diversos setores da sociedade, sobretudo aqueles ligados às organizações de base católica. O prefeito Jorge Carone Filho, que assumira a gestão municipal em 1963 após eleições tumultuadas no ano anterior, foi afastado em 1965 e, em seguida, após tentar se candidatar como deputado federal pelo MDB, teve seus direitos políticos cassados.

A atuação da SAGMACS em Belo Horizonte aconteceu com a mobilização de figuras comprometidas com o Movimento de Economia e Humanismo,³²¹ que tratavam como questão de primeira ordem a condição de vida na Capital. Essa posição alavancou e evidenciou a evolução socioeconômica da Cidade, chamando a atenção para o fato de que os investimentos constantes em ampliação de vias e obras monumentais não consideravam o crescimento e expansão nem a condição dos seus habitantes. Nesse contexto, nem mesmo os grandes projetos de construção de

³¹⁸ CESTARO. A atuação de Lebrete e da SAGMACS no Brasil (1947-1964), op. cit., p. 214.

³¹⁹ MINAS GERAIS. Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação; Plambel Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970**. Belo Horizonte, Brasil: [s.n.], 1979. p. 303.

³²⁰ Ibidem, p. 304.

³²¹ Para um estudo mais aprofundado sobre o Movimento de Economia e Humanismo, ver BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 249-266, ago. 2012.

conjuntos habitacionais visavam contemplar a população pobre, cada vez mais marginalizada.

Assim, encontramos na pluralidade de concepções de cidade um campo aberto de disputas. No caso de Minas Gerais, esse campo foi marcado por diferentes grupos que interagiam entre si e com a Capital. Entre eles, havia os políticos profissionais engajados em debates sobre o progresso e desenvolvimento, arquitetos e engenheiros buscando se estabelecer profissionalmente e a geração de modernistas mineiros que ocupavam cargos públicos. A população, no quadro das nomeações políticas e ausência de representatividade, possuía poucos recursos para exercer pressão e fazer valer uma cidade inclusiva e democrática.

O relatório de prefeito referente ao primeiro ano de mandato (1940-1941) de Juscelino Kubitschek é um exemplo importante de uma espécie de ampliação retórica sobre o desenvolvimento da Cidade. No documento, o prefeito assume a autoridade técnica a respeito da transformação urbana de Belo Horizonte. Trata-se do relatório em que mais intensamente se buscou legitimação para as escolhas do governo da Capital e no qual o prefeito menciona a construção da Pampulha como parte de obras de embelezamento que valorizariam o turismo na Cidade. Apesar de ser marcado pela construção da Pampulha, nomeada como “cidade satélite” em um de seus relatórios, JK descreve as obras implementadas na Cidade com entusiasmo e descrição apurada. Foram muitas aberturas de vias que se deram com a elaboração de um “plano de avenidas”, a fim de ampliar a distribuição econômica em relação à região metropolitana. As novas vias foram apontadas como condição para consolidação da Capital como cidade moderna e como a “cidade do asfalto”:

Ninguém desconhece a maneira pela qual a cidade se desenvolveu. Enquanto no centro se obedecia a um traçado geometricamente elaborado, os bairros, fora da avenida do Contorno, se formaram e cresceram ao longo do que primitivamente foram as estradas que demandavam o centro. Não se preocupou em traçar, para a periferia da chamada zona urbana, um plano urbanístico que atendesse às mesmas características da cidade propriamente dita. Como consequência desse desprezo, a capital foi crescendo desordenadamente nos bairros. Em contraste chocante, às avenidas e ruas amplas e retas, seguem-se ruas estreitas e sinuosas, de tráfego difícil e congestionado. Enfrentamos a situação encontrada, para que a cidade tivesse novos meios de progresso, para que no futuro não se tornasse difícil a solução desse problema, pela constante valorização que teriam os terrenos atravessados por tais avenidas. Pudemos, então, em menos de dois anos entregar à população uma série de avenidas novas e importantes, todas elas de relevo para o desenvolvimento da cidade. Visamos solucionar a questão não só para o presente, mas para o futuro, dentro do

princípio de que para uma cidade em crescimento como Belo Horizonte, a preocupação primordial deve ser a solução dos problemas do amanhã.”³²²

As narrativas do prefeito em relatórios e documentos oficiais destoavam de todas as anteriores e enfatizavam as noções de progresso e modernização como medidas preventivas, voltadas para um futuro positivo, quase como recomendações médicas a um paciente. Nessas narrativas ninguém menos que o prefeito poderia pensar e agir na formulação de medidas urbanas. Não obstante, a prefeitura era questionada por engenheiros e profissionais da área pelo excesso de burocratização ao licenciar obras na Cidade.

Ao questionar a pouca agilidade da Prefeitura da Capital na emissão de autorizações e na renovação do código de obras de 1940, os engenheiros e arquitetos atuantes na Cidade reivindicavam reconhecimento enquanto "verdadeiros construtores da nação". Eles também mencionaram a urgência de serem "considerados e tratados mais como colaboradores do progresso da Cidade do que simples aventureiros e contraventores de posturas municipais".³²³

Alguns anos antes, na década de 1920, jovens intelectuais mineiros, ligados às elites por laços familiares ou de amizade (tais como Mário Casasanta, Alberto Campos, Milton Campos e Abgar Renault), lideraram um movimento de renovação intelectual que ficou conhecido como “modernismo mineiro”. Esse grupo de intelectuais divulgou seu programa ideológico e estético no jornal situacionista o *Diário de Minas*. Os chamados modernistas, que tomaram conta do periódico, tinham completa liberdade literária, a despeito de pouca autonomia para lidar com temas políticos.³²⁴

Dessa forma, desde a década de 1920, os expoentes desse movimento se manifestavam por uma concepção de cidade, de espaço urbano que os contemplasse. Em seus escritos publicados nessa mesma década, é perceptível uma oscilação entre

³²² BELO HORIZONTE. Relatório do primeiro ano da administração municipal no quadriênio iniciado em 1941. Juscelino Kubitschek de Oliveira, p. 15.

³²³ DE PAOLI, Alfredo. Sugestões para regulamento de obras da Capital. **Revista Mineira de Engenharia**, n. 58, dez. 1952. p. 23.

³²⁴ CURY, Maria Zilda Ferreira. **O Diário de Minas (1920-1925): um caminho do Modernismo em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

uma percepção de Belo Horizonte como metrópole moderna, ou quase, e outra que a considerava fechada e provinciana.³²⁵

Assim, a “modernidade” dos literatos mineiros assumiu um primeiro aspecto de projeto de renovação intelectual. Drummond, Emílio Moura e João Alphonsus se destacaram na luta pela renovação literária. Os outros integrantes do grupo modernista, tais como Abgar Renault, Martins de Almeida, Gabriel Passos, Gustavo Capanema, Alberto Campos, Mário Casasanta, tiveram participação importante nos debates intelectuais da época, mas ao mesmo tempo não tomaram parte nos lances mais ousados do grupo: os editoriais e debates de *A Revista*, o *modernismo à sorrelfa* das crônicas e artigos no *Diário de Minas*.

As conversas sobre arte, literatura e política se davam nas mesas dos cafés e bares frequentados pela turma de moços “dados às letras”. Encontravam-se no final da tarde, após o expediente burocrático diurno, sentavam-se às mesas de mármore do Café Estrela³²⁶ e passavam horas e horas discutindo os temas de predileção, gastando pouco, pois a sua condição de estudantes e funcionários públicos não os deixava muitas alternativas além do café com pão e manteiga e, excepcionalmente, uma cerveja *glacée*, quando tinham um pouco mais de dinheiro³²⁷.

Entre os anos 1940 e 1960, a preocupação dos setores hegemônicos em solidificar a imagem de Belo Horizonte como uma metrópole moderna entrou em conflito com o título de “cidade burocrática” que a Capital passou a carregar; assim como com a desconexão de grupos de trabalhadores e populares que raramente eram associados à imagem da cidade, pois, como bem destacou Fernando Correia Dias em 1938, a população nos limites da Avenida do Contorno era predominantemente constituída pela classe média e pelo funcionalismo público:

³²⁵ DIÁRIO DE MINAS. A Cidade do Tédio, Carlos Drummond, 27 maio 1921.

³²⁶ O Café Estrela, que existira na Rua da Bahia, foi ponto de encontro dos intelectuais mineiros que, na década de 1920, integraram o movimento modernista literário, tais como Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Abgar Renault, Milton Campos, Pedro Nava.

³²⁷ Sobre o processo de constituição do campo intelectual e artístico em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX, ver: GUIMARÃES, João Ivo Duarte. 2011. **A emergência do campo artístico em Belo Horizonte**: décadas de 20 e 30. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofias e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

Passam bondes e automóveis. Os bondes vão para o centro da cidade “com gente do comércio, da indústria, do ensino”. Industriários, comerciários, alunos e professores – naturalmente. “Caixas, caixeirinhas, datilógrafos, com os lábios pintados às pressas mal pintados”. Vão também “chefes de escritórios, caixeiros, pessoas mais velhas, indefinidas e graves; colegiais dos dois sexos, uniformes militarizados de brim caque, ou saia azul blusa branca, os rapazinhos fazendo uma algazarra enorme”. Outros ficaram dormindo. São “pais dos colegiais, das caixeirinhas, dos caixas”. Moram por ali, perto da Praça, nas ruas de que veio o bonde. Podem dormir mais. São os burocratas, alguns já se aproximando da aposentadoria, filhos “já bem ingressados na burocracia”. Alguém comenta no bonde: “este bairro dos funcionários é o centro da preguiça”. Os bondes levam, pois, a classe média.³²⁸

As cidades, como constataam os estudos urbanos, são criações materiais e que possibilitam trocas, conflitos, dissensos, além de formas de vida diversas. Paradoxalmente, elas podem funcionar para integrar e segregar, dar sentido e confundir. São compostas por sobreposições de camadas de sentidos com múltiplas possibilidades de entendimento que nos levam além da sua materialidade. A Belo Horizonte fundada com as ambições do Estado, que legitimou trajetórias de políticos, também viu serem formados intelectuais que contribuíram para formação do meio cultural.

Essa rede de interações tem importância tanto simbólica como material. Constitui-se da sobreposição de narrativas à sobreposição de tijolos com argamassa, construção de edifícios e traçado de ruas. Sem os conflitos entre a idealização da cidade republicana progressista do século XIX com a cidade moderna do início do século XX, dificilmente teríamos vontade política para expansão do vetor norte, para construção do conjunto arquitetônico da Pampulha. Não esqueçamos o papel do interesse privado na atribuição de novos significados ao espaço urbano. A verticalização, no caso de Belo Horizonte, ocorreu a partir do alinhamento quase perfeito entre interesse público e privado, este último representado por figuras de empresários, como Joaquim Rolla, que eram apresentados como visionários interessados apenas no progresso. Aliás, em Minas Gerais, a missão para o progresso perdeu sua potência atribuída aos engenheiros para ganhar força nas ações propositivas de políticos e empresários.

A relação entre as expectativas em torno da vida urbana e a cidade efetivamente construída também se constitui como pilar dessa materialidade, que

³²⁸ DIAS, Fernando Correia. **João Alphonsus, tempo e modo**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1965. p. 168.

precisa sempre ser revisitada, sobretudo à luz das questões do nosso tempo. Ao longo deste trabalho, busquei estabelecer esses diálogos fundamentado em alguns enfrentamentos e releituras. Como versou a poetisa Henriqueta Lisboa, “uma cidade é um imperativo a um tempo humano e desumano”. Tempo múltiplo, simultâneo e não linear.

Referências

Bibliografia

ABREU, Márcia (Org.). **Romances em movimento**: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). Campinas: Editora da Unicamp, 2016. 436p.

ADELMAN, Jeffry. **Urban Planning and Reality in Republican Brazil**: Belo Horizonte, 1890-1930. Ann Arbor, Mich: University Microfilms, 1975.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na periferia de Belo Horizonte. UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. 443p.

ALEX, Sun. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008. 291p.

ANGELO, M. **Les Développeurs**: Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo. 2010;

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Guimarães Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 330p.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. 208p.

ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz. **Belo Horizonte**: um espaço para República. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 1989. 216 p.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 352p.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990. 379p.

ATIQUE, Fernando. **Arquitetando a "Boa Vizinhança"**: a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano, 1876-1945. 2007. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19112010-154556/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ATIQUE, Fernando. Profissão, estilo e causa: um olhar sobre os primeiros Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Paulo: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/935>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: _____. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas III**. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1995. 271p.

BENJAMIN, Walter. **Écrits Français**. Paris: Gallimard, 2003. 400 p.

BENJAMIN, Walter. **Dernières Lettres**. Paris: Éd. Payot & Rivages, 2014. 240 p.

BENJAMIN, Walter. **Paris, capitale du XIXe siècle**. Paris: L'Herne, 2007.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 4. ed. Trad. Floriano Fernandes: Petrópolis: Vozes, 1978. 247 p.

BERTONI, Angelo. A engenharia sanitária a serviço do urbanismo. **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, v. 2, n. 22, 2016.

BERTONI, Angelo. **Les architectes et la naissance de l'urbanisme de Plan**: pratiques locales, réseaux nationaux et transnationaux en France et Europe francophone (1880-1920). Sous la direction de Christian Topalov et de Donatella Calabi. Soutenue em 2006 à Paris, EHESS en cotutelle avec l'Università di Venezia Ca Foscari. 518f.

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994. 204p.

BORSAGLI, Alessandro. **Rios invisíveis da metrópole mineira**. Belo Horizonte: Clube dos Autores, 2016. 430p.

BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 249-266, ago. 2012.

BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.9, n.12, p.11-33, 2º sem. 2007.

BOYER, M. Christine. **The City of Collective Memory**: Its Historical Imagery and Architectural Entertainments. Cambridge, MA: MIT, 1996. 560p.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990, p. 149-168.

BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília**: sete projetos para uma capital. Fotografia de Nelson Kon. São Paulo: Cosac Naify: Imprensa Oficial: Museu da Casa Brasileira, 2010.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 400p.

BRESCIANI, Maria Stella M. As sete portas da cidade. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, p. 10-15, 1981.

BRESCIANI, Maria Stella M. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (A Cidades no Século XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Editora Marco Zero, v. 5, nº 8/9, p. 36-40, 1984/85.

BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República: liberalismo versus positivismo. Brasil: 1870-1900. **Revista USP**, v. 17, p. 122-135, 1993.

BRESCIANI, M. Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, M. Stella (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella M. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 2, p. 9-26, nov. 2004.

BRESCIANI, Maria Stella M. Améliorer la ville: interventions et projets esthétiques. São Paulo 1850-1950. In: WALD, Paul; LEIMDORFER, François. **Parler en ville, parler de la ville**: essais sur les registres urbains. France: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2004. p. 169-192.

BRESCIANI, Maria Stella M. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005.

BRESCIANI, Maria Stella M. A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? In: FREITAS, José Francisco B.; MENDONÇA, Eneida Maria (Org.). **A construção da cidade e do urbanismo**: ideias têm lugar? Vitória: EDUFES, 2012.

BUENO, Antônio Sérgio. **O modernismo em Belo Horizonte**: década de vinte. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. 205p.

CALABI, Donatella. **História do urbanismo europeu**: questões, instrumentos, casos exemplares. São Paulo: Perspectiva, 2012. 422p.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira**: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese (doutorado), 2007, 434p.

CALDEIRA, Junia Marques. **Praça**: território de sociabilidade; uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. 1998. 211f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

CAPELLO, M.; LEITE, L. Oscar Niemeyer pelo complexo arquitetônico de Pampulha: uma análise à sua recepção na imprensa nacional e internacional. **Revista Horizonte Científico**, v. 5, n. 2, p. 12, 2011.

CARDOSO, Adauto Lúcio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN. **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 53-78.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 143p.

CARPINTÉRO; CERASOLI. História. **Questões & Debates**, n. 50, p. 61-101, 2009.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação Liberdade, c2002.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG: Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento MG, 1998. 309 p.

CERASOLI, Josianne Francia. **A grande cruzada: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira República**. 1998. 265f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

CERASOLI, Josianne Francia. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX**. 2004. 423f. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CESTARO, Lucas Ricardo. **A atuação de Lebrecht e da SAGMACS no Brasil (1947-1964): ideias, planos e contribuições**. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015;

CHAUDOIR, P. La rue: une fabrique contemporaine de l'imaginaire urbain. **Culture & Musées**, v. 12, n. 1, p. 51-64, 2008.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia**. Tradução de Dafne Nascimento Rodrigues. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, c2005. 350p.

COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura 1980-87**. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2004. 253p.

CONTRAVENTO. São Paulo: Núcleo do Grêmio da Fac. de Arquitetura e Urbanismo da USP, n 2, 2004.

COSTA, Eduardo Augusto. **Brazil builds e a construção de um moderno, na arquitetura**. 2009. 291f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

COSTA, Lucio. **Arquitetura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. 152p.

CURY, Maria Zilda Ferreira. **O Diário de Minas (1920-1925): um caminho do Modernismo em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

CURY, Maria Zilda Ferreira. **Horizontes modernistas: O jovem Drummond e seu grupo em papel jornal**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. 232p.

DULCI, Otavio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 301p.

ETLIN, Richard A. **Symbolic Space: French Enlightenment Architecture and Its Legacy**. Chicago: U of Chicago, 1994. 235p.

EXPOSIÇÃO de Arte Moderna (1944: Belo Horizonte, MG). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento80498/exposicao-de-arte-moderna-1944-belo-horizonte-mg>>. Acesso em: 23 mar. 2017. Verbete da Enciclopédia.

FARIA, Rodrigo Santos de; CERASOLI, Josianne Francia. Editorial: Urbanistas e Urbanismo no Brasil. **URBANA**: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 1-5, out. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635084>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 295p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 291p.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A alma do tempo: memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. 427p.

FRANCO, Maria Sílvia. **As ideias estão no lugar**. São Paulo: Brasiliense, 1976. (Cadernos de Debates, n. 1.)

FREITAS, Guilherme. Crítica Beatriz Sarlo fala sobre 'Modernidade periférica' (entrevista). **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1-3, 2 out. 2010.

GIANNETTI, Ricardo (Org.). Henrique Bernardelli em Ouro Preto: contribuição ao trabalho de Celita Vaccani. **19&20**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 4, out. 2009.

GOMES, Leonardo Jose Magalhães. **Memória de ruas: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte**. 2. ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2008. 302 p.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; LIMA, Fábio José Martins. Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999. p. 120-140.

GORELIK, Adrian. **La grilla y el parque**: espacio publico y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998. 455p.

GORELIK, Adrian. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, W. M. **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 359p.

GORELIK, Adrian. **Das vanguardas a Brasília**: cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 190p.

GRUZINSKY, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. **Estudos Avançados**. [S.l: s.n.], 2003.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

GUIMARÃES, Berenice Martins. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: RIBEIRO, L. C. De Q.; PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GUIMARÃES, João Ivo Duarte. 2011. **A emergência do campo artístico em Belo Horizonte**: décadas de 20 e 30. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofias e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações para uma sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2007. 578p.

HAUSSMANN, Georges-Eugène. **Mémoires du Baron Haussmann**: Grands Travaux de Paris. Paris: Durier, 1979.

HÉNARD, Eugène; COHEN, Jean-Louis. **Etudes sur l'architecture et les transformations de paris**: autres ecrits sur l'architecture et l'urbanisme. Paris: De La Vilette, 2012. 352p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 220p.

JOYEUX-PRUNEL, B. LES TRANSFERTS CULTURELS: Un discours de la méthode. **Hypothèses**, n. 2002/1, p. 149-162, 2002.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: Horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 49-118.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos histórico. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio; Contraponto, 2006. 366p.

KOURNIATI, M. La rue dans la pensée architecturale “moderne”. **Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques**, v. 17, n. 13, 1996.

L'UNION DE VILLES ET COMMUNES BELGES. 1er Congrès International et Exposition Comparée des Villes. Bruxelles: Union Internationale Des Villes, 1913. [encadernação].

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 307p.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007, 376p.

LEMOS, Celina Borges. Construção simbólica dos espaços da cidade. In: MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. **Belo Horizonte**: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: Cedeplar, 1994. p. 29-50.

LEMOS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano**: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988. v. 1.

LEPETIT, B. Le travail de l’histoire (note critique). **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 1996. p. 525-538.

LEPETIT, B.; SALGUEIRO, H. A. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Editora da USP, 2001. 323p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 400p.

LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da capital: apontamentos históricos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, 1905.

LINHARES, Joaquim Nabuco; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte 1895-1954**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995. 587p.

LIRA, José. **Warchavchik**: fraturas da vanguarda. São Paulo: Cosac Naify, 2011. 550p.

LUZ, Madel T. **Natural, racional, social**: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 151p.

MELLO, Ciro Flavio Bandeira de. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH**: horizontes históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. 342p.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Prefácio: Cidade capital, hoje?. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Cidades capitais do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 9-18.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise *et al.* (Dir.). **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: PUF, 2010.

MUNIZ, Durval. Ritual de Aurora e de Crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiro e multiplicado ou as antinomias da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, 2003.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. 183p.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto**: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. 2007. 239f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000402798>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

NORA, Pierre. Entre a memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, 1993.

NORONHA, C. R. **Área Central de Belo Horizonte**: arqueologia do edifício vertical e espaço urbano construído. Dissertação (Mestrado em História). 1999. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. **A nova capital em movimento**: a reconfiguração dos espaços públicos em Belo Horizonte (1897-1930). 2012. 207f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. Na sombra da construção da Nova Capital de Minas: o documento-indicador de um conflito. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 17, p. 117-125, ago./dez. 2010.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A SAGMACS no Brasil e o planejamento urbano em Belo Horizonte (1958-1962). **Revista História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 1, p. 338-360, mar. 2015.

OLSEN, Donald J. **The City as a Work of Art: London, Paris, Vienna**. New Haven: Yale UP, 1986. 341p.

PALTI, E. Lugares y no lugares de las ideas en América Latina. In: _____. **El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

PAPAYANIS, Nicholas. **Planning Paris Before Haussmann**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

PAQUOT, Thierry. **L'espace Public**. Paris: La Découverte, 2009. 128p.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In.: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 26-67.

PEREIRA, Luisa Rauter. Povo/Povos. In.: JÚNIOR, João Feres (Org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 203-224

PEREIRA, Renata Baesso; AZEVEDO, Ricardo Marques de. **Arquitetura das esquinas de Belo Horizonte**. 2000. 237f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2000.

PINHEIRO FILHO (Org.). **A Escola de Minas**. Ouro Preto: Oficinas Gráficas da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, 1959. p. 50-57.

PINON, Pierre. Le double mythe Haussmann. In: CONGRÈS DE LA SOCIÉTÉ DES ÉTUDES ROMANTIQUES ET DIX-NEUVIÉMISTES: LA VIE PARISIENNE, 3., 2007, Paris, 2008. **Annales**, p. 2-3. Disponível em: <<http://etudes-romantiques.isht-lyon.cnrs.fr/vieparisienne.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. **A Torre Kubitschek**: trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil. 1989. 187f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilhadores e semeadores**: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Editora 34, 2000. 262 p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre a história da urbanização – história urbana. **Espaço & Debates**, São Paulo, Cortez, 1991.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, PECHMAN, R. (Org.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 447p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 15-22.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. 535p.

RIOT-SARCEY, M.; BOUCHET, T.; PICON, A. **Dictionnaire des utopies**. Paris: Larousse, 2008. 296p.

ROMERO, José Luis. **La ciudad occidental**: culturas urbanas en Europa y América. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009. 336p.

ROTENBERG, Robert Louis; MCDONOGH, Gary W. **The Cultural Meaning of Urban Space**. Westport, CT: Bergin & Garvey, 1993.

RYKWERT, J. **A sedução do lugar**: a história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 399p.

ROUEDE, Émile. A Igreja de Curral Del-Rei e o Espírito de Minas. In: ARAUJO, Laís Correa. **Sedução do horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadão. In.: JÚNIOR, João Feres (Org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009 p. 43-64.

SANTOS, F. C. Ocaso do projeto: o "caso" do conjunto JK. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 10, p. 183-193, 1998. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/6422>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Arquitetura e ideologia de uma capital: Belo Horizonte e a obra de José de Magalhães. **Revista Comunicações e Artes**, v. 14, n. 21, p. 47-59, ago. 1989.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. A volta da história, nova edição. In: BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte, memória histórica e descritiva, vol. I**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 38. (Coleção Mineiriana)

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis**: o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 288p.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **La casaque d'Arlequin**: Belo Horizonte, une capitale éclectique au 19 siècle. Paris: Éd. De l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1997. 474p.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Cidades capitais do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 135-181

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Cidades capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelo. São Paulo, SP: Edusp, 2001. 181p.

SARLO, Beatriz. ARLT: Cidade Real, cidade imaginária, cidade reformada. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). **Literatura e história na América Latina seminário internacional**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 225.

SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica**: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo: Cosac Naify, 2010. 531p.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 2000. 236p.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do publico**: jardins no Brasil. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP, 1996. 255p

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002. 224p.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? **Projeto História**, PUC-SP, 24, junho de 2002.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 37-58.

SENA, Lucia Lamounier. **Interlocuções centenárias**: o poder público no centenário de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Departamento de Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447p.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 420p.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SILVA, Regina Helena; FRANÇA, Vera Regina Veiga. Belo Horizonte fez 100 anos. **Projeto História**, n. 17, 1998.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 11-25.

SIMMEL, Georg. **La tragédie de la culture**: et autres essais. Précédé d'un essai de Ladimir Jankélévitch. Paris: Rivages, 1997. 254p.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992. 239p.

SOUZA, Eneida Maria de. **Modernidades tardias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 205p.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Juscelino Prefeito. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Juscelino Prefeito (1940-1945)**. Belo Horizonte: PBH, 2002.

TINEM, Nelci. Arquitetura Moderna Brasileira: a imagem como texto. **Arquitextos**, São Paulo, ano 06, n. 072.02, maio 2006 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/352>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

TOPALOV, Christian. La ville «congestionnée». Acteurs et langage de la réforme urbaine à New York au début du XXe siècle. **Genèses**, v. 1, n. 1, p. 86-111, 1990.

TOPALOV, Christian. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? **Espaço & Debates: Cidade e História**, n. 34, p. 28-38, 1991.

TOPALOV, Christian. Territoires urbains contestés. **Genèses**, v. 16, 1994.

TOPALOV, Christian. La ville: postures, regards, savoirs. **Genèses**, v. 22, 1996.

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: PECHMAN; RIBEIRO (Org.). **Cidade, povo e nação**: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-51.

TOPALOV, Christian *et al.* (Org.). **L'aventure des mots de la ville**: a travers le temps, les langues, les societes. Paris: R. Laffont, 2010.

TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella (Org.). **A aventura das palavras da cidade**: através dos tempos, das línguas e das sociedades. Tradução de Alicia Novick. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII-XX). **História**, Franca, v. 30, n. 1, p. 3-36, jun. 2011.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília**: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: Editora da UnB, 2009. 351p.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. A capital controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 43, v. 2, jul./dez. 2007.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. O Republicanismo Mineiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. Natal, 22-26 jul. 2013. **Anais...** Natal: Anpuh, 2013.

WAISMAN, Marina. **O interior da história**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WEISTEIN, Barbara. Pensando a História fora da Nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista eletrônica da ANPHLAC**, n. 14, p. 13-29, jun. 2013

WHYTE, W. **The Transactions of the Royal Institute of British Architects Town Planning Conference**, London, 10-15 October 1910. [S.l: s.n.], 1911.

Fontes

A REVISTA, ano 1, n. 1, jul. Belo Horizonte: Typ. do Diário de Minas, 1925. 58p.

A REVISTA, ano 1, n. 2, ago. Belo Horizonte: Typ. do Diário de Minas, 1925. 58p.

A REVISTA, ano 1, n. 3, jan. Belo Horizonte: Typ. do Diário de Minas, 1926. 58p.

ALMEIDA, Pe. Correia de. Imparcialidade Aarônica. **A folha**, Barbacena, 23 jul. 1893, p. 1.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Menino antigo**: Boitempo-II. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974. 171p.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Memória de José Bonifácio apresentada à Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil, junho de 1823, **Ant. Hist.**, tomo 1, p. 118

ANJOS, Cyro dos. **A menina do sobrado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. 394p.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva** - história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Culturais, 1995. 2v.

BELO HORIZONTE. **Legislação Municipal**, 1925.

BELO HORIZONTE. Mensagem ao Conselho Deliberativo apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro.

BELO HORIZONTE. Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 10 de outubro de 1928.

BELO HORIZONTE. Mensagem apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928.

BELO HORIZONTE. Relatório anual de apresentado pelo Prefeito Afonso Vaz de Melo ao conselho deliberativo da capital em setembro de 1924.

BELO HORIZONTE. Relatório anual de apresentado pelo Prefeito Afonso Vaz de Melo ao conselho deliberativo da capital em setembro de 1919.

BELO HORIZONTE. Relatório anual de apresentado pelo Prefeito Afonso Vaz de Melo ao conselho deliberativo da capital em setembro de 1920.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos. Setembro de 1923.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1912.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Antônio Carlos ribeiro de Arruda em 10 de setembro de 1906.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Benjamin Brandão em 10 de setembro de 1909.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob setembro de 1908.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1912.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob setembro de 1908.

BELO HORIZONTE. Relatório do primeiro ano da administração municipal no quadriênio iniciado em 1926. Christiano Monteiro Machado.

DE PAOLI, Alfredo. Sugestões para regulamento de obras da Capital. **Revista Mineira de Engenharia**, n. 58, dez. 1952,

DIÁRIO DE MINAS, 18 ago. 1917.

DIÁRIO DE MINAS, 18 mai. 1913.

DIÁRIO DE MINAS, 28 mai. 1916.

DIÁRIO DE MINAS, 03 mai. 1929.

DIÁRIO DE MINAS, 05 abr. 1920.

DIÁRIO DE MINAS, 05 abri. 1920.

DIÁRIO DE MINAS, 10 dez. 1920.

DIÁRIO DE MINAS, 10 dez. 1920.

DIÁRIO DE MINAS, 12 dez. 1920.

DIÁRIO DE MINAS, 24 jul. 1917.

DIÁRIO DE MINAS, 26 set. 1923.

DIÁRIO DE MINAS, 26 set. 1923.

DIÁRIO DE MINAS, 27 mai. 1921.

DIÁRIO DE MINAS, 29 ago. 1922.

DIAS, Francisco Martins. **Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte**. Belo Horizonte: Typ. de Bello Horizonte, 1897. 108p.

DIAS, Fernando Correia. **João Alphonsus, tempo e modo**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1965.

ESGOTOS DAS GRANDES CIDADES. Regras geraes a que devem satisfaser. Modo de realisa-los, pelo Dr. Francisco de Paula Bicalho. **Revista do Club de Engenharia**, n. 2, 1901.

ESTADO DE MINAS GERAES. **Constituição Política do Estado de Minas Gerais**. Ouro Preto, 15 jun. 1891.

ESTADO DE MINAS GERAES. Comissão Construtora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos**, abril 1895.

ESTADO DE MINAS GERAES. Comissão Construtora da Nova Capital. **Revista Geral dos Trabalhos**, Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1895.

ESTADO DE MINAS GERAES. Comissão Construtora da Nova Capital. **Revista Geral dos Trabalhos II**, Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1895.

FREIRE, Victor da Silva. **A planta de Bello Horizonte (A propósito da cidade salubre)**. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Cia. 1916, 18p.

FREIRE, Victor da Silva. Melhoramentos de São Paulo. **Revista Politécnica**, São Paulo, v. 6, n. 33, p. 91-145, 1911.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Omnibus**: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

GOODWIN, Philip L. **Brazil Builds**: architecture new and old, 1652 – 1942. Photographs by G. E. Kidder Smith. New York: Museum of Modern Art, 1943

INTERNATIONAL HOUSING AND TOWN PLANNING CONGRESS, 1928, Paris. Part II Programme and General Reports, 1928. 78 p.

L'UNION DE VILLES ET COMMUNES BELGES. 1er Congrès international et exposition comparée des villes. Bruxelles: Union Internationale Des Villes, 1913. [encadernação], p. XI.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação; PLAMBEL Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970**. Belo Horizonte: [s.n.], 1979.

NAVA, Pedro. **Balão Cativo/ memórias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sabiá, 1973.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. Minas do lume e do pão. In: _____. **Pequenos estudos de psicologia social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

PANORAMA de Belo Horizonte: atlas histórico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 103p.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua Brasileira por..., natural da provincia de Goyaz**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PLANO URBANÍSTICO. Biblioteca: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
 Objeto: Belo Horizonte - Minas Gerais. Disponível em:
<http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2780>. Acesso em: 4 ago. 2017.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Relação dos logradouros públicos da cidade**. Belo Horizonte, 1944.

REIS, Aarão. **Comissão d'Estudos das localidades indicadas para nova capital – Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna (presidente do Estado) pelo Engenheiro Civil Aarão Reis** – janeiro a maio de 1893, p.9.

RODRIGUES DE BRITO, F. Saturnino. **Notes sur le tracé sanitaire des villes (technique sanitaire urbaine)**. Preface du Dr. Edm. Imbeaux. – 1916.

THE TRANSACTIONS of the Royal Institute of British Architects Town Planning Conference, London, 10-15 October 1910. London: Routledge, 2011.

VERNE, Jules. **Paris au Xxe Siècle**: Roman. Paris: Le Grand livre du mois, 1994.

Coleção Centenário

ARAÚJO, Laís Corrêa de. **Sedução do horizonte**. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 244p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Panorama de Belo Horizonte**: atlas histórico. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. 103p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Belo Horizonte**: bilhete postal: Coleção Otávio Dias Filho. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2010. 208p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; BELO HORIZONTE (MG); COLEÇÃO BELO HORIZONTE. **Omnibus**: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1996. 380p.

LINHARES, Joaquim Nabuco; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte 1895-1954**. Belo Horizonte: UFMG, 1995. 587p.

MINAS GERAIS; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Saneamento básico em Belo Horizonte**: trajetória em 100 anos: os serviços de água e esgoto. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, 1997. 312p.

MINAS GERAIS; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **1º guia cultural de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Secretaria da Cultura de Minas Gerais, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. 403p.

PENNA, Octavio; MELLO, Maria Lúcia Brandão Freire de. **Notas cronológicas de Belo Horizonte, 1711-1930**. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. 276p.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis**: o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 288p.

SISTEMA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Belo Horizonte & o comércio**: 100 anos de história. Belo Horizonte: Sistema Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, 1997. 334p.


VIVACQUA, Eunice. **Salão Vivacqua**: lembrar para lembrar. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

RIBEIRO, Marília Andrés; SILVA, Fernando Pedro da. **Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. 500p.

Anexos

Anexo 1 – Carta do Dr. Aarão Reis ao Dr. Fernando Osório demandando informações sobre as cidades argentinas.

CC. Da. 3/010 HHA3009/L5 [01]

 *Prefeitura de Belo Horizonte*

Belo Horizonte, de de 192.....

INSPECTORIA DE EXPEDIENTE
E COMUNICAÇÕES
PROTOCOLLO

Flo. *448* Lcto. *85*

Data *17* de *2* de 19*38*

DOCUMENTO PRECIOSISSIMO

*(Carta do Dr. Aarão Reis ao Dr. Fernando
Osório, datada de 22 de outubro
de 1894)*

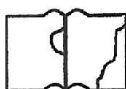
*Ar. Dr. A. Reis
15-2-38
Oliveira*

62 ⁷ [02]

22 Outubro

Ex.^{ma} Sr.^{re} Dr. Fernando Azevedo.

Embora não tenha a honra de
ser conhecido por V. Ex., a quem tam-
bém não tenha a fortuna de conhe-
cer pessoalmente, acredito que meu
nome não será totalmente desco-
nhecido para V. Ex.; e, como, demais, se
trata de objecto que interessa o
nosso Paiz, que V. Ex. ora representa
com brilhantismo no exterior, a-
nimo-me a dirigir a V. Ex. estas
linhas, ariscando-me mesmo ain-
da portugal e nos embaraços da partida.
Acho-me encarregado, pelo Gene-
ral



TEXTO DETERIORADO E/OU
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA
Damaged text.
Wrong binding

[03] 8

no do Estado de Minas Geraes, da
 direcção geral, technica e admini-
 strativa, da Commissão Construc-
 tora da Nova Capital, e, no intuito
 de dar a semelhante trabalho a
 maxima perfeição, desejo colligir
 tudo quanto, no estrangeiro, possa
 guiar-me e orientar-me bem.

E, por isso, tome a liberdade de
 sallicitar de V. Ex., que se acha col-
 locado na Rep. Argentina nas me-
 lhores condições, o especial obre-
 quio de obter e remetter-me quaes-
 quer dados, relativos as grandes ci-
 dades dessa Rep., que me possam ser
 uteis, tais como: plantas, perfis, vis-



TEXTO DETERIORADO E/OU
 ENCADENAÇÃO DEFEITUOSA

Damaged text.
 Wrong binding

tas, memorias, dados estatísticos, descrições técnicas, regras e posturas municipais, legislação e regulamentação policial, disposições sanitarias e hygienicas, &c.

E' oninha tũa apressar a primeira folha, para me permitiram os meus arduos encargos aqui, para dar um pulo até ali e examinar de visu as grandes bellas cidades modernas do lata; e, para uma projectada excursão, já conheci até o Dr. Affonso Penna, para irmos juntos; e, embora, porim, a realisar já, como tunciano, não por isso, me será menos prezioso o auxilio que pe-



TEXTO DETERIORADO E/OU
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA
Damaged text.
Wrong binding

[05] 10

co a Obz., que, melhor do que eu
 proprio indo, podera' colligir com fa-
 cilitade valiosa colligao de quan-
 to houver de melhor a respeito.

Resido, com minha familia, mes-
 mo em Rello Hicente, localidade
 escolhida para a nova Capital em
 construccao, e onde C.E. pode
 dispor do

C. E. L. T. P. C. E.



TEXTO DETERIORADO E/OU
 ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA
 Damaged text.
 Wrong binding